

**JUVENTUDES E
DESIGUALDADES
SOCIAIS EM
TEMPOS DE CRISE
E RADICALIZAÇÃO
POLÍTICA**

Frank Marcon

Danielle Parfentieff de Noronha

Organizadores

COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS



Criação Editora

**JUVENTUDES E
DESIGUALDADES
SOCIAIS EM
TEMPOS DE CRISE
E RADICALIZAÇÃO
POLÍTICA**

**JUVENTUDES E DESIGUALDADES SOCIAIS EM
TEMPOS DE CRISE E RADICALIZAÇÃO POLÍTICA**

Organizadores
Frank Marcon
Danielle Parfentieff de Noronha

Expediente:
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFS
Coordenador Dr. Marcelo Alario Ennes

COLEÇÃO SOCIOLOGIAS NECESSÁRIAS

Coordenadores da Coleção
Dr. Frank Marcon
Dr. Marco Aurélio Dias de Souza
Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa

Revisores
Danielle de Noronha
Frank Marcon

ISBN
978-65-88593-69-1

EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza



COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS


2

JUVENTUDES E DESIGUALDADES SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE E RADICALIZAÇÃO POLÍTICA

Frank Marcon
Danielle Parfentieff de Noronha
ORGANIZADORES



Criação Editora
Aracaju | 2021



Copyright 2021 by Frank Marcon; Danielle Parfentieff de Noronha

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

M321j	Marcon, Frank; Noronha, Danielle Parfentieff de (orgs.). Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e radicalização política / Organizadores: Frank Marcon e Danielle Parfentieff de Noronha. -- 1. ed. -- Aracaju, SE : Criação Editora, 2021. 270 p.; il. tabs.; quadros; fotografia. (Coleção Sociologias Necessárias, n.2). Inclui bibliografia. ISBN 978-65-88593-69-1 1. Ciências Sociais. 2. Juventude. 3. Políticas Públicas. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores. CDD 320 CDU 32
-------	--

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Ciências sociais: Política.
2. Ciência política.

MARCON, Frank; NORONHA, Danielle Parfentieff de (orgs.). **Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e radicalização política**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. (Coleção Sociologias Necessárias, v.2). E-Book (PDF). ISBN978-65-88593-69-1

Sumário

- 9 **Apresentação**
Frank Marcon
Danielle Parfentieff de Noronha

Parte I. Desigualdades, distopias e porvires

- 17 **Que política e política para quem?**
Juventude e engajamento político em Moçambique
Alcinda Honwana

- 45 **Por-venires en tiempos distópicos**
(o acerca de juventudes, desigualdades, pandemia,
utopías, Estados, la vida, la muerte, y... ¿algo más?)
Mariana Chaves

- 61 **Situação da juventude e desafios pós-pandemia**
Carles Feixa

Parte II. Juventudes, raça, gênero e relações de poder

- 75 **Juventude, raça e gênero: um olhar socioantropológico**
acerca do sistema socioeducativo em Aracaju/SE
Élida Damasceno Braga
Lucas Vieira Santos Silva

101 **Representações sobre gênero e juventudes em Meu nome é Bagdá**

Danielle Parfentieff de Noronha

121 **Graffiti e hip-hop: resistências urbanas e as agências estetizadas das mulheres na cidade**

Erna Barros

Raissa Freitas

Parte III. Juventudes, experiências e políticas

149 **Entre o protagonismo e a invisibilidade: dinâmicas reivindicatórias das políticas públicas de juventudes em Sergipe**

João Víctor Pinto Santana

Adrielle da Silva de Oliveira

Letícia Oliveira Feijão Galvão

Frank Marcon

169 **O coletivo Fora do Eixo, a comunicação e a política em tempos de ativismo em rede**

Wener da Silva Brasil

195 **Cultura escolar, sociabilidades juvenis e os desafios na implantação da Lei 10.639/03**

Saionara Serafim Andrade dos Passos

217 **Experiências juvenis e políticas de drogas**

Anatil Maux

241 **Geração como problema e achado empírico nos estudos sobre juventudes**

Frank Marcon

Mateus Antonio de Almeida Neto

APRESENTAÇÃO

 Frank Marcon

 Danielle Parfentieff de Noronha

ESTE LIVRO REÚNE uma série de textos escritos sobre juventudes apresentada no âmbito das atividades promovidas pelo Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs), da Universidade Federal de Sergipe, no III Seminário Nacional de Sociologia da UFS, cujo tema “Distopias dos Extremos, Sociologias Necessárias” nos mobilizou em torno de duas atividades e duas questões centrais: a primeira relacionada ao tema das juventudes, a partir do qual propusemos uma Mesa Redonda, cujo título é o mesmo deste livro “Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e de radicalização política”¹; e a segunda relacionada ao tema dos processos de identificação e desigualdades contemporâneos, a partir das relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero, para o qual propusemos um Grupo de Trabalho².

¹ A gravação dessa sessão pode ser acessada pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=-ZwioN_TXWJM

² As gravações das quatro sessões do GT podem ser acessadas pelos links: <https://www.youtube.com/watch?v=AfcViDt77fw>
<https://www.youtube.com/watch?v=JAMFe7IVbf4>
https://www.youtube.com/watch?v=9T6lA2F2d_E
<https://www.youtube.com/watch?v=1qNZ3rB0l10>



As falas das convidadas e convidado da mesa redonda provocaram o aprofundamento de nossas análises a partir de algumas de suas reflexões sobre juventudes e o momento de crise social e sanitária pelo qual estamos passando. Alcinda Howana, Mariana Chaves e Carles Feixa falam a partir de lugares e sociedades bastante distintos, mais especificamente a partir de olhares sobre África, América Latina e Europa, respectivamente, embora a partir de amplo trabalho de pesquisas sobre as juventudes que atravessa continentes e os conecta em torno de questões como: culturas juvenis, desigualdades e vulnerabilidades sociais, violências, moratória social, agências políticas e relações intergeracionais, perpassando direta ou indiretamente pelos efeitos provocados pela pandemia.

A primeira parte, “Desigualdades, distopias e porvires”, engloba os três capítulos que resultaram das pesquisas e reflexões que foram apresentadas na mesa redonda. O primeiro capítulo “Que política e política para quem? Juventude e engajamento político em Moçambique”, da pesquisadora Alcinda Honwana, parte da afirmação de que os espaços de participação política para as e os jovens moçambicanos são limitados, mesmo que eles sejam a maior parte da população naquele país. Sua análise observa as ações juvenis em três esferas – sociedade política, sociedade civil formal e sociedade civil informal – para compreender quais são as experiências, desafios e resultados possibilitados em cada uma delas. Entre os argumentos que desenvolve está a percepção de que a juventude moçambicana tem demonstrado ceticismo em relação aos processos eleitorais e descontentamento com o poder político formal.

Na sequência, Mariana Chaves, em “Por-venires en tiempos distópicos (o acerca de juventudes, desigualdades, pandemia, utopías, Estados, la vida, la muerte, y... ¿algo más?)”, apresenta uma análise desde a América Latina sobre a experiência juvenil na pandemia a partir da cidade de La Plata, Argentina. Ao olhar para o contexto atual, no qual a Covid-19 visibilizou ainda mais as desigualdades sociais existentes e, em alguns casos, as ampliou, Mariana reflete sobre algumas particula-



ridades das experiências das e dos jovens no presente e as possibilidades que se apresentam no *por-vir* cada vez mais distópico.

O texto do terceiro capítulo, que finaliza a primeira parte, é a transcrição da comunicação oral apresentada por Carles Feixa, intitulada “Situação da juventude e desafios pós-pandemia”. Sua fala, construída a partir da realidade de jovens na Catalunha, é dividida em cinco partes nas quais o autor, imerso na situação excepcional dos primeiros meses de pandemia, analisa a condição juvenil pré-Covid-19; a pandemia como marco geracional; o impacto dos tensionamentos ante as possibilidades do confinamento, levando em consideração as relações com o mundo digital; os desafios das políticas públicas a partir do presente; e, por fim, os possíveis efeitos futuros desta experiência sobre a atual geração de jovens.

A segunda parte deste livro, “Juventudes, raça, gênero e relações de poder”, é composta por três capítulos, iniciando com o capítulo de Élide Damasceno Braga e Lucas Vieira Santos Silva, denominado “Juventude, raça e gênero: um olhar socioantropológico acerca do sistema socioeducativo em Aracaju/SE”. A partir das experiências em duas pesquisas sobre jovens em conflito com a lei, uma no ambiente masculino e outra no feminino, a autora e o autor buscam entender como a intersecção entre juventudes, raça e gênero ajuda “a compreender as diversas violências que perpassam a trajetória de vida de uma parcela da(s) juventude(s) aracajuana(s)”, que também é a realidade de muitas e muitos adolescentes em Sergipe e no Brasil.

O quinto capítulo, escrito por Danielle Parfentieff de Noronha, apresenta uma análise das representações relacionadas a gênero e juventudes apresentadas no longa-metragem “Meu nome é Bagdá” (2019), de Caru Alves de Souza. O texto parte da premissa que as duas categorias escolhidas foram tipificadas socialmente nas narrativas hegemônicas do cinema e audiovisual comerciais e discute como o filme, que tem como personagem central a skatista Bagdá, tensiona com esses discursos e apresenta novas possibilidades tanto em relação à forma de produção quanto ao conteúdo visual e narrativo.



No capítulo seis, “Graffiti e hip-hop: resistências urbanas e a agência estetizada das mulheres na cidade”, Erna Barros e Raissa Freitas constroem um diálogo entre as pesquisas que as duas realizaram com jovens participantes dos movimentos do graffiti e do hip-hop, respectivamente, em Aracaju, para entender as dinâmicas manifestadas nas expressões culturais juvenis praticadas por mulheres em contextos urbanos. O capítulo tem o objetivo de refletir sobre como essas jovens vivenciam os movimentos dos quais participam e suas experiências na cidade, compreendida como um espaço (violento) e pensado a partir de uma lógica masculina.

Na sequência, a terceira, e última parte, composta por cinco capítulos, intitulada “Juventudes, experiências e políticas”, abre com o capítulo “Entre o protagonismo e a invisibilidade: dinâmicas reivindicatórias das políticas públicas de juventudes em Sergipe”, escrito por João Víctor Pinto Santana, Adrielle da Silva de Oliveira, Letícia Oliveira Feijão Galvão e Frank Marcon. As autoras e os autores analisam a política pública para as juventudes no estado de Sergipe, a partir da atuação dos governos estadual e municipais, bem como as possibilidades de envolvimento ou não das e dos jovens em tais políticas.

Em seguida, Wener da Silva Brasil traz os resultados de sua pesquisa com o coletivo Fora do Eixo, no qual a autora busca apresentar as formas de articulação política, construção de conhecimentos e de comunicação que são desenvolvidas pelas e pelos jovens, assim como se constituiu a lógica do processo de liderança no movimento a partir de uma compreensão da importância da ação coletiva. A autora argumenta que o coletivo Fora do Eixo é um fenômeno social que emerge no contexto do advento da internet e da ampliação das possibilidades de produção e consumo de conteúdos informativos.

No capítulo nove, Saionara Serafim Andrade dos Passos apresenta os desafios da implantação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes públicas e particulares da educação, a partir de uma escola pública na cidade de Muritiba, no Recôncavo baiano. Durante o seu trabalho de campo, a pesquisadora



se deparou com um contexto complexo, que dificultava a aplicação da referida lei, e com sociabilidades, estilos de vida e práticas próprias das e dos jovens estudantes negros, que definiam suas experiências dentro da escola a partir da mobilização do pagode e de suas corporeidades.

Anatil Maux, em “Experiências juvenis e políticas de drogas”, aborda “as relações entre contextos e sentidos em torno das racionalidades e consequências no envolvimento de pessoas com drogas” a partir de sua pesquisa de campo na comunidade terapêutica Fazenda da Esperança, em Sergipe, onde semanalmente acontecem reuniões presenciais na forma de grupos de mútua ajuda e apoio familiar. Em diálogo com essa experiência particular, a pesquisadora reflete sobre os modos como os discursos sobre as drogas são (re)produzidos e sobre como são construídas e aplicadas as políticas públicas relacionadas a elas.

Fechando o livro, Frank Marcon e Mateus Antonio de Almeida Neto escrevem o capítulo onze, “Geração como Problema e como Acharo Empírico nos Estudos sobre Juventudes”. Os autores realizam uma provocação teórica sobre o uso do conceito de geração nos estudos sobre juventudes, buscando realizar uma revisão do conceito, ao refletirem sobre o seu caráter global e sobre a sua aplicação empírica nos estudos sobre juventudes. O objetivo é compreender quais os potenciais, quais as limitações e em que medida o conceito se conecta ao tema das juventudes pela problemática das representações, das relações de poder e dos processos identitários.

Esperamos que este livro possa colaborar para que entendamos algumas dinâmicas impostas às diferentes juventudes do presente e postas por elas, com o objetivo de que seja possível refletirmos sobre os dilemas atuais e outros porvires, tanto a partir dos contextos empíricos apresentados quanto a partir das reflexões conceituais, metodológicas e políticas que fazem parte, por um lado, do registro do que temos feito e vivido, e, por outro, das possibilidades de prepararmos o caminho, construindo novos horizontes menos desiguais, menos caóticos e potencialmente transformadores.





COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS

2

Parte I

Desigualdades, distopias e porvires



QUE POLÍTICA E POLÍTICA PARA QUEM? JUVENTUDE E ENGAJAMENTO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE¹

 Alcinda Honwana²

O ESPAÇO DE ENGAJAMENTO político da juventude em Moçambique continua extremamente limitado. O estabelecimento de organizações da sociedade civil na década de 1990 abriu uma nova era de participação democrática; contudo, a maioria dos jovens continua marginalizada dos principais processos políticos que ocorrem no país. Os jovens em organizações da sociedade civil encontram-se muitas vezes numa camisa de forças entre os doadores, que fornecem o financiamento e controlam as agendas, e o Estado, que controla o discurso político e restringe o espaço a vozes divergentes. Esses fatores limitam a capacidade de intervenção política da juventude. Embora não existam dados desagregados sobre a participação dos jovens nas eleições, vários observadores sugerem uma baixa participação dos jovens nas eleições de 2014 e 2019. A pesquisa aponta para o desencanto dos jovens em relação aos

¹ Este capítulo foi publicado originalmente em Moçambique, como: A. Honwana. 2020. “Que Política e Política para Quem? Juventude e Engajamento Político em Moçambique.” In: D. Rosário, E. Guambe e E. Salema (eds). Democracia Multipartidária em Moçambique. Maputo: EISA, p. 255-272. Agradecemos aos editores pela liberação para sua publicação neste livro.

² Centennial Professor de Antropologia e Desenvolvimento Internacional na Escola de Economia e Ciência Política (LSE) de Londres, Reino Unido. E-mail: a.m.honwana@lse.ac.uk



processos eleitorais, e para uma rejeição, cada vez mais crescente, dos processos políticos convencionais, não só em Moçambique, como no resto do continente. No entanto, as evidências indicam que os jovens não são apáticos, mas, sim, céticos em relação à capacidade do Estado de contribuir significativamente para a melhoria das suas vidas.

Os jovens constituem a maioria da população africana. Em Moçambique, cerca de 60% da população têm menos de 30 anos de idade. Além das definições de juventude com base nas faixas etárias (15-35 anos em Moçambique), considero a juventude como uma categoria socialmente concebida na base de sistemas de valores e de práticas culturais ligadas às responsabilidades dos indivíduos em sociedade. Os jovens constituem um grupo heterogêneo de indivíduos de diversas origens socioeconômicas, tanto urbanas quanto rurais, com diferentes identidades políticas, religiosas, culturais e sexuais, e com diversas experiências, necessidades e aspirações. Considero particularmente importante prestar atenção às mulheres jovens cujas vozes são frequentemente negligenciadas ou suprimidas.

Este capítulo está estruturado em torno de três argumentos principais: primeiro, o panorama do engajamento político da juventude em Moçambique é extremamente diverso e multifacetado. Para melhor compreendê-lo, farei uma distinção analítica entre as ações juvenis nas esferas da “sociedade política” (aqueles que atuam a partir, ou na órbita, das instituições do Estado); da “sociedade civil formal” (aqueles que atuam em organizações convencionalmente estruturadas predominantemente nas zonas urbanas); e da “sociedade civil informal” (aqueles que atuam na periferia do poder político e em organizações menos estruturadas). Em segundo lugar, as ações e as experiências de engajamento político e de ativismo juvenil em cada uma dessas esferas de engajamento político e cívico ganham contornos diversos, geram desafios específicos e produzem resultados também distintos. Terceiro, o ceticismo dos jovens em relação aos processos eleitorais e a sua participação em demonstrações de protesto e movimentos sociais captam de forma



gritante o descontentamento da juventude *vis-à-vis* o poder político formal. Esse desencanto é também aparente nas narrativas dos jovens nas redes sociais digitais, e sugere que estes buscam formas alternativas de engajamento político fora dos canais formalmente existentes. E o mundo cibernético parece oferecer aos jovens um espaço mais autônomo de intervenção e participação.

A análise do engajamento político da juventude em Moçambique hoje tem como pano de fundo as dificuldades socioeconômicas que afetam a grande maioria dos jovens, e as suas lutas diárias para “desenrascar a vida” em condições de desigualdades e iniquidades estruturais profundas. Essa realidade produz formas específicas de engajamento e de ativismo cívico, social e político. Este capítulo baseia-se em pesquisas realizadas em 2019-2020 com jovens de diferentes organizações e associações da sociedade civil em Maputo³.

O engajamento político da juventude

O jovem nem sempre tem razão, mas tem que ter espaço para falar e ser ouvido; ninguém pode compreender o sofrimento melhor do que o próprio sofredor.

(Celestina, uma ativista de 27 anos)⁴

Os jovens moçambicanos têm estado na vanguarda do engajamen-

³ A pesquisa foi realizada de julho de 2019 a março de 2020 e foi parcialmente financiada pelo ‘Center for Public Authority’ da London School of Economics and Political Science (LSE). A minha gratidão vai para aqueles que colaboraram comigo durante a pesquisa, nomeadamente Laurinda Sikota e Edson Mugabe, que conduziram entrevistas em Maputo entre agosto e outubro de 2019. Os meus agradecimentos vão também para Adriano Biza, Denise Namburete, Edson da Luz, Hélder Nhamaze, Jaime Comiche, Joe Hanlon e Quitéria Guirengane que generosamente partilharam as suas ideias.

⁴ Entrevista com Celestina, Maputo, setembro de 2019. Utilizo pseudônimos para identificar jovens participantes nesta pesquisa que não são figuras públicas ou que preferiram o anonimato.



to social e político desde a resistência ao colonialismo à luta de libertação nacional. Foi a geração jovem que organizou células clandestinas anticoloniais e que pegou em armas para derrotar o colonialismo português. Foram também os jovens que, após a independência, conduziram os processos de construção de uma nova sociedade e de criação do “Homem Novo” livre da dominação colonial. A geração “8 de Março”⁵, por exemplo, abraçou o desafio de dismantelar as estruturas do poder colonial e de participar na construção do Estado moçambicano pós-colonial. Jovens, raparigas e rapazes, tornaram-se professores, enfermeiros, médicos, engenheiros, agrônomos, advogados, juizes, oficiais das forças de defesa e segurança, e líderes a vários níveis; lideraram campanhas de alfabetização, de saneamento público, de vacinação, e mobilizaram as massas a contribuir para os processos de governação local através dos Grupos Dinamizadores e de outros órgãos comunitários.

Hoje, a juventude moçambicana enfrenta desafios socioeconômicos e políticos específicos. No meu livro “O Tempo da Juventude” (2013) argumentei que a maioria dos jovens no nosso país vive em situação de *waithood*, ou seja, num período de espera para iniciar a sua vida adulta. Esse é um período complexo em que os jovens encontram sérias dificuldades em tornar-se independentes: não têm acesso a emprego seguro; não conseguem montar casa e estabelecer as suas famílias, nem contribuir para a sociedade como cidadãos autônomos. Na verdade, o acesso ao emprego e à independência socioeconômica, assim como a capacidade de poder contribuir para o bem-estar de outros (filhos, familiares, etc.), aumenta o amor-próprio e a estima pessoal, e define a posição do indivíduo na família e na sociedade (Honwana & De Boeck, 2005; Honwana, 2013).

⁵ Em 8 de Março de 1978 jovens moçambicanos recém-formados e a terminar a sua formação secundária e universitária foram chamados a contribuir para a construção da pátria e a aceitar empregos e cursos em áreas críticas para desenvolvimento do país em detrimento do seu interesse pessoal. Isso aconteceu na sequência da saída em massa de profissionais portugueses após a independência.



A situação de *waithood* resulta dos processos de globalização, da adoção de políticas neoliberais e da má governação que tem dificultado a transição dos jovens para uma idade adulta independente. Os desafios que os jovens enfrentam hoje são distintos dos desafios das gerações anteriores. Esta é uma geração cujas aspirações são ampliadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação que a conecta diretamente ao mundo e às culturas globais. Mas, por outro lado, essas aspirações são simultaneamente restringidas pela falta de oportunidades e de perspectivas que define o seu quotidiano.

A renúncia do Partido Frelimo ao projeto socialista e a adoção do neoliberalismo e da democracia multipartidária no início dos anos 1990 levaram ao distanciamento do Estado em relação aos cidadãos e à retirada dos serviços sociais gratuitos na educação, saúde e outros setores. Os programas de ajustamento estrutural da economia impostos pelas instituições de Bretton Woods enfraqueceram seriamente a soberania do Estado e a sua capacidade de determinar políticas e prioridades nacionais, e de preservar o contrato social entre o Estado e os cidadãos (Hanlon, 1996). O surgimento de novos partidos políticos, o estabelecimento da sociedade civil e a instauração do sistema eleitoral multipartidário marcaram o início de uma nova era política. Esse processo deu também origem a um novo tipo de engajamento político e de ativismo juvenil através do estabelecimento da sociedade civil. Não há dúvidas que o advento da sociedade civil como espaço de intervenção política está profundamente enraizado em modelos democráticos liberais de governação que estabelecem uma simbiose entre esta e o Estado – o fortalecimento da sociedade civil garante a legitimidade do Estado e consolida a democracia (Comaroff e Comaroff, 1999; Pfeiffer, 2004; Chaimite, 2014).

Assiste-se nesse período à emergência de um grande número de Organizações da Sociedade Civil (OSC) lideradas por jovens em vários domínios de atividade (Manjate, 2001; Pfeiffer, 2004; Biza, 2009). Esse processo afirma a participação dos cidadãos em processos de governação para além do simples voto durante as eleições. Uma breve análise



teórica ao conceito de sociedade civil e seu desenvolvimento nos países africanos pós-coloniais parece-me ser aqui relevante.

O estabelecimento da sociedade civil como um dos pilares fundamentais da democratização no continente africano tem sido um processo essencialmente urbano. Partha Chatterjee (2004), um dos proponentes de estudos sobre ‘subalternidade’, argumenta que o conceito de sociedade civil constitui domínio exclusivo de elites urbanas⁶ estabelecidas sobre princípios de associação e de engajamento limitados a um grupo pequeno e fechado “isolado da vida popular das comunidades mais amplas, e cercado por enclaves de liberdade cívica e racionalidade ocidentais” (Chatterjee, 2004, p. 4). Esse argumento corrobora a crítica de que o Estado africano pós-colonial não foi capaz de dismantelar totalmente o modelo de governação colonial baseado na distinção entre “cidadãos” (governados por um sistema legal moderno e com direitos civis) e “indígenas” (governados pelo direito consuetudinário e sem direitos civis) (Mamdani, 1996). Essa dicotomia permanece hoje reencenada em conceitos modernos e neoliberais de democracia e boa governação, em que a sociedade civil privilegia a relação entre o Estado e os chamados “cidadãos”. Os excluídos dos processos de democratização são as populações que vivem precariamente nas áreas rurais e periurbanas, ou seja, os “indígenas” na terminologia colonial (Mamdani, 1996; Kleibl & Munck, 2014).

Apesar de possuírem os mesmos direitos legais, as populações marginalizadas operam fora da órbita da sociedade dominante e desenvolvem uma relação particular com o Estado moderno. Juan Obarrio (2016) observa que o reconhecimento legal das autoridades tradicionais em Moçambique, em 2000, marcou o retorno do poder consuetudinário e da etnicidade como base identitária de pertença e de lealdade fundamentais para as populações rurais (Lundin, 1988; Gonçalves, 2005; Ges-

⁶ Elites urbanas são aqui entendidas como grupos de indivíduos e organizações que detêm poder, riqueza, privilégio e influência de forma desproporcionada. Vide J. Sumich, 2018.



chiere, 2009; Obarrio 2016). O conceito moderno de sociedade civil, não inclui a realidade dessas populações cujas experiências de vida quotidiana muitas vezes se situam na periferia da modernidade ocidental (Ferguson, 2006). Por exemplo, no rescaldo da guerra civil dos anos 1980 e 1990, as ações de reconciliação nacional desencadeadas pelas elites políticas urbanas ignoraram as necessidades das populações afetadas nas zonas rurais, que acabaram gerindo os seus traumas da guerra por si próprias através de rituais tradicionais de cura e de reintegração social (Honwana, 2002; Igreja & Skaar, 2007).

Para além de examinar o engajamento político da juventude em Moçambique no contexto que Antonio Gramsci (1971) designou de “sociedade política” – que representa as instituições políticas, jurídicas e sociais do Estado⁷ –, este capítulo inspira-se também em debates académicos relativos à natureza da sociedade civil no sul global (Mayekiso, 1996; Mamdani, 1996; Chatterjee, 2004; Francisco, 2010; Kleibl e Munck, 2014), e examina o engajamento democrático da juventude em duas arenas distintas da sociedade civil: a “sociedade civil formal” – predominantemente urbana e acessível às elites profissionais, políticas, económicas, sociais e culturais; e a “sociedade civil informal” – que engloba ações dos jovens desenvolvidas à margem dos processos políticos formais⁸.

É importante notar que estas três arenas – sociedade política, sociedade civil formal e sociedade civil informal – constituem categorias

⁷ A teoria de Gramsci sobre hegemonia é baseada em duas esferas que se sobrepõem: ‘sociedade política’, que representa esfera das instituições do Estado e do controle do Estado; e uma ‘sociedade civil’, a esfera de instituições como sindicatos, igrejas, escolas que garantem o consentimento popular ao Estado. A visão de Gramsci da sociedade civil é ligeiramente diferente da corrente, que inclui organizações voluntárias de cidadãos.

⁸ Analistas que examinam as limitações do conceito de sociedade civil no contexto do sul global sugeriram noções alternativas para designar os excluídos. Mayekiso (1996) sugere o uso de “sociedade civil da classe trabalhadora” para descrever as estratégias de engajamento político e cívico das pessoas que vivem nos townships sul-africanos. Chatterjee (2004) usa “sociedade política” para designar as ações das populações subalternas e marginalizadas do poder político na Índia. O uso do termo por Chatterjee é diferente da forma como Gramsci o propôs, para melhor entender a diferença, vide P. Chatterjee, 2004 e A. Francisco, 2010.



analíticas, uma vez que, na realidade, e por forma a maximizar seus interesses pessoais e coletivos, os jovens tendem a permutar de forma criativa entre várias arenas. De fato, e como nos recorda Achille Mbembe (1992, p. 5), “a [sociedade] pós-colonial não é composta por um único ‘espaço público’, mas por vários, cada um com sua própria lógica ... embora passível de se assimilar a outras lógicas...”. Desse modo, indivíduos e grupos são forçados, pelas circunstâncias que enfrentam, a ter que mobilizar identidades múltiplas e flexíveis que instrumentalmente negoceiam e utilizam para maximizar as suas possibilidades de atingir os seus fins.

O engajamento dos jovens na sociedade política

Existe um certo egoísmo por parte dos nossos dirigentes ... eles não dão espaço aos jovens ... até os jovens com formação estão a espera ... e por este andar quando a sua vez chegar, estes jovens já estarão velhos também.

(Zeca, ativista de 25 anos)⁹

O engajamento dos jovens na sociedade política ocorre no seio de instituições e organizações estabelecidas e patrocinadas pelo Estado. Na medida em que a edificação do Estado moçambicano tem sido quase que totalmente dominada pelo partido Frelimo, assim, também, em última análise, o envolvimento dos jovens na sociedade política acontece no quadro da implementação da agenda desse partido. As ações dos jovens nessa arena localizam-se geralmente no contexto de formulação e execução de políticas governamentais, parlamentares e partidárias. O estabelecimento do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) como uma organização de cúpula teve por objetivo congregar várias organizações de jovens a nível nacional. Contudo, o CNJ apenas reconhece as organi-

⁹ Entrevista com Zeca, Maputo, agosto de 2019.



zações juvenis formais, ou seja, as legalmente constituídas. O programa e as ações do CNJ estão estreitamente alinhados às agendas da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego, funcionando sob tutela do Estado. A nível parlamentar, existe o Gabinete da Juventude Parlamentar (GJP) que coordena as ações juvenis e tem por objetivo trazer as vozes dos jovens para os debates parlamentares sobre políticas públicas. Existem ainda as ligas juvenis dos partidos políticos: a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) do partido Frelimo; a Liga Nacional da Juventude da Renamo (LJR); e a Liga da Juventude do Movimento Democrático de Moçambique (LJMMDM).

Embora a OJM tenha sido temporariamente separada do partido Frelimo com a abertura à democracia multipartidária, ela foi reabsorvida em 2005 após a vitória eleitoral da Frelimo. De fato, a Frelimo revitalizou todas as suas organizações e estruturas democráticas de massas, desde as células do partido às organizações de trabalhadores, mulheres, jovens e outras. Privilégios especiais no Estado passaram a ser conferidos, sem hesitações, aos membros e militantes do partido no poder, desacreditando a separação entre partido e Estado. Por exemplo, vários participantes nesta pesquisa referiram que a OJM tem ganho sempre as eleições para liderar o CNJ. A ausência de uma separação clara entre o Estado e o partido no poder influência e molda o engajamento político e a vida associativa da juventude. “Hoje se uma pessoa quer ter oportunidades de emprego e sucesso na vida, tem mais chances se for membro do partido Frelimo”, afirmou Marta, uma jovem ativista da cidade da Matola¹⁰. Na verdade, o engajamento dos jovens na sociedade política está intrinsecamente ligado a redes de clientelismo através das quais o partido dominante estende benefícios e privilégios exclusivamente aos seus membros. Essas políticas patrimoniais que dominam as relações entre o Estado e a juventude não favorecem visões críticas, nem o desenvolvimento de projetos políticos alternativos.

¹⁰ Entrevista com Marta, Maputo, julho de 2019.



As lideranças dos partidos consideram que os jovens ainda não estão prontos para assumir as rédeas do poder nos seus partidos. Por exemplo, em 2017, quando Samora Machel Júnior, filho do segundo presidente da Frelimo, decidiu candidatar-se à presidência da Câmara Municipal de Maputo, a sua candidatura foi rejeitada pela Frelimo. Mesmo a sua tentativa de candidatura como cidadão independente através da Associação Juvenil para o Desenvolvimento de Moçambique (AJUDEM)¹¹ foi também bloqueada com base em tecnicidades burocráticas. O antropólogo Adriano Biza, que há muitos anos investiga as associações juvenis em Moçambique, afirmou que o caso de Machel Júnior foi uma ocorrência rara na cena política partidária, uma vez que os jovens militantes dos partidos geralmente não são pró-ativos e sua tendência é de aguardar “orientações superiores”¹². As atividades regulares das ligas juvenis permanecem no âmbito da mobilização juvenil para as atividades partidárias. As ligas juvenis são os pilares centrais de seus partidos durante as campanhas eleitorais, quando ruidosas caravanas de jovens descem às cidades, bairros, vilas e ruas para mobilizar os eleitores a votar.

Por outro lado, existem muitos jovens que não têm interesse em ser militantes de partidos políticos estabelecidos. Contudo, alguns podem fazê-lo por conveniência e desejo de aceder a recursos e privilégios. Aqueles que mantêm uma certa distância são céticos quanto à vontade e capacidade dos partidos políticos de responder aos seus anseios. Muitos veem os partidos políticos como organizações hierárquicas bastante centralizadas sem abertura a visões críticas. Por essas razões, alguns jovens ativistas desenvolvem formas alternativas de engajamento político e criam novos movimentos políticos. Este é o caso de Nova Democracia (ND)¹³, um movimento político jovem

¹¹ Associação Juvenil para o Desenvolvimento de Moçambique (AJUDEM) foi constituída por jovens militantes e simpatizantes do Partido Frelimo.

¹² Entrevista com Adriano Biza, agosto de 2020.

¹³ Embora os membros da Nova Democracia prefiram a designação de movimento de cidadãos, eles tiveram que registá-lo legalmente como um partido político para poderem concorrer às eleições parlamentares.



que une diversas convicções políticas e esforça-se por desenvolver um novo paradigma político.

O ND pretende promover o envolvimento direto dos jovens na formulação de políticas públicas como parlamentares, e em 2019 apresentou uma lista de candidatos às eleições parlamentares. Contudo, não conseguiu assentos no parlamento que conta atualmente com apenas 12% de parlamentares com menos de 35 anos. Enquanto os jovens membros do ND ficaram profundamente desapontados com os resultados das eleições, também consideraram que o processo eleitoral foi marcado por sérias irregularidades. A detenção de apoiantes do ND em Chokwé constitui apenas um exemplo dos vários desmandos mencionados por alguns dos nossos entrevistados. Quitéria Guirengane¹⁴, membra do ND, destacou que apesar de tudo as eleições parlamentares constituíram “uma experiência positiva e continuaremos a fazer o trabalho de base para que possamos eleger jovens parlamentares nas próximas eleições”. Os jovens são a maioria na população do país, mas são “uma minoria nos órgãos de decisão, e isso precisa de mudar”, afirmou Salomão Muchanga, líder do ND¹⁵.

O engajamento dos jovens na sociedade civil formal

Como se costuma dizer, ‘quem paga a orquestra tem o direito de escolher a música.

(Odete, ativista de 23 anos)¹⁶

As organizações da sociedade civil formais dos jovens são estabelecidas através de um quadro legal definido na lei 8/91 de 18 de julho

¹⁴ Entrevista com Quitéria Guirengane, agosto de 2020.

¹⁵ Salomão Muchanga, em entrevista concedida à Carta de Moçambique em junho de 2019. Muchanga foi fundador e líder do Parlamento Juvenil de Moçambique e desligou-se para formar o ND em 2019. Disponível em: <<https://cartamz.com/index.php/politica/item/2116-salomao-muchanga-explica-a-essencia-do-seu-partido-nova-democracia-e-haver-algo-para-todos-e-nao-tudo-para-alguns>>.

¹⁶ Entrevista com Odete, Maputo, agosto de 2019.



sobre as associações. Dados os pré-requisitos restritivos estabelecidos nessa lei, nem todos os cidadãos reúnem as condições para criar OSC. Por outro lado, as OSC têm de oferecer garantias que são suficientemente robustas para aceder a financiamentos externos, demonstrando capacidade de gestão, de uso eficaz de recursos e de prestação de contas nos termos impostos pelo doador.

A gênese da maioria das OSC juvenis é baseada em jovens com formação, especialmente nos meios urbanos, que veem o estabelecimento de uma OSC como forma de avançar certas agendas cívicas e/ou políticas. Contudo, os desajustamentos socioeconômicos no país tornam esse processo mais complexo pois as OSC acabam sendo também, para muitos cidadãos incluindo os jovens, uma estratégia para resolver problemas de emprego ou de melhoria de salários através de financiamentos estrangeiros. Adriano Biza (2009, p. 392) destaca que “os projetos são uma fonte de receitas para os associados através de uma verdadeira “engenharia orçamental” que se opera para permitir uma distribuição de renda aos associados...”. Essas operações nem sempre são transparentes, e são frequentes as tensões entre líderes e membros sobre a gestão e distribuição financeira no seio das OSC. Os doadores também apontam lacunas na gestão financeira e na falta de transparência por parte de algumas OSC.

O acesso ao financiamento não acontece no vácuo, ele depende e está intrinsecamente ligado às áreas de intervenção e às agendas que os financiadores privilegiam. Desse modo, e para garantir acesso a esses recursos, as OSC têm de se alinhar a essas agendas. “Os doadores vêm com sua própria agenda; eles só precisam de nacionais para implementar os seus programas ... Então, se eu tiver uma ideia diferente da do doador, obviamente que não vou conseguir financiamento. O que acontece é que os doadores ditam as regras do jogo” comentou Celeste, uma jovem líder da cidade de Maputo¹⁷.

¹⁷ Entrevista com Celeste, Maputo, agosto de 2019.

A própria existência e sustentabilidade das OSC dependem dessa relação simbiótica com os financiadores internacionais. Desse modo, e ao invés de privilegiarem prioridades e agendas endógenas, as OSC acabam sendo controladas pelas exigências de parceiros internacionais. No entanto, algumas organizações afirmam ter conseguido, ao longo dos anos, estabelecer relações com alguns doadores que lhes permitem operar com um certo grau de autonomia. Como explicou Géssica Macamo, da Plataforma de Jovens Líderes em Maputo, “as nossas agendas são definidas por nós.... Não queremos ser dependentes, senão corremos o risco de sermos transformados em burocratas confinados a produzir relatórios narrativos e financeiros”¹⁸.

A relação entre as OSC formais com os seus parceiros internacionais tem sido, desde 2010, mediada por organizações internacionais intermediárias que coordenam a alocação de fundos e facilitam a formação em gestão financeira e de execução de programas para as OSC. Comentando sobre esse assunto, Quitéria Guirengane, que pertence também a Associação de Jovens Mulheres Líderes, afirmou que embora as organizações intermediárias possam ajudar a melhorar a capacidade das OSC nacionais, elas também têm o efeito adverso de reduzir o financiamento disponível para as ações e programas das OSC a nível comunitário. De acordo com Denise Namburete¹⁹, da OSC N’weti, a redução drástica no financiamento internacional para a sociedade civil agrava essa situação.

Se por um lado as OSC estão dependentes dos seus financiadores externos, por outro lado elas sofrem pressões do Estado que pretende

¹⁸ Entrevista com Géssica Macamo, Maputo, setembro de 2019. A Plataforma de Jovens Líderes nasceu de um grupo de jovens que frequentaram um programa de liderança oferecido pela Friedrich Ebert Stiftung (FES). Por causa de sua gênese, essa plataforma desenvolveu um relacionamento especial com a FES, de onde obtém a maior parte do financiamento para os seus projetos.

¹⁹ Entrevista Denise Namburete, agosto de 2020. Denise Namburete é diretora executiva da N’weti, uma organização da sociedade civil que se dedica a advocacia e prestação de serviços na área da saúde.



controlar as suas intervenções, especialmente nas áreas de advocacia e defesa de direitos políticos, cívicos e humanos. Dentre as várias organizações que têm sofrido, direta e indiretamente, pressões por parte do Estado destacam-se o Parlamento Juvenil, que defende a promoção dos direitos dos jovens e o envolvimento dos jovens na agenda nacional; o Olho do Cidadão, que reúne jovens blogueiros e promove o jornalismo cidadão por meio de plataformas de redes sociais; o jornal gratuito @ Verdade, que relata histórias e experiências de jovens cidadãos comuns na sua própria perspectiva; o Centro de Integridade Pública (CIP), que se dedica a questões de integridade governamental, transparência e anticorrupção; e a Associação de Jovens Mulheres Líderes, que promove a igualdade de gênero e os direitos das mulheres.

A maioria dos interlocutores neste estudo concordou que, na última década, as liberdades políticas e civis dos cidadãos têm estado sob tremendo ataque do Estado. A relação entre o Estado e a sociedade civil tem sido bastante tensa, visto que grupos da sociedade civil com voz política são tidos como uma ameaça, muitas vezes rotulados de “apóstolos da desgraça”. Tem havido vários casos de intimidação, estropiação e assassinato de indivíduos cujas opiniões divergem ou entram em conflito com o discurso oficial. Os assassinatos do jornalista Paulo Machava e do advogado Gilles Cistac, em 2015, e do ativista de direitos humanos Anastácio Matavel em 2019 foram amplamente discutidos e noticiados na mídia. Os acadêmicos e comentadores políticos, Jaime Macuane e Ericino de Salema, foram estropiados por grupos de malfeitores que se acredita agirem a mando de indivíduos ligados ao poder. Em 2016 os escritórios de algumas OSC e órgãos de comunicação foram invadidos em busca de documentos, e, mais recentemente, em agosto de 2020, os escritórios do jornal Canal de Moçambique foram severamente danificados por fogo-posto.

Para além dos assassinatos e represálias, a cooptação de líderes da sociedade civil tem sido outra estratégia de ataque às OSC. Alguns ativistas reportaram terem sido convidados para se tornarem membros



do partido Frelimo com promessas de benefícios como um emprego, uma pensão vitalícia ou um terreno. Barreiras adicionais ao ativismo social e político dos jovens nas OSC formais também se encontram ao nível da lei 8/91. Por exemplo, o requisito legal de ter pelo menos 10 membros fundadores elimina muitos logo na partida; também a disposição que recusa o estatuto jurídico legal a associações cujos objetivos sejam considerados “ofensivos à moralidade pública” discrimina organizações como a LAMBDA, que aguarda reconhecimento legal há mais de 10 anos (Manuel, 2012; Civicus/Joint, 2015). Esses e outros fatores enfraquecem de forma significativa o desenvolvimento de uma sociedade civil jovem formal robusta e independente (Francisco, 2010; Kleibl e Munck, 2016).

Contudo, o Estado tende a ser mais tolerante com as OSC socioprofissionais e de prestação de serviços, desde que essas se mantenham longe de questões politicamente sensíveis. Mas as fronteiras entre a intervenção política e prestação de serviços nem sempre são claras. Por exemplo, OSC formais como a N’weti, que providencia serviços, também têm pressionado as autoridades em relação à transparência e responsabilidade social. Também algumas organizações de apoio à agricultura e a questões fundiárias acabam envolvidas em campanhas da União Nacional de Camponeses (UNAC) para promover o direito à terra e proteger os camponeses e pequenos agricultores das práticas predatórias de pilhagem de terras pelos megaprojetos e por indivíduos politicamente conectados. No entanto, existem OSC que se consagram exclusivamente à prestação de serviços, especialmente em áreas como HIV/AIDS e saúde sexual reprodutiva.



O engajamento dos jovens na sociedade civil informal

Somos um movimento de cidadãos ... não temos fundos de doadores, agimos para sobreviver.

(Armando de 29 anos de Malhazine)²⁰

O engajamento político juvenil na sociedade civil informal baseia-se em associações informais enraizadas na vida comunitária. Grupos e associações de jovens na periferia dos centros urbanos e nas zonas rurais operam sem, ou com muito poucos, fundos de doadores nacionais ou internacionais. Um estudo do Parlamento Juvenil indica que a participação dos jovens ao nível local é maior que aos níveis distrital, provincial e central (Parlamento Juvenil, 2014). Essas associações abordam questões e desafios locais e interagem localmente com líderes comunitários, grupos religiosos e outros membros da comunidade. No entanto, e conforme mencionado acima, a separação entre os espaços de ação formal e informal são permeáveis, pois algumas associações informais esforçam-se por imitar o *modus operandi* das associações urbanas formais também como forma de poderem ganhar acesso a recursos do Estado e dos doadores. Pesam também as percepções de superioridade hierárquica entre organizações – baseadas no estatuto legal, no acesso a recursos, na extensão das suas intervenções – que influenciam este esforço de reprodução da “oficialidade”. Embora algumas OSC informais entrem em ‘parcerias’ com OSC formais ou com ONGs nacionais e internacionais como veículos para intervenções de base, ainda assim as associações informais permanecem satélites de OSC formais.

Os direitos políticos e civis não parecem ser a principal prioridade nas agendas das associações informais de jovens, que estão mais frequentemente preocupadas com o acesso aos serviços para as suas

²⁰ Entrevista com Armando, Maputo, julho de 2019.



comunidades – na área da saúde, da educação, da agricultura, meio ambiente e outras. Os jovens também estão envolvidos em associações de caráter religioso, especialmente em igrejas pentecostais, como os Zionistas e outros, que são atores importantes na vida da comunidade (Vines e Wilson, 1996; Pfeiffer, 2004). O estudo da USAID sobre a situação da juventude em Moçambique (USAID/Moçambique, 2020)²¹ revelou que cerca de 95% dos jovens entrevistados eram membros ativos de associações religiosas. As redes religiosas de irmandade e solidariedade ajudam a gestão do sofrimento e das adversidades da vida. Existem também associações informais de jovens nas áreas de produção cultural e artística, no desporto e na recreação. Alguns jovens estabelecem grupos informais de crédito rotativo (xitique) e outras redes de apoio.

Além disso, no panorama da sociedade civil informal, é importante destacar formas de engajamento político juvenil que não envolvem necessariamente quaisquer arranjos institucionais (associações, organizações ou grupos organizados). Essas ações não são guiadas por ideologias fortes ou estruturas de liderança identificáveis; pelo contrário, elas aparecem espontaneamente incorporadas nas experiências de privação e marginalização dos jovens cidadãos. Muitas vezes são práticas discretas e fragmentadas, mas que acabam tendo implicações políticas (Bayat, 2010). Isso representa o que Asef Bayat chama de “política de rua” ou “não-movimentos”; ou sejam, as ações quotidianas de rua que se transformam em espaços de descontentamento e de manifestação, forjando alianças e ampliando solidariedades. Assim, é justamente nesse espaço de informalidade onde os jovens “desenrascam a vida” de biscato em biscato, que eles elaboram também estratégias de construção da uma “política a partir de baixo”.

Atos diários de desobediência civil e de resistência ao Estado podem ser vistos na fuga ao pagamento do imposto de fronteira; na condução agressiva de chapas para pegar o próximo passageiro antes da

²¹ Alcinda Honwana e Carlos Shenga foram consultores principais neste projeto.



competição; no desafio às diretivas contra a venda de mercadorias nas ruas e passeios públicos; ou mesmo na poluição de espaços públicos como as praias e os parques (Honwana, 2012, 2013b). Além disso, as conversas dos jovens nas ruas e as partilhas e debates nas redes sociais têm um impacto direto nas suas percepções e visões sobre a política e o mundo à sua volta. A natureza desprezível e rotineira dessas ações é parte integrante dos esforços desses indivíduos e grupos para sobreviver às privações e restrições impostas às suas vidas.

O advento da internet e das redes sociais digitais expandiu as possibilidades de participação, permitindo novas formas de engajamento democrático da juventude (Willems, 2014; Tsandzana, 2018). O ambiente digital tem a vantagem de permitir comunicações e trocas em tempo real (Nigam, 2012). Se, por um lado, a internet e suas redes sociais digitais podem ser utilizadas por jovens e outros atores, para promover a desinformação e incitar à violência, podem também, por outro lado, ser um veículo para fomentar debates amplos com grupos diversos que criam alianças e se mobilizam por uma causa comum. Com explica Márcia, “através do WhatsApp e do Facebook, os jovens têm debatido questões públicas, como dívidas ocultas, o acordo de paz com a Renamo e a guerra em Cabo Delgado... são estes os assuntos que preocupam os jovens”²². Essas narrativas e partilhas dos jovens nas redes sociais digitais têm um grande impacto nas suas percepções políticas.

Expressões e representações culturais dos jovens, em forma de poesia, música, graffiti, comédia, teatro e outras, são importantes veículos de intervenção e crítica social. Há alguns anos, as letras das músicas do artista Azagaia²³, que apontavam os problemas que afetavam sua geração, não foram bem recebidas pelo poder, e o artista foi acusado de instigar à violência com sua canção intitulada “O Povo no Poder.” Aza-

²² Márcia, é uma jovem líder da cidade de Maputo que foi entrevistada em setembro de 2019 por Laurinda Sikota.

²³ Edson da Luz a.k.a Azagaia foi entrevistado por mim para este projeto em agosto de 2020.



gaia inspirou outros jovens da sua geração, como é o caso de André Cardoso, mais conhecido por MC Chamboco²⁴, que usa as suas canções e vídeos no Facebook para expor os problemas da juventude e mobilizar os jovens a defender seus direitos (Bussotti e Chinguai, 2020). É também conhecido como o rapper das dívidas ocultas por causa das suas canções “Dinheiro Limpo” e “Karingana wa Karingana”²⁵. Da mesma forma, a jovem poetisa Ênia Lipanga usa sua arte para promover os direitos das mulheres e das raparigas e combater a discriminação baseada no gênero. De realçar o seu texto recente sobre os abusos sexuais na academia policial de Matalane publicado no Facebook²⁶. Em todo o país, nas várias cidades, vilas e bairros, jovens artistas e influenciadores usam as suas experiências de vida quotidiana para expor de forma criativa e crítica as contrariedades na nossa sociedade e propor soluções para as minimizar e resolver.

O engajamento dos jovens em processos eleitorais

É hora de os jovens acordarem
Irem às urnas e votar com consciência.
(Extrato da letra da música de MC Chamboco)

A participação dos jovens moçambicanos em processos eleitorais, especialmente o voto jovem, deixa muito a desejar. No entanto, as evidências sugerem que os jovens não são apolíticos, mas, sim,

²⁴ MC Chamboco é um jovem músico e ativista social, que usa o rap e o hip-hop como instrumentos de crítica social e de mobilização da juventude. O jovem publica por uma rubrica no Facebook, denominada RAP FACE, cujos vídeos têm grande popularidade entre a juventude. Para mais informações sobre hip-hop e crítica social vide o recente artigo de Luca Bussotti e Júlio Chinguai (2020).

²⁵ Ver no YouTube: ‘Dinheiro Limpo’, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OEUZtczQmW8>>; e “karingana wa karingana”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=upbggbAcwhc>>

²⁶ Vide “Lágrimas de Matalane”, de Ênia Lipanga, disponível em: <<https://www.facebook.com/326339581630162/posts/608511410079643/>>.



céticos em relação à importância e impacto do voto eleitoral. É durante as campanhas eleitorais que o “poder” da juventude é acionado pelos partidos políticos para a mobilização das massas. Jovens membros de partidos políticos, e alguns não membros, muitas vezes são galvanizados pelas atividades e pelo entusiasmo que se gera à volta das campanhas eleitorais: desde os showmícios com música de conjuntos populares às mobilizações com caravanas com altifalantes nos bairros, e até aos grandes anúncios publicitários, dísticos e bandeiras que enfeitam as ruas. A distribuição gratuita de camisetas coloridas, capulanas, lenços, bonés, panfletos e crachás atrai muitos jovens para esses eventos. As campanhas eleitorais apresentam uma energia e um dinamismo que muitos jovens apreciam. Contudo, esse dinamismo e energia nas ruas não se traduzem no voto político.

Alguns participantes na pesquisa mencionaram que os partidos políticos apenas fazem apelo à juventude durante os períodos eleitorais para obter votos. Após as eleições os dirigentes eleitos ignoram as promessas feitas aos jovens; eles só pensam na juventude novamente cinco anos mais tarde para as eleições seguintes. Alguns partidos políticos, senão todos, oferecem dinheiro para atrair eleitores, principalmente entre os setores mais vulneráveis do eleitorado. O fenômeno da “compra de votos” tem desencorajado muitos jovens. Na verdade, a desonestidade, o suborno, a fraude e as disputas políticas entre partidos e políticos reforçam o ceticismo dos jovens em relação às eleições e aos processos eleitorais.

Além disso, esta nova geração de eleitores, que atingiu a idade de votar no século XXI, encontra-se desligada da narrativa da luta de libertação anticolonial que ainda norteia a visão do partido no poder. A ausência de discursos e narrativas alternativas de construção da nação, de coesão nacional e de bem-estar social desmoralizou profundamente a participação dos jovens eleitores no exercício democrático.

Em geral, e na opinião de vários grupos de jovens com quem trabalhei, não só em Moçambique, mas também em países como o Senegal, a Tunísia, a África do Sul, o Burkina Faso e o Togo, a juventude



evidencia uma desilusão com a política e com a pseudodemocracia representativa das oligarquias africanas, ou seja, o pequeno grupo que detém o poder e que compartilha privilégios especiais entre si (Honwana, 2012, 2013a, 2013b). Os jovens acreditam que as elites oligárquicas preocupam-se essencialmente com seus próprios interesses em detrimento das aspirações da juventude (e das massas). No entendimento dos jovens, a política acaba sendo um espaço restrito no qual esses grupos de elite competem e revezam-se para controlar o poder político e econômico, para aceder aos recursos nacionais e para beneficiar de privilégios exclusivos (Honwana, 2019). E, portanto, o sistema político é visto como um mecanismo para mascarar a corrupção e os abusos de poder, e para legitimar noções de democracia e inclusão política que na realidade não existem. Daí a recusa dos jovens em votar; porque acreditam que o seu voto nada significa e, pior ainda, que o seu voto pode ser utilizado para legitimar um sistema e processos políticos com os quais eles próprios não estão de acordo.

Que política e política para quem?

Os jovens são o ímpeto para as mudanças social pela forma como eles interrogam e alteram o repertório político, social e cultural recebido das gerações anteriores.

(Karl Manheim 1952)

Os jovens em *waithood* estão conscientes da sua marginalidade e compreendem que ninguém lutará pelos seus interesses senão eles próprios. Na sua experiência partilhada de marginalização, os jovens começam a desenvolver uma consciência crítica e a unir-se para encontrar soluções para os seus problemas. Na última década, os jovens foram gradualmente passando de uma penetração receosa e subtil no espaço político para uma intervenção política mais determinada e assertiva (Bayat, 2010). Esta é uma geração que acredita que não tem nada a perder. Hoje esta geração não encontra os caminhos para um futuro



promissor, e ela questiona a sua situação de *waithood* e a falta de acesso ao espaço político.

Em fevereiro de 2008 e setembro de 2010, jovens desprivilegiados das zonas periféricas das cidades de Maputo e Matola saíram à rua em massa insurgindo-se contra o aumento do custo de vida. Os jovens bloquearam ruas, queimaram pneus e marcharam cantando e levantando cartazes, exigindo uma vida melhor. Essas demonstrações de protesto foram imediatamente replicadas noutras cidades do país, embora em escala menor. A repressão às manifestações dos jovens foi imediata; a polícia usou balas de borracha e gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes. Em alguns casos, foram usadas balas reais, resultando na morte de alguns manifestantes (de Brito et al., 2015). Os jovens que se manifestaram vivem frustrados com a sua situação de pobreza e de falta de oportunidades. Eles perderam totalmente a confiança nas instituições governamentais e não acreditam que sejam capazes de resolver os seus problemas. O estudo do IESE sobre as manifestações de 2008 e 2010 (de Brito et al., 2015, p. 25) sintetiza o sentimento dos jovens manifestantes afirmando que “estes membros do público culpam o governo ... por não fazer nada de concreto para o seu bem-estar”. Além disso o estudo indica que “... os discursos populares apontam para a redução das oportunidades de emprego, bem como para a ausência de diálogo entre o povo e o governo” constituíram fatores impulsionadores para essas manifestações.

À semelhança dos acontecimentos de 2008 e 2010, também em novembro de 2012 houve demonstrações de protesto contra o elevado custo de vida. Mas essas manifestações sofreram uma intervenção das forças policiais que agiram rapidamente para estancar os protestos. O controle do governo sobre as operadoras de telefonia móvel restringiu as comunicações, o que não permitiu a ampliação e extensão das manifestações (Chaimite, 2014; de Brito et al., 2015). Em 2013 houve também as demonstrações organizadas pela sociedade civil formal na cidade de Maputo contra o rapto de cidadãos indefesos.



Mas, para além dessas grandes demonstrações, tem havido, um pouco por todo o país, manifestações de descontentamento com a situação que afeta, não só a juventude, mas também a população em geral. Essas manifestações mais localizadas criticam políticas e programas específicos que afetam os cidadãos. Por exemplo, os residentes do bairro Nhanchere, em Moatize, Tete, fizeram demonstrações de protesto em 2017 contra os desmandos da empresa mineira que explora as minas de carvão na região. No bairro de Chamanculo “D” na cidade de Maputo, em fevereiro de 2014, os jovens uniram-se e saíram à rua para contestar as obras de construção de uma cavidade subterrânea para a deposição de dejetos no centro do bairro, exatamente no espaço reservado a atividades desportivas. Segundo o jornal @Verdade²⁷, os jovens impugnaram o chefe do bairro e interromperam as obras (Parlamento Juvenil 2014). Também os residentes do bairro Chihango barricaram a circular de Maputo para protestar contra os acidentes que matavam muitos peões, especialmente crianças e idosos. As suas exigências para a instalação de pontes aéreas para pedestres sobre a circular de Maputo só foram atendidas após essa intervenção popular. Da mesma forma, em Niassa, grupos de jovens lideraram manifestações para exigir a construção de uma estrada ligando as cidades de Lichinga e Cuamba. Esses são apenas alguns exemplos de várias instâncias em que os jovens se organizam em grupos espontâneos para reivindicar a melhoria de serviços sociais, o alto custo de vida e exigir uma vida e um futuro melhores.

Estudos recentes sobre os movimentos sociais juvenis apontam para uma preferência por formas de associação mais livres e flexíveis, sem afiliações estritas e baseadas em estruturas descentralizadas. Essas formas de organização participativa são conhecidas como “horizontalismo” ou “horizontalidade” em oposição à verticalidade e fortes hierarquias que apresentam as instituições formais (Sitrin, 2012; Chalcraft,

²⁷ Ver @Verdade, 18 fevereiro 2014. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/nacional/44352-residentes-de-chamanculo-abanam-secretario-do-bairro>>.



2012). O conceito de “horizontalismo”, que surgiu de estudos sobre movimentos sociais de protesto na Argentina, rejeita as relações hierárquicas e privilegia a busca de consensos de forma democrática. De fato, esses movimentos juvenis não apresentam lideranças fortes e claras, e baseiam-se em deliberações coletivas (Honwana, 2019). Durante as revoltas de jovens em 2008 e 2010 em Maputo, um informante citado por Luís de Brito et al. (2015, p. 23) confirmou que “é impossível saber quem foi o chefe da manifestação aqui no bairro, é impossível ... dizer que a chave da manifestação é esta ou aquela pessoa”. Esses movimentos sociais de jovens aparentam transcender ideologias e convicções políticas particulares e baseiam-se em frentes amplas de jovens que partilham experiências e reivindicações comuns para extrair concessões das autoridades e exigir mudanças.

Nos nossos dias, as plataformas sociais digitais constituem a arena de mobilização e de ativismo juvenil *par excellence*. O mundo digital é dominado pelos jovens e proporciona-lhes a autonomia e o anonimato que lhes permitem a apropriação desses espaços sem a interferência direta de estruturas gerontocráticas do Estado e das gerações mais velhas (Honwana & Honwana, 2020). Na verdade, o controle do Estado sobre os espaços digitais é essencialmente reativo. Na sequência das revoltas de 2008 e 2010, o governo introduziu um registo obrigatório de cartões SIM para controlar as comunicações telefônicas e via SMS. Contudo, essa estratégia tem as suas limitações uma vez que novos aplicativos digitais permitem mensagens criptografadas e dificultam o controle das comunicações por terceiros. Segundo alguns participantes, ciente de tais limitações, o governo considera um novo projeto de lei sobre difamação e privacidade na utilização das redes sociais.

As redes digitais facilitam o desenvolvimento de interações mais próximas entre os jovens que operam em diferentes domínios do ativismo juvenil – na sociedade política e na sociedade civil formal e informal. O mundo digital ofusca essas divisões e permite o nivelamento dos



vários campos de ação, quebrando hierarquias, reais e pressupostas, de poder, classe, gênero, entre outras. As comunicações horizontais e amplas, muitas vezes em condições de anonimato, que ocorrem nas redes sociais digitais facilitam essas interações. É através desses espaços digitais que identidades se consolidam, alianças são forjadas e estratégias de ação coletiva são traçadas. A rua, como *locus* para a política informal – complementa o “horizontalismo” da juventude que emana dos espaços digitais –, reúne e acomoda coligações juvenis amplas e diversas sob preocupações e objetivos comuns. Não há dúvida que o mundo digital e as chamadas “políticas de rua” oferecem uma base promissora para o ativismo juvenil e o engajamento político nas condições do mundo contemporâneo.

Este capítulo delineou o panorama do engajamento político da juventude em três arenas distintas, mas interrelacionadas: a sociedade política; a sociedade civil formal e a sociedade civil informal. Examinou as ações, as experiências e os diferentes contornos do engajamento político dos jovens em cada uma dessas esferas, evidenciando a marginalização política dos jovens em *waithood*, que usam a informalidade não só para fins de sobrevivência socioeconômica, mas também para as suas ações e intervenções políticas. O capítulo explorou os motivos que impulsionam ou constroem a ação individual e coletiva dos jovens em processos eleitorais, nas manifestações de rua e noutros movimentos sociais. Analisou o ceticismo da juventude em relação ao poder político formal, ao *status quo*, que é aparente nas narrativas que circulam nas redes sociais digitais – que constituem o espaço de ação privilegiado pelos jovens. Finalmente, este capítulo sugere que os jovens Moçambicanos hoje, à semelhança dos seus contrapartes no resto do continente, encontram um espaço limitado de intervenção política e buscam formas alternativas de engajamento democrático à margem dos canais formalmente estabelecidos. Os desafios são enormes, mas, como afirmou Franz Fanon (1963, p. 132), “cada geração tem que descobrir a sua missão histórica e cumpri-la ou traí-la”.



Referências bibliográficas

Bayat, A.. Life as **Politics: how ordinary people change the Middle East**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2010.

Biza, A.. “Jovens e Associações em Moçambique: motivações e dinâmicas atuais”. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, Vol.18, n.3, 2009, p. 382-394.

Brill, E. J.. **World Bank**, 1995, p. 130-147.

Brito, L. de et al. “Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008–2012).” **Cadernos IESE**, 2015.

Bussotti, L. & Chinguai, J.. “O rap de Intervenção Social em Maputo, Moçambique”. **Estudos de Sociologia**. Vol. 1 No.26, 2020, p. 75-108.

Chatterjee, P.. **The Politics of the Governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World**. New York: Columbia University Press, 2004.

Chaimite, D.. “Emergência de um Repertório de Ação Coletiva em Moçambique”. In: L. de Brito et al. **Desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, 2014, p. 83-98.

Chalcraft, J. “Horizontalism in the Egyptian Revolutionary Process”. **Middle East Report**, No. 262. Spring, 2012.

Comaroff, J. & Comaroff, J. (eds). **Civil society and the political imagination in Africa: Critical perspectives**. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

Fanon, F. **The Wretched of the Earth** (Translation by Richard Philcox). New York: Grove Press, 1963.

Ferguson, J.. **Global Shadows: Africa in the Neoliberal World order**. Durham: Duke University Press, 2006.

Francisco, A.. “A Sociedade Civil em Moçambique: Expectativas e Desafios”, in L. de Brito et al. **Desafios para Moçambique**, 2010.

Geschiere, P.. **The Perils of Belonging: Autochthony, Citizenship, and Exclusion in Africa and Europe**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

Gonçalves, E.. “Finding the Chief: Political Decentralisation and Traditional Authority in Mocumbi, Southern Mozambique”. **African Insight**, Vol. 35, No.3, 2005, p. 64-70.

Gramsci, A.. **Selections from the Prison Notebooks**. New York, International Publishers, 1971.

Hanlon, J.. **Peace Without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding**. In: **Mozambique**. Portsmouth: N.H, 1996.



Honwana, A.. “Que Política e Política para Quem? Juventude e Engajamento Político em Moçambique.” In: D. Rosário, E. Guambe e E. Salema (eds). **Democracia Multipartidária em Moçambique**. Maputo: EISA, 2020, p. 255-272.

Honwana, A. & Honwana, N.. “COVID-19 in Africa: Youth at the Fore”. **Kujenga Amani**, 2020. Disponível em: <<https://kujenga-amani.ssrc.org/2020/06/11/covid-19-in-africa-youth-at-the-fore/>>.

Honwana, A. “Youth Struggles: from the Arab Spring to Black Lives Matter and beyond”. **African Studies Review**. Vol. 62 (1), 2019, p.8-21.

Honwana, A.. **Youth and Revolution in Tunisia**. London: Zed Books, 2013a.

Honwana, A. **O Tempo da Juventude: Emprego, Política e Mudanças Sociais em África**. Maputo: Kapicua, 2013b.

Honwana, A.. **The Time of Youth: work, social change and politics in Africa**. Sterling, VA: Kumarian Press, Lynne Rienner, 2012.

Honwana, A. & Boeck, F. De (eds). **Makers and Breakers: children and youth in postcolonial Africa**. Oxford: James Currey; Trenton, NJ: Africa World Press; Dakar: Codesria, 2005.

Honwana, A.. **Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Pós-guerra no Sul de Moçambique**. Maputo: Promedia, 2002.

Igreja, V. & Skaar, E.. “A Conflict Does Not Rot’: State and Civil Society Responses to Civil War Offences in Mozambique.” **Nordic Journal of Human Rights**. Vol. 31, No. 2, 2013, p. 149–175.

Kleibl, T. & Munck, R.. “Civil Society in Mozambique: NGOs, Religion, Politics and Witchcraft.” **Third World Quarterly**. Vol. 38 No.1, 2017, p. 203-218.

USAID/Mozambique, “Cross-Sectoral Youth Assessment.” **Policy Report**, Maputo, 2020.

Lundin, I. B. “Traditional Authority in Mozambique”. In: **Decentralisation and Municipal Administration: Descriptions and Development of Ideas on Some African and European Models**, Lundin and Machava (eds). Maputo: Friedrich Ebert Stiftung, 1988.

Mamdani, M. **Citizen and Subject**. Princeton NJ: Princeton University Press, 1996.

Manjate, N.. “Diagnostico participativo do associativismo juvenil em Moçambique: praticas, e ambiente institucional nas cidades de Maputo e Nampula”. Maputo: LINK/Fórum de ONG’s Nacionais e Estrangeiras, 2001.

Manuel, S. (ed), “Expressões da homossexualidade em Maputo”. In: **Estudos Homossexuais**, Vol.1, 2012.



Maputo, Lambda, UNFPA. Civicus & Liga de ONGs em Moçambique/JOINT. In: **Enabling Environment Assessment of CSOs: The Case of Mozambique (EENA)**, 2015. Disponível em: <http://joint.org.mz/wp-content/uploads/2015/10/EENA-MOZ_2015_English.pdf>.

Mayekiso, M. **Township Politics: Civic Struggles for a New South Africa**. New York: Monthly Review Press, 1996.

Mbembe, A.. “Provisional Notes on the Postcolony.” **Africa: Journal of the International African Institute**, Vol. 62, No.1, 1992, p. 3-37.

Nigam, A.. “The Arab upsurge and the ‘viral’ revolutions of our times.” **Interface**. Vol.4 (1), 2012, p. 165-177.

Obarrio, J.. “Remains to be Seen: Third Encounter between State and Customary in Northern Mozambique”. **Cultural Anthropology**. Vol. 25, Issue 2, 2010, p. 263–300.

Parlamento Juvenil, “Juventude e Participação Política em Moçambique.” **Relatório de Pesquisa**. Maputo, maio 2014.

Pfeiffer, J.. “Civil Society, the NGOs and the Holy Spirit”. **Human Organization**, Vol. 63, No. 3, 2004.

Sitrin, M.. **Everyday Revolutions: horizontalism and autonomy in Argentina**. London: Zed Books, 2012.

Sumich, J.. **The Middle Class in Mozambique: The State and the Politics of Transformation in Africa**, Cambridge: Cambridge University Press, 2018.


Tsandzana, D.. “Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados”. **Comunicação e Sociedade**, Vol. 34, 2018, p. 252-265.

Vines, A.. & Wilson, K.. “Churches and the Peace Process in Mozambique”. In: Gifford, P. (ed), **The Christian Churches and the Democratization of Africa**. Leiden, Netherlands, 1996.

Willems, W.. “Theorizing Media as/and Civil Society in Africa”. In: **The Handbook of Civil Society in Africa**. E. Obadare (ed). New York: Springer-Verla, 2014.



POR-VENIRES EN TIEMPOS DISTÓPICOS (O ACERCA DE JUVENTUDES, DESIGUALDADES, PANDEMIA, UTOPIÁS, ESTADOS, LA VIDA, LA MUERTE, Y... ¿ALGO MÁS?)¹

 Mariana Chaves²

COLOQUÉ COMO SUBTITULO de este trabajo “o acerca de las juventudes, la pandemia, el Estado, la vida, la muerte, el porvenir ¿algo más?” y en ese formato enciclopedista traía de alguna manera el libro pionero de Stanley Hall (1937) sobre la cuestión adolescente, y el juego de todo lo que tenemos que tener en cuenta. ¿Parece inabarcable? No se trata de lo abarcable sino de un poco de comprensión, y en ello una apuesta a reflexionar situadamente, es una explicación desde la ciudad de La Plata, en Argentina; y es el equilibrio de mantener la complejidad sin hacerlo complicado; para esto último ya está el no poder abrazar a nuestros seres queridos en estos días de Covid-19.

Centrada la mirada en vidas de experiencia juvenil urbana en una Argentina en emergencia sanitaria, reflexionaré sobre algunas situaciones que estamos viviendo. Obviamente todo lo sucedido acontece so-

¹ Esta forma de subtítulo remite al texto pionero en adolescencia de Stanley Hall (1904), de contexto evolucionista y enciclopédico.

² Antropóloga / CONICET / LECYS, FTS, UNLP / Directora Especialización en Intervención Social con Niños, niñas, adolescentes y jóvenes, FTS, UNLP / FCNyM, UNLP / Org. Social Obra del Padre Cajade. E-mail: chavesmarian@gmail.com



bre una historia, una estructura y unas lógicas preexistentes. “Lo nuevo nace de lo viejo” y en esto la pandemia actúa como “develador” de desigualdades que organizaban la vida social, lo siguen haciendo, y en algunos aspectos se profundizaron. En esa línea de análisis las consecuencias son aún impredecibles para un mediano plazo, pero predecibles para el corto. Está sucediendo ahora la acumulación de desventajas, la brecha digital, el hambre, las muertes jóvenes, y entre otros acontecimientos trágicos también los embanderamientos de “derecha”. La reflexión que realizaremos sobre algunas particularidades de la condición juvenil en este contexto, en tanto revisar cómo viene sucediendo la construcción de autonomía social, y las posibilidades de proyectarse frente a este *por-venir* que parece distópico. La disputa por un horizonte utópico en un tiempo distópico nos permitirá incluir no sólo referencias a utopías encarnadas en jóvenes, sino también a las apuestas estatales igualitaristas como utopías, y la posición de esta investigadora en la búsqueda de por-venires que nos incluyan a todos.

Bajo esos ejes analíticos, el capítulo se organiza en tres subtítulos. El primero contiene reflexiones sobre distopía, por-venir, utopías y supremacías. En el segundo abordó profundización de desigualdades, rol del Estado y algunas políticas públicas en la emergencia sanitaria en Argentina. En el tercero y último, que sirve de cierre, retomo la condición juvenil y los procesos de autonomía como interrogantes en este contexto de pandemia y utopías sin fin.

El imperio práctico de la distopía

“La pandemia es como un golpe seco”, me decía una estudiante de nivel medio en una charla que di en un colegio por plataforma de videollamada. Es el golpe seco de la interrupción de la vida cotidiana tal como la conocías. Trae cierta certeza de la posibilidad de la muerte y trae una certeza absoluta de lo imprevisible, lo no dominable del mundo, y con ese impacto de golpe seco siembra la incertidumbre del



por-venir, aquello que va a suceder, que debe suceder hacia adelante. Sabemos por los trabajos de muchas y muchos investigadores/as que los y las jóvenes deben ser definidos en sus relaciones, de forma situada, contextualizada, relacional, atentos a la pluralidad y la desigualdad. Ese enfoque nos permite un registro singular, una comprensión particular y el reconocimiento de algunas regularidades. Una de esas regularidades es que las y los jóvenes son personas con mayor capital vital. El capital vital es la vida que por media estadística -para no decir normalmente-, te queda por vivir; un acumulado que se atesora y se gasta a medida que pasan los días. Al contrario que otros capitales, ese se achica a medida que pasa el tiempo. Aquello que está por-venir como final es cuando se acaba el capital vital. Si acordamos que una parte constitutiva de la condición juvenil es su carácter de por-venir, -cuidado no confundir con la idea de jóvenes del futuro o sujetos sin presente-, sino en el sentido de unas personas que pretenden y saben que van a vivir más que yo, y que muchos otros/as. Los y las demás también lo sabemos.

Siendo un sujeto del presente que se proyecta en un porvenir como muchos de otras edades, pero que posee mayor expectativa temporal-existencial, es interpelado en su devenir hacia “el futuro” permanentemente por la cultura, el consumo y la industria. Esa idea del sujeto siendo, y siendo para ser, ancla a los jóvenes, da lugar de la existencia en esa expectativa del porvenir. Construye una característica de las múltiples dimensiones identitarias que las y los construyen. Ese por-venir hoy se ve cortado en ese golpe seco, se percibe y representa en parte así; se practica distópico con ese golpe seco. Genera ciertas angustias existenciales, otrora diálogos y también silencios nuevos.

¿Cómo armar una expectativa del porvenir en un tiempo de pandemia? ¿Cómo armar un porvenir cuando se vieron superadas muchísimas de las series televisivas, las películas, los libros del futuro, de la ciencia ficción, todas aquellas estrategias de lo que iba a pasar “el día después” que nos fuera mostrando el arte anticipatorio? Estamos en un



momento que me gustaría llamar del imperio práctico de la distopía, en tanto la cotidianidad se resuelve en imágenes que eran ficcionales. Hoy es puro concreto, el barbijo, la distancia, el aislamiento, la enfermedad, la muerte, lo global de la experiencia comprobada en la expansión del virus, su capacidad magnífica de contagiar deja al desnudo la fragilidad de la especie humana, y da rienda suelta a las bajezas del egoísmo y el sálvese quien pueda, por un lado, o a las solidaridades y sentires colectivos por otro. La economía de la industria farmacéutica, la disputa por las vacunas, su desigual distribución, su acaparamiento, la no liberación de las patentes, todo ello como ejemplo magnífico -pero no por todos aceptado- que la salud y la economía van de la mano como gobierno de las poblaciones. Y que te podrán llevar de paseo al parque, al hospital para todxs, la clínica para pocxs o a ese tiempo-espacio final de nuestros cuerpos, el cementerio.

¿Cómo instalar utopías en un imperio práctico de la distopía? Recordemos en palabras de Korol a Paulo Freire en su concepto de utopía “No se trata, por lo tanto, de una esperanza ingenua, sino de aquella que se moviliza para poder concretarse” (Korol, 2006, p. 199). Algunas de las utopías disponibles en estos días son -o las hemos calificado como- utopías de derecha, esto querría decir que interpretan y proponen una sociedad con vida digna para una minoría. “El resto” sobra. Defienden ese proyecto además de muchos/as de los que ya tienen vidas más que dignas, diría obscenas en su acumulación y apropiación de riqueza, muchos otros/as que tienen menos y cientos de miles infinitamente menos. Es decir, ese proyecto de sociedad también es defendido por personas que no son ni serán nunca parte de esa minoría. Así funciona la construcción de hegemonía, nos lo enseñó Gramsci (1985) en el siglo pasado, y en su forma de identificación con el dominador lo explicaron los pensadores de la emancipación de África y América Latina³. Emergen así lo que podemos denominar radicalizaciones del odio y supre-

³ Recomiendo el texto de Claudia Korol (2006) y el clásico de Darcy Ribeiro (1992).



macías minoritarias. Interesante volver a leer el texto de Arjun Appadurai (2013) sobre el rechazo de las minorías que daba luz hace varios años sobre esos procesos para la India.

En las acciones supremacistas hay jóvenes, estas radicalizaciones del odio no están compuestas necesaria o mayoritariamente por jóvenes, por lo menos en el caso de Argentina, pero hay varias y varios. ¿Qué los convoca? No tengo respuestas absolutas sobre eso, está sucediendo. Hay colegas que están mirando, los leo. Encuentro puntos de contacto con otros momentos de la historia donde los jóvenes se sintieron parte de supremacías en forma numerosa, las imágenes más clásicas nos traerán la memoria de los *fasci di combattimento* de la Italia fascista y las multitudes hitlerianas (Passerini, 1996). No estamos ahí. Pero es una posibilidad de la existencia el pensar al otro como no necesario, como descartable, como inservible, como sujeto de odio. Rememoro sin adherir totalmente a las interpretaciones de Erik Erikson (1992) cuando en el marco de su explicación sobre identidad, crisis y juventud remitía al atractivo de los totalitarismos y el esfuerzo que debían hacer las democracias para atraer a lxs jóvenes. El percibirse exclusivo y el sentimiento de superioridad son posibilidades certeras de anclaje identitario.

Hay otras utopías disponibles. Otra utopía posible son las que denominamos de izquierda, allí también hay jóvenes. Algunos los llaman “radicalizados”. Son sectores poco numerosos y no están logrando construir hegemonía. Dan batalla, pero siguen, en mi país, sin posibilidad de gobierno. En el caso argentino, además de la izquierda y la derecha, ¿hay utopías de centro?, difícil explicar el peronismo, nombrémoslo utopía de justicia social. Para tener una idea más cercana lo caracterizo como un proyecto de ejercicio y ampliación de derechos, con fuerte eje en la noción de trabajo y derechos sociales en el marco del capitalismo. A esa utopía de la justicia social se suscriben muchos y muchas jóvenes: las juventudes militantes del Estado benefactor, peronistas y/o kirchneristas. Ha habido una revitalización de la política en las últimas



décadas en Argentina en torno a todo lo que agrupa una gran idea de justicia social, independencia económica y soberanía política en la que participan distintos partidos políticos y movimientos sociales que, en la última elección presidencial, tomaron forma de un frente electoral⁴ y se accedió al gobierno nacional y de varias provincias. Muchos y muchas de esas jóvenes hacen actividad comunitaria. Muchos y muchas de esos jóvenes organizan su vida cotidiana en función de la acción política. A esos y a esas jóvenes los llamamos militantes. Algunos de esos militantes ocupan cargos en la gestión pública y militan el Estado (Vazquez, 2014; Mutuverría, 2020).

¿Todos esos lugares mencionados como espacios políticos son lugares de gestación del porvenir? Sea la idea supremacista de la radicalización del odio, sea la idea de la izquierda, sea este otro ejemplo de los sectores de la justicia social. A todos ellos la política, sus ideas y acciones colectivas, les resuelve de alguna manera la integración social, el ser-siendo-para ser desde un lugar legitimado en la matriz cultural Argentina, que es la identidad de actor político (Chaves, Galimberti y Mutuverría, 2016). Desde esa idea hablo de la política como espacio de inclusión social, del ser parte, del tener una proyección, del por-venir como decíamos antes. Son posibilidades de sembrar utopías en la distopía. Claro, estoy hablando de proyectos ideológicos muy diferentes entre sí. Desde aquellos que suponen una vida posible para la mayoría en sociedades más igualitarias a otros que suponen la eliminación de algunos sectores de la sociedad. Si revisáramos los discursos del odio o de la radicalización del odio encontraríamos allí argumentos de legitimación y la justificación de muchas de las muertes que suceden.

4 Frente de Todos.



La pandemia clasista

En el campo de la movilidad social, el desarrollo más general fue el aumento de los niveles de aspiración entre todos los estratos de la población sin el desarrollo de las posibilidades adecuadas de integración. Muchas élites intentaron desarrollar y mantener tipos de movilidad restringida y patrocinada, pero, al mismo tiempo, no pudieron limitar las aspiraciones de los diversos grupos a estas oportunidades limitadas. Por otro lado, hubo una continua intensificación de la lucha por la movilidad más allá de la capacidad de absorción de muchas de las posibilidades ocupacionales existentes, y del impacto de la selección educativa.

Samuel Eisenstadt, 1969, p. 141, traducción propia.

No es una sorpresa que la salud y las condiciones de vida vayan de la mano, lo dije en otras palabras en párrafos anteriores, y ahora lo retomo en la frase que suma interrogante de Aurelia Di Berardino (2021) en un texto que me resultó inspirador: “No es una sorpresa que salud y condiciones de vida vayan de la mano, lo raro es que nos cueste tanto llamar a las cosas por su nombre”.

Traigo en auxilio para ayudarnos a nombrar la noción multidimensional de la desigualdad con la que varios investigadores/as venimos trabajando. Un autor de referencia para eso en América Latina es el antropólogo mexicano Luis Reygadas (2004), que organiza en este enfoque multidimensional herramientas conceptuales y metodológicas tanto de las teorías individualistas como de las teorías de la interacción y las teorías estructurales de la desigualdad. Si el fenómeno es multidimensional y logramos caracterizarlo en sus múltiples dimensiones -valga la redundancia-, nos permitirá ver lo que sucede en el individuo, en la interacción social, y en lo estructural; y allí cual insight gestáltico (aunque por el comentario pareceré conductista) se debería producir la comprensión de la pregnancia, la persistencia, la fortaleza, el poder simbólico-material de las desigualdades (Chaves, Fuentes y Vecino, 2016). En ello hacen sentido tanto el enfrentamiento que le hacen las



utopías igualitaristas como la legitimación de las utopías supremacistas de las que escribí antes.

En la posición de asumir la posibilidad -y a la vez la dificultad- de achicar las brechas de desigualdad, la salida deberá ser con la misma lógica, es decir, una política multidimensional. En este tiempo de pandemia, cuando se empieza a hablar de desigualdad, se incluye un comentario ya clásico y repetido, pero no por eso menos verdadero: las desigualdades se han profundizado. Las cifras para Argentina mostraron que para el segundo semestre de 2020 el incremento interanual de “los hogares pobres lo hicieron de 5,7 p.p. y las personas bajo la línea de pobreza, en 6,5 p.p.; mientras que los hogares indigentes aumentaron en 2,1 p.p. y las personas bajo la línea de indigencia, en 2,5 p.p” (INDEC, 2021a, p. 4). ¿Cuántos? “para el universo de los 31 aglomerados urbanos de la EPH (Encuesta Permanente de Hogares), por debajo de la Línea de Pobreza se encuentran 2.926.890 hogares que incluyen a 12.000.998 personas y, dentro de ese conjunto, 720.678 hogares se encuentran por debajo de la Línea de Indigencia, e incluyen a 3.007.177 personas indigentes” (INDEC, 2021a, p. 4).

La condición estructural y la condición de desigualdades en la interacción y a nivel de individuo existían previamente. El proceso de emergencia sanitaria, de aislamiento social, para el caso de la región que yo investigo y en la que vivo lo que ha hecho es profundizar muchas de esas condiciones. Para el caso de los jóvenes en particular voy a hacer mención someramente a tres elementos: trabajo, educación y sostén del Estado y organizaciones sociales. Pero antes más números, porque no es sólo la clase, es además en su intersección con género, edad y territorio que gana fuerza la desigualdad:

En cuanto a los grupos de edad según condición de pobreza, se destaca que **más de la mitad (57,7%) de las personas de 0 a 14 años son pobres**. El mayor crecimiento con relación al semestre anterior se observó en este grupo con un aumento de 1,4 p.p.; y en el grupo de 30 a 64, con una suba de 1,0 p.p. El porcentaje total



de pobres para los grupos de 15 a 29 años y de 30 a 64 años es de 49,2% y 37,2%, respectivamente. En la población de 65 años y más hubo un leve aumento ubicándose en 11,9% bajo la Línea de Pobreza. (INDEC, 2021a, p. 4).

De los desocupados hay mayor porcentaje en la franja de 15 a 29 años, y en las mujeres, como ya venía sucediendo (INDEC, 2021b, p. 8). La situación frente al trabajo es uno de los elementos que quería traer, y no solo mencionarla en la dicotomía ocupado-desocupado, sino en tanto sabemos que la situación del mercado de trabajo va a quedar en peores condiciones para los y las que ya venían con desventaja. En términos de procesos de integración al mercado laboral, y en ello de posibilidades de autonomía en el curso de vida, la pandemia ralentizará el proceso probablemente en términos absolutos; pero además la precariedad, inseguridad laboral y diversas formas de trabajo sin regulación que hemos ido registrando que se incrementaron. Frente a la imposibilidad de circulación por las ciudades resultado de las medidas necesarias para la reducción de los contagios, y siendo esa presencialidad el sostén de la economía “informal”, ya vimos en el territorio como golpeó de lleno. Las políticas públicas -que en el caso de Argentina son relevantes- sirvieron para sostener y tal vez no llegar a la indigencia (en páginas siguientes se detallan algunas medidas).

El mayor empobrecimiento de los y las que ya eran pobres, y de los sectores medios asalariados y cuentapropistas, sumado a cuatro años previos de gestión neoliberal del Estado y del mercado promovieron trayectorias de continuidad de la acumulación de desventajas (Assusa y Chaves, 2019), y de aquello que titulábamos con Eugenia Rausky como “vivir trabajando -y seguir- en la pobreza” (Rausky y Chaves, 2019). El mercado de trabajo va a quedar en situación más difícil para la integración de nuevos/as trabajadores/as, y éstos son siempre mayormente jóvenes.

El segundo elemento que prometí comentar es la educación. En Argentina el nivel medio educativo es obligatorio, al igual que la pri-



maria y la última sala del jardín de infantes, con lo que llegamos a 13 años de educación, como derecho social y como obligación del Estado. Por la Covid-19 la modalidad de trabajo educativo se ha transformado a la forma remota, “virtualizamos la enseñanza” decimos, y lo enmarcamos en un proceso de continuidad educativa. ¿Si había pandemia que no se note? No, no fue esa la intencionalidad, y si lo hubiera sido era un fracaso, porque claramente todos/as nos dimos cuenta de que ya no estábamos en los edificios, que no podíamos salir de casa, tomar el transporte escolar, o el público o el auto particular, y llegar a ese otro lugar. Espacio escolar para les estudiantes, espacio laboral para los y las docentes. De un día para otro, sí, en aquel golpe seco que contaba la estudiante secundaria, pasamos a no separar más el espacio de la casa del de trabajo, del de estudio, del ocio, a vivir horas todos/as juntos en el grupo que habitara la vivienda, como nunca había sucedido. Pasamos a conectarnos por dispositivos e internet. ¿En serio? Bueno, los y las que tenían. Se vio más lo que ya sabíamos, que no había internet en todos lados, que no había computadoras, que en algunos casos tampoco celulares, que no teníamos capacidades digitales, que no teníamos conocimientos de enseñanza virtual, que no era posible para todos/as.

El proceso que seguimos viviendo de continuidad educativa ha incrementado la brecha en la desigualdad en el acceso porque vastos sectores de la población, los sectores más pobres (y los no tan pobres), no disponían de infraestructura tecnológica y conectividad para poder participar de un proceso de virtualización educativa. Ese es uno de los grandes temas de discontinuidad que habrá que ocuparse, cuando podamos volver, más no sea de forma intermitente a la presencialidad, y que es urgente en el aquí y ahora políticas que mejoren las condiciones de acceso a los equipos y conectividad.

Tercer elemento el papel del Estado a través de políticas públicas. Esa lectura tiene que estar muy atravesada por el análisis histórico y situado de la diferencia de las matrices socio estatales de los distintos paí-



ses de América Latina, por lo menos, y del mundo si se hacen miradas más amplias. Para el caso argentino, vale caracterizar que poseemos un desarrollo Estado céntrico, donde los derechos sociales están vinculados a la posición del trabajo. El acceso a derechos, y la concepción de derechos, ha sido históricamente disputado por diferentes formas de concebir y llevar adelante la gestión del gobierno estatal. El peronismo, del que hablamos en el primer subtítulo de este texto vinculándolo a las utopías igualitaristas, cada vez que estuvo en el gobierno llevó adelante procesos de distribución. Muchas veces insuficiente, muchas más sin posibilidad de continuidad, sea por crisis económicas, internas políticas, sea por la pérdida de la posición de gobierno.

El Estado cumple un papel central en esta gestión de la pandemia, no solo en los aspectos de sistema de salud como ya mencionamos, o de educación, sino fundamentalmente en la posibilidad de la distribución de la acumulación desigual de la riqueza. Hay quienes no dejaron de ganar en este contexto, y hay algunos que han ganado más que nunca. Para lograr un aporte de los grandes acumuladores se creó lo que mediáticamente se llamó “impuesto extraordinario a las grandes fortunas”, aprobado luego de arduos debates y en proceso de implementación, cuyo nombre legal es Ley nacional 27605 de Aporte solidario y extraordinario para ayudar a morigerar los efectos de la pandemia⁵. Algunos ricos y famosos judicializan la medida buscando excepcionalidad para no pagar, invocan la nunca maltratada noción de propiedad privada, y la eterna y vapuleada noción de “libertad”. Como si la riqueza la hubieran generado ellos. Cabría explicarles la diferencia entre apropiación de plusvalía y generación de plusvalor, pero demos continuidad a otras formas del papel del Estado. Coloco como ejemplo de intervención del Estado en la distribución y en la morigeración de los efectos económicos de la pandemia cinco políticas públicas de alto impacto para la población en general y en particular para el sector juvenil: 1) Amplia-

⁵ Ley 27605 <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/238732/20201218>



ción de la población e incremento de los montos de la Asignación Universal por Hijo (AUH)⁶; 2) Ampliación de la población e incremento de montos de la Asignación Familiar por Embarazo para protección social (AUE)⁷; 3) Expansión e incremento del monto de la Tarjeta Alimentar en el marco del Plan Argentina contra el hambre⁸; 4) Creación del Programa de Asistencia de Emergencia al Trabajo y la Producción (ATP) consistente en pago por parte del Estado de un porcentaje de los salarios de las empresas que cumplían determinados requisitos⁹; 5) Creación del Ingreso Familiar de Emergencia (IFE)¹⁰. Todas esas políticas hicieron que el Estado registrara a más personas, en sus diferentes situaciones, y particularmente la implementación del IFE puso en evidencia que un sector importante de los desiguales no estaban en la mira del Estado, le puso números y nombres a todo aquello que se mencionaba -por algunos vagamente- como “economía social o popular”.

El subtítulo de la pandemia clasista quiere denotar no solo el carácter desigual de sus efectos, sino también que permitió visibilizar, en mi país, a una clase de trabajadores, muchísimos de ellos y ellas jóvenes, que viven en la precariedad, que tienen trabajos precarios, que lo que hacen hay un montón de personas que no lo llaman trabajo sino ayuda, cuidar hermanos, cuidar la casa, cargar baldes, levantar paredes, limpiar, sembrar, cosechar, vender. Jóvenes con experiencias y trayectorias. Es preciso convocar al Estado a una articulación con las organizaciones comunitarias, que dentro de ellas hay muchos/as jóvenes, y a las organizaciones juveniles que tienen algo por decir, que tienen proyectos del porvenir para dar algunas soluciones a las situaciones que atraviesan, para generar espacios de diálogo, para poder hablar de

⁶ Para ampliar ver <https://www.anses.gob.ar/asignacion-universal-por-hijo>

⁷ Para ampliar ver <https://www.argentina.gob.ar/solicitar-la-asignacion-familiar-por-embarazo-para-proteccion-social-aue>

⁸ Para ampliar ver <https://www.anses.gob.ar/tramite/tarjeta-alimentar>

⁹ Para ampliar ver <https://www.argentina.gob.ar/produccion/medidas-pymes-covid/atp>

¹⁰ Para ampliar ver https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ingreso-familiar-emergencia_lectura-facil.pdf



la situación particular que están atravesando y encontrar en ese diálogo varias soluciones.

Lo por-venir: condición juvenil, pandemia y utopías

Esta noción de ser-siendo-para ser como interrogante continuo, como pregunta sin respuesta de: ¿cómo va a ser mi integración social? ¿podré comer? ¿trabajar? ¿tener una familia? ¿una casa? ¿cómo es devenir adulto/a? ¿hay que lograr cosas? ¿se llega naturalmente? ¿te ayudan? ¿cómo sabes cuando estás ahí? Pareciera que la propuesta societal para la juventud es vivir en la pregunta, en ese espacio liminar que a veces se ha descrito para la juventud, donde se constituye el sujeto/la sujeta joven, es ahí, en ese tiempo/espacio, que otros disminuyen como existencia, donde se produce la juventud y la construcción identitaria en clave etaria (además de otras intersecciones obviamente).

Así como caracterice una regularidad de la condición juvenil en esa proyección del porvenir, otra de las regularidades que encontramos en la condición juvenil es el proceso de autonomización. Sea el separarse de los padres de alguna manera, finalizar la relación con las instituciones educativas, irse con autonomía de vivienda y/o económica, básicamente la idea es constituirse como sujeto autónomo y poder tener en las propias manos la capacidad de gobierno del tiempo, el espacio y el cuerpo. Generar la propiedad, la apropiación de los mismos y el derecho a decidir sobre ellos. Decisión sobre mis acciones y no participar tanto, o por lo menos disputar la posición de subordinación y de heteronomía, y trabajar hacia una autonomía. Ese proceso se ha complejizado y obstaculizado en la pandemia. No solo por todas las dimensiones de la desigualdad que ya describimos, sino también porque por ejemplo una de las cuestiones que provocó el aislamiento social por la Covid-19 fue que los adolescentes y jóvenes tuvieran que estar muchos meses con sus madres y padres o con quienes convivieran. ¿Y el espacio propio? ¿y el tiempo de la separación? ¿y



el tiempo-espacio entre pares? No todos los núcleos familiares tienen la posibilidad de la habitación particular del adolescente con tecnología instalada, separación, etc.; pero así y todo los sectores medios y altos que lo tuvieron, esa convivencia forzada ha sido una de las dificultades, de los padecimientos, en palabras de muchos y muchas jóvenes para trabajar en ese proceso de autonomía. La pandemia en gran medida sustrajo esa posibilidad. Provocó que se dificultara más, si ya de por sí era un proceso difícil, se les dificultara aún más la autonomización porque la distancia temporal y espacial ayudaba. Por eso resulta una práctica expandida e interesante quedarse toda la noche despierto fuera del horario en que funciona la familia en muchos casos, usar tecnologías que otros no usan, y diversos intentos de crear mundos propios. Tal vez de narrar porvenires con otrxs.

Como deseo de último párrafo escrito en la coyuntura del aislamiento social y preventivo obligatorio (ASPO), me gustaría que a corto plazo pudiéramos contar sobre el fin de la pandemia. Que quedemos vivos y vivas muchos/as para construir el relato de la postpandemia. Pero retomando a Di Berardino a veces pareciera que esta es “una conversación destinada al fracaso en la medida en que no nos entendemos parte de la misma trama” (2020, p. 1). La gestión de la población, la biopolítica de manual que estamos viviendo diferencialmente por países, por regiones, por clases -como ya vimos, hará que muchos/as queden sin voz. ¿Por quién será narrado el porvenir? ¿cómo harán los y las jóvenes -¿cómo haremos las/los adultos/as?- para proyectarnos en alguna certeza? ¿para atarnos a alguna red? Seguir, sin fin, con los relatos de las utopías, para hacerlas realidad, como esperanza que se moviliza colectivamente para concretarla (Freire, 2018). Estar atentos a los proyectos ideológicos de excepcionalidad y supremacía, el privilegio jamás es para muchos. En tiempos distópicos de vida y muerte que se mide/muestra cotidianamente en las pantallas de tv, movilizar la noción de solidaridad y vida en común como única posibilidad para lo por-venir es una respuesta de vida altamente política. Debe suceder ahora, en el



estar-siendo, como los y las jóvenes. No es para después, no son para después. En este espacio liminar del presente pandémico, compartamos porvenires.

Referencias bibliográficas

Appadurai, Arjun. **El rechazo de las minorías: Ensayo sobre la geografía de la furia**. México: Tusquets, 2013.

Assusa, Gonzalo y Chaves, Mariana. “Jóvenes, trabajo y pobreza en Córdoba y La Plata (Argentina)”. **Actas VI Reunión Nacional de Investigadoras/es en Juventudes**. Argentina, Córdoba, 2018. Disponible en: <<http://redjuventudesargentina.com/wp-content/uploads/2019/08/GT17-VI-ReNIJA-C%C3%B3rdoba-2018.pdf>>.

Chaves, Mariana. “Biopolítica de los cuerpos jóvenes: aproximación e inventario” **Revista de Ciencias Sociales KAIROS** N° 14, 2004. Disponible: <<http://www.revistakairos.org/wp-content/uploads/mariana-chaves.pdf>>.

Chaves, Mariana, Sebastián Gerardo Fuentes y Luisa Vecino. **Experiencias juveniles de la desigualdad. Fronteras y merecimientos en sectores populares, medios altos y altos**. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2016. Disponible: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20171218041618/Experiencias_juveniles_de_la_desigualdad.pdf>.

Chaves, Mariana, Galimberti Carlos y Mutuverría Marcos. “Cuando la juventud se pone en marcha el cambio es inevitable: juventudes, acción política, organizaciones y Estado en Argentina”, en Vommaro, P. (coord.) **Movimientos juveniles y revoluciones sociales en el Siglo XXI**, La Habana: Ruth Casa Editorial, 2016.

Di Berardino, María Aurelia. “Sindemia: en torno a la potencia de las taxonomías”. **Boletín de posgrado UNLP**, 2020. Disponible en: <<https://mailchi.mp/096c53d0b198/boletn-informativo-1781410?e=d0f1de2a46>>.

Eisenstadt, Samuel. “Changing Patterns of Youth Protest in Different Stages of Development of Modern Societies”. **Youth Society** 1; 1969.

Erikson, Erik. **Identidad, juventud y crisis**. Madrid: Taurus, 1992.

Freire, Paulo. **Pedagogía de la esperanza**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

Gramsci, Antonio. **La política y el estado moderno**. Barcelona: Planeta-Agostini, 1985.

Hall, G. Stanley. **Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education**. New York: D. Appleton and Co, 1937.



INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censos). “Incidencia de la pobreza y la indigencia en 31 aglomerados urbanos. Segundo semestre de 2020”. **Condiciones de vida**. Vol. 5, n° 4, 2021a. Disponible: <https://www.indec.gov.ar/uploads/informesdeprensa/eph_pobreza_02_2082FA92E916.pdf>.

INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censos). “Mercado de trabajo. Tasas e indicadores socioeconómicos (EPH) Cuarto trimestre de 2020”. **Trabajo e ingresos**. Vol. 5, n° 1, 2021b. Disponible: <https://www.indec.gov.ar/uploads/informesdeprensa/mercado_trabajo_eph_4trim20126C4AD8D8.pdf>.

Korol, Claudia (2006). “Pedagogía de la resistencia y de las emancipaciones”. En Ceceña, A. E. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Sujetizando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponible en: <<http://biblioteca-virtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Claudia%20Korol.pdf>>.

Mutuverría, Marcos. **La inversión emocional en la política. Juventudes, peronismo, pasiones e igualdad**. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2020.

Passerini, Luisa. “La juventud, metáfora del cambio social: dos debates sobre los jóvenes en la Italia fascista y en los Estados Unidos durante los años cincuenta”. En Levi, Giovanni y Schmitt, Jean Claude (comp.) **Historia de los jóvenes 2**. Madrid: Taurus, 1996.

Rausky, María Eugenia y Chaves, Mariana (eds.). **Living and working in poverty: trajectories of children, youth and adults in Latin America**. Palgrave-MacMillan: New York, 2019.

Reygadas, Luis. “Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional”. **Política y Cultura**, 22. UAM – Xochimilco, 2004, p. 7-25.

Ribeiro, Darcy. **Las Americas y la civilización: Proceso de formación y causas del desarrollo desigual de los pueblos americanos**. Lima: Biblioteca Ayacucho, 1992.

Vázquez, Melina. “Militar la gestión: una aproximación a las relaciones entre activismo y trabajo en el Estado en Argentina en las gestiones de gobierno de Cristina Fernández de Kirchner”. **Apuntes. Revista de Ciencias Sociales**; 74, 2014, p. 71-102.



SITUAÇÃO DA JUVENTUDE E DESAFIOS PÓS- PANDEMIA¹

 Carles Feixa²

BOM DIA. BOA TARDE. Bom dia, na América. Boa tarde, na Europa. É um grande prazer compartilhar essa sessão com dois grandes amigos, como Frank Marcon e Mariana Chaves, e ter a oportunidade de conhecer Alcinda Howana, a quem eu também li e usamos seus conceitos numa investigação sobre as juventudes no Norte da África depois da Primavera Árabe. Eu gostaria de falar em português, mas penso que ao fim falaria *portocatanhol* e não daria para compreender minhas palavras. Então falarei em espanhol.

É um pouco difícil encerrar esta mesa redonda, depois de duas intervenções tão profundas e, ao mesmo tempo, um tanto poéticas, de Mariana Chaves e Alcinda Howana. Eu irei aterrizar em aspectos um pouco mais concretos (ainda que, como sabem, eu goste muito da teoria) e tentarei centrar no que chamo a tríplice crise da juventude, vivida neste ano de 2020, que é um pouco a de transição em muitos sentidos. Como um rito de passagem coletivo ou geracional do que mais tarde

¹ Transcrição e tradução do espanhol para o português realizadas por Taís C. S. de Figueiredo, da apresentação do autor na Mesa Redonda “Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e de radicalização política”, durante o III Seminário Nacional de Sociologia, da UFS. A mesa pode ser acessada em: https://www.youtube.com/watch?v=ZwioN_TXWJM&t=3678s

² Universitat Pompeu Fabra – Barcelona/Espanha.



proponho chamar de “geração viral”, no duplo sentido de: exposição ao coronavírus e a rápida transmissão de informações entre as novas gerações. E que, de algum modo, conecta com a última frase de Frantz Fanon, que antes eu não conhecia, sobre as gerações: “cada geração tem que desenvolver sua missão histórica, cumpri-la ou trai-la, ainda que, às vezes, poder cumpri-la ou poder trai-la esteja muito condicionado pelo poder e pela política que governa essa geração”³.

Vou usar uma breve apresentação e vou compartilhar a tela (espero que estejam vendo minha apresentação, já está aqui)⁴. Então, vou tentar situar como os jovens e, em particular, *os, as* ou *es* adolescentes na Europa, neste caso na Catalunha, viveram este ano de transição. Tentarei fazer também algumas reflexões entre o antes e o depois da pandemia.

Eu falava da tríplice crise da juventude. Por uma parte, a primeira, que é uma crise que vem do passado recente, desta última década, marcada pela crise econômica de 2008, que afetou de maneira especialmente dramática, por exemplo, o emprego juvenil, e que resultou nos movimentos de protestos (dos quais Alcinda Honwana também nos falou). A segunda crise é a crise recente, a crise sanitária do coronavírus. Ainda que os jovens não sejam as principais vítimas diretas, podem vir a ser no médio e longo prazo devido as suas consequências. E a terceira crise, que permeia tudo isso, que já estava antes e que seguirá depois, que é a crise climática global, em que os jovens, através do movimento *Fridays For Future*, foram um marco de vanguarda, o que, ao mesmo tempo, nos remete a crise entre as gerações, da qual falarei adiante.

Frente a essas crises há várias respostas: no passado, a geração anterior, que eu denomino de Geração Hashtag, ou das redes sociais, que protagonizou os movimentos de protestos de 2011 a 2019 (quando recordaram o ano em que também se produziram múltiplas mobilizações

3 Citação livre de passagem escrita por Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra*.

4 Ver apresentação na fala do autor, que pode ser acessada em: https://www.youtube.com/watch?v=ZwioN_TXWJM&t=3678s



juvenis em todo o planeta); no presente, esta Geração que propomos denominar de Viral (com este duplo significado, por haver, de algum modo, o coronavírus como um acontecimento geracional); e, no futuro, a que denomino Geração Blockchain, (a geração da cadeia de dados, da qual falarei adiante).

Meu roteiro terá cinco partes. 1) Um breve Prólogo: sobre antes do coronavírus; 2) A pandemia como marco geracional; 3) A situação da juventude no presente; 4) O desafio das políticas públicas, falando a partir da Europa, mas também com um olhar para a América Latina, e o 5) Epílogo: depois do coronavírus, o que nos espera.

Imagem do primeiro slide da apresentação do autor durante a Mesa Redonda



Prólogo: antes do coronavírus

Começamos pelo antes. Em 9 de março de 2020, Alberto Corsin (@acorsin), antropólogo espanhol, publicou um tuíte, justamente um



dia antes de começar o confinamento em Espanha – quando o governo decretou estado de alarme – que dizia o seguinte:

A história do século XXI começa com o coronavírus:

- redução de emissões
- defesa dos bens públicos (saúde e ciência)
- teletrabalho e semana laboral de 3 ou 4 dias (no que estamos)
- fim do futebol
- fim das macroconferências acadêmicas (ao menos as presenciais, as virtuais estamos vendo que não)
- fim da hegemonia dos mercados financeiros
- fim da turistificação⁵

Depois, em 16 de março, o dia em que começou o confinamento em toda a sociedade espanhola, o mesmo Corsin escreveu outro tuíte⁶, em que havia uma conversa sobre as “possíveis consequências do confinamento sobre os jovens, especialmente aqueles que despertam para a puberdade” – em que se pensa como o processo de *waitthood* também se vive na Europa. “A educação sentimental de nossos jovens hoje configurará a sociedade de estranhos que nos cuidará no futuro” – em que se está pensando que já temos uma certa idade, e sobre o que vai se passar conosco quando nos aposentarmos, quem irá cuidar de nós. “Na puberdade os corpos dos jovens se abrem a diversos mundos sensoriais e afetivos, seus corpos aprendem a ser ‘estranhos’ na cidade, a modular o olhar e o tato, a exuberância e a introspecção, as estruturas e as nuances da amizade”. Nossos jovens, dizia Corsín, antes mesmo do confinamento, “estão sendo bombardeados com imagens higienistas, com uma alta carga de disciplina moral sobre o controle dos corpos: lavar-se, manter distância, não tocar superfícies estranhas, não sair para a rua, etc.”. E, finalmente, “os jovens serão os “estranhos” que cuidarão

⁵ Pelo twitter, Alberto Corsín (@acorsin), em 09 de março de 2020.

⁶ Pelo twitter, Alberto Corsín (@acorsin), em 16 de março de 2020 (10h47 AM).

de nós no futuro. Seus corpos, suas estruturas sentimentais e afetivas, serão eles que organizarão nossas cidades”.

No mesmo dia, depois de algumas horas, eu mesmo respondi à provocação de Corsín no Twitter e evoquei minhas reflexões sobre o debate adolescência, biologia e cultura⁷, que é muito antigo – como comentou Mariana Chaves. Teve início com Stanley Hall, em 1904, descrevendo a adolescência como uma fase de “tempestade e estímulo”, o que Margarete Mead, depois, deu continuidade questionando a suposta crise, se esta era provocada pela natureza ou pela educação ocidental. Em todo caso, a adolescência é, portanto, uma fase de abertura ao exterior, ao espaço público, al *peer-group*, à expansão corporal, pelo que pode resultar difícil suportar várias semanas enclausurados. Por outro lado, os e as adolescentes atuais, pertencentes ao que denomino de Geração@, é a mais bem preparada para uma vida digital, sem o dualismo *online-offline*, corpo-mente, a que vivem os adultos. Viver “confinados” em casa pode provocar tensões, mas também a ocasião nos oferece a oportunidade de aprender outras formas de nos comunicarmos entre gerações sucessivas. Também é uma situação para que os adultos, pais e mães, neste caso, escutemos aos jovens sem preconceitos e juntos renovemos nossa (auto)educação sentimental e nossa educação *tout court*.

A pandemia como marco geracional

Bem, obviamente isso, tanto Corsín como eu escrevemos antes de saber o que nos esperava e não podíamos imaginar o que viria depois. Nesse momento, em março, estávamos cheios de dúvidas. De qualquer modo, a pandemia atual pode ser interpretada como uma marca geracional, no sentido clássico em Espanha de Ortega e Gasset, ou no sentido de Karl Mannheim como unidade geracional. Para que se exista, para que se construa uma geração, se deve ter duas condições, dois fa-

⁷ Pelo twitter, Carles Feixa (@CFaixa), em 16 de março de 2020 (10h42 PM).



tores: a experiência geracional, um fato, ou um conjunto de fatos, que marque a vida desses jovens e, por outro lado, pela tomada de consciência e ser conscientes de que esse acontecimento é fundamental em suas vidas. Nesse caso, o acontecimento geracional histórico, durante o século XX, foi inicialmente provocado pelas guerras, pelas revoluções, nos anos 1960 pelos movimentos de protesto, e pode ser causado também pelas catástrofes naturais, como foi o terremoto no México 1985, por exemplo, e obviamente também pode ser causado por pandemias.

Não tínhamos consciência disso, pensávamos que as pandemias eram coisas do passado, da idade média, da peste, ou bem da última, a famosa gripe espanhola, que na realidade não foi espanhola, foi mundial, se não me engano em 1917, depois da primeira guerra mundial. Nesse caso, a marca geracional tem efeitos adicionais, não é apenas a coincidência do tempo de chegar à juventude durante a pandemia, em meu caso eu vivi diretamente, como depois explicarei, porque minha filha Xao, coautora do livro que antes Frank Marcon comentou, completou 18 anos, atingindo a maior idade em julho de 2020, em plena pandemia, logo após o desconfinamento.

De qualquer modo, o que denomino a Geração Viral se pode analisar a partir de quatro pontos de vista: Em primeiro lugar, como experiência geracional, os dois meses confinados e o difícil desconfinamento – e esta educação a distância e a desigualdade de gênero, que antes Mariana Chaves comentava. Em segundo lugar, a consciência geracional que, neste caso, se expressa, sobretudo, através da cibercultura, através dos ciberespaços – o fato de poder compartilhar vídeos, imagens, canções pelo YouTube ou pelo Facebook. Em terceiro lugar, há um emblema geracional claríssimo que é esta máscara de proteção que está onipresente, como ilustra a imagem inicial [desta apresentação] – um desenho de minha própria filha Xao. E, finalmente, há, também, estigmas geracionais. Posto que, ao menos na Espanha, os jovens são considerados culpados, e se lhes segue culpando também por serem os responsáveis por alguns surtos de vírus, produzidos depois do confina-



mento, como resultado de sua obsessão por divertir-se – o que na Espanha se concretiza no famoso *botellón*, que são as festas ao ar livre, onde se bebe garrafas de álcool combinado com refrescos, que em teoria estão proibidos porque tem proliferado, tem existido, em parte, porque são caras as discotecas, ou os bares e os cafés, algo onde os jovens não podem estar, e por isso optam em ir aos espaços públicos.

Durante os últimos meses, constantemente, os sanitaristas e os políticos têm culpado os jovens pelo aumento do vírus, por irem ao *botellón* ou por fazer festas e por conviverem demasiadamente e depois contaminarem seus familiares. Curiosamente, em contrapartida, por exemplo, na Espanha o *botellón*, que ocorre em espaço público, onde há menos risco de que o vírus circule, é o culpado pelo aumento de casos de coronavírus, mas ninguém culpou o processo seletivo que o governo resolveu manter e que concentrou em espaços fechados, durante uma semana inteira de julho, milhares de jovens, incluindo minha filha, para fazerem o exame de ingresso à universidade.

A situação da juventude

Qual é a situação da juventude e o que tem acontecido? Simplificando muito, podemos distinguir em três grandes etapas: a pré-pandemia, a pandemia e a pós-pandemia.

A **pré-pandemia** – considerando a última década, que na Espanha e na Europa em geral (mais ao sul) se caracterizou pelo forte impacto da crise socioeconômica sobre o que eu denomino de Geração Hashtag – se estende desde o ano dos protestos de 2011, dos indignados, até 2019, e se caracteriza pelo que nossa equipe de investigação denomina, por um lado, de juvenicídio econômico: a expulsão do mercado laboral e o alargamento da dependência econômica; e, por outra parte, de juvenicídio moral: a expulsão da juventude da tomada de decisões e a estigmatização de seus comportamentos, como acabo de ilustrar com o caso do *botellón*. Em resposta a essa situação, se produziram os empoderamentos



juvenis locais. São locais porque nunca, desde 1968, houvera tantas mobilizações, mas ao mesmo tempo cada uma delas responde a fatores muito locais. Hong Kong teve algumas características, a Primavera Árabe teve outras, no Equador os protestos contra o governo atual tiveram outras causas. Quer dizer que em quase todo o mundo, e não só no ocidente, houve levantes juvenis, mas em cada lugar houve, por uma parte, uma consciência geracional global, mas com causas de protestos muito localizados.

Durante a **pandemia**, a situação também teve três etapas, ou está tendo três etapas, que, obviamente, em cada país são distintas. Durante o “confinamento”, o que no livro “Adolescentes Confinad@s” temos investigado, é que na Catalunha se concentrou na cultura do quarto e na cibercultura. É verdade que nem todos os jovens têm um quarto individual com internet de alta velocidade e com múltiplos dispositivos móveis, mas, no entanto, em quase qualquer lugar do mundo, hoje em dia, inclusive os jovens mais marginalizados ou os mais distantes da centralidade sabem ou têm algum contato com a cibercultura, e a sua maneira se conectam com o mundo digital. Em nosso caso, estarmos próximos da “cultura do quarto” nos permitiu que os dois ou três meses de confinamento fora habitável, fora vivível, não apenas para eles, mas para seus pais e mães. Tornaram nossas vidas muito mais agradáveis, nos ensinaram a jogar videogame, a assistir a última série, a conhecer a última mensagem ou vídeo do YouTube. Portanto, digamos, que isso nos permitiu que o confinamento não fosse uma prisão, mas fosse sim um espaço, um momento único, um espaço um pouco fora da realidade comum, mas que também podia ser divertido.

O problema veio com o “desconfinamento”, quando da distância dos seus pares se passou para a proximidade social. Essa necessidade que os e as adolescentes têm de estarem próximos de seus companheiros, de seus pares, e alguns já um tanto cansados de estarem três meses convivendo com seus pais e mães. Isso produziu o que comentei antes, alguns surtos do vírus, às vezes, também uma sensação de



estranheza, de sentimento higienista, de estar em contradição entre uma pressão muito grande de manter a distância e uma necessidade íntima de voltar a recomeçar. Em meu caso, em Lleida, na Catalunha, a primeira cidade que se reconfinou, houve um grande surto do vírus, ao qual se culpou aos jovens pelo *botellón*, mas também se culpou a outros jovens, excluídos, que são jovens imigrantes procedentes da África subsaariana, pois muitos deles chegaram para trabalhar na colheita de frutas e obviamente que por viverem em condições precárias foram considerados culpados pelo aumento do coronavírus na cidade naquele momento.

Por último, a etapa **pós-pandemia** é um pouco o futuro, o futuro na linha contra-utópica, ou distópica como comentou antes Mariana Chaves. Por uma parte, se pode tratar de uma geração *descoronada* [descoroada], no sentido literal, posto que se caracterizará por uma precarização laboral, pelo retorno do higienismo, a obsessão pelo controle dos corpos e a recepção de certas normas para controlá-los; e o adultocentrismo, o governo, o poder absoluto nas mãos do mundo adulto com a justificativa de salvar o mundo, salvar o planeta do vírus. Em segundo lugar, ao mesmo tempo, é a Geração Blockchain, que atribuo às chamadas culturas colaborativas. Quer dizer, à intensificação do *coworking*, do *cohousing*, do artivismo, das múltiplas experiências colaborativas, criativas (como Alcinda Howana comentou), as quais os jovens quase que por sobrevivência, por fazer da necessidade virtude, estão se envolvendo, já se envolviam na última década e que o coronavírus acelerou. Isso leva à ampliação dos Movimentos Sociais 3.0, cujo precedentes são os movimentos neofeministas, como o Me Too, os movimentos neoambientalistas, como o Friday For Future, e, também, nos últimos meses, os movimentos que podemos denominar neocivilistas, pelos direitos civis das minorias étnicas e raciais, como Black Lives Matter. Os três movimentos, não por casualidade, digamos, são protagonizados ou liderados por jovens e frequentemente por adolescentes.



Não tenho tempo para explicar em detalhes os desafios das políticas públicas, mas isso implica em um desafio muito importante para as políticas de juventude, posto que, como quem está morrendo não são os jovens, são as pessoas idosas, e quem nos governa e quem decide são os adultos e, muitas vezes, aos jovens se destina à margem, as primeiras políticas a sofrerem cortes fiscais são as políticas de juventude, as políticas educativas, as políticas de trabalho e as políticas culturais da juventude. Com isso se passa a um adultocentrismo e a um nacionalismo, a um retorno da xenofobia – e isto estamos vendo em praticamente todos os países do mundo – sem se dar conta de que a solução para a situação da crise atual não pode ser outra que um intergeracionalismo global – um novo intergeracionalismo e um novo glocalismo – com o que se faz uma dupla solidariedade: a solidariedade geracional e a solidariedade internacional.

Epílogo (depois do coronavírus)

Ao ter falado de uma segunda crise da juventude, me refiro ao que pode vir e isto supõe uma réplica da crise de 2008 que, por exemplo, na Espanha, condenou ao desemprego à imensa maioria dos jovens e isto, sem dúvida, é o que poderá ocorrer nos próximos anos: 1) Por uma parte, os **fatores de contágio** vão aumentar: o juvenicídio econômico (de que falei antes) e a desproteção social (com os cortes no “estado de bem-estar”, que estão sendo produzidos para cobrir os déficits sanitários); 2) Mas também devemos ter em conta as **máscaras protetoras** com as quais contam os jovens. Novamente, insisto, a “cultura do quarto”, seja um quarto particular, privado, seja um quarto compartilhado; e a cibercultura, a facilidade do acesso às redes sociais e ao ciberespaço. 3) Quais são as **vacinas**? Bem, como comentei, para mim as duas mais importantes são: a criatividade e a cultura colaborativa. As culturas colaborativas são as que os jovens estão muito mais acostumados a participar. 4) Em quarto lugar, obviamente não esqueçamos das **desigualdades**. Funda-



mentalmente as quatro principais que são as de sempre: a raça, o lugar geográfico, o gênero e a idade, que é cada vez mais importante, posto que a afetação do coronavírus e os recursos investidos para controlá-lo estão aumentando enormemente a desigualdade geracional, em particular, sobretudo, que tem os jovens e as pessoas da terceira idade como suas vítimas principais.

Os desafios, portanto: vamos a um conflito entre gerações, entre jovens contra os adultos idosos, para se salvar uns e outros, ou farão uma aliança, neste caso entre gerações alternadas, frente à geração central que é a dos adultos. Ou bem é viável e possível um novo contrato geracional em que a juventude contribui e recebe, tem direitos e deveres. Oferece o quê? Oferece cuidado, são os que podem nos cuidar; oferece inovação, tecnológica, econômica, cultural; oferece digitalização, sua maior proximidade à digitalização, que é inevitável, como estamos vendo; e oferece, finalmente, internacionalização, esta consciência de viver em um planeta global. O que recebe em troca? Porque, obviamente, se se pede à juventude que se ofereça algo, devemos dar a eles algo em troca. O que a juventude pode receber? Maior proteção social, em forma de subsídios; distribuição de trabalho; empregos de qualidade (que não tenham que esperar um *waithood* até aos 40 anos para ter seu primeiro contrato de trabalho estável); internet 3.0 universal, igualdade no acesso ao ciberespaço, o que tecnologicamente hoje é ou seria possível, e só não é por causa dos interesses comerciais que existem. E, finalmente, algo muito importante, a sustentabilidade: um enfrentar o desafio do planeta com a mudança climática que supõe uma ameaça para o futuro das novas gerações.

Para acabar, pergunto: Se confirmam as previsões de Corsín? Duas claramente se confirmaram: a redução de emissão [de gases tóxicos], pois durante todo esse período estivemos circulando menos, gastamos menos energia; e a defesa dos bens públicos, a saúde e a ciência como áreas centrais para enfrentar a crise. Há dois argumentos, ou fatores, que veremos se confirmam ou não: a turistificação, que no momento parou por comple-



to, mas veremos o que se passará no futuro, mas seguramente não voltará a ser o mesmo turismo massivo e global que existiu. O teletrabalho e a semana laboral de 3 ou 4 dias semanais creio que tenham vindo para ficar, mas veremos o que acontecerá. O que certamente não irá se cumprir é o fim do futebol. Vimos que o primeiro a sair do confinamento na Europa foi a Champions League, na Espanha a Liga de Futebol e acredito que na América também. E o fim das macroconferências acadêmicas; receio que não acabarão, pois, se não forem presenciais, serão virtuais. E o que sem dúvidas não vai acabar é o fim da hegemonia dos mercados financeiros que são os que controlam o poder.

Teria, por último, um pequeno filme (um trailer) de um minuto e meio, em que duas adolescentes explicam como viveram o confinamento...⁸

Obrigado.

Referência bibliográfica

Feixa, Carles; Sanz, Aroa M. Iniesta, Xao F. **Adolescentes confinad@s Con el diario de Aroa Méndez y Xao Feixa**. NED Ediciones: Barcelona, 2020. eBook: <https://www.nedediciones.com/ficha.aspx?cod=2048>.

Fac-símile da Capa do Livro Adolescentes Confinad@s



⁸ Acesso ao vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=jHZqaa3BJjM>



COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS

2


Parte II

Juventudes, raça, gênero e relações de poder



JUVENTUDE, RAÇA E GÊNERO: UM OLHAR SOCIOANTROPOLÓGICO ACERCA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM ARACAJU/SE

 Élida Damasceno Braga¹

 Lucas Vieira Santos Silva²

O PRESENTE TEXTO parte de um conjunto de indagações elencadas em duas pesquisas³ produzidas em Aracaju/SE sobre os jovens em conflitos com a lei e sua relação com os marcadores de raça e gênero. Nesse sentido, inserindo-se em um amplo debate que discute a relação juventude e violência, o presente texto faz um recorte temático, preocupando-se com o modo como os marcadores de raça e gênero nos ajudam a compreender as diversas violências que perpassam a trajetória de vida de uma parcela da(s) juventude(s) aracajuana(s). Os nossos objetivos foram entender o que os jovens enquadrados pelo Estado em situação de conflito com a lei têm a dizer acerca das violências que perpassam as suas trajetórias de vida, o impacto desses marcadores nessas violências e, a partir disso, refletir sobre a dinâmica da violência na capital do estado sergipano.

¹ Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS) e membra do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs). E-mail: elidabraga74@gmail.com

² Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS) e membro do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs). E-mail: ephesus44@gmail.com.

³ Para mais informações ver: Silva (2021) e Braga (2020).



Assim sendo, enfatiza-se que nos últimos anos a temática da violência ganhou bastante destaque no Brasil devido a alguns fatores, dentre eles: a alta taxa de homicídios no país, como pode ser visto tanto pelos dados produzidos pelo Atlas da Violência (Cerqueira, 2020) como nos dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (Brasil, 2017); assim como as representações sociais (Moscovici, 2000) construídas pelo senso comum de que ocorreu no Brasil um crescimento considerável da violência e uma consolidação do crime organizado, representados principalmente por dois grupos criminosos⁴: Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). Além disso, por acontecer nos últimos anos uma retomada de uma visão punitivista em nosso país, principalmente a partir das eleições de 2018, retomamos discussões como: pena de morte, redução da maioridade penal e, até mesmo, a castração química para estupradores. E, ademais, por um discurso que percorreu cada extremidade do país e que não só vem elegendo alguns políticos, como também ocasionando diversos debates no Brasil sobre a questão da violência, a frase: “bandido bom é bandido morto”.

À vista disso, desenvolveram-se no país diversas pesquisas no âmbito das Ciências Humanas, especialmente nas Ciências Sociais, com o intuito de compreender essas representações sociais de que o Brasil é um país extremamente violento (Porto, 2015; Koury, 2011) e entender a alta taxa de homicídios e a dinâmica da violência (Soares, 2019; Sinhoretto et al., 2016) no País. Essas pesquisas apontaram direta ou indiretamente para a importância de se pensar a violência a partir de alguns marcadores como os de juventude, raça e gênero, pois essas categorias se demonstraram empírica e teoricamente importantes para a compreensão dessa temática (Sinhoretto e Morais, 2018; Sinhoretto et al., 2014); Anunciação et al., 2020). Estes foram alguns dos motivos que nos

⁴ Por exemplo, nas matérias produzidas por alguns meios de comunicação: <https://noticias.r7.com/cidades/brasil-e-o-9-pais-mais-violento-do-mundo-segundo-a-oms-17052018> e <https://exame.com/brasil/brasil-e-o-segundo-pais-mais-violento-da-america-do-sul-apon-ta-onu/>



levaram a tentar compreender – com o auxílio dos conceitos de juvenicídio, necropolítica e racismo estrutural – a dinâmica da violência em Sergipe, a partir das violências que perpassam a trajetória de vida da(s) juventude(s) da cidade de Aracaju/SE.

Discussões em torno da categoria juventude

Uma das temáticas exploradas em nossas pesquisas foi a questão do que é considerado como delinquência juvenil associada às complexidades inerentes ao tema. Contudo, primeiro fez-se necessária a compreensão de como a categoria juventude foi se construindo nesse processo e, logo em seguida, como a discussão sobre a imputabilidade foi sendo estabelecida, partindo de uma categorização etária e passando pelas questões médico-científicas, nas quais a ideia de juventude veio se assentar. Nesse sentido, refletimos acerca do processo de construção da categoria juventude, a fim de compreender como determinados atos foram associados a determinados perfis sociais que se tornaram puníveis em alguns contextos, especialmente às crianças, adolescentes e jovens considerados pela sociedade civil como delinquentes.

Ao observar algumas pontuações históricas, nas quais se esboça o surgimento das categorias infância e juventude(s), percebe-se que essas fases da vida mudam de acordo com cada época e cultura, dependendo da atitude que os sujeitos adultos tomam e que, em certa medida, repercutem nas diferentes gerações (Anzaldúa, 2012; Bourdieu, 1983; Abramo, 1997; Oliveira, 2013). Uma vez que, como sinaliza Bourdieu (1983), as divisões entre as fases da vida não são somente arbitrárias, mas entende-se também que as fronteiras que socialmente se construiu entre a fase da juventude e da velhice têm por base uma questão de poder e de divisão de poderes. À vista disso, compreende-se que “as classificações por idade (mas também por sexo ou, evidentemente, por classe...) equivalem sempre a impor limites e a produzir uma **ordem** à qual cada um



se deve ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar” (Bourdieu, 1983, p. 152).

Em relação ao conceito de juventude, enfatiza-se que a noção que temos hoje das idades da vida é resultado de uma construção sócio-histórica que ocorreu ao longo da modernidade. Dessa forma, nas sociedades do período antigo-medieval, não existia nenhuma fase intermediária entre a fase adulta e a infância e, por esse motivo, a criança mesmo sem se desenvolver mental e fisicamente, não só compartilhava momentos de sociabilidade com os adultos, como após os sete anos transformava-se de imediato em um “homem jovem”. Nesse período, o conhecimento que era transmitido às crianças não ocorria pela família, mas com o contato que ela desenvolvia com esses adultos tanto no período do trabalho como no do lazer, processo conhecido como aprendizado em oposição à noção de “socialização”. (Ariès, 1981; Peralva, 1997; Oliveira, 2013)

Por conseguinte, “é a partir do momento em que o Estado toma a si de forma voluntária e sistemática, múltiplas dimensões da proteção do indivíduo, entre elas e sobretudo a educação” que “a cristalização social das idades da vida se especifica como elemento da consciência moderna” (Peralva, 1997, p. 16). A escolarização torna-se então um elemento importante nesse processo de consolidação da periodização da vida, uma vez que produziu uma separação entre os adultos e os seres em formação, diferente do aprendizado em que os grupos etários ficavam misturados. Sendo assim, a função social dos adultos seria de continuar a desenvolver a atividade laboral, enquanto os seres em formação, em vez de trabalhar, passariam pelo processo de socialização (Abramo, 1997; Ariès, 1981; Peralva, 1997; Oliveira, 2013).

Aconteceram múltiplos e convergentes processos importantes para a consolidação dessa periodização da vida em etapas, dentre eles temos as transformações significativas que ocorreram no âmbito familiar e no mundo do trabalho, primeiramente entre a burguesia e, posteriormente, generalizando-se a toda a população. Em relação à família,

ocorreu em um primeiro momento uma separação entre o mundo exterior e o espaço familiar e, em seguida, o desenvolvimento de um sentimento tanto para a família como para a infância, resultando em uma certa visibilidade e importância que esse ser em formação conquistou dentro dessa instituição, o que não lhe era possível anteriormente. No que se refere ao mundo do trabalho, a partir desse processo de escolarização, sucedeu-se uma progressiva exclusão da criança do mercado de trabalho, adiando a sua entrada na fase adulta, sendo que, para as crianças pobres as suas formas de inserção nesse universo tornaram-se cada vez mais degradadas. Não obstante, foi somente a partir da ação socializadora do Estado, que a infância e a juventude consolidaram-se enquanto fases da vida, e se tornaram, além de uma construção cultural, uma categoria administrativa, jurídica e institucional, mesmo com as diferenças em seu interior (Abramo, 1997; Ariès, 1981; Peralva, 1997; Oliveira, 2013).

De acordo com Anzaldúa (2012), abre-se na modernidade novos significados sobre a criança, como a constituição do infante como sujeito de educação e controle, com a instituição da escola, das disciplinas e dos castigos, e na construção de um sujeito social com particularidades. Com o aparecimento da educação como elemento de controle, surge o ensino elementar principalmente para as crianças marginalizadas. Assim,

El dispositivo pedagógico en educación elemental responde principalmente a la preocupación que para la burguesía del siglo XIX significaba la enorme masa de población “pobre”: vagabundos, desempleados, subempleados e hijos de obreros que vivían en las ciudades y constituían un germen de delincuencia y una población potencialmente violenta e insurrecta (Anzaldúa, 2004, p. 188).

Com a finalidade de controlar esses sujeitos específicos, a instituição do ensino elementar se torna obrigatória e foi oferecida pelo Estado, a fim de obter o disciplinamento desses corpos. Tal como já



fora observado por Foucault (2011) sobre o poder disciplinar, os corpos se conformam a esses parâmetros quando são submetidos ao controle de suas ações através da rotina diária e da regulação do tempo. Desse modo, o sistema educacional foi utilizado pelo Estado como forma de controle e disciplinamento social de crianças e jovens (Anzaldúa, 2012).

No final do século XIX, muitas teorias começaram a se desenvolver e, conseqüentemente, a considerar em suas discussões a categoria adolescência, sendo, inicialmente, muito voltada para aspectos biológicos (Hall, 1904) e, posteriormente, por diversas teorias psicológicas que se ocuparam do ambiente educacional (Anzaldúa, 2004). Além disso, compreende-se esse ambiente educativo como um espaço de moratória social no sentido de uma preparação para o mercado de trabalho absorver esses jovens (Anzaldúa, 2004; Margulis; Urresti, 1996). Contudo, como adverte Anzaldúa (2012), não são todas as sociedades que veem esse espaço da adolescência como transição da infância para a vida adulta, o que viabiliza a construção dos sentidos relativos a essas categorias.

A construção cultural e histórica que envolve a categoria adolescência está demarcada por significantes identitários. Dito por Anzaldúa (2012), os adolescentes são convocados de diversas maneiras, nas quais muitos desafios se levantam e um dos mais exigidos é conformar uma identidade a eles. Este ser adolescente e essas convocatórias muitas vezes se confundem e, como transmitem significados ao imaginário social, acabam afetando a forma como muitos são percebidos. Por exemplo, ora percebidos como estudantes, ora como rebeldes, consumidores juvenis, entre outros (Anzaldúa, 2012; Abramo, 1997).

A mudança dos padrões sociais, o desenvolvimento tecnológico, os padrões de consumismo, os meios de publicidade são algumas das transformações que ocorreram após a Segunda Guerra Mundial e que produziram e reproduziram uma estética definida para os jovens como padrão, através de estratégias setORIZADAS de consumo. Nesse ínterim,



as noções de sujeito e subjetividades⁵ apareceram, segundo Anzaldúa (2012), como elementos centrais no debate das crianças e adolescentes, superando a categoria indivíduo, como ser individual, indivisível, tal como o positivismo apresentou. O sujeito é constituído nos modos de subjetivação criados nas relações com dispositivos de saber e de poder (Foucault, 1998).

A temática adolescência só aparece como campo de pesquisa no final do século XIX, ao ser vinculada inicialmente a um período de confusões e estresses ligados às questões da sexualidade. O conceito adolescência foi trazido à cena das ciências médica e psicológica por Stanley Hall, que tratou essa categoria como período marcado por inquietações e confusões de papéis. Para o autor, o jovem é um sujeito primitivo que carrega todas as forças da natureza que podem explodir ou pode desenvolvê-las trazendo a maturidade, bem como as noções de civilidade (Hall, 1904). Na sua base está um processo acelerado de crescimento do corpo, da mente e dos sentimentos e uma nova carga de energia que se introduz por volta da época da puberdade. Esse autor constrói uma ideia de adolescência que vai predominar com base num argumento médico, cognitivo, psíquico, científico, que passa a ser absorvido como argumento jurídico sobre essa condição.

Dessa maneira, Hall (1904) configura a adolescência como ambivalente. Para o autor, ao passo que é o desejo de ampla liberdade de expressão e desenvolvimento de potencialidades, é também o desejo de controle e direção que apontam para formas de conduta aceitáveis socialmente. Então, essa concepção foi disseminada no ocidente, delimitando a adolescência apenas como uma fase crítica da vida. Com

⁵ A subjetividade é um saber que o sujeito produz para si mesmo como forma de verdade, a partir de suas construções históricas, políticas, sociais, discursivas, entre outras mais. Dentro dessas circunstâncias se produz a verdade em si mesmo, de acordo com as regras pessoais de produção dessa verdade. Desse modo, o sujeito com suas subjetividades em ação produz o que Foucault chama de modos de subjetivação, ou seja, uma dinâmica processual, criativa e coletiva, na qual se institui a sociedade (Foucault, 1998; Anzaldúa, 2012). Tal explanação estrutura o nosso pensamento para a compreensão do sujeito jovem.



isso, campos do conhecimento científico, bem como o Estado, se apropriaram desses construtos para direcionar políticas e modos de compreensão dessa fase da vida, construindo a noção do que é juventude, inclusive juridicamente.

Decerto que o contexto no qual Stanley Hall desenvolveu seus estudos se relacionava a um processo social muito maior, a era industrial, a qual transcorria no século XIX e dava conta de transformações em diversos campos, principalmente nos cenários urbanos das cidades e, segundo Feixa (1996), traz consigo uma série de mudanças sociais em que os jovens passam a ser vistos como tais. Diante dessa premissa, com a escolarização que passou a ser obrigatória, a família nuclear e os locais criados especificamente para tratar da juventude, o autor enfatiza que Stanley Hall apenas sistematizou aquilo que já se desenvolvia nos países ocidentais (Feixa, 1996, p. 4). Por esses e outros motivos, o trabalho de Stanley Hall foi bastante criticado posteriormente⁶.

De acordo com Feixa (2006), várias mudanças ocorreram no panorama social no início do século XX, dentre elas, reformas na escola, mercado de trabalho, família e serviço militar. Tais mudanças permitiram o surgimento de uma nova geração com uma cultura própria que diferiria dos adultos, ampliando assim a noção já construída. Essa trata de uma categoria que se refere à fase da vida situada entre a infância e a maioridade, com um público que não é mais criança, mas que também não é adulto. Esse foi o contexto em que “a adolescência foi inventada”, sendo que, as mudanças ocorridas nesse período – alternâncias da sociedade rural para a industrial – refletiram no modo de se perceber as juventudes, modificando profundamente a compreensão social e cultural sobre eles/elas (Feixa, 2006).

⁶ Uma crítica mais enfática recai sobre o suposto universalismo no trato com a fase da vida da juventude. Mead (1945), no entanto, questionou a universalidade dos conflitos envolvendo as juventudes, levando em conta o histórico de vida individual e as condições nas quais se desenvolvem. A autora vai relativizar a juventude enquanto fase da vida com situações que dependam da cultura apresentada e crítica a universalização proposta por Stanley Hall.



Outra questão apontada pelo autor é que a juventude é vivenciada através de ambivalências. Diante de um reconhecimento social de uma série de instituições (escolas, internatos, tribunal de menores) para as quais o público já não é de crianças, mas também não é de adultos, as ambivalências, segundo o autor, são em torno da preparação para a vida adulta, assim como não deixam de lado seu caráter crítico e conflitivo (Feixa, 2006). Nesse sentido, tratamos os/as adolescentes também como jovens, haja vista uma categoria englobar a outra e estas, até mesmo nos códigos vigentes, e caminharem juntas em determinada faixa etária⁷.

A partir da década de 1950, segundo Feixa (2006), com a modernização e o desenvolvimento, a realidade juvenil tornou-se objeto de estudo. No entanto, os jovens eram vistos como problema e isso lançava a juventude numa perspectiva de ser uma questão social, sendo apontada como “protagonista de uma crise de valores e, de igual modo, de um conflito de gerações relativamente aos comportamentos éticos e culturais” (Doutor, 2016, p. 160). Esse modo de ver os jovens, apenas como problemas sociais, alimenta a estrutura neoliberal, bem como as práticas de juvenicídio embasadas na necropolítica (Mbembe, 2006), conforme veremos mais adiante.

Diante desse modo de perceber os jovens e adolescentes, aparecem os estereótipos de desviados, anômicos, entre outros. Do segmento jovem, a sociedade se detinha principalmente nos delinquentes, alcoólicos e rebeldes, assim denominados. Nas décadas seguintes, os estudos sobre juventudes começaram a ampliar seu espectro, especificamente no campo da sociologia. Todavia, não se tratava sob a perspectiva geracional de crianças, adolescentes ou jovens, mas do ponto de vista dos sujeitos de estudos como grupos isolados, como por exemplo: homens, mulhe-

⁷ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz a população adolescente para a faixa dos 12 anos completos aos 18 anos incompletos. No Estatuto da Juventude, esses são assim denominados quando estão entre os 15 e 29 anos. Assim, entre os 15 e 18 anos incompletos as duas categorias, jovens e adolescentes, se encontram.



res, trabalhadores. Assim, somente na década de 1980, como situa Feixa (2006), o cenário da juventude passa a ocupar um lugar central, em vez de marginal, com os estudos sobre culturas juvenis que passaram a se desenvolver desde então, percebendo as diferentes juventudes a partir de sua heterogeneidade, tal como destaca Doutor (2016).

A partir dessas questões, desenvolveram-se no mundo e, especificamente no Brasil, inúmeras pesquisas acerca do conceito de juventude, relacionando-o com diversos temas: sociabilidades, educação, mercado de trabalho, racismo, gênero, sexualidade e violência. Em nosso país, o tema juventude e violência mobilizou diferentes pesquisas dentro das ciências sociais, na tentativa de se compreender a dinâmica dessa relação tomando como base diversos marcadores, como por exemplo, raça, classe e gênero. Assim, o tema juventude se desenvolveu cada vez mais, mobilizando novas questões tanto empíricas como teóricas, sendo que utilizamos no presente capítulo esse conhecimento para refletir acerca das violências que perpassam a trajetória de vida da juventude araca-juana, tendo por base os marcadores de raça e gênero.

Juventude, raça e gênero nos dados sobre violência

A alta taxa de homicídio no Brasil, como pode ser observada nos dados sobre violência do Atlas da Violência (Cerqueira, 2020) e do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (Brasil, 2017), incitou os pesquisadores brasileiros a refletir sobre essa questão. Essas pesquisas não só relacionaram o tema violência à categoria juventude e tomaram por base os marcadores de raça e gênero, como sinalizaram direta ou indiretamente para a importância teórica e empírica de se refletir sobre essas relações. Neste tópico, refletimos sobre essa questão a partir dos dados produzidos por essas duas instituições, com o intuito de compreender o impacto dessas categorias na dinâmica da violência.

De acordo com os dados produzidos pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil (2017), os jovens entre 15 e 29 anos, que representam um



quarto da população brasileira, estão entre as maiores vítimas de homicídios do Brasil. Entretanto, essa situação não é geral a toda juventude, mas a determinados sujeitos sociais com geografia e endereço certos, uma vez que são os jovens das periferias brasileiras que estão mais expostos à violência. À vista disso, a principal causa de mortalidade desses jovens é o homicídio, um fenômeno que cresceu bastante no Brasil a partir de 1980 e que alcançou taxas endêmicas em 2015 (Brasil, 2017).

Dessa maneira, houve no Brasil no ano de 2018, 57.956 homicídios, que equivalem a uma taxa de 27,8 mortes a cada 100 mil habitantes. Essa taxa de homicídio (por 100 mil habitantes) variou bastante em todo território nacional, situando-se entre os intervalos 8,2, referente ao estado de São Paulo, e 71,8, em Roraima, sendo que é nas regiões Norte e Nordeste em que encontramos as Unidades Federativas com maiores taxas de homicídio, como por exemplo Roraima, Pernambuco e Acre. O estado de Sergipe, por sua vez, teve nos últimos anos uma redução significativa de tais números, porém continua com uma alta taxa de homicídio, 49,7 por 100 mil habitantes, totalizando 1.133 homicídios (Cerqueira, 2020).

Em relação à juventude, no ano de 2018 tivemos em nosso país 10.873 jovens vítimas de homicídio, o que equivale a uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, mais de 53% do total de homicídios do país. Entretanto, se compararmos com os dados anteriores, percebemos que mesmo com essa elevada taxa, houve uma diminuição de 13,6% na taxa e de 13,7% nos números absolutos (Cerqueira, 2020). Não obstante, no Brasil, o homicídio ainda continua sendo a principal causa de vitimização da juventude masculina, uma vez que é responsável por “55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; de 52,3% daqueles entre 20 e 24 anos; e de 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos” (Cerqueira, 2020, p. 20). Por outro lado, a taxa das mulheres é consideravelmente menor, sendo que entre os 15 e 19 anos é de 16,2%; 14% entre 20 e 24 anos; e 11,7% entre 25 e 29 anos. Em Sergipe os dados mostram que morreram, em 2018, no total, 663 jovens entre 15 e 29 anos (taxa de 108,2 por 100 mil



habitantes) e 653 jovens do sexo masculino (taxa de 215, 3 por 100 mil habitantes) (Cerqueira, 2020).

Nesse sentido, os dados até o momento demonstram o impacto da violência na trajetória de vida da juventude brasileira, principalmente quando refletimos acerca da taxa de homicídios. Além disso, mostram o quanto essa taxa difere bastante dentro da nossa realidade social, passando diferentes espaços e tipos sociais, porém, focalizando, como pode ser observado até o momento, entre os jovens masculinos das periferias brasileiras e, em certo sentido, localizados em sua maioria nas regiões Norte e Nordeste. Ademais, podemos perceber também o quanto o nosso estado se localiza dentro dessa realidade que, mesmo com a diminuição em sua taxa, ainda continua tendo um número significativo de homicídios (Cerqueira, 2020; Brasil, 2017).

Assim sendo, em relação à violência contra pessoas negras no Brasil, os dados mostram como os jovens negros⁸ representam as principais vítimas de homicídios do país e, diferente das taxas de jovens brancos que tiveram redução, houve um crescimento considerável ao longo dos últimos anos. Em 2018, 75,7% dos homicídios que ocorreram em nosso país acometeram os negros brasileiros, o que equivale a uma taxa de 37,8 por 100 mil habitantes, diferente dos não-negros que tiveram uma taxa de 13,9, o que significa que para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Por outro lado, se refletirmos acerca das mulheres assassinadas nesse ano, 68% eram mulheres negras (taxa de 5,2 por 100 mil habitantes), sendo quase duas vezes maior do que a de não negras, o que demonstra o impacto da violência na trajetória de vida de negros e negras brasileiras. Esse cenário de drástica desigualdade racial fica mais evidente ao observamos que

⁸ Enfatiza-se que a pesquisa desenvolvida pelo IPEA considera a classificação produzida pelo IBGE em que negros é a soma de pretos e pardos, enquanto a de não-negros é a soma de brancos, amarelos e indígenas (Cerqueira, 2020; IBGE, 2019).

[...] a redução de 12% da taxa de homicídios ocorrida entre 2017 e 2018 se concentrou mais entre a população não negra do que na população negra. Entre não negros a diminuição da taxa de homicídio foi igual a 13,2%, enquanto entre negros foi de 12,2%, isto é, 7,6% menor. O mesmo processo foi identificado entre os homicídios femininos: a redução ocorrida entre 2017 e 2018 se concentrou mais fortemente entre as mulheres não negras (Cerqueira, 2020, p. 47).

Em Sergipe, o número de homicídios de negros em 2018 foi de 1.079, o que corresponde a taxa de 59,4 por 100 mil habitantes, enquanto os não negros tiveram uma taxa de 11,7 (54 homicídios). Assim sendo, esses dados demonstram empiricamente o impacto da desigualdade racial nos homicídios que acometeram as populações negra e branca no Brasil, especialmente em Sergipe, o que nos levou a refletir teoricamente sobre essas questões. Dessa forma, alguns conceitos foram essenciais para que produzíssemos uma reflexão sobre tais questões: racismo estrutural, juvenicídio e necropolítica.

Antes de entrarmos de fato nas definições desses conceitos, refletiremos acerca de algumas questões. Nesse sentido, entende-se primeiramente que as reflexões e os dados apresentados até aqui demonstram o racismo que se consolidou em nosso país pós-escravidão e que não só estruturou como estrutura as relações raciais contemporâneas, marginalizando cada vez mais os sujeitos racializados. (Almeida, 2019; Costa, 2014; Guimarães, 2004, 1999; Souza, 2009). Não obstante, enfatiza-se que, como demonstra o intelectual Silvio Almeida (2019), o termo raça não é um dado “natural” da realidade, mas uma construção sócio-histórica que surge no século XVI e que precisa ser compreendido enquanto um conceito relacional e histórico. Uma vez que é um elemento político importante para naturalizar e legitimar a desigualdade entre sujeitos de uma determinada nação, assim como o genocídio sistemático dos grupos minoritários (Almeida, 2019; Guimarães, 2004, 1999).



À vista disso, enfatiza-se que existem três tipos de abordagem ou concepções acerca do conceito de racismo, são elas: a individualista, a institucional e a estrutural. A primeira refere-se a “um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou ainda a uma irracionalidade a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais” (Almeida, 2019, p. 28), isto é, a abordagem individualista entende o racismo a partir de uma concepção psicológica, deixando de lado a sua natureza política e resumindo o racismo ao preconceito⁹.

A segunda concepção refere-se à institucional, que proporcionou um crescimento considerável nos estudos das relações raciais no mundo e, especialmente, no Brasil. Dito isso, “sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (Almeida, 2019, p. 29). Nesse sentido, para os pensadores dessa abordagem, um elemento importante é o poder, dessa forma o racismo tem que ser percebido como um modo de dominação, uma vez que a sociedade é composta por diversos conflitos e antagonismos, dentre os quais o racismo, e que tais contradições são normalizadas, controladas e reproduzidas por intermédio das instituições sociais. Logo, o racismo atravessaria também as lutas que ocorrem dentro das instituições entre indivíduos e grupos que querem assumir o seu controle.

Em relação à terceira concepção, Silvio Almeida (2019, p. 36) sinaliza para o fato de que:

⁹ Para Silvio Almeida (2009, p. 25-27), “preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”.

Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões raciais por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições não são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista.

Logo, é preciso entender que o racismo não é anormal, nem patológico, para a sociedade, mas seu *modus operandi*, ou seja, o que estrutura o funcionamento das relações políticas, econômicas, entre outras, dentro de uma sociedade determinada. Dessa forma, as inúmeras violências que perpassam a trajetória de vida da população negra, como desemprego, fome, violência policial e, em certa medida, a alta taxa de homicídio apresentada acima, demonstram de forma direta e indiretamente o impacto do racismo em sua forma estrutural em nossa realidade. Entretanto, não é somente pela concepção de racismo estrutural que podemos compreender a alta taxa de mortalidade desses jovens aqui no país, outras duas categorias fazem-se necessárias, a necropolítica e o juvenicídio.

O conceito de necropolítica (Mbembe, 2006), juntamente com o de juvenicídio (Valenzuela, 2015), foi utilizado como chave de leitura para orientar o debate que propusemos acerca dos e das adolescentes infratoras, e as diversas violências que perpassam as suas trajetórias de vida. Desse modo, enfatiza-se que necropolítica é compreendida como uma política voltada para a morte, ou seja, parcelas populacionais que estão dispostas para a morte segundo um sistema que as coloca nessa perspectiva. Nesse sentido,

A necropolítica, portanto, instaura-se como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança impla-



cavelmente sobre a vida. A justificação da morte em nome dos riscos à economia e à segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade. Diante disso, a lógica da colônia materializa-se na gestão praticada pelos Estados contemporâneos, especialmente nos países da periferia do capitalismo, em que as antigas práticas coloniais deixaram resquícios. Como também observa Achille Mbembe, o neoliberalismo cria o dervirnegro no mundo: as mazelas econômicas antes destinadas aos habitantes das colônias agora se espalham para todos os cantos e ameaçam fazer com que toda a humanidade venha a ter o seu dia de negro, que pouco tem a ver com a cor da pele, mas essencialmente com a condição de viver para a morte, de conviver com o medo, com a expectativa ou com a efetividade da vida pobre e miserável (Almeida, 2019, p. 96).

No juvenicídio encontramos elementos importantes da necropolítica voltados para a população jovem e as diversas formas pelas quais esses jovens vão se tornando descartáveis. E, portanto, morrendo fisicamente ou aos poucos pela falta de oportunidades (Valenzuela, 2015). Oportunidades essas que, quando conseguem escapar da morte física, diminuem mais ainda se o e a jovem tiver o rótulo de adolescente infrator.

Dentre algumas caracterizações de juvenicídios, destacam-se a questão do apagamento social (Braga, 2020) no tocante às mulheres adolescentes em conflito com a lei, o genocídio da juventude negra e a falta de expectativa de futuro desses jovens. No caso das adolescentes, há no imaginário social a ideia de que atos delinquentes são características masculinas, portanto, uma unidade de acolhimento não é lugar para uma mulher. Do mesmo modo, ocorre com a participação do Estado que, ao estimular posturas e modelagens patriarcais, “protegendo-as”, ao tempo em que anula possibilidades de um futuro digno, contribui também para que se gerem formas de apagamento social, eliminando possibilidades de vida digna para essas jovens, em sua maioria, de setores populares, vivendo em condições precárias, diante de muitas vulnerabilidades. Se o apagamento é uma demonstração sim-



bólica do junvenicídio, assim como essa falta de expectativa de futuro, o genocídio da juventude negra demonstra o impacto material dessa “política de extermínio”.

Dentro desse contexto, compreende-se que há diversos componentes que colaboram para o aumento das condições estigmatizadoras. Condições etárias, de classe, gênero e etnia também são variáveis que aparecem na precarização e vulnerabilidade, estigmatização, criminalização e morte, como foi observado nos dados acima. Os que detêm o poder, portanto, tendem a ver os jovens como revoltosos, violentos, vagabundos, pertencentes a quadrilhas, perigosos, “anarquistas” e criminosos. Daí se observa que o fenômeno do “juvenicídio constrói uma imagem criminal do sujeito juvenil. Juntam-se repertórios identitários como ser jovem, pobre, mulher, índio, afrodescendente e se estruturam as condições propícias ao juvenicídio” (Valenzuela, 2015, p. 16).

As violências nas trajetórias de vida dos jovens em conflitos com a lei

As discussões empreendidas até o momento nos ajudam a refletir acerca da heterogeneidade que o conceito de juventude(s) engloba e, além disso, as diversas violências que atingem material e subjetivamente essas juventudes. Nesse sentido, faz-se necessário discutir nesse tópico algumas reflexões que surgiram a partir da nossa relação com o campo de pesquisa (Braga, 2020 e Silva 2021) e, de certo modo, com os e as jovens em conflito com a lei. Assim, nosso foco foi o de discutirmos sobre as violências que perpassam a trajetória de vida dos e das jovens em conflito com a lei da cidade de Aracaju/SE, a partir dos apontamentos que fizemos anteriormente.

Dessa forma, enfatiza-se que algumas questões tocaram de forma significativa o trabalho de campo que fizemos nas Unidades de Interseção, isto é, no CASE I e II (Silva, 2021) e na UNIFEM (Braga, 2020). As questões foram: em primeiro lugar, a falta de expectativa de futuro e re-



flexões envolvendo tempo; as violências físicas dentro e fora do sistema socioeducativo; e a falta de possibilidades de uma vida digna para esses e essas jovens em conflitos com a lei. Essas questões ecoaram em diversas entrevistas que fizemos com os e as jovens ingressos na instituição socioeducadora, e nos demonstraram tanto a violência do racismo estrutural na trajetória de vida de nossos interlocutores como o impacto do juvenicídio e da necropolítica.

Assim sendo, enfatiza-se que o tempo parece suspenso para homens e mulheres aliçados de qualquer possibilidade de uma vida de qualidade, pois a sensação é de que sempre será assim, cercados de todos os atributos de exclusão. À vista disso, a eliminação do fator humano potencializa esses atributos e as “vidas destrutíveis em potencial e corpos marcados para morrer” (Aires, 2018, p. 30). Dessa forma, entende-se que o tempo instituído internamente em uma unidade socioeducativa tem um compasso diferenciado. As normas, a falta de liberdade, as angústias e tristezas, experimentadas pelos internos e internas, particularmente, revelam um formato de tempo no qual a transitoriedade, que marca a juventude, é percebida com mais veemência devido às forças contraditórias que se descortinam intramuros (Franch, 2018). Ora de um modo enfadonho, pois parece que as horas são mais alongadas nesse tempo peculiar da clausura, ora rápido demais quando se tem a percepção de que a vida continua de uma maneira que não se reflete ali dentro. As misturas de percepções de um tempo linear e desse tempo transitório são complexas e inquietantes.

Não obstante, a questão do tempo tornou-se mais impactante quando esses e essas jovens foram questionados acerca do modo como eles, a partir das experiências de vida que tinham até o momento, conseguiam ver o futuro deles e, até mesmo, como eles se enxergavam daqui a 20 anos. A resposta de alguns, a minoria, era vaga e sempre relacionada ao consumo de bens materiais (“trabalhar, comprar uma moto e uma casa” - como nos disse um jovem); ou então, no caso da maioria, a falta de perspectiva de futuro, não conseguindo construir uma imagem



deles mesmos daqui a 20 anos (“Não sei, pois não consigo me ver vivo daqui a 20 anos”). Assim sendo, podemos perceber como essas violências que perpassam a trajetória de vida desses jovens não só os afetam fisicamente, como subjetivamente, impossibilitando em alguns a possibilidade de pensar em um futuro, visto que conviveram com diversos jovens que morreram nesse período de vida em que eles se encontram (Silva, 2021; Braga, 2020)

Além dessas violências simbólicas que resultaram na dificuldade desses jovens infratores em pensar no futuro, é preciso pensar também nas diversas violências físicas que perpassaram a trajetória de suas vidas. Um dos temas que ganhou destaque nas entrevistas foram as inúmeras situações de violências que marcaram a vida desses jovens tanto dentro do sistema socioeducativo, por meio de alguns agentes socioeducadores, como fora do sistema, por meio dos agentes de segurança do Estado, em sua maioria policiais militares, como pode ser visto no relato de um dos jovens:

Eu fui para Usip por causa de roubo, a polícia me abordou em um lugar próximo ao local do roubo e me colocaram no carro e me bateram lá dentro, com socos e tapas. Me levaram para delegacia e me bateram lá também, soco na barriga e tudo... e na delegacia de menor tive que dormir de cueca e nos acordaram com balde de água gelada... E ainda quando eu fui preso, eles colocaram uma pistola na minha boca e mandaram eu abrir dizendo que iam atirar e iam dizer que rolou troca de tiro... eles ainda foram almoçar e me deixaram trancado dentro do carro, no calor e no sol quente.

Por outro lado, em relação às infratoras, há uma questão que lhes é peculiar. Tem uma subjetividade envolvida, apontando para essas mulheres que se desviam das normas jurídicas, mas também das normas sociais atribuídas às mulheres, a qual sussurra o tempo todo: “É, elas não necessitam mais que isso, pois já têm muito, ou seja, seis refeições, um lugar limpo, disciplina para controlar e substituir a falta de educação de muitas”. Toda essa padronização indica o lugar que deveriam



ocupar socialmente, quando são impelidas a fechar as pernas, ter bons modos e serem educadas como “mocinhas”. Há evocação desses padrões sociais sedimentados na submissão do feminino quando, por exemplo, uma interna foi elogiada por um funcionário, por estar, durante um evento que houve fora da instituição, ajudando a servir os lanches às outras internas. Ele disse: “É, pelo menos uma se salvou e sabe fazer a coisa certa”. Ali, naquele momento, ela se acomodou perfeitamente aos padrões de submissão impostos à mulher, padrões de “boa dona de casa” que sabe servir bem.

Todas essas inúmeras violências que marcaram e marcam a trajetória de vida desses jovens, resultaram tanto do racismo estrutural, no caso específico dos e das jovens negros e negras, assim como do juvenicídio e da necropolítica ao abarcamos toda essa juventude. São jovens que para a sociedade civil e para o Estado são descartáveis e, em certo sentido, passíveis de sofrimento e morte, uma vez que para muitos eles são “sujeitos do crime” e, por esse motivo, todas as violências contra eles são legitimadas (Misse, 1999). Nesse sentido, essas inúmeras violências deixam nesses jovens diversas marcas físicas e simbólicas, resultando na impossibilidade deles de vivenciarem de modo digno a sua condição juvenil. À vista disso, a UNIFEM, o CASE I e II, o CENAM e o CASEM, esses pequenos espaços sob a égide da Fundação Renascer, são apenas o que restou à juventude infratora do estado de Sergipe diante de tantas violências (Braga, 2020; Silva, 2021).

Considerações finais

Este texto teve como objetivo refletir sobre a relação entre juventude e violência, tendo por base os marcadores de raça e gênero, questionando o modo como esses marcadores nos ajudam a compreender a dinâmica da violência no Brasil, especialmente em Aracaju/SE. Nesse sentido, nossa reflexão permitiu identificar a produção de saberes sobre as violências na contemporaneidade, as práticas de juvenicídio na



América Latina, suas correlações com as juventudes em conflito com a lei e suas influências necropolíticas, assim como o impacto do racismo estrutural na trajetória de vida desses jovens. O que nos levou a discutir no presente capítulo o conceito de juventude, os dados produzidos sobre violência no País pelo Atlas da Violência e pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil e, por fim, o modo como essas questões tocaram o nosso campo de pesquisa em Sergipe.

Em relação ao conceito de juvenicídio, vimos, ao elencar algumas das suas caracterizações, o seu aprofundamento, que se mostrou teórica e empiricamente capaz de contemplar diversas questões relacionadas à população jovem, nos permitindo uma melhor compreensão do tema proposto. Por exemplo, se pensarmos em uma caracterização do juvenicídio, como um conjunto de violências que vai apagando aos poucos as adolescentes que conflitam com a lei, percebe-se claramente através das questões que envolve a temática das infrações femininas o modo como são estruturadas institucionalmente. Do mesmo modo que se encontram protegidas e abrigadas pela estrutura do Estado, encontram-se apagadas socialmente pela invisibilidade e desqualificação que o próprio sistema impõe. Nesse sentido, o conceito de juvenicídio tem contribuído de modo relevante para as pesquisas em ciências sociais relacionadas à violência, exclusão, discriminação e extermínio de populações jovens na América Latina, embora ainda seja pensado como conceito emergente.

A relevância de conceitos como o de juvenicídio está na capacidade de descrever, teorizar e explicar o fenômeno social da morte prematura que vem se construindo em torno da dimensão social, econômica, étnica, de gênero. Além disso, o conceito permite gerar uma análise crítica das condições sociais, econômicas, políticas, ações e omissões dos países latino-americanos que contribuem para o desenvolvimento desse fenômeno social na região. Desse modo, o conceito foi relevante para o presente capítulo, pois não só nos ajudou a compreender as diversas violências que afetam os jovens em conflito com a lei de nosso



país, como também no impacto dessas violências em suas trajetórias de vida, por exemplo, na impossibilidade de alguns jovens em pensar em si mesmos no futuro.

Na realidade, a morte em si anula possibilidades e isso nos leva a construir reflexões mais aprofundadas sobre as juventudes que temos, a que teremos e as que já perdemos. O juvenicídio físico, através das mortes violentas, expõe a categoria juventude a diversos modos de perdas. Perda de espaço, perda de possibilidades de avanços em direção a um futuro digno, perda de direitos e a perda do sentido de existência, ou seja, um sistema que gira em torno da política da morte, seja ela física, seja moral.

Um desses mecanismos se constitui na política de morte, que ao desacreditar das pessoas as coloca em situações precarizadas, dificultando acessos sociais, melhoria de vida e toda sorte de desqualificação. É a situação percebida no espaço socioeducativo com a falta de perspectiva de futuro elencada por muitos adolescentes que se encontram cumprindo medidas. O necropoder, além de embasar a noção de juvenicídio, feminicídio e racismo estrutural, também nos faz refletir sobre a vida desses e dessas jovens alijados socialmente, sem voz, com espaço e perspectivas reduzidos, ainda mais quando passam nos filtros sociais de raça e classe.

Assim, ao estar diante de estatísticas de mortes físicas, de concepções racistas que levam muitos jovens à morte, mas também da morte do tipo lenta e gradual que acontece de modo mais sorrateiro, temos uma visão geral sobre a instrumentalização do necropoder. Desse modo, essas reflexões nos possibilitam uma compreensão, ainda que numa abordagem incipiente, das diversas violências físicas e simbólicas que perpassam a trajetória de vida dos e das jovens arcajuanos, por exemplo, o apagamento social que as mulheres, especialmente mulheres negras, têm vivenciado, ainda mais se estiverem em conflito com a lei. Vimos, portanto, por diversos ângulos, a sistemática do juvenicídio, ancorada à necropolítica, ao racismo estrutural e ao feminicídio, em suas sobreposições, complexidades, mas também as possibilidades de



se pensar juventudes, de um modo mais realista a fim de contextualizar com o campo em questão. Nesse sentido, enfatiza-se que o presente artigo não quis de modo algum finalizar a discussão, mas trazer à tona diversas questões em torno da temática juventude e violência e que, de certo modo, nos ajudam a compreender melhor esse tema.

Referências bibliográficas

- Abramo, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. 1997.
- Almeida, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- Aires, Suely. “Corpos marcados para morrer”. In: **Revista Brasileira de Cultura (CULT)**, ano 21, n.240, Editora Bregantini, novembro, 2018, p. 29-32.
- Anunciação, Diana; Trad, Leny Alves Bonfim; Ferreira, Tiago. ““Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste”. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e190271, 2020.
- Anzaldúa, R. “Infancias y adolescencias en el entramado de los procesos de subjetivación”. **Revista Tramas** 36, UAM-X, México, 2012, p. 177-208.
- Ariès, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- Ariès, Philippe. “Las edades de la vida”. En: **Ensayos de la memoria, 1943-1983**. Santafé de Bogotá, Grupo Editorial Norma, 1995, p. 327-341.
- Bauman, Z. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Mario Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.
- Bourdieu, Pierre et al. “A juventude é apenas uma palavra”. **Questões de sociologia**, p. 112-121, 1983.
- Braga, Elida D. “**Estado de adolescência**”: as mulheres infratoras em meio à precarização e ao apagamento. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil**. 2017.
- Cerqueira, Daniel Ricardo de Castro Coordenador et al. **Atlas da violência 2020**. 2020.



Costa, Hilton. “Hierarquias brasileiras: abolição da escravatura e as teorias do racismo científico”. **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros-NEAB, UFPR**, v. 26, 2014.

Franch, Mónica. “De Tempos em Tempos: Reflexões sobre a Categoria Tempo nos Estudos sobre Juventudes”. **Revista TOMO**, n. 32, 2018.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Editora 34, 1999.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. “Preconceito de cor e racismo no Brasil”. **Revista de antropologia**, v. 47, n. 1, 2004, p. 9-43.

Koury, Mauro Guilherme Pinheiro. “Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual”. **Sociedade e estado**, v. 26, n. 3, 2011, p. 471-486.

Margulis, Mario; Ariovich, Laura. **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Editorial Biblos, 1996.

Mbembe, Achille. “Necropolitiqué”. In: **Traversées, diasporas e modernités**, Raisons Politiques, n° 21, 2006, p. 29-60.

Misse, Michel. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em Sociologia. IUPERJ, Rio Janeiro, 1999.

Moscovici, Serge. “Representações sociais: investigações em psicologia social”. In: **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2000.

Oliveira, Tâmara Maria de. “Do diferente e do mesmo: manifestações de junho e sociologia da juventude”. In: III SECIRI (III Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas), 2013, Universidade Federal de São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão: TOMO, 2013.

Peralva, Angelina T. **O jovem como modelo cultural**. 1997.

Porto, Maria Stela Grossi. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, 2015, p. 19-37.

Rizzini, Irma; Fonseca, Maria Tereza da. **Bibliografia sobre a história da criança no Brasil**. Marília: UNESP, 2001.

Silva, Lucas Vieira Santos. **Juventude e violência: Juventude e violência: O impacto do racismo e da violência policial na trajetória de vida de jovens negros em conflito com a lei**. 147 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, [S. l.], 2021.

Sinhoretto, Jacqueline et al. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante**. São Paulo: UFSCAR 2, 2014.



Sinhoretto, Jacqueline; Schlittler, Maria Carolina; Silvestre, Giane. “Juventude e violência policial no Município de São Paulo”. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 1, 2016.

Sinhoretto, Jacqueline; Morais, Danilo De Souza. “Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada”. **Revista de Estudios Sociales**, n. 64, 2018, p. 15-26.

Soares, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. Boitempo Editorial, 2019.

Souza, Jessé et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

Valenzuela, J.M. **Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precárias en America Latina y España**. Barcelona: Ned Ediciones; - Guadalajara: ITESO; - Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2015.



REPRESENTAÇÕES SOBRE GÊNERO E JUVENTUDES EM MEU NOME É BAGDÁ

 Danielle Parfentieff de Noronha¹

O CINEMA É UM DOS CAMPOS privilegiados de construção de representações sociais, em que é possível tanto legitimar tipificações e estereótipos naturalizados socialmente quanto questioná-los, apresentando imagens e sons mais plurais e diversos sobre as pessoas e seus grupos. Neste capítulo, pretendo investigar um pouco desse percurso no que se refere às representações relacionadas às juventudes² – mais especificamente jovens mulheres –, compreendidas como uma categoria heterogênea construída social, histórica e culturalmente (Pais, 2003), no cinema brasileiro contemporâneo.

Desde meados dos anos 1990, no período que ficou conhecido como a “retomada do cinema brasileiro”, as juventudes pautaram as narrativas de muitos longas-metragens. Entretanto, uma das premissas que balizam a construção deste texto diz respeito à falta de representação e

¹ Doutora em Mídia, Comunicação e Cultura pela Universitat Autònoma de Barcelona - UAB, mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Sergipe - UFS e graduada em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP. Faz parte do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas - GERTs (UFS), do Grupo de Estudos Decoloniais (Unit) e do Grupo Documentário e Fronteiras (UFF). É professora substituta do Departamento de Comunicação Social (DCOS), no curso de Cinema e Audiovisual, da UFS. E-mail: danielledenoronha@gmail.com

² Sobre esse tema, ver Marcon; de Noronha, 2018.



reconhecimento por grande parte da juventude brasileira nas imagens que são produzidas no cinema e audiovisual comerciais realizados no país (de Noronha, 2017), aliada às representações simplificadoras sobre as mulheres que comumente são exibidas nas telas. Ao refletir especificamente sobre a produção de longas de ficção, um formato que normalmente requer maior investimento econômico, é possível associar essa falta de reconhecimento e a construção de tipificações sociais à pouca pluralidade entre as pessoas que estão atrás das câmeras. Para exemplificar, um estudo da Ancine³ (Agência Nacional do Cinema) divulgado em 2018 mostra que 75,6% dos 142 longas lançados comercialmente no Brasil em 2016 foram dirigidos por homens brancos, a maioria localizado no eixo Rio-São Paulo.

Por outro lado, devido à ampliação do acesso tanto a câmeras quanto a espaços de exibição (virtuais), houve um aumento considerável de pessoas e grupos que usualmente não tinham oportunidades nos campos hegemônicos de produção cultural e passaram a produzir audiovisual, principalmente, em outras metragens como é o caso dos curtas. Nesse sentido, o cinema e audiovisual são compreendidos como um campo de disputas no que se refere também a discurso e representações, em que se questiona cada vez mais a falta de pluralidade, tanto atrás como na frente das câmeras, em relação à raça, etnia, gênero, classe, região, sexualidade, entre outros marcadores sociais da diferença.

Atualmente, a ampliação de acesso ao audiovisual e essa tensão por narrativas e personagens mais plurais são algumas das motivações que estão possibilitando a presença de outras representações sobre o universo juvenil em longas⁴, bem como sobre as mulheres, como é o

³ Disponível em: <<https://oca.ancine.gov.br/diversidade-de-g%C3%Aanero-e-ra%C3%A7a-nos-longas-metragens-brasileiros-lan%C3%A7ados-em-salas-de-exibi%C3%A7%C3%A3o-2016-0>>. Acesso em 20/03/2021.

⁴ Como exemplos estão os filmes Hoje eu quero voltar sozinho (Daniel Ribeiro, 2014), Mulher do Pai (Christiane Oliveira, 2016), Deslembro (Flávia Castro, 2019) e M-8 Quando a Morte Socorre a Vida (Jeferson De, 2020).



caso de *Meu nome é Bagdá* (2020), com direção de Caru Alves de Souza, que será analisado neste capítulo.

A protagonista do filme é Bagdá, uma skatista de 17 anos que vive na Freguesia do Ó, um bairro da periferia da cidade de São Paulo. Segundo a sinopse, Bagdá anda de skate com um grupo de meninos skatistas do bairro e passa boa parte de seu tempo com sua família e as amigas de sua mãe. Juntas elas formam um grupo de mulheres pouco convencionais. Porém, Bagdá finalmente encontra um grupo de meninas skatistas, e a sua vida muda completamente.

A partir do diálogo entre as Ciências Sociais, em especial a Antropologia do Cinema, os estudos sobre juventudes e as pesquisas que refletem sobre o cinema desde perspectivas feministas, busco realizar uma análise do filme⁵, além de pensar sobre o papel da equipe em sua construção, apontando seu contexto, e refletir sobre as semelhanças e diferenças narrativas que apresenta em relação aos estereótipos relativos às juventudes que normalmente são reproduzidos no cinema brasileiro contemporâneo.

Além desta introdução e das considerações finais, este capítulo está dividido em três partes. Na primeira realizo uma discussão sobre representação, cinema, gênero e juventudes. Na sequência, foco nas representações em relação a gênero, e, por fim, apresento uma análise da obra com ênfase na representação de gênero e juventudes, nas quais também são utilizadas entrevistas com a diretora sobre o filme disponibilizadas na internet.

Representação, gênero e juventudes no cinema

Parto da premissa que vivemos numa sociedade cada vez mais visual e que as imagens, sejam estáticas, sejam em movimento, exercem

5 Agradeço à Tata Amaral e à Joana Rochadel, da Manjerição Filmes, pela disponibilidade em me enviar o arquivo do filme para esta análise.



uma grande influência nas percepções que construímos sobre o mundo ao redor. Ao olhar para o cinema e audiovisual, essa influência tem um poder ainda mais acentuado devido à impressão de realidade que o movimento provoca. Entretanto, as imagens são parte de um complexo processo de escolhas, recortes e montagens, que dizem respeito a questões estéticas e técnicas, mas também sociais e políticas.

Nesse sentido, os filmes trazem em suas imagens e sons o diálogo entre processos individuais e coletivos, que dizem muito sobre os contextos dos quais fazem parte. Ao mesmo tempo que influenciam a sociedade, são influenciados por ela, atuando na construção de imaginários, mas também de vivências práticas nos cotidianos de pessoas e grupos, já que os filmes são capazes de nos ajudar a criar o entendimento que temos sobre nós mesmos e sobre as e os demais. Porém, muitas narrativas são pautadas nos estereótipos mais usuais que a sociedade (re)produz sobre os mais diversos grupos, principalmente sobre aqueles que são marginalizados socialmente.

Neste trabalho vou dialogar com duas categorias que, de um modo geral, foram tipificadas socialmente nas narrativas hegemônicas do cinema narrativo comercial: gênero e juventudes. Para isso, torna-se necessário entender a complexidade existente por trás dos estereótipos, que, em vez de serem considerados como falsidade, podem ser compreendidos como partes “da dinâmica social na qual se definem caráter, personalidade e disposições individuais”, como também coletivas (Biroli, 2011, p. 77). Para Flávia Biroli (2011, p. 77):

Estereótipos e realidade alimentam-se um do outro, confirmando papéis, comportamentos e valores socialmente produzidos. Para voltar aos exemplos de gênero, a análise crítica de estereótipos que vinculam a “natureza” da mulher a determinados espaços, como a casa, e a atividades específicas, como o cuidado com os filhos e outros familiares, pode ter como estratégia a demonstração da falsidade desses estereótipos – mostrando, por exemplo, como a experiência efetiva de muitas mulheres não coincide com



eles. Mas, para que seja produtiva, teria que considerar por que razão há, também, identificação.

Desse modo, para a autora, apesar das imagens estereotipadas socialmente “não serem capazes de dar sentido à totalidade das experiências” dos diferentes grupos, elas acabam tendo um papel de destaque no desenvolvimento de suas vivências, processos identitários e percepções sobre o mundo. Nas suas palavras:

Internalizadas, as imagens estereotípicas produzem padrões reais de comportamento que confirmam, potencialmente, os estereótipos. Estes passam, assim, a coincidir com aspectos constatados e verificáveis da realidade. O conflito dos indivíduos com os papéis que são chamados a desempenhar pode aparecer, então, como um desvio, em vez de ser tomado como confirmação de que a realidade é mais complexa do que a tipificação (Biroli, 2011, p. 78).

Por um lado, ao olhar para as representações relacionadas às mulheres no cinema narrativo comercial há uma grande simplificação de suas vivências e existências. A forma como o cinema hollywoodiano representa as mulheres (e outros grupos) a partir da década de 1920, que devido ao seu poder de alcance influenciou de diversas formas todo o globo, começou a ser questionada de modo mais intenso com a construção da teoria crítica do cinema⁶ e do contracinema feministas⁷ na

⁶ Desenvolvida inicialmente por autoras como Elizabeth Kaplan (1995[1973]), Laura Mulvey (1983[1975]) e Mary Anne Doane (1982).

⁷ Conforme explica Ceíça Ferreira (2018, p. 5), “Em contraponto ao cinema narrativo clássico, Mulvey propõe a criação de um contracinema, um cinema alternativo, político e estético, capaz de romper, destruir os prazeres visuais codificados pela narrativa clássica dentro da ordem patriarcal. Isso se mostra possível, segundo Oliveira Filho (2012), a partir do uso de recursos como o plano-sequência, a exposição do aparato técnico e da equipe de filmagem indicando o processo de fabricação do filme, bem como uma postura que flexibiliza o trabalho de direção; e, principalmente, uma perspectiva feminista, já que se centra, sobretudo, no protagonismo das mulheres em suas diferentes formas de luta contra a cultura falocêntrica. Exemplo dessa proposta são os próprios filmes de Laura Mulvey, como o documentário *Frida Kahlo & Tina Modotti* (1983), dirigido com Peter Wollen”. Cito ainda diretoras como Agnès Varda, Chantal Akerman e Maya Deren.



década de 1970, “um vasto campo de estudos que busca desmistificar as relações de poder, o desejo e prazer visual, a objetificação feminina e as estratégias narrativas e estéticas por meio das quais são veiculados valores e padrões de comportamento” (Ferreira, 2018, p. 2), em que diversas autoras, ao analisarem tanto a mulher representada quanto a espectadora, procuraram demonstrar “que esses estereótipos impostos à mulher, através da mídia, funcionam como uma forma de opressão, pois, ao mesmo tempo que a transformam em objeto (principalmente quando endereçadas às audiências masculinas), a anulam como sujeito e recalcam seu papel social” (Gubernikoff, 2009, p. 68). Segundo a autora:

(...) foram os homens os produtores das representações femininas existentes até hoje, e essas estão diretamente associadas às formas de a atual mulher ser, agir e se comportar. O que se discute é o fato de a mulher contemporânea buscar se enquadrar em uma imagem projetada de mulher que, na verdade, é aquela que eles gostariam que ela fosse, a partir de representações femininas cunhadas pelos meios de comunicação e, principalmente, pelo cinema (Gubernikoff, 2009, p. 67).

Por outro, ao observar as representações das juventudes (de Noronha, 2013) também é possível encontrar alguns estereótipos que são mais acionados nas narrativas clássicas comerciais que buscam olhar para esse grupo, a começar pela própria percepção da juventude como uma categoria homogênea. Conforme explica Abramo (1994, p. 1):

A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso,

é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social.

Nesse sentido, trata-se de uma categoria que precisa ser pensada no plural e que possui vivências complexas e heterogêneas. Cecilia Braslavsky (1986), ao analisar a representação das juventudes no cinema argentino, percebeu três mitos que cercam as tipificações mais usuais em relação às culturas juvenis: o mito da juventude dourada, relacionado a um ideal de juventude, que aponta para jovens sem preocupação, que podem aproveitar o seu tempo livre e desfrutar de uma moratória social, sem responsabilidades; o mito da juventude cinza, que trata as e os jovens (normalmente pobres) como delinquentes, violentos e responsáveis pelos males sociais; e o mito da juventude branca, quando as e os jovens são representados como personagens maravilhosos, capazes de salvar o mundo e de fazer aquilo que os seus pais e mães não puderam (de Noronha, 2017).

Em vários filmes do cinema brasileiro contemporâneo é possível identificar como essas narrativas míticas são utilizadas para construir as e os personagens jovens, tais como *Era uma vez* (2008), de Breno Silveira, *PodeCrer!* (2007), de Arthur Fontes, *Proibido proibir* (2006), de Jorge Durán, e *Cabra Cega* (2005), de Toni Venturi, nos quais a maioria dos protagonistas é homem. O tema das tipificações se torna ainda mais complexo quando interseccionamos a geração com outras categorias como raça, classe, sexualidade e gênero, o que pode provocar ainda mais simplificações (e invisibilizações) por não serem levadas em consideração as distintas dinâmicas que ocorrem quando relacionamos diferentes marcadores sociais.

Nesse sentido, principalmente a partir da década de 1980, a teoria crítica feminista do cinema passa por reformulações para dar conta da pluralidade de perspectivas existentes nesses lugares, já que, como alerta Ceíça Ferreira (2018), as análises dos primeiros estudos estavam



pautadas na diferença sexual, entendida de forma binária, e ignoravam a realidade de outras mulheres que não fossem brancas, heterossexuais e de determinada classe social. Para refletir sobre essa questão, bell hooks, ao pensar na expectadora negra, propõe a construção de um “olhar opositivo”:

A crítica feminista convencional não reconhece a espectadora negra de forma alguma. Nem sequer considera a possibilidade de que as mulheres possam construir um olhar opositivo por meio da compreensão e consciência das políticas de raça e racismo. A teoria feminista do cinema, enraizada em um modelo a-histórico e psicanalítico que privilegia a diferença sexual, ativamente suprime o reconhecimento da raça, recriando e espelhando o apagamento da mulher negra que ocorre nos filmes, silenciando qualquer discussão da diferença racial – da diferença sexual racializada. Apesar das intervenções críticas feministas voltadas à desconstrução da categoria “mulher” que ressaltam a importância da raça, muitas críticas de cinema feministas continuam a estruturar seu discurso como se ele falasse das “mulheres” quando, na verdade, fala apenas das mulheres brancas (hooks, 2017 [1992], n.p.).

A proposta neste trabalho é dialogar com a teoria crítica feminista do cinema desde uma perspectiva que possibilite decolonizar a teoria e práticas cinematográficas e ampliar o olhar para aquelas e aqueles que normalmente são estereotipados ou, em muitos casos, apagados das narrativas, interseccionando as categorias gênero e juventudes, como também outras que são acionadas como raça, classe e sexualidade. Segundo Wivian Weller (2005, p. 111-112):

Algumas autoras têm criticado a ausência de pesquisas sobre a presença feminina nas culturas ou subculturas juvenis, o papel que esses grupos desempenham na transição da adolescência para a vida adulta e na construção da identidade étnica e de gênero. No entanto, constatamos que as práticas culturais da fai-



xa etária que compreende a adolescência e a juventude também continua sendo objeto de pouca atenção por parte dos estudos feministas no Brasil e em outros países.

Essa mesma questão pode ser identificada tanto na prática cinematográfica quanto nas pesquisas sobre cinema e audiovisual (em especial desde uma perspectiva feminista) que, apesar de cada vez encontrarmos mais investigações sobre esse tema, ainda há muito o que investigar. Já no primeiro caso, as representações das jovens nas subculturas juvenis costumam a ficar em segundo plano por uma dupla opressão do patriarcado. Primeiro, a própria construção machista do cinema, normalmente, apresenta às mulheres apenas os papéis secundários. Segundo, pelo apagamento da presença dessas jovens mulheres nas subculturas juvenis. Nesse caso, esse apagamento tem duas motivações principais, por um lado, por suas participações serem consideradas uma quebra do padrão hegemônico esperado, o que dificulta o acesso delas aos grupos; e, por outro, pela invisibilização nos discursos produzidos sobre esses grupos, tanto no âmbito acadêmico quanto nas artes em geral (Weller, 2005). Para a autora:

As perspectivas teóricas e os resultados apresentados em pesquisas sobre as relações de gênero contribuíram para a compreensão de que o gênero não é algo que adquirimos naturalmente, mas que produzimos no dia-a-dia. Em outras palavras, o gênero é constituído de forma interativa e situacional; ele é discutido (ou não) num contexto e numa interação específica nos quais as pessoas envolvidas assumem distintas representações de gênero. Segundo Eva Breitenbach, uma concepção semelhante pode ser desenvolvida em relação à juventude ou às juventudes, que não podem ser vistas apenas como um conjunto de pessoas de ambos os sexos, como uma fase da vida ou ainda como uma instituição social. Nesse aspecto as teorias feministas apresentam uma importante contribuição para a desconstrução das concepções vigentes sobre juventude assim como para uma maior compreensão da especificidade juvenil (Weller, 2005, p. 113).



Nesse sentido, *Meu nome é Bagdá*, ao apresentar novas possibilidades de representações, é um filme que busca combater essas duas opressões ao exibir uma história na qual as mulheres são as protagonistas de suas próprias vidas e, especificamente ao falar das jovens, constroem os seus espaços (tensionando por novas lógicas) dentro de uma subcultura juvenil – o skate – que é compreendida tanto pela maior parte dos integrantes quanto pela sociedade em geral como um espaço (quase que exclusivamente) masculino.

Ressignificar o papel das mulheres em *Meu nome é Bagdá*

O início do filme nos apresenta seus dois personagens principais – Bagdá e o skate – que andam juntos pelos corredores do que parece ser a escola de Bagdá. A imagem, em câmera lenta⁸, busca transmitir a sensação de quem anda de skate: é necessário foco e concentração, um estado de presença contínua. Como diz Bagdá, em outro momento do filme, o skate é a meditação do futuro. Durante essa cena são intercalados momentos de uma festa – não sabemos ainda se trata-se de algo do passado ou do futuro – em um lugar que tem pichações nas paredes, como “Sua xoxota livre” e “4:20”, além de jovens dançando, bebendo, fumando, rindo, até o momento em que Bagdá sofre um assédio sexual. A cena é interrompida pelo letreiro com o nome do filme.

A obra é baseada no livro de Toni Brandão, *Bagdá, o skatista*. Entretanto, a diretora Caru Alves de Souza⁹ conta que num determinado momento do projeto a personagem principal se transformou em Bagdá, “a” skatista, e a partir daí o longa passou a ser um filme de mulheres. Essa característica não é percebida apenas na protagonista, mas em suas relações e na própria narrativa que o filme constrói. Como explica

⁸ O uso da câmera lenta foi sugerido por uns dos skatistas que atuaram no filme. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FwiHwazx4j4>>.

⁹ Entrevista concedida ao canal Cine Resenha. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FwiHwazx4j4>>.

Caru, além de ter como eixo principal uma família chefiada e formada apenas por mulheres, o filme as coloca em lugares que normalmente são ocupados por homens, como em bares e no próprio movimento do skate, que neste filme é tão importante que pode ser compreendido, como sugerido no parágrafo anterior, como um personagem da obra.

Nesse sentido, são várias as questões relacionadas a gênero que podem ser analisadas a partir da narrativa do filme. A começar pelo protagonismo feminino que aparece tanto na frente quanto atrás das câmeras. Grande parte das chefes de equipe é mulher, além da direção, temos mulheres à frente da produção (Rafaella Costa e a própria Caru), roteiro (que a diretora coassina com Josefina Trotta), direção de fotografia (Camila Cornelsen), *production designer* (Marinês Mencio), preparação de elenco (Marina Medeiros), produção de elenco (Paula Pretta), direção de produção (Stella Rainer), entre outras áreas como figurino, maquiagem, elétrica e marcação de cor.

Essa forte presença de mulheres na realização do filme se mantém nas representações que vemos nas telas. Bagdá (Grace Orsato) faz parte de uma família que é chefiada pela nordestina Micheline (Karina Buhr) e ainda é composta pelas irmãs Joseane (Marie Maymore) e Bia (Helena Luz). Em seu círculo familiar próximo ainda estão a tia Gladys (Gilda Nomacce), que comanda um bar do bairro – frequentado majoritariamente por homens –, e a dona do salão de beleza que Micheline trabalha como manicure: Gilda (Paulette Pink), uma mulher trans, o que por si só já levanta uma discussão que normalmente tem pouco espaço na sociedade, bem como no audiovisual hegemônico do país.

Todas essas personagens são complexas e independentes. Há entre elas muita cumplicidade e relação de carinho, que são construídas de forma simples e bastante natural. Aliás, essa naturalidade é um dos pontos fortes do filme e pode ser encontrada em todo o seu desenvolvimento: na luz, nos movimentos de câmera (a maioria feito na mão, muito próximo às e aos personagens), nos cenários, nas personagens e seus diálogos. Tal questão pode ser interpretada como uma das escolhas que



ajudaram o longa a fugir dos estereótipos e dialogar com as vivências de muitas pessoas que vivem nas periferias das grandes cidades, principalmente das mulheres, em especial por apontar para a pluralidade de experiências que são vivenciadas nesses espaços. Segundo a diretora:

Meu Nome é Bagdá nasceu do nosso desejo de contar uma história sobre situações cotidianas vividas por personagens oriundos de um bairro de classe média baixa da cidade de São Paulo, tentando encontrar a poesia existente nessas situações. Também queríamos fazer um filme com personagens mulheres que fossem fortes e que fugissem dos estereótipos, e que se fortalecessem através dos laços criados entre si, criando ilhas de amor e afeto num mundo que frequentemente é hostil a elas. Para isso, lançamos mão de algumas estratégias¹⁰.

Grande parte do elenco nunca havia atuado, incluindo a protagonista, que faz parte de um grupo de skate em São Paulo. A diretora explica que as atrizes e os atores não tiveram contato com o roteiro, mas foram realizados ensaios nas locações. Segundo ela, “Esse processo foi importante para que os atores se apropriassem de suas personagens, criando uma sensação de que são pessoas reais, que realmente existem”. Percebe-se uma naturalidade entre as e os personagens, que estão bastante integrados e à vontade. A câmera quase não é sentida e, apesar da diretora já ter dito que não houve influência direta em uma entrevista, se assemelha muito ao que é proposto em alguns filmes de Lucrecia Martel, como *O pântano* (2001).

Entretanto, para dar conta das subjetividades das personagens, o tom naturalista é quebrado algumas vezes. A diretora diz que isso acontece nas câmeras lentas, já descritas mais acima, e no uso da trilha sonora¹¹. Também podemos acrescentar as performances, que ocorrem

¹⁰ Disponível no press-kit distribuído à imprensa: <https://manjericaofilmes.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Bagda_Press-Kit-PORTUGUES.pdf>.

¹¹ Segundo Caru, as músicas foram pensadas para a narrativa, não necessariamente são músicas que tem a ver com o skate ou que os skatistas ouvem. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FwiHwazx4j4>>.



geralmente em contraponto a alguma tensão, e nas inserções de pequenas cenas que não têm relação direta com a história, mas dizem muito sobre a realidade a qual ela está inserida: são imagens de uma mulher lutando Muay Thai ou dirigindo um caminhão, da barbearia, do carteiro, o som do carro do ovo ou Zé Pereira declamando uma poesia.

Já no primeiro caso, destaco três performances. A primeira acontece quando Bagdá, Micheline e Gilda estão olhando uma revista voltada para o público feminino e questionam os padrões impostos às mulheres, tanto no que diz respeito ao corpo quanto ao relacionamento (compulsório) heterossexual. Bagdá diz “não pareço nada com essas meninas”. E, então, elas se transformam em cangaceiras, friidas, roqueiras. O outro momento acontece depois que Bagdá, Gilda e Emílio (um homem gay que também trabalha no salão e luta contra um câncer) sofrem ofensas homofóbicas de um grupo de homens. Por fim, a última ocorre na festa, depois que Bagdá sofre a violência.

Sobre esses momentos podemos perceber que apesar de independentes, as mulheres estão sempre cercadas por tensões que são naturalizadas nas sociedades patriarcais e homofóbicas. Entretanto, em *Meu nome é Bagdá*, as mulheres resistem, denunciam e não se calam. Além de sempre se apoiarem. O primeiro tensionamento tem a ver com os padrões, o filme os questiona o tempo todo e isso pode ser percebido também na construção da protagonista. Na cena inicial, por exemplo, Bagdá veste camiseta, calça jeans, tênis e boné. Seu modo de se vestir, durante todo o filme, não segue o padrão normalmente esperado das mulheres, como também não está limitado a ser apenas um estilo vinculado àquele que é esperado dos homens. Sua forma de se vestir e se comportar se relaciona ao próprio movimento do skate, pois seu estilo de vida está relacionado a ele, mas também questiona os binarismos e constrói um discurso que busca desvincular as roupas do gênero. O segundo, que dialoga com o anterior, tem a ver com as violências, preconceitos e dinâmicas vivenciadas pelas mulheres em suas distintas realidades. Seja no bar, seja no salão, seja na vivência como skatista de Bagdá, tema que tratarei no próximo tópico.



Juventudes, skate e gênero

A juventude é o grupo principal retratado no filme. E não se trata de qualquer juventude, mas de uma específica: um grupo de skatistas da Freguesia do Ô em São Paulo, que tem suas vivências e possibilidades apresentadas dentro desse contexto. Essa não é a primeira vez que Caru Alves aborda as e os jovens em seus trabalhos. Seu primeiro longa-metragem, *De menor*¹² (2013), e o curta *Assunto de família*¹³ (2018) também trouxeram jovens (e temas juvenis) para o protagonismo de suas narrativas. Nas palavras da diretora:

Com certeza lidar com os temas da juventude me interessa muito. É um período da nossa existência que passou a ser muito valorizado pela sociedade, e, portanto, foi dotado de uma complexidade muito grande e narrativamente oferece muitas possibilidades de abordagem. É uma época da vida marcada pela transitoriedade, é um momento de formação muito importante, onde tudo está à flor da pele. Me interessa muito me debruçar sobre as incertezas e possibilidades que esse tema traz. Neste filme eu experimentei uma coisa que não tinha feito nos outros que é construir o filme com os jovens que chegaram para fazer o filme, e foi muito interessante poder escutá-los e trocar experiências e visões de mundo com eles. Eu não queria impor a minha visão sobre a juventude, estava muito mais aberta para escutar o que os jovens pensam de si mesmos e sobre as coisas que estavam sendo tratadas no filme. Eu queria que o filme fosse

¹² Sinopse: A advogada Helena é uma jovem idealista que defende crianças e jovens infratores. Ela tem a custódia de seu irmão caçula, Caio. Órfãos, os dois têm um relacionamento de muita cumplicidade e o afeto entre eles é visível, mas Caio é um adolescente instável e impulsivo, que vive cercado por amigos de reputação duvidosa. Um dia, o jovem comete um delito e torna-se réu na Vara da Infância e Juventude de Santos, local onde Helena trabalha.

¹³ Sinopse: Rossi reúne-se com a família e amigos para assistir a uma clássica partida de futebol num domingo à tarde. Com um pai e um irmão machistas e uma mãe sufocada pelo cotidiano, o rapaz busca encontrar o seu lugar na família.

a expressão desse encontro entre as minhas expectativas e visão de mundo e as deles. E essa experiência foi incrível¹⁴.

Nesse sentido, buscou-se não delimitar as e os jovens a uma determinada perspectiva, mas construir uma lógica – como demonstrado no tópico anterior em relação à preparação de elenco, por exemplo – mais orgânica que possibilitasse a elas e eles apresentarem os seus olhares sobre aquelas questões refletidas pelo filme. Para alcançar isso, outra ferramenta que foi utilizada diz respeito à autorrepresentação. A diretora conta que Camila Cornelsen propôs utilizar imagens que fossem captadas por uma câmera de mão pela personagem Bagdá. Para essas cenas foi utilizada a câmera da própria atriz Grace Orsato, uma Samsung HMX-F80, que ela já utilizava para captar imagens de suas saídas com o skate.

Além de ser uma ferramenta que também pode ajudar a construir as subjetividades da personagem, como sugere a diretora¹⁵, também é um importante recurso de construção de autorrepresentações para essas e esses jovens e de questionamento em relação às tipificações sociais¹⁶, possibilitado pelo acesso mais facilitado a câmeras e meios de exibição, como o YouTube, além da familiaridade que as e os jovens têm desenvolvido com a linguagem audiovisual. Por essas imagens acompanhamos a forma que Bagdá vê o mundo, nesse sentido, ela é autorizada a olhar e compartilhar o modo como enxerga o seu entorno – algo que ainda é pouco comum às mulheres, principalmente jovens da periferia¹⁷.

¹⁴ Disponível em: <https://manjericaofilmes.com.br/wp-content/uploads/2020/01/Bagda_Press-Kit-PORTUGUES.pdf>.

¹⁵ A diretora conta que a opção por usar a câmera da atriz foi importante para ajudar a construir o olhar das e dos jovens sobre e para o filme. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FwiHwazx4j4>>.

¹⁶ Sobre esse tema, ver de Noronha, 2017.

¹⁷ No contexto das artes ocidentais, que inclui o cinema, o olhar é construído como uma forma de poder, que normalmente só é permitido aos homens brancos. Como exemplo de tensionamento a esse olhar, há o conceito de olhar opositivo, apresentado anteriormente, de bell hooks (2017 [1992]).



No começo do filme é apresentado o grupo de Bagdá, na qual ela (ainda) é a única mulher. Entre eles, dois se destacam Deco (William Costa) – que parece ser seu melhor amigo – e Clever (João Paulo Bienemann) – que concentra e representa a maior parte das situações machistas que acontece com (ou na presença) de Bagdá: comentários que exaltam as mulheres pela beleza, com termos como “mó gata” e “musa”, além do próprio assédio que a jovem sofre no filme. Ao mesmo tempo que o longa ressalta a importância do skate – e demais práticas ligadas a ele, como o hip hop e a pichação – para os processos identitários juvenis, neste caso específico da periferia de SP, ele também questiona o machismo que existe nesses grupos, reflexo da sociedade patriarcal, machista e sexista. O fato dela ser a única mulher já diz muito sobre o movimento de skate, que ainda é compreendido socialmente como uma prática masculina. Entretanto, pouco tempo depois, essa questão começa a ser desconstruída e ressignificada.

O grupo passa grande parte do tempo numa pista de skate do bairro e tudo começa a mudar para Bagdá quando uma jovem, Vanessa (Nick Batista), começa a “colar” por lá. As duas iniciam uma relação de amizade e de algum modo passam a tensionar as lógicas naturalizadas daquele espaço construído primordialmente para os homens. Numa ida do grupo ao centro de São Paulo, Bagdá e Vanessa conhecem outras meninas skatistas, que juntas começam a se apropriar e se empoderar cada vez mais, não apenas do skate, mas do direito de estar nas ruas, nas pistas, de serem respeitadas e ouvidas.

O momento de maior violência sofrida por Bagdá é aquele que conhecemos trechos no prefácio do filme e que acontece posteriormente, quando, numa festa, Clever não respeita o não dito pela skatista e usa da força para tentar forçá-la a beijá-lo. Bagdá é ajudada pela irmã. As duas vão embora, abraçadas, enquanto Clever volta para a festa como se nada tivesse ocorrido. O próximo encontro dos dois acontece na pista na Freguesia do Ó, quando Bagdá está na companhia de Vanessa e suas novas amigas como Giulia (Giulia Del Bel) e Luh (Luh Barreto). Cle-



ver chega com os outros meninos. Ela quer ir embora, mas suas amigas não deixam e dizem que é hora de resolver a questão. Chamam Clever para conversar e quando Bagdá o “intima” pelo o que aconteceu, ele diz não lembrar, que ela está “pagando de louca”. Ao saber o que houve, os outros meninos do grupo o repreendem, em especial Deco, mas as meninas dizem que não adianta criticá-lo e continuar andando com ele, um agressor, tampouco seguir dando ‘risadinhas’ e ‘piadinhas’ todas as vezes que elas estão na pista. Para elas, se skate é união, por que nunca cabe as minas?

Clever representa diversas camadas da masculinidade e da naturalização de discursos e práticas que normalmente são aceitas socialmente e que reforçam preconceitos e violências diversas relacionadas às diferenciações construídas em relação a gênero. Essa cena nos faz refletir que os (jovens) homens também precisam discutir sobre esses temas e não aceitar mais de seus próprios amigos comportamentos que reforcem discursos e práticas preconceituosas. A mudança é no dia a dia e elas já não aguentam mais. Como sugere Giulia, “ouve, mano. Escuta. Escuta e reflete”.

Se no início do filme Bagdá é a única, a exceção em um grupo dominado por homens, no final são elas que dominam as ruas em cima de seus skates, ressignificando os papéis sociais, ocupando as calçadas e praticando o apoio mútuo entre as mulheres. Vale ainda ressaltar que, apesar de não serem os temas centrais, o filme ainda pincela outras questões que estão presentes nas realidades de muitas e muitos jovens no país: a procura por emprego, a arte, em especial o hip hop, como possibilidade e forma de contestação policial, reflexões sobre a comunidade em que vivem e a violência policial, quando Bagdá e os meninos sofrem um “baculejo” violento de um policial, especialmente Bagdá (quem a câmera acompanha por toda a ação), que é questionada se “é menina ou menino” e “se tá dando para os caras” e é revistada pelo policial “igual moleque” por ela “gostar de ser igual moleque e se vestir igual moleque”.



Considerações finais

Sem a pretensão de esgotar o tema, e destacando apenas algumas possibilidades de análise de *Meu nome é Bagdá*, este capítulo buscou discutir sobre outras formas de representação das juventudes e das mulheres no cinema brasileiro. O filme é relevante nesse contexto por dar protagonismo às mulheres e, em especial, às jovens skatistas. Além disso, tanto em sua produção quanto naquilo que vemos nas telas, o longa busca construir novas lógicas, repensando a forma e o conteúdo do fazer cinematográfico e se distanciando das tipificações comumente apresentadas no cinema narrativo comercial.

Defendo que a pluralidade atrás das câmeras é responsável por uma maior pluralidade nas narrativas que são realizadas no cinema e audiovisual, que ao apresentarem personagens complexos, que fogem dos estereótipos sociais que são normalmente mais atribuídos a eles, entram na disputa pela construção de imaginários e práticas que sejam mais igualitárias, ao mesmo tempo que promovem o respeito às diferenças.

As e os jovens do filme não se encaixam nos padrões de uma juventude “cinza”, “branca” ou “dourada”, são jovens que vivem num determinado contexto social e compartilham de gostos e experiências parecidas, mas que possuem suas singularidades e realidades complexas. Talvez por terem participado do processo de realização coletiva da narrativa, conseguiram deixar transparecer isso na obra. Além do mais, apesar de individualizar principalmente em um personagem as principais questões relacionadas ao machismo no grupo, o filme deixa claro que não é o Clever, mas a sociedade como um todo. Desse modo, trata-se de uma estrutura social complexa – que também é machista, racista, classista, adultocêntrica, homofóbica –, que reverbera na vida de todas as mulheres (em especial das mais pobres e não brancas, apesar de o racismo não ser explorado na obra), dentro e fora do filme, que resistem e buscam combater essa estrutura.



Referências filmográficas

- Cabra cega** (2005). Direção: Toni Venturi. São Paulo: Olhar Imaginário Ltda.
- Deslembro** (2019). Direção: Flávia Castro. Rio de Janeiro: VideoFilmes.
- Era uma vez** (2008). Direção: Breno Silveira. Rio de Janeiro: Conspiração Filmes e Globo Filmes.
- Hoje eu não quero voltar sozinho** (2014). Direção: Daniel Ribeiro. São Paulo: Lacuna Filmes.
- M-8 Quando a Morte Socorre a Vida** (2020). Direção: Jeferson De. Rio de Janeiro: Migdal Filmes
- Meu nome é Bagdá** (2020). Direção: Caru Alves de Souza. São Paulo: Manjericão Filmes.
- Mulher do pai** (2016). Direção: Christiane Oliveira. Porto Alegre: Okna Filmes.
- O pântano** (2001). Direção: Lucrecia Martel. Buenos Aires: Wanda Visión S.A.
- Podecrer!** (2007). Direção: Arthur Fontes. Rio de Janeiro: Conspiração.
- Proibido proibir** (2006). Direção: Jorge Durán. Rio de Janeiro: El Desierto Filmes.

Referências bibliográficas

- Abramo, Helena. “Consideração sobre a tematização social da juventude no Brasil”. **Revista Brasileira de Educação**, 6, 1997.
- _____. *Cenas juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.
- Biroli, Flavia. “Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6. Brasília: 2011.
- Braslasky, Cecília. **La juventud argentina: informe de situación**. Centro Editor: Buenos Aires, 1986.
- De Noronha, Danielle Parfentieff. “Eu mesm@ me represento!? Considerações sobre autorrepresentação, imagens e juventudes”. **Communicare**, São Paulo, v. 17, 2017.
- _____. **Cinema, memória e ditadura civil-militar: representações sobre as juventudes em O que é isso, companheiro? e Batismo de Sangue**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Sergipe, 2013.



Doane, Mary Anne. “Film and the masquerade: theorizing the female spectator”. **Screen**, 1982, p. 74-88.

Ferreira, Ceiza. “Reflexões sobre “a mulher”, o olhar e a questão racial na teoria feminista do cinema”. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, 2018.

Gubernikoff, Giselle. “A imagem: representação da mulher no cinema”. **Caxias do Sul: Conexão – Comunicação e Cultura**, v. 8, n. 15, jun. 2009, p. 65-77

hooks, bell. **O olhar opositivo – a espectadora negra**. Tradução de Carol Almeida, 2017[1992]. Disponível em: <<https://foradequadro.com/2017/05/26/o-olhar-opositivo-a-espectadora-negra-por-bell-hooks>>.

Kaplan, Elizabeth. **A mulher e o cinema: os dois lados da câmera**. Tradução de Helen Marcia Potter Pessoa. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

Marcon, Frank; De Noronha, Danielle Parfentieff. **Juventudes e movimentos**. Aracaju: Criação Editora, 2018.

Mulvey, Laura. “Prazer visual e cinema narrativo”. In: Xavier, Ismail (Org.). **A experiência do cinema: antologia**. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1983.

Pais, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa nacional - Casa da moeda, 2003.

Weller. Wivian. “A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 107-126, janeiro-abril/2005, p. 107-126.”



GRAFFITI E HIP-HOP: RESISTÊNCIAS URBANAS E AS AGÊNCIAS ESTETIZADAS DAS MULHERES NA CIDADE

 Erna Barros¹

 Raissa Freitas²

NOS ÚLTIMOS ANOS temos acompanhado um crescimento significativo dos estudos acadêmicos que chamam atenção para as diferentes expressões culturais juvenis manifestadas em contextos sociais urbanos. Contudo, em meio à diversidade desses estudos, poucos têm debruçado suas análises às questões que envolvem diretamente o gênero, o modo como essa temática atravessa uma reflexão sobre as relações sociais, ou ainda sobre as experiências femininas ligadas aos significados de suas participações, das identidades e de seus estilos de vida.

Diante desse contexto, este capítulo apresenta as experiências de grupos formados por mulheres grafiteiras e mulheres praticantes de outros elementos do hip-hop, que encontram no pertencimento a estes grupos o suporte para lidar com as violências de uma prática realizada em ambientes predominantemente masculinos. Tendo em vista que a sociedade cria padrões de gênero também no que se refere aos espaços, a rua é sentida como um lugar de perigo, violência e criminalidade, e

¹ Jornalista, mestre em Multimeios (Unicamp) e doutora em Sociologia (UFS). E-mail: ernabarros@gmail.com

² Cientista social e mestra em Sociologia (UFS). E-mail: raissafreitas18@hotmail.com



estaria associada ao mundo masculino, somando-se mais uma barreira para a atuação e circulação das mulheres no espaço urbano.

A proposta do capítulo é, portanto, refletir sobre como a prática do graffiti e do hip-hop realizado por mulheres nos ajuda a apreender os sentidos de uma cidade pensada a partir de uma lógica masculina e como aspectos dessas violências podem ser percebidos na subjetividade das formas com as quais as mulheres se relacionam (ou deixam de se relacionar) com os espaços da cidade. Partimos de duas experiências de pesquisa de campo independentes, uma com jovens grafiteiras (Barros, 2020) e outra com jovens participantes de coletivos de hip-hop (Freitas, 2018), fazendo dialogar nossos dados empíricos e aproximando nossas perspectivas de análise sobre a experiência de mulheres jovens com a arte de rua em Aracaju.

Agência estetizada das mulheres na cidade

As cidades são espaços de trocas, de vivências, de conflitos, de disputas, mas também, e principalmente, espaços de expressão estética. O termo agências estetizadas se refere à ideia desenvolvida por Marcon (2018) e se inspira no fenômeno da estetização do cotidiano analisado por Lipovetsky e Serroy (2015). Segundo o autor (Marcon, 2018), que pesquisou estilos de vida e culturas juvenis em cidades como Aracaju e Salvador (Brasil), Barcelona (Espanha), Luanda (Angola) e Lisboa (Portugal), estamos diante de uma geração que se expressa cotidiana e esteticamente na cidade a partir de diferentes ações como a dança, a música, a patinação, o graffiti e outros. “Em todos os casos, estas expressões são os próprios meios pelos quais esses jovens experimentam sociabilidades e vivem suas possibilidades de lazer e trabalho. A maioria deles vive alguma tensão com relação ao acesso e aos usos do espaço público [...]” (Marcon, 2018, p. 341).

Aqueles que optam pelo espaço das cidades para exercer seu estar no mundo, lidam com uma cidade da expressão estética, mas também



uma cidade cheia de tensões políticas, econômicas e sociais. Segundo Marcon (2018, p. 346):

Esses jovens atuam nos interstícios do legal/ilegal, reivindicando uma forma de entendimento moral sobre o sentido do público, atuando e intervindo na rua. São jovens que dançam na rua, que cantam na rua, que desenham e pintam na rua, que patinam na rua, que exercem múltiplas agências no espaço público a partir do modo que ocupam a cidade, que vivenciam e intervêm no cotidiano. Eles tornam a rua o lugar de sua expressão sensível, corporal, visual, sonora e tátil. Seu lugar de agência. Reivindicam o espaço público, a cidade, como lugar legítimo para lazer, o trabalho e atuação política.

Assim, importa entender como e em que medida as cidades são lugares de expressão dessa agência estetizada. Afinal, as agências dos indivíduos que atuam, representam, reivindicam e se expressam na cidade não são processos próprios apenas do hip-hop, do graffiti, do rap ou do break dance. A disputa pela cidade está para além dessas expressões, que são formas de agência estetizada, mas que contracenam paralelamente a outras ações nesse espaço, como, por exemplo, no indivíduo que faz *parkour*³, naquele que protesta nas ruas, naquele que faz performances artísticas no centro da cidade, na praia, no semáforo, nos *skaters*, entre outros (Barros, 2020).

Todas essas ações são formas de disputa, na cidade, pela cidade, e através da cidade, que impõem outra lógica a esses espaços estrategicamente pensados para outros fins. Elas são, nos termos de Proença (2004), formas de contra-usos da cidade, percebidas através de irrupções que configuram respostas à lógica de uma cidade organizada, planejada e civilizatória.

³ Modalidade de treinamento baseada na ultrapassagem de obstáculos no ambiente urbano.



Diante disso e em meio a essas intervenções, temos que considerar que há uma agência na cidade que é historicamente invisibilizada, que é a agência das mulheres. Elas, por sua vez, também disputam a cidade, mas o fazem a partir de outra perspectiva, outras reivindicações e outras particularidades. Mais que disputar, elas resistem a essa cidade, que é, para elas, significativamente hostil.

Diante disso, como essa disputa acontece, como as mulheres resistem a essa cidade e quanto o graffiti e o hip-hop na cidade são formas de responder e reivindicar essa agência do sujeito?

Gênero, graffiti e as resistências na cidade

A inserção das mulheres no universo da grafiteagem envolve as dificuldades de uma prática realizada a partir de um “existir” no âmbito do espaço público, o que por si só tem sido uma barreira histórica a ser transpassada pelas mulheres, que por sua vez tiveram de lidar com um “existir” no âmbito privado do lar e da família.

Para as mulheres, as representações no espaço público estão atravessadas por hierarquias de gênero, percebidas nas relações sociais entre os grupos, bem como nas representações que realizam nas paredes. Não há dúvida que o ambiente do graffiti (em suas práticas e discursos) ainda é um cenário de predomínio dos homens, no qual as mulheres se tornam agentes a partir de uma prática de resistência, posto que as práticas realizadas pelos sujeitos que grafitam estão de um lado imbuídas de uma reprodução das desigualdades de gênero, ao passo que, de outro, há um enfrentamento a essa desigualdade (Barros, 2020).

Nesse sentido, as intervenções através do hip-hop, do graffiti e essa ocupação visual da cidade como fenômeno e como práticas de resistência constantemente se articulam a partir de relações de gênero estabelecidas por seus sujeitos. Nessa ocupação, prática de resistência que assume diferentes significados para homens e mulheres, ainda é notória a participação massiva de homens, no entanto, a reflexão que



se faz necessária aponta para a dupla transgressão dessas mulheres, grafiteiras e praticantes de hip-hop, enquanto sujeitos que interferem na paisagem urbana de forma subversiva e enquanto agência das mulheres no espaço público.

Dessa forma, relacionar-se com a cidade, para as mulheres, passa inevitavelmente um “existir” diante de dinâmicas de poder patriarcais, nas quais o fazer masculino ainda predomina. A ocupação da cidade realizada por mulheres, portanto, é aqui vista como uma forma de resistir a esse contexto, subvertendo os espaços à medida que constroem neles outros significados, outros usos e outros discursos. Assim, é importante entender a prática do graffiti e do hip-hop feito por mulheres como uma forma de agência que tem a resistência como característica fundamental.

Mulheres que grafitam

O graffiti como uma forma de resistir à cidade constitui um diálogo crítico com estruturas que reproduzem o pensamento de um dado planejamento de lugares hostis à presença das mulheres. A fala de diferentes grafiteiras, que, a bem dizer, “consomem” a cidade de forma mais emblemática que outras mulheres no espaço público, revelaram discursos de um medo da cidade perpassado pela experiência de ser mulher no espaço público (Barros, 2020). A grafiteira circula, por exemplo, por ruas, passarelas e viadutos, terrenos que muitas vezes são evitados por outras mulheres em consequência das diversas ameaças de violências de gênero existentes na cidade.

Para mim é uma dificuldade muito grande estar na cidade em qualquer horário. Pelo dia, mas principalmente à noite em qualquer lugar. Sempre tive esse medo de andar só também, medo de pegar transporte público. Uma coisa que sempre me atormenta, é uma coisa que sempre penso: o medo dos homens geralmente é ser assaltado e o meu medo é duplo, porque o meu medo é de



ser assaltada e ser estuprada. É difícil ser mulher transitando e ocupando espaços na cidade. Mas tudo o que é feito é uma forma de nós conquistarmos esses lugares. Me sinto segura por estar em grupo, seguro em relação ao espaço e à experiência também. Quase todos os lugares são hostis e a convivência com alguns homens dificulta nossa permanência nos espaços (Day, 2018⁴).

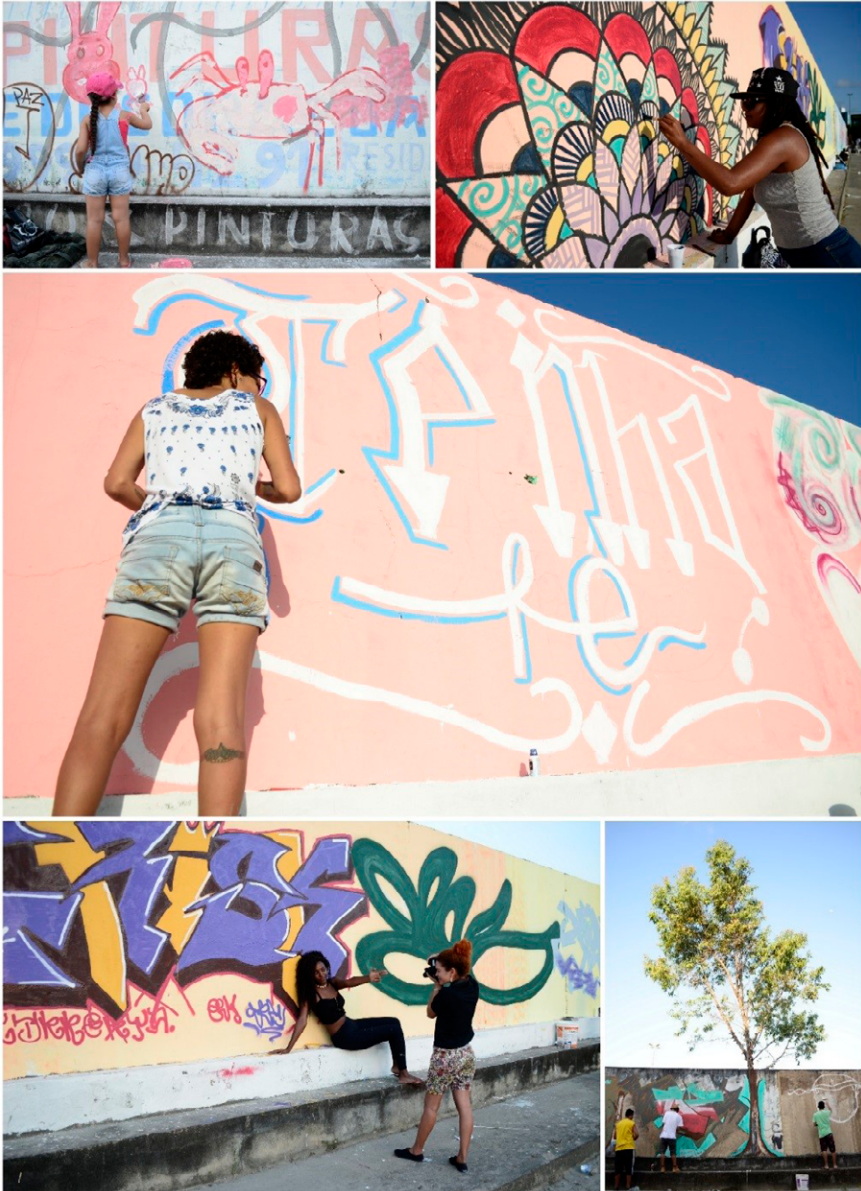
Seu relato nos revela que o medo da cidade está presente também no contexto de grafiteiras, ainda que elas transitem pela cidade de forma transgressora em busca de uma resignificação desses espaços. Nesse contexto, a formação de grupos de mulheres que grafitam surge como uma estratégia que permite um sentimento de segurança a partir da coletividade de uma ação nas ruas, ainda que algumas delas afirmem que a presença da figura masculina (amigo ou conhecido) é um fator que também ajuda nos primeiros contatos com a cidade quando o objetivo é grafitar. Dessa forma, e partir das falas dessas mulheres, alcançamos algumas dinâmicas de interação entre grupos de mulheres que grafitam, que demonstram como elas experimentam a cidade (Barros, 2020).

No intuito de entender os objetivos e dinâmicas relacionais que se constroem a partir da formação de grupos de grafiteiras, entramos em contato com algumas *crews* femininas de diferentes estados do país a partir da indicação de grafiteiras que faziam parte desses grupos em Aracaju (Barros, 2020). Conversamos via troca de e-mails, telefonemas e aplicativos de mensagens e pudemos, após esses contatos iniciais, obter algumas informações com as fundadoras dessas *crews*, como, por exemplo, que os grupos não possuíam “sede” física, pois eram formadas por integrantes de diferentes estados e se constituíam mais como uma “marca” a ser replicada nas cidades (Barros, 2020).

⁴ Grafiteira Day em entrevista concedida a Erna Barros em 29 de julho de 2018, em Aracaju-SE.



Figura 1 - Grafiteiras no Marcos Freire, Nossa Senhora do Socorro-SE, 2016.



Fotos: Erna Barros



A palavra *crew*, de origem inglesa, significa “grupo”, “turma” ou mesmo “tripulação” e refere-se a grupos de grafiteiros que se reúnem a partir da configuração de determinados objetivos, preceitos e, até mesmo, códigos de conduta que regem a formação do grupo. São as chamadas redes de amizades que não raro se formam entre os grafiteiros e grafiteiras a partir dos interesses e afinidades que possuem em comum. As *crews* são, por assim dizer, resultado das relações interpessoais estabelecidas durante o ato do grafitar, que se expandem para além das ruas, criando uma identidade de grupo que ganha nome e confere um status de pertencimento aos integrantes. Participar de uma *crew* significa não somente participar de um grupo que grafita, mas compartilhar um ideal de comportamento, ideias e visão de mundo.

O crescimento desses grupos se dá normalmente pela aceitação de cada componente pelos integrantes veteranos com base em determinados códigos de conduta e afinidades identificadas dentro do grupo. Especificamente no caso dos grupos de grafiteiras, a organização deles se dava a partir de interações nas redes sociais, blogs, grupos em aplicativos de mensagens como whatsapp e postagens dos trabalhos (fotos e vídeos) assinados pelo grupo em diferentes plataformas da internet. A troca dessas informações a partir dessas ferramentas mantinha o grupo em sintonia e em atividade. Quando uma integrante fazia um graffiti em seu respectivo estado, postava nas redes sociais ou blogs particulares e compartilhava essa informação com as demais participantes, demonstrando que o grupo estava ativo. Era o caso da *crew* Donas do Rolê, que possuía integrantes nos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e da Arteiras Crews, que também possuía integrantes em diferentes estados do país, ambas utilizavam as redes sociais para compartilhar os graffitis realizados por suas integrantes.

O Arteiras Crew foi criado no intuito de “fortalecer a cena feminina, descriminalizando e propagando a arte urbana tendo como objetivo principal fomentar a cultura hip-hop através da construção cultural, com o desenvolvimento da arte urbana representada pelo graffiti e pela



pichação”⁵. Nele percebemos o direcionamento de uma pauta bem definida que se inclinava às questões feministas no conteúdo dos desenhos criados e nas discussões realizadas entre as integrantes nos grupos. Essas duas *crews* se destacavam das demais por possuir um viés feminista em suas produções, o que nos fez atentarmos para o envolvimento político social que servia como pano de fundo das atuações de alguns desses grupos (Barros, 2020).

A *crew* *Donas do Rolê*, por exemplo, tem a discussão do papel da mulher na sociedade como uma de suas principais pautas. Essa *crew* se define como “uma *crew* feminista que se reúne com um objetivo de passar uma mensagem que enalteça a luta das mulheres na sociedade” (Barros, 2020).

Nesse sentido, as características de cada um desses grupos, de cada *crew*, distinguem-se pelas formatações e objetivos peculiares que cada um carrega consigo, suas pautas, suas lutas, suas intencionalidades, na dimensão de uma perspectiva socialmente responsável que existe para além do desenho na parede e se torna parte da identidade do grupo (Barros, 2020).

Como a mulher historicamente foi ensinada a manter um comportamento “recatado” e a não sair de casa sozinha, tendo em vista que o espaço privado do lar seria o espaço seguro para a mulher, no graffiti as mulheres conseguem se impor, fazer um contraponto a essa lógica e se tornarem protagonistas dos espaços da cidade. “A mulher historicamente é ensinada a estar em casa, não sair sozinha, e no grafite ela se impõe e se torna protagonista de seu espaço. As mulheres foram criadas para o espaço privado, o grafite dá um empoderamento à mulher, a rua é pública”. (Chermie, 2016⁶).

De forma contestatória, o discurso das *crews* feministas surge intensamente a partir de uma série de “falas” de caráter subversivo, polí-

⁵ Definição disponível na página do Facebook oficial do grupo *Arteiras Crew*.

⁶ Chermie em entrevista concedida a Erna Barros em 5 de novembro de 2016, em Aracaju.



tico, crítico, poético ou simplesmente uma forma de se posicionar na sociedade. Esse diálogo com o espaço urbano reflete-se em graffitis pela cidade e tecem conexões com diversas motivações de suas agentes, inclusive as que reivindicam socialmente uma causa, coletiva ou individual, como uma forma de resistência (Barros, 2020).

Fazer parte de uma *crew* de mulheres é também construir táticas de resistência ao cenário intimidador, violento e hostil da cidade. Além disso, é desenvolver uma forma segura de transitar pela cidade a partir da reunião de outras mulheres durante a atividade, a partir da prática da sororidade, que está presente na formação, na composição, na organização e nas atividades cotidianas desses grupos.

É preciso, portanto, pensar o processo criativo da grafiteira sendo perpassado por fatores relacionados ao gênero, que vão muito além de uma simples escolha do local, mas, sim, e principalmente, de uma escolha que prioriza sua segurança perante os perigos da cidade. Grafitar em grupo, mais que uma escolha para a mulher grafiteira, torna-se então uma necessidade.

Para as *crews* de grafiteiras, a imagem do graffiti torna-se também um ato político, uma forma de dialogar com a sociedade sobre temas ainda pouco discutidos, ou mesmo como formas de se estabelecerem em espaços antes reservados apenas ao universo masculino. Quando as grafiteiras picham, elas também propõem uma pausa no olhar daqueles que, em meio à correria cotidiana dos grandes centros urbanos, não percebem ou não simpatizam com a luta feminista.

Quando uma das entrevistadas afirma que “no grafite a mulher se impõe e se torna protagonista de seu espaço”, ela também está dizendo que aquele espaço faz parte de uma conquista através da luta do próprio movimento feminista. A imagem e as frases que essas mulheres inscrevem nas paredes referem-se a uma temática que parte de debates e discursos, de reuniões, de fóruns presentes em outros espaços de atuação, mas também de atividades realizadas “dentro” de suas *crews*.



Figura 2 - Graffitis, pichações e lambes feitos por mulheres em Aracaju-SE.



Fotos: Erna Barros

O graffiti como agência estetizada então se torna ferramenta desse processo, um instrumento que sinaliza a existência dessas mulheres e



de suas lutas na cidade. Suas produções reivindicam não somente a disputa e tomada de um espaço, mas acima de tudo, um diálogo direto com uma sociedade ainda machista que necessita refletir acerca de temáticas que envolvam o gênero e as relações estabelecidas pelas mulheres no espaço público das cidades (Barros, 2020).

Figura 3 - “Graffiti coletivo”, 2016, Bairro Industrial – Aracaju-SE.

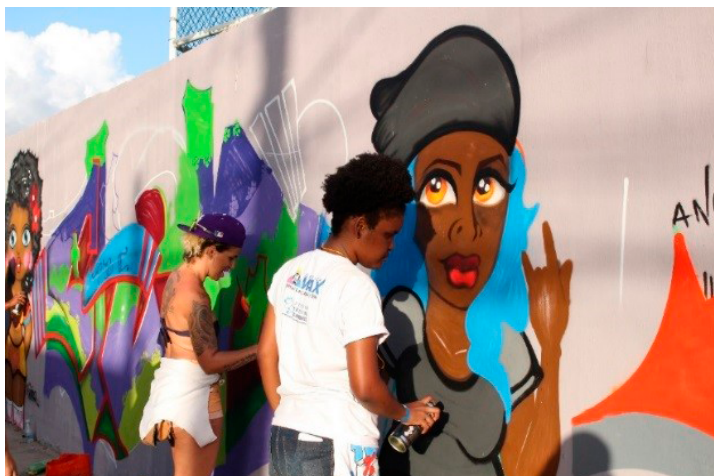


Foto cedida pela fotógrafa Andrea Oliveira

As minas no Hip-Hop

O hip-hop é considerado um movimento cultural contemporâneo, que tem suas origens localizadas nos subúrbios da população negra dos Estados Unidos. Influenciado pela *soul music* como base musical do movimento dos direitos civis da década de 1960, o hip-hop nasce como símbolo de consciência negra e passa a ser definido em diversos estudos a partir da composição de elementos ligados a expressões de rua como: a música rap, o break dance, e o graffiti. Posteriormente, alcançou um caráter mundial a partir da comercialização dos seus elementos acionados pelo processo de globalização, em que foi possível perceber a produção dos seus signos e emblemas, funcionando como um sinal de

identificação dos sujeitos para além das fronteiras físicas, muito presentes também na indústria cultural.

Dayrell (2005) ressalta ainda que no Brasil sua difusão remonta aos anos 1970, quando acontece a proliferação dos chamados “bailes blacks” realizados nos grandes centros urbanos, onde milhares de jovens encontraram uma alternativa de lazer, que até então era inexistente. Nessa perspectiva, a presença feminina é considerada um fenômeno recente que se adensou a partir da década de 1990. Entretanto, a sua ausência é muitas vezes justificada pela maneira como o hip-hop está estruturado. Por ser considerado uma cultura de rua, sendo essa um lugar de perigo, violência e criminalidade, Novaes (2002) considera esse espaço associado ao mundo masculino, fato que teria afastado historicamente as mulheres do movimento.

Posto isso, a “negociação” não se configura uma novidade, quando se trata da participação feminina nesse espaço específico. Pois, dessa forma, parece existir um consenso no tratamento dado sobre o tema, que as mulheres que buscam se inserir nessa cultura, ainda muito caracterizada pela forte presença masculina, precisam lançar mão de várias estratégias.

No decorrer de nossa aproximação inicial com o campo em Aracaju (Freitas, 2018), no ano de 2013, constatamos a presença de somente dois grupos femininos de hip-hop que estavam atuando naquele momento, o Pretas de Fé, na época recém-formado, e o Flor Marias, ambos referentes ao rap. Nesse sentido, apesar dessa limitação, notei que existiam várias jovens que se identificavam com o hip-hop e os seus elementos, pois suas presenças eram visíveis nos eventos promovidos pela ALPV (Associação Sergipana de Hip Hop Aliados pelo Verso). Porém, elas apenas faziam parte do público que os assistia.

Dessa forma, a partir das indicações de contatos que pudessem fornecer mais informações sobre o cenário feminino, surgiu um convite em que presenciamos a formação de uma Frente Estadual de Mulheres do hip-hop em Sergipe que, segundo suas integrantes, tinha o objetivo de uni-



ficar, fortalecer e inserir a presença de mulheres ligadas a essa expressão cultural. Essa formação era encarada, ainda, como uma célula da Frente Nacional de Mulheres do Hip-Hop, cuja sede se localiza em São Paulo.

Desde 2016 acompanhamos um crescimento significativo de grupos femininos ligados aos elementos do hip-hop. E esse cenário produziu diversas ações nas quais o objetivo tem sido o de divulgação do hip-hop sob a ótica das mulheres. Porém, essa atitude não significa uma não integração, ou não formação, em outros grupos em que o público masculino também se faz presente.

O hip-hop e as experiências femininas a partir dos grupos

O grupo Flor Marias é formado por duas integrantes, Ariane e Shirley, que atuam no papel de vocalistas e compositoras. Além das duas jovens, o grupo ainda conta com um produtor que desde seu surgimento é responsável por direcioná-lo. O Flor Marias iniciou na cena do rap sergipano em 2009 com o “Son Marias”, por iniciativa das duas jovens que se conheceram a partir da dança e desde então sentiram a necessidade de falar sobre as suas vivências atuando enquanto MC’s:

Tudo vem com a dança, e a partir daí, como Mc, por exemplo, enquanto Mc, quando eu me juntei com Shirley e a irmã dela, a gente quis falar sobre o que a gente vivia, enquanto mulher, só que depois há pessoas que chegam para orientar o que a gente vai fazer (...). Anderson, meu esposo, porque ele dava ideia de dica, de base, de testar a gente, ele dava uma base e dizia: “faz aí”, o JB, que era o DJ dele, que sempre estava disposto a mixar, aquela coisa de realmente querer somar, não tem como não interligar, o ex-marido de Shirley, que não está mais entre nós, ele ajudava muito, ele dançava. mas também ajudava, ele fazia até os reforços às vezes. (Ariane, Flor Marias, 2017⁷).

7 Ariane em entrevista concedida a Raissa Freitas em 2017 em Aracaju-SE.

Em 2015, tal configuração experimenta mudanças. Ao considerar a presença marcante do feminismo na maioria dos grupos de composição feminina existente no cenário hip-hop e, especificamente, nos discursos e práticas políticas de militância em Aracaju, o grupo passa a construir uma atuação mais voltada para a valorização de tal bandeira de luta. O Flor Marias, como passa a se chamar, busca encorajar outras mulheres a participar do hip-hop, assim como se coloca enquanto apoio àquelas que já atuam na cena.

Ao recuperar a sua história, constatamos que sua composição sofreu algumas alterações. Inicialmente era composto por três jovens e, após a saída de uma delas, até meados de 2013, passou a contar com uma DJ que atualmente já não faz parte da sua configuração. Nesse sentido, é importante pensar sobre os critérios estabelecidos para a entrada de novas participantes que nesse caso não se dá de forma aleatória, o que significa que para além da afinidade pessoal ainda é preciso estar alinhada as ideias e o propósito do grupo.

Ainda devido ao contexto vivido pelas integrantes, associado ao casamento, ao cuidado com os filhos, ao trabalho, à falta de recurso financeiro para locomoção e à inserção em outros espaços que também demandam compromissos, o grupo não possui uma rotina rígida de ensaios. Na maioria das vezes esses acabam sendo negociados a partir do tempo disponível de cada uma, somado ao grau de importância de suas agendas de apresentação. Assim, quando tais encontros acontecem, as jovens procuram se reunir em um local privado, que geralmente é a residência de uma delas.

A produção musical da maioria dos grupos de rap parece ser quase sempre marcada por um tom de protesto e de indignação. Desse modo, esses grupos preocupam-se em denunciar os contrastes sociais a partir de vários temas. No caso do Flor Marias, a dupla mostra-se consciente em relação às questões que envolvem o universo feminino, o que faz com que tal perspectiva seja ressaltada em suas produções musicais.



Figura 4 - Apresentação do grupo Flor Marias no projeto Sescção.



Fonte: Página do Grupo Flor Marias⁸

Elas trazem consigo nas letras de suas músicas abordagens em um tom de denúncia de todas as suas vivências. Por meio delas, as jovens procuram trazer questões pertinentes à desigualdade de gênero, a discriminação contra as mulheres, assim como buscam retratar o cotidiano das mulheres periféricas, comumente caracterizadas como fortes, guerreiras e trabalhadoras. No plano da música “Abram alas”, por exemplo, o grupo se apresenta ressaltando a presença feminina no hip-hop.

(...) E Abram alas que nós chegamos com o poder da fala.
 Meninas mulheres rimas que ferem
 E abram alas que nós chegamos com poder da fala
 Mulher no rap só com bases passos para a correria
 E abram alas que nós chegamos com o poder da fala
 Boas novas que as ruas anunciam
 Flor Marias⁹!

⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/FlorMariasRAP/photos/pcb.781965585429380/1781965252096080/?type=3&theater>>. Acesso em 06/2018.

⁹ Letra da música retirada do site Sound Cloud. Disponível em: <<https://soundcloud.com/flor-marias>>.



Uma representação da mulher é ainda ressaltada na música “Unidas” como uma forma de afirmação de uma identidade que também é reconhecida pelas integrantes:

(...) Somos as filhas das Marias.
Somando todas as Marias
Fazendo som pra Marias
Guerreiras todo dia

Após a formação do Son Marias no ano de 2009, três jovens que atuaram como vocalistas, compositoras e que exerciam também o papel de produtoras do próprio grupo formaram o La Femina. Assim, anos depois, após a saída de uma de suas integrantes, esse passou a ser composto apenas pelas rappers Negratcha e Mariah.

Ao buscar sua história, entendemos que ela se entrelaça com as experiências pessoais das integrantes, que de alguma forma já atuavam no cenário hip-hop. Nessa perspectiva, Negratcha, por ter sido moradora de uma comunidade periférica em São Paulo, já atuava a partir da música. Daniele, mais conhecida como a Dama do Rap, por assumir uma forte referência da rapper Dina Di¹⁰ em suas apresentações, chamava atenção pela forma como imprimia sua postura no palco. Mariah, por sua vez, ao adquirir a experiência advinda também de outros estilos musicais, afirma ter trazido junto à sua bagagem a questão da liberdade de expressão como uma forma de consciência. A partir de então as jovens conversaram e o grupo foi formado automaticamente, passando a atuar nos eventos que aconteciam na grande Aracaju.

Ao serem questionadas sobre as motivações relacionadas a tal composição, uma das integrantes explica que vislumbrou a possibilidade de existirem mulheres protagonizando e dialogando na cena hip-hop em Sergipe, também a partir da expressão de temas sociais, ao

¹⁰ Vocalista do grupo Visão de Rua. Dina Di foi considerada um dos grandes ícones do rap feminino nacional.



mesmo tempo em que eram abordadas questões de gênero, a exemplo de discussões relacionadas à mulher na sociedade, no espaço da rua, quanto ao empoderamento, ao corpo, à raça e à classe.

Na época da realização da pesquisa de campo (Freitas, 2018), também foi possível constatar que o La Femina se encontrava com alguma regularidade. Porém, se comparado ao grupo anterior, tais encontros ocorriam com menos frequência, pois esses passavam a ser motivados quando existia uma agenda de apresentações. Os ensaios aconteciam sempre na casa de uma das integrantes. Aqui o objetivo do grupo é elaborado a partir de um interesse ligado à questão da visibilidade feminina, que é colocada no discurso das jovens como contraponto ao sucesso midiático.

Em tal caso, também se vê um grupo consciente da sua feminilidade, porém, tal leitura já se realiza sob a perspectiva das relações de gênero. No que diz respeito à produção musical, constato que essa é elaborada entre a dupla e sem quaisquer intervenções, o que faz com que essas sejam as principais responsáveis pelo resultado final de suas composições.

Suas letras abordam temas ligados à questão da inserção da mulher no hip-hop, elaborada a partir da representação de uma identidade e do argumento de que essas também podem construir um rap consciente, como podemos perceber na composição musical “Minas contra o sistema”:

Minas contra o sistema

Esse é o lema nada pode nos parar

Minas de atitude, mas não se ilude

Somos mulheres somos pretas de atitude

(...) Rimas progressivas, combativas, alucinantes.

é a mulher que manda rima no real instante

procurando nosso dom você pode não ver

mas eu vou te mostrar que tenho rima e proceder



Figura 5 - Integrantes do grupo La Femina no ato contra Pec 241.



Foto: Raissa Freitas

Com o desmembramento do La Femina em 2016, por uma decisão das próprias integrantes, Negratcha decidiu se juntar à sua filha e formar a dupla Aninha e Negratcha Mc. Assim, as duas têm atuado como vocalistas, compositoras e produtoras de uma composição feminina que, desde o seu surgimento, busca tratar de temas ligados a questões raciais.

Não foi uma coisa forçada, foi uma coisa que ela viu que ela precisava falar algo pra sociedade, mas sozinha ela não conseguia, e eu como mãe e mulher sentei com ela, e conversei, porque o rap é isso Ritmo Alternativo Protestante, o que é que você quer protestar? O que você quer falar? e a gente se juntou, por enquanto a gente tem falado muito sobre o racismo (Negratcha Mc, 2017¹¹).

Aqui, também foi possível compreender que tal configuração não possui um modelo ou ainda uma rotina rígida de ensaios, devido às atividades cotidianas desenvolvidas por Negratcha, relacionadas à profissão de cabelereira, ao trabalho doméstico, à faculdade e à maternidade,

¹¹ Negratcha em entrevista concedida a Raissa Freitas em 2017 em Aracaju-SE.



que passa a ter uma maior atenção devido ao nascimento recente de mais uma integrante da família.

Além disso, tal junção também não pretende assumir um caráter profissional, estando mais associado às experiências momentâneas vivenciadas por mãe e filha. Assim, sua principal produção é representada pela música “Mercado Negro” que, ao ressaltar a violência contra a mulher negra, assim como a discriminação racial de um modo geral é construída a partir de uma leitura das integrantes, se pauta no processo histórico da escravidão.

Até quando vou sentir as dores do meu passado
quando escuto o barulho da corrente e cadeado
e saber que o meu corpo era marcado
outras pretas escravizadas tinha o corpo violado
Um século depois de toda essa agressão
o meu corpo ainda luta contra a discriminação
arco íris foi criado para criar uma só cor
parda, moreninha e o negro onde ficou¹²?

Figura 6 - Dupla Aninha e Negracrtha MC no Festival de Cultura Negra.



Fonte: Página no Facebook¹³

¹² Letra retirada do YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kt1yi49hE5s>>.

¹³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2133714106849085&set=t.100006315486715&type=3&theater>>. Acesso em 06/2018.



Ao refletir sobre as formas de participação feminina, a partir das configurações apresentadas até o momento, entendo que Aracaju possui uma presença significativa de mulheres que atuam no hip-hop. Tal presença ainda tem sido acompanhada de um crescimento cada vez maior, se tomarmos ainda as jovens que assistem enquanto expectadoras aos eventos e atividades ou ainda a formação de novos grupos.

Nesse sentido, consideramos a existência de dois *booms* em relação a essa participação ativa de mulheres. Um primeiro, relacionado aos anos de 2009, 2010 e 2011 como acompanhamos nos relatos anteriores. Por sua vez, um segundo mais recente iniciado em 2015, que acredito ainda ser fortemente motivado pelo contexto de emergência de formas de militância feminista presente no cenário contemporâneo brasileiro, mas que tem alcançado visibilidade em Sergipe a partir da ampliação das auto-organizações e do ciberativismo (Souza, 2017, p. 65).

Assim, como um exemplo, posso citar a formação do grupo Flow Minas, considerada a primeira *crew* de *break girls* de Sergipe, que é composta por seis integrantes, abrangendo, ainda, jovens da cidade de Salvador. Não diferente dos outros contextos evidenciados, o grupo surge a partir da necessidade de diálogo entre as mulheres que estão inseridas de forma direta com as práticas artísticas da dança de rua. Porém, segundo uma de suas principais representantes, essa não foi a primeira tentativa de fundação do grupo.

A Flow Minas foi a minha quarta tentativa de fazer uma crew só de mulheres, só de b-girls, e uma crio chamada Lady's break que não deu certo, aí tentei mais umas duas ou três vezes, e também não deu certo, e já tem, vai fazer um ano, agora em janeiro que eu estou na Flow Minas. (Diana, Flow Minas, 2017¹⁴).

Por motivos ligados à falta de interesse, às questões de assédio sexual e disciplina, bem como a existência de uma visão deturpada da

¹⁴ Diana em entrevista concedida a Raissa Freitas em 2017 em Aracaju-SE.



dança, encarada como algo lúdico pelas iniciantes. Diana aponta que essas foram as principais dificuldades que fizeram com que tal iniciativa não tivesse alcançado uma progressão anterior.

Ao acompanhar o surgimento e as principais atuações dessa nova configuração, também afirmo que em sua trajetória o grupo apresentou mudanças no que se refere à saída e à entrada de novas integrantes. Nesse sentido, acredito existir a presença de critérios baseados em duas atitudes esperadas pelo grupo. Uma primeira ligada tanto à disciplina quanto aos ensaios marcados. Uma segunda mais relacionada às questões ideológicas, já que o grupo busca uma atuação feminista, o que traz divergências em relação às regras e atitudes tomadas de forma rotineira pela organização.

Os treinos do Flow Minas acontecem de forma frequente durante a semana, já que boa parte das integrantes tem estado fora do mercado de trabalho e não se encontra estudando. Além disso, suas principais agendas de apresentações ocorrem aos finais de semana, o que faz com que as jovens optem por ensaiar as coreografias anteriormente. Esses treinos acontecem em espaços públicos a exemplo das praças localizadas no município de Nossa Senhora do Socorro, ou ainda embaixo da ponte que liga Aracaju ao município de Barra dos Coqueiros, localizada no bairro industrial.

No que se refere à produção das coreografias, o *break* tem sido reconhecido como um dos elementos do hip-hop em que a atuação é dada a partir de movimentos vigorosos que exigem força e resistência. E é por esse motivo que tem sido associado a um estilo predominantemente masculino. Nesse sentido, as jovens também se submetem a testes rigorosos, o que se configura como motivação do grupo que opta por produzir coreografias e se apresentar coletivamente.



Figura 7 - Crew Flow Minas na Semana de Luta contra a violência à mulher.



Fonte: Página do Sindicato dos trabalhadores técnicos administrativos em educação- UFS15

Considerações finais

Nos grupos juvenis observados neste texto, vinculados ao hip-hop e o graffiti, a predominância masculina esteve sempre presente, e demonstra que nesses agrupamentos as mulheres configuram como minoria e raros são aqueles formados somente por elas. Analisar sobre como o hip-hop e o graffiti se organizam na grande Aracaju a partir de uma perspectiva de gênero é central para percebermos o cenário de resistência revelado pelo exercício de uma agência estetizada das mulheres na cidade.

Em tal cenário, recentemente as mulheres têm ganhado mais visibilidade e cada vez mais espaço nas expressões artísticas de rua. No entanto, ainda há diferentes ausências a serem apontadas, tanto em uma como em outra atividade. Essas ausências se referem muitas vezes àquelas ligadas às desigualdades de gênero, que são perceptíveis em todos os espaços sociais que limitam o direito da mulher à cidade e dificultam suas experiências no ambiente urbano.

¹⁵ Disponível em <<https://www.facebook.com/sintufs/photos/a.680507315472748/680510668805746/?type=3&theater>> Acesso Jun.2018.



Ao propor uma percepção dos espaços da cidade por sob uma perspectiva de gênero, sugerimos essa categoria como um elemento fundamental para a análise das relações sociais que leve em conta as desigualdades e diferenças culturais e sociais entre os sexos masculino e feminino. Ao tratar o assunto por esse prisma, observamos que a cidade vivenciada por homens é distinta daquela vivenciada pelas mulheres, inclusive no âmbito das expressividades juvenis urbanas

Além disso, observamos que o enfretamento da cultura machista é ainda o pano de fundo de muitas intervenções das mulheres na cidade, principalmente aquelas que tangenciam atividades artísticas, estéticas e culturais, como o graffiti e o hip-hop, que são formas de expressão de uma agência estetizada na e para a cidade. Estas formas de sociabilidades, de intervenções e de interpelações apontam para formas de resistências reivindicativas, existenciais e alternativas, inscrevendo as mulheres como sujeitos nestes espaços.

São inúmeros os valores e significados propiciados pelas experiências femininas nesse contexto, e ao evidenciar as diferentes formas de atuação feminina presentes no cenário hip-hop e graffiti na grande Aracaju, observamos que existe ainda uma articulação entre o uso das expressões artísticas e a organização política dos grupos, que tem sido fortemente mediada pela ideia de movimento social.

Assim, a consciência política tem sido presente quando tais integrantes percebem a presença feminina no cenário dessa cultura urbana de formas minoritárias, bem com vivenciam situações de restrições impostas às suas participações. O que faz com que as temáticas de gênero passem a assumir uma conotação central, se tornando também um conteúdo político nas ações tanto dos grupos de hip-hop como nas *crews* de grafiteiras.

Quando as mulheres assumem o status de produtoras e não apenas reprodutoras elas organizam seus modos de existir em sociedade. Assim, as diferentes formas de expressão, através de imagens na parede, da música, da dança, do comportamento, dos agrupamentos,



das intervenções, das falas e dos posicionamentos, são todas elas propostas de uma presença estética das mulheres na cidade, tanto quanto são também formas de resistência à invisibilidade, à insignificância e à violência.

Referências bibliográficas

Barros, Erna. **Uma cidade muda não muda: mulheres, graffites e espaços urbanos hostis**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, SE, 2020. 362f.

Dayrell, Juarez. **A música entra em cena. O rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Freitas, Mara Raissa Santos Silva e. **Jovens mulheres, hip-hop, estilo de vida e feminismo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, SE, 2018

Lipovetsky, G.; Serroy, J. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

Marcon, Frank. “Quilombo urbano da Maloca: espaço e etnicidade em Aracaju/SE”. In: Leite, Rogerio Proença (Org.). **Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

_____, Frank; Parfentieff, Danielle de Noronha (org.). **Juventudes e movimentos**. Aracaju: Criação, 2018.

Novaes, Regina Reyes. “Hip Hop: o que há de novo?”. **Proposta- Revista Trimestral de Debate da FASE- Novas ONGs, novos desafios**. Rio de Janeiro: FASE. Ano 30. Setembro/Novembro de 2002, p. 66-83.

Proença, Rogério. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Ed. UFS, Aracaju-SE, 2004.

Souza, Maria Erica Santana de. **Formas de militância feminista em cenário de auto-organização e cyber ativismo no Brasil contemporâneo: tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2017.





COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS

2

Parte III

Juventudes, experiências e políticas



ENTRE O PROTAGONISMO E A INVISIBILIDADE: DINÂMICAS REIVINDICATÓRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDES EM SERGIPE

 João Víctor Pinto Santana¹

 Adrielle da Silva de Oliveira²

 Letícia Oliveira Feijão Galvão³

 Frank Marcon⁴

PARA ALÉM DA COMPREENSÃO da juventude como um problema e/ou uma moratória social, entender essa específica categoria social como sujeito de direitos, que se mobiliza em torno de processos de reivindicação e protagonismo social, se torna uma premissa teórica na análise das políticas públicas.

¹ Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS). Especialista em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra (Portugal). Membro do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs). E-mail: j.victorsantana@hotmail.com

² Graduanda em Ciências Sociais Pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs). E-mail: adrielle45oliveira@gmail.com

³ Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal em Sergipe (PPGS/UFS). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs). E-mail: leticiaofg@gmail.com

⁴ Professor orientador da pesquisa.



Nesse sentido, o presente texto visa entender as dinâmicas das políticas públicas para juventudes no estado de Sergipe⁵. Para tanto, objetiva-se analisar, em um contexto social de invisibilidade e retrocesso social os processos de reivindicação e de protagonismos de jovens à frente de coletivos que almejam mudanças políticas. Sendo assim, torna-se pertinente realizar os seguintes questionamentos: Como e se na prática os órgãos de governos municipais têm promovido a política pública para as juventudes e se tem considerado a participação dos coletivos de jovens e suas reivindicações? O que esses jovens, enquanto protagonistas e representantes sociais de uma coletividade juvenil, esperam das políticas públicas?

Diante disso, o presente estudo almeja trazer algumas considerações iniciais, obtidas através da pesquisa de iniciação científica sobre “As Políticas Públicas para Juventudes no Brasil após 2013”, sobre como vem sendo organizadas e aplicadas as políticas públicas para as juventudes em Sergipe, e quais os sentidos de tais políticas para os jovens, a partir do desenho da existência, do funcionamento e do direcionamento de tais políticas na última década no estado, bem como em que medida essas políticas são compreendidas pelos jovens.

A relevância da presente discussão se potencializa em virtude da atual conjuntura social e política, principalmente na realidade brasileira, de desmonte de direitos sociais e sucessivas ameaças às garantias normativas da população vulnerável, como é o caso da juventude, especialmente no contemporâneo cenário mundial proporcionado pela pandemia do coronavírus (Covid-19), visto que são incontáveis as violações dos direitos humanos nos diversos segmentos (saúde, escolarização, profissionalização, segurança, habitação,

⁵ É preciso destacar que o presente trabalho surge como um desdobramento dos projetos iniciação científica, desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal de Sergipe (UFS), intitulados: “Juventudes, Estilos de Vida e Sentidos da Transição para a Vida Adulta: protagonismos versus precariedades” e “As Políticas Públicas para Juventudes no Brasil após 2013”, sob orientação do professor Dr. Frank Nilton Marcon.



alimentação, etc.), que atingem as dimensões intersubjetivas da(s) juventude(s)⁶.

Para tornar possível esta análise, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, assim como foram realizadas entrevistas semiestruturadas e uma análise (n)etnográfica sobre os instrumentos sociais acionados pelas juventudes ao perceberem as políticas públicas no âmbito local. O esforço foi pelo delinear, sob o viés sociológico, uma análise da situação das políticas públicas de/para/com juventudes em Sergipe frente às situações de desigualdade social e precarização de direitos.

As políticas públicas para juventudes em Sergipe

Para uma melhor contextualização da temática, cabe apresentar qual é o entendimento de políticas públicas que será adotado no presente estudo, visto que se trata de um conceito dotado de polissemia. Além disso, antes de problematizar o processo das dinâmicas reivindicatórias, buscamos situar como as políticas públicas se configuraram historicamente no estado de Sergipe, por uma questão de adequação empírica ao objeto de recorte deste texto.

Em sentido amplo, a política pública pode ser compreendida, como apontam Sposito e Carrano (2003), como uma série de iniciativas implementadas pelo aparelho público estatal que visa determinados fins, visto que “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (Secchi, 2013, p. 1).

⁶ Muito embora seja perceptível que se faz necessária uma análise sociológica acerca dos impactos da pandemia da Covid-19 sobre as juventudes, destaca-se que a abordagem do presente estudo é reflexo de um processo de amadurecimento teórico de pesquisas científicas anteriores ao advento do coronavírus, razão pela qual o referido tema envolvendo a pandemia não se apresenta como pilar central na discussão do presente texto.



Acontece que a política pública, enquanto conceito teórico, se apresenta como uma diretriz para enfrentamento de problemáticas de caráter público, consideradas de preponderante relevância para a sociedade, e consiste em ser uma teorização arbitrária pelo fato de não haver uma definição concreta do que seja esse fenômeno social. Afinal, as políticas públicas se encontram na dimensão da ação, omissão ou negligência? Políticas públicas podem ser compreendidas para além das diretrizes estruturantes (como é o caso das diretrizes operacionais)? Atores não estatais são sujeitos capazes de elaborar políticas públicas? (Secchi, 2013). Esses, sem dúvida, são questionamentos que orbitam o debate sobre a conceituação das políticas públicas.

Todavia, ao buscar ir além das limitações de abordagem (seja estadista, seja multicêntricas) no tocante ao protagonismo das políticas públicas, e consequentemente dos atores, é preciso compreender que as políticas públicas também podem significar a atuação, omissão ou negligência governamental sobre uma demanda, ou até mesmo um conjunto de programas que visa atender um dilema coletivo, que torna-se o ponto de partida para uma análise sociológica que almeja não se reduzir à mensuração de impacto sobre a potencialidade de efetividade de políticas públicas. Nesta perspectiva, a noção de políticas públicas, em um sentido mais genérico, está associada a um:

[...] conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de

políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias (Carrano; Sposito, 2003, p. 17).

Assim, as políticas públicas podem ser aplicadas a diversos campos, sendo a juventude um deles, na medida em que, enquanto objeto social, essa específica categoria populacional necessita de específicas respostas sociais da coletividade em virtude da própria condução de desenvolvimento, transitoriedade e autonomia que envolve esse campo.

Ademais, há também uma outra questão que envolve o processo de implementação e operacionalização de políticas públicas de/para/com juventudes, que é o fato de viabilizar as diferentes facetas das dimensões do desenvolvimento de cada uma das fases que abrangem a juventude. A questão é que somente quando há o alcance da natureza política, através da inserção da demanda social na agenda política, é possível constatar que alguns processos de natureza social abandonam o “estado de coisas” e passam a ter o status de “problemas políticos” (Carrano; Sposito, 2003, p. 17).

Com base nisso, percebe-se que o consenso em torno da necessidade de implementação e operacionalização de políticas públicas destinadas à juventude é algo recente, pois as políticas públicas para juventudes tornaram-se objeto de estudo e debate a partir dos anos 1980. Historicamente, também é importante mencionar que o ano de 1985 foi decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Mundial da Juventude. Nesse contexto, foram estabelecidas diversas resoluções a serem cumpridas pelos países-membros da organização em torno do lema “Participação, Desenvolvimento, Paz”.

Em sintonia com o surgimento da juventude enquanto objeto de debate nas/para as políticas públicas, no Brasil, em 1990, a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representou um avanço nesse campo após intensa mobilização social. Contudo, foi apenas no ano de 2013 que as juventudes conquistaram um estatuto legislativo próprio, ou seja, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013)



consolidou uma série de direitos dos jovens brasileiros, bem como estabeleceu diretrizes para a condução de políticas voltadas a tal público.

Isso significa dizer que, mesmo após o processo de redemocratização da ordem civilizatória brasileira, houve o advento de uma espécie de legislação meramente simbólica, visto que a juventude (especialmente os jovens-adolescentes) ficaram praticamente duas décadas sem mecanismos para operacionalização de instrumentos de garantias de direitos (como é o caso, por exemplo, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que foi instituído pela Lei nº 12.594/2012, para os casos de jovens em conflito com a lei). Sendo assim, a morosidade legislativa, especialmente no que se refere aos direitos dos jovens, representa mais uma faceta da invisibilidade político-social dos jovens na sociedade brasileira, conforme demonstrado por Santana (2018).

No estado de Sergipe, cabe mencionar que as políticas públicas voltadas às juventudes se tornaram tema de discussões mais amplas no âmbito do poder público apenas a partir do início deste século XXI. Cabe mencionar a criação da Coordenadoria Estadual de Juventude (CEJU) e a realização da I Conferência Estadual da Juventude e do I Seminário de Políticas Públicas de Juventude, ambas em 2007, sob a gestão do ex-governador Marcelo Déda (2007-2013). Posteriormente, foi criada a Secretaria da Juventude e do Esporte (SEJESP), em 2013, durante a gestão do ex-governador Jackson Barreto. No ano seguinte, em 2014, foi criado o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude (CONEJUVE) por meio da Lei 7.815, sendo hoje o maior órgão de representação das juventudes no estado.

Atualmente, as políticas públicas voltadas às juventudes no estado de Sergipe se encontram em uma mesma secretaria que trata de outros temas mais abrangentes: Secretaria da Educação, Esporte e Cultura⁷.

⁷ Ver notícia de 02/01/2019, que informa sobre a unificação desta secretaria e a vinculação da Coord. Estadual da Juventude: <https://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=13982> (Acesso em 01/05/2021).



Trata-se de uma situação preocupante, pois é uma forma de exemplificar que em Sergipe, no presente momento, há políticas públicas que abrangem as juventudes, mas não há uma estrutura autônoma e um investimento direto/específico nessa área (que não seja consequência de investimentos em áreas nas quais as pastas referentes às juventudes estão circunscritas).

Para a delimitação do universo empírico deste estudo, foram mapeados um total de 20 municípios sergipanos. Para a escolha desses municípios, levamos em consideração a coleta de dados mais abrangente possível dentro do contexto da pandemia de Covid-19. Tendo em vista tais considerações, conduzimos entrevistas de forma remota (devido às restrições causadas pela imposição das medidas de isolamento social) com gestores de secretarias e coordenadorias responsáveis por setores voltados às juventudes ou áreas afins em Sergipe.

Os municípios sergipanos selecionados foram: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Boquim, Canindé, Capela, Carira, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Japaratuba, Lagarto, Laranjeiras, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Poço Redondo, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Simão Dias. A referida escolha ocorreu com base na importância financeira, geográfica, populacional e representativa desses municípios para o estado de Sergipe. Os principais fatores que influenciaram a escolha desses municípios foram a relevância demográfica, política e econômica do município para cada microrregião do estado e seu papel de núcleo gravitacional perante outras cidades, conforme definição do IBGE⁸; e a presença de representação coletiva de jovens no cenário estadual e/ou nacional em órgãos ou entidades oficiais.

As entrevistas, por sua vez, foram divididas em três blocos: no primeiro, foram tratadas questões sobre a trajetória de vida e concepções

⁸ Considera como principais municípios das áreas de Regiões Geográficas Imediatas (https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/): Aracaju (Capital), Estância (Sul), Itabaiana, (Centro) Própria (Norte), Lagarto (Sudoeste) e Nossa Senhora da Glória (Nordeste). Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>



de política pública e juventude por parte do(a) entrevistado(a). Em seguida, questões sobre a organização e fluxos do setor responsável pelas políticas públicas de juventude. E, por fim, questões referentes à aplicação e aos resultados das políticas públicas de juventudes. A partir desses dados, foi possível realizar uma análise dessas políticas no estado de Sergipe.

Posteriormente, foram identificados vários déficits nas estruturas administrativas dos municípios mapeados. Tais déficits se manifestam principalmente na comunicação entre essas estruturas estatais e as juventudes dos municípios, o que acabou por gerar, na maioria dos casos, políticas de juventudes sem participação desse grupo em seus processos de elaboração e/ou execução, tornando-se pouco atrativas para o público-alvo.

Paradoxalmente, essa rejeição juvenil, em alguns momentos, é considerada pelos gestores como “falta de interesse” dos jovens na política pública. Entretanto, ao analisar e comparar as estruturas administrativas e iniciativas de cada município, é possível afirmar que os jovens não se sentem representados pelas realizações do poder público, principalmente em suas localidades. Afinal, tais políticas acolhem as necessidades que as diversas gestões deduzem que os jovens apresentam, mas não necessariamente suas verdadeiras carências. Esse descompasso entre o poder público e as juventudes foi percebido com mais nitidez durante as entrevistas com alguns representantes de coletivos juvenis, que evidenciaram uma série de pautas ainda não contempladas integralmente pela maioria dos municípios. Tais pautas serão aprofundadas mais adiante.

O fato é que buscar identificar o que os jovens necessitam ou entendem em relação às políticas públicas parece ser um ponto nevrálgico e essencial para legitimar uma intervenção social efetiva no tocante às juventudes. Porém, não foram identificados mecanismos de consultas à população jovem sobre as suas demandas (mesmo no atual contexto de sociabilidade cibernética e de instantaneidade das informações, in-



clusivo no espaço virtual). Portanto, ao que parece, é exatamente nesse aspecto que as políticas públicas sergipanas demonstram evidente déficit, visto que negligenciam e/ou silenciam a presença e os anseios dos jovens, não conferindo o status de sujeito de direitos na totalidade para esses indivíduos.

No contexto das políticas voltadas à juventude, a ideia de protagonismo juvenil recebeu uma série de destaques devido à sua importância para a elaboração de ações bem-sucedidas voltadas à juventude. De forma sintética para os fins deste texto, o conceito de protagonismo juvenil baseia-se na noção de que os jovens podem e devem ser considerados agentes transformadores da sociedade e principalmente de suas próprias realidades, participando plenamente da vida pública. O termo tem sido adotado há algumas décadas em discussões de campos do conhecimento como a Educação, o Serviço Social e as Ciências Sociais, bem como na implementação de algumas políticas públicas.

Sob tal perspectiva, as informações obtidas na entrevista com a gestora da Secretaria de Juventudes de Nossa Senhora do Socorro demonstraram que o engajamento das juventudes nas atividades propostas pelas estruturas administrativas é proporcional ao entendimento de tais estruturas de que a juventude é um grupo plural, que possui demandas próprias. Nesse sentido, a entrevistada afirmou que “não existe uma juventude unificada, mas juventudes” (Entrevista com Santos, 2020). Teoricamente, sem dúvida, essa compreensão é algo uníssono na atual sociologia das juventudes, entretanto, na realidade prática, ao que parece, ainda se faz necessário difundir tal entendimento. Ou seja, não basta se assumir o discurso de que na realidade social não existe uma juventude única, é crucial buscar dimensionar como devem ser pensados os programas políticos para atender a diversidade que envolve as juventudes plurais.

O protagonismo juvenil também foi destacado como conceito de suma relevância ao entrevistarmos o presidente do Conselho Estadual da Juventude (CONEJUVE), também coordenador do Coletivo MUDE.



Para ele, nos dois contextos (referentes ao Conselho e ao coletivo) a noção de protagonismo juvenil assume um papel central para se pensar as juventudes, como público-alvo plural das iniciativas das organizações mencionadas.

Neste sentido, o município de Estância apresenta alguns avanços em relação às políticas de juventude: possui uma secretaria própria para as juventudes e é o único município do estado que foi aprovado em um edital federal que proporcionou um espaço físico e recursos financeiros para a realização de cursos e oficinas voltados aos jovens, o Estação Juventude. O espaço foi personalizado por jovens envolvidos em atividades artísticas, como o graffiti, e atende a uma diversidade de demandas do referido grupo. Cabe mencionar, também, que o município de Estância é um dos únicos do estado que possui verba própria para a realização de políticas públicas para juventudes, em virtude do edital citado.

Dadas as constatações acima, percebe-se que a maneira como juventude é vista pelo poder público exerce uma influência direta em suas modalidades de protagonismo. Exatamente sobre esse contexto, nota-se que as representações das juventudes pelos gestores públicos impactam também na eficiência das políticas voltadas à referida categoria social (Oliveira; Galvão; Santana, 2020). Dessa maneira, se por um lado há o entendimento de que é imprescindível compreender o contexto das juventudes para elaborar iniciativas para esse grupo, por outro lado ainda persistem classificações que as compreendem enquanto “problema” em alguns municípios do estado.

Helena Abramo (1997), ao discutir as tematizações da juventude vigentes no Brasil até os anos 1990, menciona a prevalência de diversas interpretações da juventude enquanto um problema social que precisa ser resolvido. A autora, ao referir-se aos sentidos assumidos por algumas políticas públicas, atesta que:

[...] A grosso modo, no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos



“problemas sociais” que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social. (Abramo, 1997, p. 26).

Nos deparamos com cenários como este em pelo menos dois municípios que trataremos como exemplos. No primeiro caso, no noroeste do estado, por várias vezes tentamos contato, mas não conseguimos falar com representantes municipais sobre a política pública para os jovens. Há uma ausência e desconhecimento total sobre o tema. Foi com base em informações concedidas pelo representante de um dos coletivos de jovens no município, que também disse desconhecer a existência de quaisquer políticas direcionadas para as juventudes na cidade, que ainda tivemos a surpresa de ouvir que os jovens são desencorajados, inclusive, a ocuparem o espaço público a partir certa hora do início da noite, sendo que se o fizerem voluntariamente podem ser associados a situações estigmatizadas como delituosas.

Quanto ao outro município, no sudoeste do estado, os gestores entrevistados relacionaram por diversas vezes os jovens à problemas sociais. Os gestores classificaram a juventude simplesmente como “desinteressada” quanto à própria educação e aos próprios direitos. Entretanto, na mesma entrevista, foi possível constatar a carência de diálogo do poder público com os jovens, bem como a falta de espaços físicos que atendam propriamente as necessidades desse grupo, questões que transcendem a esfera do “interesse”.

Dessa forma, é possível fazer uma contraposição entre estruturas administrativas municipais que enxergam a juventude como categoria social plural, enquanto sujeito de direitos, e estruturas que ainda abordam o jovem enquanto problema na sociedade contemporânea, ou ainda a completa ausência de municípios de expressão regional, onde a estrutura administrativa dirigida a tais políticas é sequer existente e o conhecimento sobre tais ações é nulo.



Há, também, uma série de municípios (a maioria deles) que não tem as demandas das juventudes como prioridade na distribuição de recursos e, assim, a questão dos direitos específicos das juventudes passa, muitas vezes, despercebida, mesmo havendo formalmente nos organogramas, diretorias, coordenadorias ou superintendências das juventudes. Pode-se caracterizar, portanto, com base no material empírico coletado através das entrevistas, que a situação das políticas públicas para as juventudes em Sergipe é preocupante, salvo pontuais exceções. Diante disso, parece não ser desarrazoado questionar como os jovens se mobilizam e reivindicam mesmo no contexto de precarização e invisibilidade de direitos em âmbito local.

Os coletivos juvenis e suas formas de reivindicação

Tendo em vista o contexto referente à situação de políticas públicas em Sergipe, cabe agora entender como os jovens respondem a tais circunstâncias sociais. Dessa maneira, é relevante mencionar o papel de alguns coletivos no processo de reivindicação das políticas públicas para as juventudes.

Os coletivos juvenis são entendidos como organizações feitas por (e para) jovens a fim de promover determinadas atividades e/ou reivindicar determinadas pautas. Frequentemente, assumem um caráter autogestionado, dispensando concepções hierárquicas de poder, como visto por Maia (2013) e Fuentes (2007). Para Maia (2013, p. 70), “os movimentos coletivos estão na vanguarda das novas formas associativas, cujo exemplo mais significativo talvez sejam as redes sociais e sua horizontalidade”. Além disso, podem atuar em diversas frentes, a exemplo de coletivos voltados aos movimentos negro, feminista, ambientalista, cultura popular e outros. Como observa Maia (2013, p. 59), “essas expressões agregam em torno de si reivindicações que dão uma noção de quão multifacetada é a juventude brasileira e suas formas de expressão”.



Tais formas de organização política têm se tornado cada vez mais frequentes enquanto formas de participação política das juventudes a partir do início do século XXI. Essa participação política, por sua vez, não se resume mais à filiação a partidos ou à ocupação de cargos institucionais (embora essas estratégias também sejam vistas). O fenômeno da agregação dos jovens a coletivos evidencia que suas formas de ser e estar na política adentram campos como os estilos de vida, que condensam uma infinidade de expressões de ordem estética e artística. Fuentes (2007) sintetiza a relevância dos coletivos no contexto das juventudes:

De esta manera, y en contraste con la visión de quienes ven a los jóvenes como la representación de la apatía y la anomia, las actividades ofrecidas por los colectivos juveniles a la comunidad abordan temáticas sensibles y fundamentales para avanzar hacia una sociedad realmente democrática, como son la libertad de acceso a productos culturales no mediatizados, o el derecho de las personas a la dignidad y a la valoración de su cultura popular, entre otros. (Fuentes, 2007, p. 49).

Assim, é pertinente, portanto, situar os coletivos juvenis como agentes reivindicadores de ações por parte do Estado voltadas a determinados fins, como é o caso das políticas públicas.

Dessa maneira, além de contactar representantes do meio institucional, também entrevistamos representantes de diversos coletivos sergipanos, tendo em vista que tais organizações representam uma série de demandas das juventudes frente à política pública. O contato se deu por meio das redes sociais, em um momento inicial, sendo posteriormente expandido para a realização de entrevistas semiestruturadas com as lideranças de cada coletivo. Foram entrevistados os representantes do Coletivo “Rock Sertão”, Coletivo “MUDE”, Coletivo Negro “Beatriz Nascimento” e Coletivo “Yibambé”.

Como mencionado acima, as demandas de cada coletivo juvenil são muitas vezes distintas entre si quanto ao tema, dado o contexto de pluralidade das juventudes, os diferentes anseios e dificuldades dessa



categoria social. Contudo, ao analisar as narrativas dos entrevistados, é possível encontrar alguns aspectos motivadores para o processo de reivindicação e mobilização em comum entre cada um desses coletivos, como por exemplo: a) inexistência de um olhar mais atento do governo e das prefeituras às demandas juvenis, e b) dificuldade de diálogo com os grupos sociais que são destinatários das políticas públicas de/para/ com juventudes.

Nesse sentido, a entrevista com o representante do Coletivo “Rock Sertão”, José Danilo Silva, localizado em Nossa Senhora da Glória, proporcionou uma série de discussões a respeito da eficácia e da finalidade das políticas de juventude. O entrevistado discorreu sobre a fragilidade dessas iniciativas a nível municipal, ao mencionar que:

[...] as políticas públicas são bem complicadas e complexas, e a gente entende a partir de dois pontos. Se de um lado, a política pública se torna necessária, uma vez que a gente tem uma população carente de uma assistência [...] de todas as fragilidades que a gente tem, com um recorte de classe, de cor, de gênero, a gente tem uma captura dessas políticas públicas, uma captura a partir de uma série de interesses. Lá em no município de Nossa Senhora da Glória são interesses muito partidários, então logo que qualquer tipo de política pública é desenvolvido, ela ganha um “dono” e esse dono sempre tem um interesse eleitoral. Então são políticas que não têm uma continuidade, são a partir de um determinado interesse e muitas vezes sem nenhum tipo de objetivo. (Entrevista com Silva, 2020).

O representante do Coletivo “Rock Sertão”, que atua como professor na rede estadual, também discutiu as abordagens utilizadas pelas políticas públicas, que se tornam insuficientes diante das necessidades dos jovens locais:

Eu lembro que quando a gente trabalhava com a questão do menor infrator, a gente sempre martelava isso: ‘olha, você não vai



trabalhar um menor infrator colocando a polícia pra dar palestra pra eles. Porque você vai colocar justamente aqueles que confrontam a realidade deles, aqueles por quem eles sentem medo'. Ao mesmo tempo em que sentem medo, sentem a necessidade de enfrentar. Então o que você tá construindo ali? A punição? Então são políticas assistencialistas diante de necessidades que são crônicas no município. (Entrevista com Silva, 2020).

As afirmações postas acima entram em convergência com as observações feitas por Jonathan Hora, coordenador do Coletivo “MUDE” e presidente do Conselho Estadual da Juventude (CONEJUVE), ao enfatizar a necessidade de serem construídos elos entre as juventudes e a política pública. E é exatamente isso o que Diógenes (2009, p. 286) chama de “produção de significados compartilhados”. Nas palavras do jovem Jonathan, ao se referir à participação dos jovens no ambiente escolar, “[...] quando o jovem participa do processo de construção, a primeira coisa que ele tende a ter é uma identidade com aquilo ali” (Entrevista com Hora, 2020).

Outro ponto que merece ser destacado diz respeito às observações feitas pelos representantes acerca dos problemas mais sensíveis enfrentados pelas juventudes no presente momento. Tanto o representante do Coletivo “Rock Sertão” quanto a representante do Coletivo Negro “Beatriz Nascimento” enfatizaram a falta de perspectivas como uma questão que atravessa a maior parte dos jovens. Maria da Conceição Santos, representante do primeiro coletivo, aponta para uma “falta de perspectiva no sentido educacional, profissional e afetivo” (Entrevista com Santos, 2021) que acomete as juventudes, em especial a juventude negra, foco das ações do coletivo. Essa parcela da juventude, por sua vez, enfrenta problemas ainda mais sensíveis em relação à violência e às oportunidades de trabalho, como enfatizado pelo Coletivo “Yibambé”. Os representantes desse coletivo observam que as reivindicações mais frequentes por parte dos jovens envolvem os campos da educação, cultura e violência.



Tendo como base as considerações feitas acima a respeito das iniciativas e indagações feitas pelos representantes dos coletivos entrevistados, cabe avançar a discussão para a dimensão das relações, no campo prático, entre tais coletivos e o poder público. Os representantes entrevistados do Coletivo “Yibambé”, de Aracaju, destacaram que em muitos momentos os coletivos juvenis se veem silenciados ao tentar interagir com o poder público para a elaboração de políticas públicas. O que pode ser relacionado com o discurso do coordenador do Coletivo “MUDE” ao apontar que a última política pública para as juventudes construída por várias mãos em Sergipe foi a criação do Conselho Estadual da Juventude, em 2014. Como aponta Jonathan, “De lá pra cá, todas as políticas públicas que foram criadas foram políticas do governo do estado, de maneira do poder público tão somente” (Entrevista com Hora, 2020).

Pode-se concluir, portanto, que no presente momento não há um diálogo frequente do estado com coletivos responsáveis por representar as demandas das juventudes, além de casos pontuais⁹. Quando indagada acerca de quais elementos devem ser considerados fundamentais para construção de políticas públicas, Érica Chagas, do Coletivo “Yibambé”, frisa: “a divulgação pra juventude, a participação da juventude em todo o processo. A fiscalização, a manutenção, enfim, acho que tudo isso. Mas, primeiramente, uma maior divulgação e existência dessas políticas” (Entrevista com Chagas, 2021).

Desse modo, é possível constatar que os coletivos juvenis têm consciência da abrangência das políticas públicas para juventudes no estado de Sergipe, e que eles se posicionam criticamente frente ao escasso alcance dessas políticas em muitos momentos. Percebe-se, portanto,

⁹ Quanto a tais casos, cabe mencionar a parceria entre o vereador Professor Bittencourt e o Coletivo MUDE, em 2018, voltada à realização de cursos de qualificação para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Informações disponíveis em: <<https://aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/parceria-entre-bittencourt-e-coletivo-mude-ofertara-cursos-aos-estudantes-sergipanos>>. Último acesso em 18/03/2020.



principalmente diante do contexto social de invisibilidade e precarização de direitos que envolve a juventude, que as representações juvenis entendem que é através de processos de reivindicação que o protagonismo juvenil se firma socialmente, mesmo em contexto de crises humanitárias e sanitárias.

Considerações finais

Com base nas discussões levantadas no presente texto, foi possível estabelecer uma série de considerações a respeito das relações entre as juventudes e a política pública, especialmente no estado de Sergipe. Como visto ao analisarmos a dimensão dessas políticas a nível administrativo, a pauta das juventudes ainda não é tida como central na distribuição de recursos financeiros, com exceção de alguns poucos municípios que adotam perspectivas mais integradas às demandas das juventudes (e que, proporcionalmente a essa integração, apresentam resultados eficazes na execução de tais políticas).

Ao contrário dos municípios cujas secretarias ou coordenadorias buscam aproximar-se dos jovens, encontramos estruturas administrativas que não se comunicam de forma frequente com as juventudes locais. Como observamos anteriormente, não é suficiente estabelecer políticas que visem atingir as juventudes se essas políticas não estão de acordo com as demandas atuais desse grupo, o que evidencia que as escolhas pelas abordagens utilizadas pelos gestores públicos são de extrema importância. Dessa forma, a participação dos jovens na construção de políticas públicas é imprescindível. Além disso, a construção de diálogos constantes entre entidades estatais e representações juvenis representaria um avanço substancial na construção de políticas de juventudes.

Quando pensamos na construção de diálogos com as juventudes, os coletivos juvenis representam um papel relevante nesse processo. Tais organizações, como visto tanto durante a pesquisa bibliográfica



quanto durante a realização das entrevistas, condensam uma série de demandas das juventudes em campos como a educação, segurança, lazer, direitos humanos e artes.

Nesse sentido, a construção de pontes entre o poder público e os coletivos juvenis poderia dissolver o “abismo” comunicacional entre ambos e traria uma maior eficiência para a implementação e operacionalização de políticas públicas. Afinal, na construção de políticas de/para/com juventudes, a participação dos jovens ao pensar e executar tais políticas deve ser considerada fundamental. É importante mencionar, também, que durante a pesquisa não encontramos conselhos municipais das juventudes funcionando ativamente. A maioria dos municípios, além de não ter uma coordenação governamental de tais políticas, sequer têm se mobilizado para organizar tais conselhos. Os conselhos são fundamentais para aproximar os jovens, as associações e os coletivos juvenis da proposição, da gestão, da execução e da avaliação das políticas públicas, o que contribuiria de forma mais eficaz para que o protagonismo das juventudes fosse de fato alcançado através de uma participação mais direta sobre suas prioridades.

Referências bibliográficas

Abramo, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. N.º 5 Set/Out/Nov/Dez, 1997.

Carrano, P. C. R.; Sposito, M. P. Juventudes e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n.24 2003. p. 16-39.

Diógenes, G. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: Mendonça Filho, M.; Nobre, Mt., orgs. **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa** [online]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p.

Fuentes, K. V. Colectivos juveniles: ¿inmadurez política o afirmación de otras políticas posibles? **Última** década, v. 15, n. 26, 2007.

Maia, G. L. A Juventude e os Coletivos: como se articulam novas formas de expressão política, **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 8, n. 1, p. 58, 2013.



Marcon, F. Juventudes, Precariedades e Estetização: mobilidade, formas de trabalho e estilos de vida. In: Marcon, F. e Noronha, D. (org) **Juventudes e Movimentos**. Aracaju: Criação, 2018.

Oliveira, A. S.; Galvão, L.O. F.; Santana, J. V. P. Perspectiva institucional dos sentidos das juventudes nas políticas públicas em Sergipe: uma análise a partir das representações de juventude pelos gestores públicos. **Anais do Seminário Nacional de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS)**, v. 3, 2020, p. 1-15.

Santana, J. V. P. **O direito à profissionalização do jovem aprendiz à luz do garantismo jurídico**. Dissertação (Mestrado em Direito). São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

Secchi, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.



O COLETIVO FORA DO EIXO, A COMUNICAÇÃO E A POLÍTICA EM TEMPOS DE ATIVISMO EM REDE

 Wener da Silva Brasil¹

AS FORMAS DE ARTICULAÇÃO política, a criação de ações empreendedoras, o conhecimento produzido e a maneira de atuar das juventudes no presente têm sido objetos de diferentes pesquisas (Rossana Requillo, 2012; Celi Scalon, 2013; Rodrigo Tarchiani Savazoni, 2014; Carme Ferré Pavia, 2014; Michelle Pascoal Maia e Ana Kalina Araújo de Souza, 2014). O Fora do Eixo é uma rede de coletivos envolvendo jovens da geração digital (Feixa, 2014), com perfil universitário e espalhados de forma descentrada em várias cidades de médio porte de diferentes regiões do Brasil.

O contexto de indignação em meio a protestos, vivenciado nos últimos anos, trouxe à tona reflexões sobre o cenário político brasileiro com relação às recentes formas de organização da ação coletiva entre os jovens². O Fora do Eixo, desde o início de sua atuação, há entrado nes-

¹ Comunicóloga e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFS. Autora da dissertação de mestrado: Brasil, Wener da Silva. O coletivo fora do eixo: juventude organizada, produção, circulação e consumo cultural. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Email: wenerbrasil@gmail.com

² A jornalista e professora de comunicação, Cláudia Rossi, faz repensar as redes sociais e seus impactos na sociedade atual de consumo, onde no artigo “Mídias Sociais: rumo à democracia participativa” aborda o atual modelo de democracia nas redes sociais e a ocupação de tais ferramentas como forma de organização coletiva e ocupação de espaços.



sa seara e se apresenta como uma rede de coletivos juvenis complexa, que envolve pessoas de diversos segmentos das artes, da cultura e da política. Uma rede de coletivos voltada a organizar eventos musicais a partir da gestão e da produção dos próprios eventos e produtos culturais, se utilizando de recursos públicos e privados por meio de editais e outras formas criativas de financiamentos, que mostram marcantes atuações do grupo³. Essa dinâmica, antes desenvolvida mais na área cultural, desde 2006 ganha visibilidade nas estruturas políticas trabalhadas em rede e por meio da internet. Além disso, com as narrativas políticas e sociais, por parte de coletivos e partidos políticos, a forma e os objetivos que organicamente transformam o FdE revelam novos traços marcantes de militância nas redes sociais.

No ano de 2002, segundo seus representantes, tudo começou em Cuiabá, com o Coletivo Espaço Cubo. Inicialmente foi idealizado com o nome de Cubo Mágico. Os jovens produtores culturais e artistas almejavam criar e pensar coletivamente estratégias e objetivos realizando atividades de forma colaborativa. O objetivo, desde então, era fornecer aos seus integrantes (músicos, produtores culturais, diretores de teatro e dança, atores e dançarinos) o básico para viverem sem precisar necessariamente de moeda corrente, dinheiro nacional (Real). Por consequência, o Coletivo Espaço Cubo ganhava campo, visibilidade e cada vez mais adeptos e, inevitavelmente, a criação de uma rede, o Coletivo Fora do Eixo. Fundado em 2005, por quatro coletivos independentes, localizados nos estados do Mato Grosso, Paraná, Acre e Minas Gerais, juntos buscavam alternativas para o escoamento dos trabalhos culturais que seus artistas produziam⁴. Cada coletivo participava ativamente dos feitos artísticos de

³ Para aprofundar o tema sobre o coletivo e sua rede jovens ver O Coletivo Fora do Eixo: juventude organizada, produção, circulação e consumo cultural, em <http://www.gerts.org.br/p/pesquisas.html>

⁴ Todos os dados sobre o surgimento do FdE foram obtidos pelo próprio grupo, que de forma ampla descreve o início de todo o processo, mas não cita nenhuma pessoa como precursora do movimento social.



suas cidades, frequentava festivais nacionais de música independente e realizava intercâmbio dos trabalhos produzidos. Muitos desses produtores culturais e artistas associados aos coletivos apresentavam-se nos festivais com o objetivo de fazer circular seu trabalho, sua música e apresentar sua marca de maneira dinâmica. Segundo os produtores do Fora do Eixo, os artistas da cena *underground*, distantes do “tradicional” eixo Rio/São Paulo, não tinham espaço para divulgar seus trabalhos, verba para gravar um CD e fazer girar a “roda da produção musical independente”, era preciso desenvolver meios para isso acontecer.

Nestas próximas páginas descrevo as formas de fazer política do FdE na rede social Instagram, analiso a estrutura de organização política e as trajetórias dos principais coordenadores do coletivo, que acompanhei de 2012 até 2015. Abordo questões que se referem à atuação política e engajadora do FdE e as parcerias e consultorias políticas e culturais articuladas pelo grupo. Nas reuniões gerais, como acontecia nos Congressos realizados pelo FdE, a interferência dos participantes em todo o processo e o planejamento das atividades são debatidos em conjunto nas chamadas reuniões gerais. Naquelas ocasiões eram realizadas gravações continuamente e ao vivo e transmitidas por canais de internet que por vezes recebiam milhares de acessos por usuários de distintos lugares, projetando, assim, o grupo, a várias partes do mundo.

O processo construtivo político do grupo é pauta inesgotável de discussão entre os seus membros, porque segundo eles quanto mais organizado o FdE se apresentar, mais vezes será ouvido pelo Estado, ganhando credibilidade e confiança. Entretanto, foi a partir de junho 2013, ano e mês de protestos em todo o Brasil, que o FdE começou a investir cada vez mais na sua frente de trabalho, a comunicação, comandada em rede pela Mídia Ninja⁵, ganhando assim credulidade não

⁵ Rede descentralizada, frente de trabalho responsável pela comunicação do FdE, com atuação em todas as regiões do Brasil e do mundo. Seus membros declaram-se como uma alternativa à imprensa tradicional. Ou seja, sua abordagem, segundo eles, é de militância sociopolítica. O grupo ganhou repercussão internacional na transmissão dos protestos no Brasil em 2013.



somente de artistas e outros movimentos sociais, mas também das classes política e cultural e da sociedade brasileira.

Com uso de aplicativos, internet e equipamentos como celular e câmera fotográfica, a Mídia Ninja constrói com o FdE suas pautas e atividades junto às classes política e artística, que auxiliam na comunicação como forma de escoar informações e divulgações de sua atuação. Segundo os membros do FdE, a tecnologia tem papel fundamental nas suas ações, sendo imprescindível como fomento de parcerias no processo político. No decorrer deste texto busco entender esses usos ao mesmo tempo em que tento analisar as formas de articulações colaborativas e as características dos atores e das suas ações políticas no âmbito do Coletivo.

Articulações colaborativas: o sentido de inovação para o FdE

Fazer conexões é algo bastante fácil de realizar quando se trata do FdE. A criatividade, as ferramentas digitais e a juntura feita entre partidos e movimentos sociais são peças constantemente usadas por eles. Por isso, a Carta de Princípios do Fora do Eixo⁶, é uma peça-chave para compreensão do funcionamento político do Coletivo. Eles trabalham com conceitos como inovação, criatividade e descentralização de informação, em que dizem buscar novos enlaces, parcerias e constantes desconstruções daquilo que chamam coletivo. Destaco o ponto 8 da Carta de Princípios do FdE que revela de maneira detalhada cinco diretrizes: (1) Intercâmbio, transversalidade e delegação; (2) Identidade, diversidade e autonomia; (3) Gestão e sustentabilidade; (4) Inovação e comunicação; (5) Formação e conscientização. Esse item descreve os pontos fundamentais abordados pelo grupo.

⁶ A carta de Princípios do Fora do Eixo está na íntegra no endereço: <http://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios>. Lá constam detalhes de todo o processo de construção da organização social.



Formular, integrar, estimular e promover são palavras de uso corrente entre eles. A estratégia é construir ferramentas que venham a inovar o formato tradicional de fazer política, desenvolvendo, junto ao tema da cultura, um papel que contribua para acelerar processos parados no pesado sistema burocrático do financiamento público da cultura no país.

O Partido da Utopia (P.U.T.O.), antigo Partido da Cultura (PCult), criado por eles, não tem existência formal. É um partido que foca em pautas que discutem os processos de formação, os percursos necessários de mobilização dos coletivos parceiros, as imersões dos participantes nas construções coletivas, o mapeamento das cidades que se conectam com as atividades do movimento, a construção de bancadas legislativas, campanhas eleitorais a nível municipal, estadual e federal voltadas para as causas culturais. Dentro da lógica de organização social colaborativa, o P.U.T.O. é entendido por eles como um dos alicerces que perpassa a arquitetura das discussões em rede. Os debates predominantes se dão a respeito de regionalização, georreferenciamento e retomada de fluxo mais intenso nas regiões interioranas do Brasil profundo⁷; também tratam da relação com os movimentos sociais, a conexão e o funcionamento entre as Casas Fora do Eixo. Por isso, o Partido da Utopia é considerado como possibilitador da abrangência do coletivo em outras escalas sociais, ao mesmo tempo que a sigla P.U.T.O remete à ideia de indignação com relação ao atual estado das coisas no plano político, por exemplo.

Parceiros políticos, no intuito de ampliar a discussão relacionada à cultura, usam o P.U.T.O. como plataforma política na busca do engajamento em diversas causas sociais e envolvem o nome do FdE em vá-

⁷ Entendo como sendo o trabalho em rede de coletivos nos interiores do país. Um dos objetivos do Brasil Profundo é conectar coletivos das regiões mais periféricas do Brasil, desenvolvendo a cultura em rede. O FdE sempre realiza em suas Casas encontros gerais com coletivos do Brasil profundo.



rias manifestações, como a da Marcha da Liberdade⁸ e o #ExisteAmoremSP⁹, entre outras. Isso demonstra uma conexão entre as diferentes pautas e ações na rua e na internet em que se envolve a rede FdE.

A partir da discussão sobre participação coletiva, estabelecida por organizações sociais compostas por jovens, como no caso do FdE, o descontentamento e a inovação dentro desse processo podem ser compreendidos em sua dimensão tecnológica abrangendo o fácil acesso à informação e às articulações realizadas por meio de redes sociais. Refiro-me à implantação de produtos culturais, seja em bens e serviços, seja em métodos de produção de trabalho ou de engajamento social estabelecido como forma de consultorias. O Fora do Eixo é uma organização social que se destaca por reformas e reinvenções melhoradas nos processos organizacionais e de marketing. E para que isso flua de forma ininterrupta, o Coletivo buscou sempre engajamentos que fortalecessem as causas. Em uma de suas redes sociais com mais de 3 milhões e meio de seguidores, o Instagram, nota-se um envolvimento não só da sociedade civil, mas também de políticos e artistas que se utilizam dessa visibilidade para manifestos e lutas sociais, políticas e artísticas.

Ao pesquisar o Fora do Eixo fui percebendo que parte da sua força está na capacidade de incidir nacionalmente, com dedicação política a tarefas de articulação em todos os coletivos pertencentes à rede. Nesse sentido, várias ações prosperaram entre estudiosos e demais representantes de organizações sociais, com o objetivo de encontrar formas de

⁸ Manifestação social realizada por vários movimentos sociais que protestam por diversas causas. Entre elas, luta contra o racismo, o estímulo à preservação ambiental, aos direitos dos homossexuais, ao combate à violência contra a mulher, à defesa dos animais. Esse foi um movimento organizado através das redes sociais na internet tendo como norte a liberdade de expressão.

⁹ Um encontro relevante para a cidade de São Paulo, em que jovens envolvidos com as produções culturais de São Paulo se reuniram na Praça Roosevelt, no Centro de São Paulo, para despertar o debate sobre as eleições e mostrar que a cidade necessita de mais atenção dos seus governantes. Foi um festival com música e performances de ativistas que objetivou apresentar que é possível levar a cultura de forma colaborativa para as ruas. A hashtag teve grande repercussão nas redes sociais na internet.



ampliar trabalhos pertinentes para o mercado cultural no país. O intenso e constante uso da comunicação digital e de tecnologias fortalece os apoios e as demandas políticas que são bastante investidas nos últimos tempos. O FdE está mais visível na mídia convencional por conta do alcance público dos seus meios inovadores de comunicar, pela constituição de parcerias e pela aproximação com o Estado. A interconexão de pessoas, coletivos e gestores tem proporcionado ao Fora do Eixo processos de produção, circulação e consumo de conteúdo e produtos culturais que se estabelecem aos poucos em regiões bem distantes do país. As tecnologias digitais de comunicação possuem a capacidade de integrar, rapidamente e com baixo custo, pessoas de diferentes localidades, além de proporcionar articulações que perpassam pelas tecnologias e mobilidade digital. A presença da cultura digital nesse contexto social permite uma reestruturação nos manifestos e nas formas de se articularem, de se planejarem, e o FdE se utiliza disso muito bem. Nos últimos anos, o Estado também se apropriou das ferramentas digitais com a intensão de aproximar a sociedade da gestão, assim como forma de exposição para a exploração das ações culturais. As informações tornaram, até certo ponto, descentralizadas do poder estatal, passando a receber interferências diretas do cidadão comum, de ONG's, coletivos, movimentos sociais, entre outros, através das redes sociais e plataformas digitais¹⁰.

Foi estabelecendo parcerias que o Fora do Eixo e seus consultores estimularam a maximização da sua presença constante nas esferas sociais. Contudo, é relevante analisar que em busca da criação de uma sociedade mais democrática de direito, grupos como o Fora do Eixo passaram por um processo de criação diário, formatando um novo mo-

¹⁰ O ex-ministro da Cultura, Juca Ferreira, era a favor da relação com as organizações sociais e a classe artística do Brasil. Essa forma de conduzir a gestão é uma característica marcante do político. O ex-ministro acreditava que a parceria com organizações sociais era fundamental para a administração pública, fazendo com que essas organizações administrassem equipamentos públicos.



delo cultural e político como desenho de desempenho das ações mais precisas junto ao Estado, em assuntos de primeira instância como saúde, educação, emprego e cultura. As redes sociais, a utilização de novas tecnologias e os modos de escoamento cultural empregados pelo grupo têm o objetivo de voltar a atenção da sociedade civil para causas sociais de primeira instância, conseguindo com isso a atenção não só dos indivíduos, mas principalmente do Estado. Porém, o FdE continua priorizando a circulação e a colaboração entre seus pares sobre atividades de engajamento, políticas e produções culturais.

Para pensar além do sujeito e do objeto, o autor Pierre Lévy discorre sobre alguns pontos que se fazem necessário trazer para este artigo com a finalidade de refletir acerca dessa ampla aliança que o FdE fez e faz com a rede do coletivo, o ambiente virtual e os atores sociais:

A inteligência ou a cognição são o resultado de redes complexas onde interagem um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos. Não sou “eu” que sou inteligente, mas “eu” com o grupo humano do qual sou membro, com minha língua, com toda uma herança de métodos e tecnologias intelectuais (dentre as quais, o uso da escrita). (...) O pretenso sujeito inteligente nada mais é que um dos micro autores de uma ecologia cognitiva que o engloba e restringe”. (...) O pensamento se dá em uma rede na qual neurônios, módulos cognitivos, humanos, instituições de ensino, línguas, sistema de escrita, livros e computadores se interconectam, transformam e traduzem as representações. (Lévy, 1993, p.135)

A análise das relações entre inovação e desenvolvimento, que realizo neste momento, vem a partir de discussões que presenciei na convivência com o coletivo. Para grupos sociais como FdE, sempre existiu a necessidade de estreitar relações a partir da atuação em rede, mas sobre os enfoques de interesse do grupo. Por outro lado, houve demanda por novas alternativas que envolvam o colaborativismo e o fortalecimento de articulações políticas e sociais entre as esferas relacionadas



ao conhecimento e à informação, ao setor econômico e à comunicação, de maneira a ampliar as perspectivas da atuação em rede colaborativa.

O Portal de Transparência Fora do Eixo¹¹ foi criado com o objetivo de apresentar todas as frentes de trabalho. A partir desse caminho e de maneira orgânica, o site informa em todas as páginas e janelas virtuais que o portal está sempre em construção. Isso para muitos parece estranho, haver uma informação de algo que é, segundo o FdE, inacabado. Pois esse também parece ser um objetivo do grupo: fazer que essa construção virtual seja permanente e contínua.

Essa foi a maneira encontrada por eles para centralizar e divulgar todas as informações possíveis acerca do que é dito sobre eles e o que também é produzido por eles, incluindo artigos científicos, respostas à imprensa convencional e a presença de novos aplicativos¹². É fundamental analisar o papel que as novas tecnologias têm sobre a sociedade organizada, pois novos valores e interesses sociais surgiram e trouxeram consigo novos atores sociais para superfície. A internet, como realidade global, transformou os recursos atuais em verdadeiros mecanismos de influência para com outros indivíduos e possibilidades de acesso livre às informações. As articulações e parcerias projetadas nas pautas estabelecidas nas reuniões do FdE elegiam sempre um potencial de produção de conteúdo para todo o sistema de rede do coletivo.

Como descrevi anteriormente, desde sua fundação o FdE se dedica a utilização e desenvolvimento de suas próprias mídias, onde a internet é o primeiro recurso a ser explorado em suas articulações políticas. Os aparelhos de celulares mais recentes, computadores atualizados, câmeras de gravação e câmeras fotográficas de ponta são as ferramentas utilizadas pelos seus membros e não só servem para fazer registros, mas também como forma de ação política. Se antes os ativistas se muniam

¹¹ www.foradoeixo.org.br

¹² Os aplicativos do Banco FdE, compreendidos como programas que subsidiam a compreensão e a execução das ações relacionadas à sustentabilidade da Rede Fora do Eixo, formam o sistema.



de listas de discussões, chats de MSN, blogs e a extinta rede social Orkut¹³, nos últimos anos ampliaram para novos e atuais espaços considerando o aumento do nível de eletrônicos avançados e o advento da chamada internet 2.0¹⁴. A maior visibilidade do Coletivo Fora do Eixo ainda se dá através da atuação do Mídia Ninja, que nas chamadas Jornadas de Junho de 2013 conseguiu gravações inéditas dos locais em que aconteciam as manifestações, o que se repetiu nos protestos contra a Copa, em 2014. A segunda e não menos importante é a atuação econômica do Coletivo que chegava à casa dos milhões de reais por ano, desenvolvendo atividades de economia criativa e que circulam dentro do grupo. Eram atividades que vinham desde a época do Espaço Cubo¹⁵ e fizeram o FdE ser notado no mercado cultural.

No final de 2013, o Coletivo avançou na estratégia ativista demarcando uma pauta de reivindicação na Câmara de Deputados, em Brasília, a fim de ampliar a discussão e obter a aprovação referente à democratização do acesso livre à informação na internet. Nos dias do congresso do FdE, realizado no mesmo ano, foi sucedida uma plenária exclusiva para se tratar dessa ementa, que estava com a discussão parada no Congresso Nacional e na Câmara de Deputados Federais em Brasília. O ato foi simbólico, mas junto a todo esse processo foram demarcadas alianças políticas (com deputados e senadores) pelas demandas do FdE e que levaram a discussão em plenária sobre a importância do Marco Regulatório da Internet.

Como já disse anteriormente, as formas de organização e a visibilidade política do FdE, por meio do Mídia Ninja, conseqüentemente,

¹³ Orkut foi uma rede social de amizade exitosa no Brasil.

¹⁴ A internet 2.0 foi um termo que surgiu em 2004 por uma empresa americana chamada O'Reilly Media. O termo foi dado para a segunda geração de comunidades e serviços na plataforma virtual e a uma mudança na forma de percepção dos usuários e desenvolvedores. Não é um termo técnico ou que se refira a especificações técnicas. A internet 2.0 é um ambiente que envolve diversas linguagens e usa a interação e participação.

¹⁵ Grupo cultural mato-grossense, embrião do Coletivo Fora do Eixo. O Espaço Cubo foi um dos coletivos que formaram o Circuito Fora do Eixo, em 2005.



sempre proporcionaram que coordenadores recebessem convites para ocupar cargos políticos nas secretarias de estado e municípios de algumas regiões do país, que nem sempre são aceitos. Segundo Pablo Capilé, uma das lideranças: “É mais interessante você ter um movimento social que está o tempo inteiro dialogando e fazendo pressão do que você se transformar no Estado” (Silva, 2013, n.p.).

O grupo não se dizia partidário, afirmava não ter preferências políticas, entretanto se dizia conversar com partidos e políticos que estivessem abertos ao diálogo sobre seus interesses. Esse acercamento gerou resultado nos últimos anos permitindo trazer à luz do conhecimento de todos o posicionamento fiel à esquerda. Apesar do Fora do Eixo ter a postura de atuar com diversas frentes de trabalho e com diferentes diálogos, em distintas situações, se baseiam na lógica de agregar uma maior participação de coletivos pertencentes à Rede e outros parceiros engajados nas suas causas.

Analisar a importância e o papel dos mediadores¹⁶ da organização social Fora do Eixo é relevante para uma compreensão de como, nesta década, se processam as atividades desenvolvidas pelo grupo, de onde vêm, para onde e para quem irão as pautas e repertórios das ações culturais, políticas e sociais. A autora Ilse Scherer-Warren (2005), no texto “Novos movimentos sociais, a construção da democracia e o papel dos mediadores”, trata da reflexão sobre alguns movimentos sociais que têm papel influente não só na sociedade civil, mas também junto ao Estado. Essa reflexão serve a pesquisa como ponte para entender o motivo que leva um indivíduo a engajar-se em causas diversas. Sobre esse aspecto, meu foco foram os “coordenadores”, categoria própria do FdE que intitula aqueles que estão à frente dos chamados “simulacros”, outra definição do coletivo.

¹⁶ O autor Scherer-Warren utiliza o termo “mediadores” referindo-se a intelectuais, agentes de pastoral, religiosos, educadores, líderes políticos, etc., pois, segundo ele, são portadores de conhecimento formal e experiência política, trazidos de outras vivências (de fora) para atuar junto ao movimento.



Compreender os papéis orgânicos e empíricos dos coordenadores é fundamental para entender a rede de coletivos do FdE e o funcionamento de todo mecanismo. O engajamento de pessoas públicas, intelectuais, políticos, músicos e fazedores da cultura trouxe ao coletivo a visão mais ampla e necessária que o grupo buscava. Lévy e Lemos (2010) abordam o futuro da internet e a expansão do ciberespaço relacionada as transformações contemporâneas no ambiente público e suas perspectivas associadas à democracia. Os autores aportam com a ideia de “aprendizagem coletiva” que perpassa entre o social e comunicacional, administrada em rede de forma coletiva e colaborativa sustentada pelo ciberespaço. Isso libera e traz a pluralização de vozes, pautas e discursos onde tudo está em rede reconfigurando as estruturas, até então, rígidas da sociedade, instituições e das práticas comunicacionais, trazendo para perto dos movimentos e coletivos atores sociais precisos no levantamento de temas e atividades culturais, políticas e sociais.

Essa nova perspectiva proporcionou que o FdE pudesse sistematizar os processos pautados, envolvendo os Fora do Eixo de todas as frentes de trabalho que fossem capazes de continuar uma pauta iniciada.

Busquei com essas análises compreender a participação dos coordenadores no FdE a partir de suas distintas trajetórias de vida. Os cenários da política e da cultura são vertentes trabalhadas em conjunto, de forma que tento destacar a reflexão sobre o trabalho realizado pelos profissionais especializados, os “coordenações dos simulacros” do Fora do Eixo, desde o surgimento do Coletivo. Destaca-se a verticalização de hierarquias na estrutura organizacional, que forma a ação dos coordenadores em desenho de rede, na qual algumas pessoas lideram o que chamam de frentes de trabalho, em que não há uma só liderança para cada atividade. Ou seja, para eles é importante existir a figura do coordenador, entretanto, com o objetivo de auxiliar a construção do todo. Com o discurso de que tudo é de todos e pertence a todos, os colaboradores se envolvem em questões que, inicialmente, não estão sob sua responsabilidade. Mas, vale salientar, que essa forma de compartilhamen-



to de atividades, de um ajudando o outro, também é gerada de maneira organizada. Por exemplo, se alguém espontaneamente ou por indicação começou determinadas funções, essa pessoa vai até o fim “liderando” e ajustando as ações, ouvindo os colegas e tomando decisões.

Essa capacidade de persuasão da agência (Ortner, 2007) para projetos coletivos se constitui numa característica interessante da forma organizativa do FdE. O que quero dizer traz à tona a reflexão sobre a forma de atuação dos coordenadores que em seus pilares político e cultural orientam e organizam todo o grupo para um discurso afinado em todas as frentes de atuação.

O que eles intitularam de Núcleo Duro é a base de tudo que circula dentro e fora da organização, são as lideranças que dominam todos os fluxos do processo e a lógica de atuação coletiva. Os consultores, dos quais tratarei melhor adiante, aparecem ao centro do esquema, exercendo a função de orientação, de prestação de consultoria, mas, por vezes, também de participação em reuniões e em atividades de planejamento. Havia trocas de ideias e articulações mais precisas no escopo político e cultural. A ideia é filtrar e sistematizar as demandas do grupo de forma organizada e politizada antes de se projetar as discussões e as ações ao todo, que apresento melhor no próximo subitem. As reuniões oficiais do Núcleo Duro eram abertas e aconteciam com a participação de quem se interessasse a estar presente, porém, conversas paralelas mais reservadas faziam parte também do método utilizado pelos coordenadores para tratar de temas mais estratégicos, inclusive no processo de condução das reuniões, dos congressos e das atuações coordenadas. Portanto, há uma afinação entre as ideias e identificação pessoal entre os membros do Núcleo Duro.

Nas lideranças do Coletivo ainda estão Pablo Capilé, que se autodenomina produtor cultural e é considerado pela mídia convencional como sendo o porta-voz do Coletivo; Lenissa Lenza, comunicadora, que participa do FdE desde o seu surgimento; e os ativistas Talles Lopes e Felipe Altenfelder, que são responsáveis pelo segmento da música e da comu-



nicação. Pablo Capilé, Lenissa Lenza, Talles Lopes e Felipe Altenfelder são os precursores desse movimento, mas não foram os únicos. Os quatro se conheceram informalmente em lugares distintos, porém Lenissa Lenza e Pablo Capilé estão juntos nas causas sociais desde os tempos de faculdade. Os quatro comungam do mesmo discurso sobre vários temas e isso caracteriza um projeto e um sonho comum de transformação. Cada qual tem uma determinada função dentro do Núcleo: Pablo Capilé é responsável pela liderança de todas as questões das “frentes de trabalho” e nos “simulacros”; Talles Lopes está à frente das atividades que envolvam diretamente as demandas da cultura; Felipe Altenfelder congrega junto à comunicação do grupo e também junto ao Mídia Ninja; e Lenissa Lenza, sempre ao lado de Pablo, está responsável pelas ações do chamado Banco FdE. Porém, como eles mesmos relataram em entrevista, todos auxiliam uns aos outros em todas as frentes caso sejam solicitados. As posições são flexíveis e fluidas. Vejamos a seguir como se distribui o Núcleo Duro composto pelos quatro principais membros citados acima:

Esquema Núcleo Duro - Esquema detalhado das demandas e de seus coordenadores

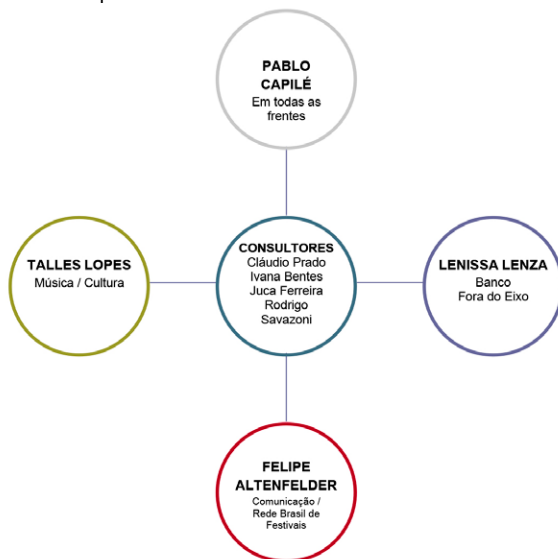


Ilustração: Wener da Silva Brasil



As divisões visuais, em forma de mandala, círculos e rede, ajudaram o grupo a ter clareza para a realização das pautas, desenvolver novos trabalhos e crescer na comunicação livre Mídia Ninja. As heranças culturais e políticas de cada um deles foram determinantes para o crescimento do movimento e do Coletivo.

Pablo Capilé, nascido em 1979, em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, veio de uma família com herança política e isso parece ter agregado à sua formação e ao seu discurso apurado, engajado e muito persuasivo. O produtor cultural, idealizador e cofundador do Espaço Cubo abriu caminho para que a voz do ativista falasse mais alto. “O principal avanço do Circuito Fora do Eixo é ter conseguido deixar a perspectivas de coletivos de música para se assumir como coletivos de tecnologia social.”, disse ele em entrevista realizada pelo editor de revistas culturais Sérgio Cohn no dia 28 de maio de 2010, em São Paulo. Pablo realizou diversos festivais, concebeu tecnologia de gestão sociocultural¹⁷, e foi por meio dessas realizações, projetos realizados e muita articulação entre movimentos sociais que ele passou a militar nacionalmente para gerar circuitos independentes de música e grupos artísticos. As leituras e discussões infinitas, como ele mesmo diz, são constantes, e segundo ele, necessárias para novas articulações.

E foi no ano de 2001 que essas características e ideias coletivas se uniram com as vivências e histórias de Lenissa Lenza. Ambos faziam parte do movimento estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso onde estudavam. Pablo fazia direito, mas não concluiu, e Lenissa fazia comunicação social. Os dois desenvolveram ações conjuntas realizando parceria nos trabalhos do movimento estudantil. Segundo eles, o movimento estudantil era bastante parado e tinha pouca presença dos jovens estudantes. Logo após os oito anos atuando em Cuiabá, no Mato Grosso, Pablo e Lenissa iniciaram a história da Rede de Coletivos.

¹⁷ Como exemplo dessa gestão está a moeda complementar que foi chamada de Cubo Card, que se pauta em princípios da economia solidária.



Lenissa Lenza nasceu na cidade de Rio Verde, Goiás, no ano de 1980. Segundo ela, sua vida mudou completamente depois que percebeu, juntamente com outros participantes, que o FdE precisava expandir e ocupar um espaço que eles pudessem viver coletivamente. A ambição sempre foi de ensinar e aprender, compartilhar e agregar novas tecnologias e formas de fomentar a cultura. A gestão do Banco Fora do Eixo era compromisso dela e dos demais coletivos espalhados pelo país. Cada coletivo pertencente à rede tinha um gestor que movimentava a conta bancária, entrada e saída de dinheiro e demandas administrativas como construção de planilhas e contratos. Além disso, Lenissa incentivava a participação em editais públicos e estimulava a movimentação de novas articulações e ideias que viessem agregar ao “simulacro” Banco¹⁸.

Um outro fundador do FdE, responsável pelo “simulacro” da música, é Talles Lopes. O seu currículo é extenso e além de ser “coordenador de associações”, foi o cofundador da Rede Fora do Eixo e da Mídia Ninja; além de ter feito parte de comissões na área da música. Talles é pai de duas filhas. Mineiro, da cidade de Passos, fez sua graduação em Uberlândia e o estímulo de intervir nas questões sociais da universidade fez com que Talles aos poucos ultrapassasse os portões da instituição. Foi realizando festivais de música que o cientista social, em uma das edições, convidou Pablo a conhecer e participar do trabalho coletivo que ele estava desenvolvendo em Uberlândia. A partir daí a quantidade de coletivos foi crescendo até se transformar na Rede de Coletivos Fora do Eixo.

Felipe Altenfelder é de São Paulo e nasceu em 1985. Sempre residiu nas “Casas Fora do Eixo”¹⁹, seja na sua cidade natal, seja onde o trabalho coletivo precise. Procura vivenciar os percursos que o FdE realizou através dos circuitos experimentando novos processos na

¹⁸ Em Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas, o professor e economista John Howkins trata da relação entre economia e criatividade e de como se dão as ampliações conceituais entre ambos temas.

¹⁹ São centros de vivências socioculturais que recebem artistas, ativistas e simpatizantes da causa coletiva que necessitem de apoio em estrutura como comida e dormida.



área da comunicação²⁰. Isso proporcionou a Felipe passar por diversas cidades do Brasil, da América do Sul e da Europa. As conexões e distribuição de informações com coletivos de outros países é a frente de trabalho na qual ele se encaixava, além da Rede Brasil de Festivais que trabalhava com a cena independente de música. As atuações de Felipe e Talles estão muito ligadas por trabalharem ativamente com a música e sua circulação.

Apresentar o Coletivo Fora do Eixo como um fenômeno social, que emerge de um momento novo para as juventudes que só conheceram os tempos digitais, é fazer uma reflexão das transformações vivenciadas nas últimas décadas, é ressignificar e desconstruir entendendo a liquidez orgânica da comunicação com a Mídia Ninja, da política junto aos “consultores” e políticos e cultural canal transformado pela união das redes coletivas do Brasil.

Os consultores e a ação coletiva para a comunicação, política e cultura

Os chamados consultores do Fora do Eixo são especialistas em temas da cultura que aproximam o coletivo da política. Esses consultores são um pequeno grupo formado por acadêmicos, produtores culturais e gestores da cultura que movimentam o coletivo pensando e planejando as prioridades de ação.

Em uma semana de convivência com o Coletivo no Congresso Fora do Eixo, realizado em dezembro de 2013, pude perceber a importância dada por eles de se fazerem fortes e articulados diante da política, mas, principalmente, fazendo-se conhecidos no Brasil. Para isso eles construíram, por meio da Mídia Ninja e em torno das redes sociais, um diálogo direto e habilidoso. Com as orientações dos “consultores”, a desenvoltura e desdobramento da rede de coletivos, eles puderam acessar

²⁰ O Coletivo intitula essa ação de Desterritório, categoria nativa.



caminhos inimagináveis como a colaboração de artistas consagrados na área das artes para a Mídia Ninja.

Para entender melhor as tarefas e disposições das colaborações, abaixo apresento o “esquema de consultores”:

Esquema Consultores – Não Orgânicos no Coletivo – No ano de 2013

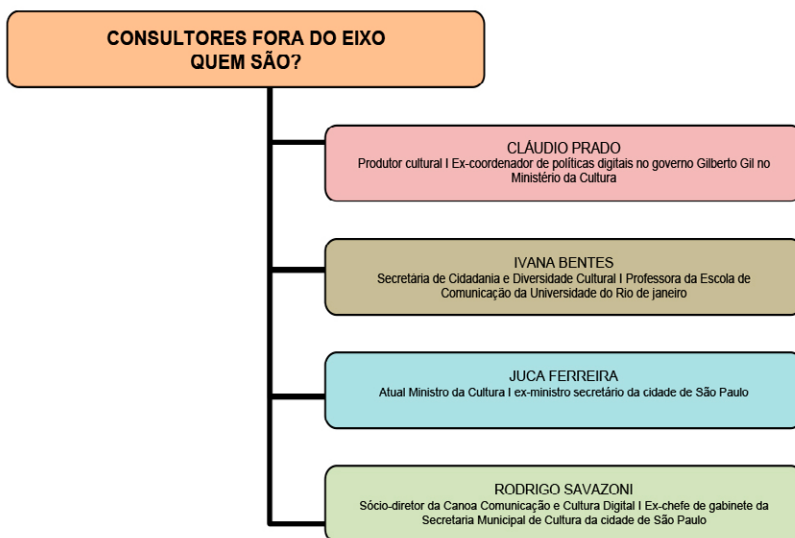


Ilustração: Wener Da Silva Brasil

Basicamente o Fora do Eixo atua com a consultoria dos quatro profissionais acima. Como o esquema mostra, são pessoas comprometidas com a política. O Núcleo Duro e os consultores não realizam seus diálogos de modo convencional. As conversas infinitas realizadas para dialogar com mais e maior profundidade sobre os temas e realizações das ações são práticas estimuladas entre eles e ocorrem com pessoas de dentro do Coletivo, como também com políticos ou algum especialista que eles convidem para uma visita nas Casas. Essa foi uma das formas encontradas pelo grupo para a distribuição de informações. E foi a partir disso que a Mídia Ninja foi atuando cada vez mais nas causas ativistas nos mais diversos âmbitos sociais. A atuação junto aos “consultores”

consta inclusive no modelo de estruturação organizacional como uma prática direta dos coletivos e parceiros envolvidos nas “pontas” do processo de arquitetura da rede.

Para melhor compreensão da atuação política realizada pelo FdE, busquei entender como os quatro consultores do FdE constroem junto ao Lastro e Núcleo Duro as relações de confiança. Analisar suas trajetórias conceituais foi um ponto relevante na minha pesquisa de campo para entender de forma mais clara a movimentação do grupo. Pude acompanhar de perto a dinâmica de atuação que eles exercem sobre o Coletivo. Para melhor desenho dessa arquitetura de consultores junto ao FdE, descrevo o perfil profissional de cada um²¹:

Imagem 1 – Divulgação na internet sobre a participação de Claudio Prado, Ivana Bentes, Rodrigo Savazoni e Juca Ferreira no 5º Congresso Nacional FdE 2013



Fonte: Site 5º Congresso Nacional Fora do Eixo

Cláudio Prado, produtor cultural, teórico da contracultura e da cultura digital e ativista, tem uma carreira extensa na política. Atuou no Governo Lula de forma empírica ao lado do ex-ministro da Cultura Gilberto Gil coordenando o setor de Cultura Digital do Ministério da

²¹ As informações de Ivana Bentes e Rodrigo Savazoni foram retiradas dos próprios currículos lattes, extraídos da Plataforma Lattes no endereço www.lattes.cnpq.br. Na ocasião, também busquei informações mais atualizadas sobre Ivana Bentes no site do MINC – Ministério da Cultura no www.cultura.gov.br, no qual também havia o histórico profissional de Juca Ferreira. E através do site www.savazoni.com.br pude conhecer as funções de Rodrigo Savazoni. As informações de Claudio Prado foram extraídas do material de campo da entrevista concedida à presente pesquisa e pelo site www.producaocultural.org.br.



Cultura. Atua como coordenador do Laboratório Brasileiro de Cultura Digital²².

Ivana Bentes assumiu em janeiro de 2015 a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, secretaria pertencente à pasta do Ministério da Cultura. Ivana é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, formada em Comunicação Social, com mestrado e doutorado em Comunicação, é pesquisadora na área de tecnologias da comunicação e estéticas e foi por quatro anos (1991-1994) redatora do *Jornal do Brasil*. É coordenadora do Pontão Digital da ECO/UFRJ²³.

Rodrigo Savazoni é jornalista e atua como sócio-diretor de uma produtora de comunicação e cultura digital, a Canoa Comunicação e Cultura Digital, onde presta serviços de consultorias, assessorias e desenvolvimento de projetos para diversas empresas e instituições públicas como Instituto Brasileiro de Gestão Cultural (responsável pela gestão e administração executiva do Theatro Municipal de São Paulo) e Fundação Ford. Atuou na campanha política de Dilma Rousseff como assessor político e de comunicação digital, entre outras. É mestre em Ciências Humanas e Sociais e sua dissertação foi um estudo de caso sobre o Coletivo Fora do Eixo. No ano de 2014 publicou o livro “Os Novos bárbaros: a aventura política do Fora do Eixo”. Foi braço direito na gestão de Juca Ferreira como Secretário de Cultura da Cidade de São Paulo.

Juca Ferreira, no ano de 2015, iniciou o segundo mandato de Ministro da Cultura²⁴, onde de 2008 a 2010 já havia ocupado. No ano de 1968 foi presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, atuou ainda como assessor especial da Fundação Cultural do Estado da Bahia. O meio ambiente também foi sua área de militância política que lhe

²² ONG que objetiva promover as tecnologias de forma inovadora proporcionando viabilidades tecnológicas para a sociedade e suas expressões culturais.

²³ O Pontão trabalha como um laboratório de software livre e tem como base a CPM da ECO/UFRJ.

²⁴ Entrevista disponível com Juca Ferreira em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/02/1589038-organizacao-social-pode-agilizar-gestao-publica-na-cultura.shtml>



rendeu na década de 1990 o cargo de secretário de Meio Ambiente da Cidade de Salvador e presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente. Realizou trabalhos públicos como vereador pela capital da Bahia. Chegou a assumir a Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura. Em 2011 e 2012 realizou trabalhos como embaixador especial da Secretária-geral Ibero-americana (Espanha). Como Secretário de Cultura da Cidade de São Paulo, Juca Ferreira implantou, como forma de gestão, a participação de organizações sociais na administração de equipamentos públicos, como, por exemplo, do Theatro Municipal de São Paulo.

Os consultores são pessoas com perfis distintos, mas com histórico político e militante muito forte, e essas características foram cruciais para a evolução da comunicação pela Mídia Ninja e distribuição de uma tecnologia social entre os coletivos da rede. Uma inteligência colaborativa.

Segundo Castells (2012) somos uma sociedade em rede. Ao decorrer da pesquisa percebi que o FdE vive seus dias transformando a sua própria rede, aproximando lados políticos e firmando acordos com propostas mais asseguradas. Para isso destaco Castells:

Uma estrutura social construída em torno (mas não determinada por) redes digitais de comunicação. Eu entendo que o processo de formação e exercício das relações de poder é decisivamente transformado por esse novo contexto organizacional e tecnológico derivado da emergência das redes de comunicação digital globais, as quais consistem no fundamento sistema simbólico-processual de nossa época (Castells, 2012, p. 4).

A proximidade das relações entre esses indivíduos e o Núcleo Duro possibilitou o acesso a informações privilegiadas na área da cultura. O que do ponto de vista estratégico é importante para a viabilização das intervenções que o Coletivo desenvolve, ao mesmo tempo que reforça a legitimidade do grupo e suas interferências perante a sociedade.



Segundo Ilse Scherer-Warren (2011, p. 51), “Os NMS apresentam, todavia, suas especificidades dependendo das situações estruturais e conjunturais onde se organizam. O seu significado político social terá, portanto, a ver com as relações que estabelecem com estas condições socialmente dadas”, isso implica dizer que o papel dos movimentos sociais na sociedade contemporânea revela uma nova realidade política e cultural.

O Coletivo Fora do Eixo se aproxima desse pensamento de Scherer-Warren, mas não o define plenamente. Pude notar que essa é uma organização coletiva que atua de forma flexível nas suas ações desenvolvidas. Os tratamentos desenvolvidos nas frentes de trabalho do grupo têm interações e trocas que possibilitam que eles atuem de maneira heterogênea, perpassando por outros coletivos e parceiros dentro de um mesmo segmento, a cultura, através de suas diversas linguagens, como a música, o teatro, as artes plásticas, a literatura, a cultura popular, entre outras.

Considerações finais

A ideia deste capítulo foi apresentar de forma sistemática a atuação política de articulação e parceria que tanto o grupo preza. A atividade de campo me proporcionou enxergar nas entrelinhas do discurso formado e, ainda, apresentou também que, apesar do FdE trabalhar sua estrutura, visualmente falando, horizontalizada, o grupo age de forma hierarquizada e descrever esse processo me ajudou a pensar nos principais atores sociais envolvidos. Compreendi como o grupo enxerga a economia criativa usando de inteligência colaborativa nas suas diversas formas de financiamento desenvolvidas através de aplicativos e tecnologias digitais. Ficou claro que a participação dos consultores no grupo permite o desenvolvimento econômico por meio de colaborativismo digital, que só tem fortalecido o processo em rede.

O campo me proporcionou acionar os sentidos das reflexões em torno das juventudes e consumo cultural, cultura e ciberespaço. Imagi-



no que todo o processo juvenil e coletivo poderia ser visto em outros coletivos tão densos, dinâmicos e organizados quanto o Coletivo Fora do Eixo. Contudo, há a possibilidade de que as informações aqui contidas conduzam outras pesquisas a resultados diferentes. Dessa forma, resalto que existem probabilidades diversas de metodologia e teoria que podem ser exploradas em outras pesquisas e estudos sobre juventudes, coletivos e consumo cultural.

Tais considerações trazem a luz uma perspectiva de transformação e desconstrução fomentada pelas práticas do Coletivo. Ao longo deste estudo, pude observar o quão fluido e instável é o Fora do Eixo, mostrando-se um objeto complexo, orgânico e com alto nível de chances de desconstruir-se pelo aparecimento de fatos recentes, como novas associações, surgimento de parcerias, entre outros, levando a caminhos inéditos: as múltiplas vertentes criativas e construtivas do grupo; as frentes temáticas mobilizadas pelos seus atores sociais; a preocupação constante de existir interações comunicativas em rede; assim como as formas utilizadas de conceituá-lo, são pontos relevantes que rompem com processos e ideias antes vivenciados de maneira linear e hierárquica.

São as mais diferentes visões em sociedade que permitem tal grupo emergir com criatividade e apoiar pautas políticas precisas e necessárias destacando-se pela atuação em rede, e na rede mundial de computadores. Marcon (2018) destaca que a estetização do cotidiano e a criatividade são características da nova fase do capitalismo, o que exige, entre outras coisas, novas formas de vermos o mundo criticamente, principalmente, em nossas análises sobre as juventudes do presente

Para Marcon:

Essas questões provocam a necessidade de mudarmos nossos paradigmas de análise sobre, entre outras coisas, a participação política, a autonomia, o ócio e o trabalho. As experiências de vida desses jovens que constroem suas autonomias a partir de agências criativas são experiências interessantes para pensar-



mos sobre o que se passa com as distintas condições e com as distintas percepções elaboradas por eles sobre suas experiências de transição no presente, porém, também, para que valoremos as intervenções e produções dos sentidos que eles dão às suas vidas e, ainda, sobre outras interpretações que por ventura o façam também sobre as nossas (Marcon, 2018, p. 351-352).

Dessa maneira, a importância de estudar o Coletivo Fora do Eixo, como coletivo de jovens que se mobilizam por uma concepção específica de fazer cultura e política, nasce da inquietação e da busca pela compreensão destas novas formas de mobilização e ação juvenis de coletivos que atuam em rede, adotando estratégias criativas e cooperativas de mobilização e intervenção social, a partir de códigos geracionais marcados por experiências independentes, auto-organizadas e horizontalizadas.

Referências bibliográficas

- Brasil, Wener da Silva. **O coletivo fora do eixo: juventude organizada, produção, circulação e consumo cultural**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- Castells, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- Feixa, Carles. **De la Generación @ a la # Generación. La juventud en la era digital**. Ned Ediciones, Barcelona. 2014.
- Gragnani, Juliana. **Organização social pode agilizar gestão pública, diz ministro da cultura, Juca Ferreira**. Disponível on-line via www no URL: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/02/1589038-organizacao-social-pode-agilizar-gestao-publica-na-cultura.shtml>
- Howkins, John. **Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books Editora, 2012.
- Lemos, André; LEVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.
- Lévy, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Ed. 34, 1993.



Maia, Michelle Pascoal; Souza, Ana Kalina Araújo. “A cibercultura e os movimentos sociais”. **Revista Eletrônica Inter-Legere**, nº 14, 2014.

Marcon, F. “Juventudes, precariedades e estetização; mobilidades, formas de trabalho e estilos de vida”. Marcon, F. e Noronha, D. (org) *Juventudes e Movimentos*. Aracaju: Criação, 2018.

Ortner, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. Grossi, Miriam et al. **Reunião Brasileira de Antropologia: Conferências e Práticas antropológicas** (Goiânia: 2006). Blumenau: Nova Letra, 2007.

Pavia, Carme Ferré. **El uso de las redes sociales: ciudadanía, política y comunicación: la investigación en España y Brasil**. Barcelona: Bellaterra: Institut de la Comunicació (InCom-UAB), 2014.

Reguillo, Rossana. “Navegaciones errantes: De músicas, jóvenes y redes: de Facebook a Youtube y viceversa”. **Comun. soc [online]**, n.18, 2012, p. 135-171.

Revista Sociologia, “A importância das mídias sociais”. “Mídias sociais: rumo a democracia participativa? – Cláudia Rossi”, nº 37.

Savazoni, Rodrigo. **Os novos bárbaros: a aventura política do Fora do Eixo**. 1º ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

Scalon, Celi. “Juventude, igualdade e protestos”. **Revista Brasileira de Sociologia**: vol.01, nº 02, julho/dezembro 2013.

Scherer-Warren, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005. p. 49-64.

Scherer-Warren, Ilse. Lüchmann, Lígia Helena Hahn. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências do Brasil e América Latina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

Silva, Gustavo. “No Olho Do Furacão”. **Rolling Stone**, 2013. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-85/no-olho-do-furacao-?page=2#imagem0>>.



CULTURA ESCOLAR, SOCIABILIDADES JUVENIS E OS DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/03

 Saionara Serafim Andrade dos Passos¹

ESTE ARTIGO APRESENTA as observações e os resultados obtidos ao final da pesquisa intitulada “Subjetividades negras: um estudo sobre a implantação da lei 10.639/03 em uma escola pública do Recôncavo da Bahia”, defendida no ano de 2018, no Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e Povos Indígenas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Esta pesquisa teve por início questionamentos acerca das práticas político-pedagógicas relacionadas à implantação da Lei 10.639/03, e sua interferência na rotina escolar, bem como o desejo de compreender se a implantação do referido dispositivo se refletia nos atos de produção identitária, na formação da autoimagem e na construção dos projetos de vida de jovens estudantes negros/as.

O trabalho foi desenvolvido na Escola Polivalente, localizada na cidade de Muritiba, no Recôncavo da Bahia. A época da pesquisa, tratava-se de uma escola estadual, que funcionava em tempo integral, atendendo tanto a comunidade local quanto aos jovens e adultos oriundos de cidades vizinhas, oferecendo cursos regulares diurnos, do 5º ano do Ensino Fundamental II ao 3º ano do Ensino Médio, e turmas noturnas em sistema de EJA.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: narina_sr@hotmail.com.



Referências, influências e confluências

Como norte investigativo, a pesquisa adotou os seguintes objetivos: analisar os movimentos de subjetivação, de produção e performance identitária de jovens estudantes negros/as; identificar os sonhos e projetos de vida de jovens estudantes negros/as, assim como analisar a importância e a participação da escola na identificação, na construção e na realização dos projetos de vida desses/as estudantes.

Quanto à natureza metodológica, trata-se de pesquisa fenomenológica (Bicudo, 1993), desenvolvida sob a perspectiva da multirreferencialidade (Fróes, 1998) e da etnopesquisa implicada (Macedo, 2000), com feição etnográfica (Thiollent, 2005), qualitativa e exploratória, articulada por meio da observação participante e da organização de grupos focais.

Essa composição foi montada para viabilizar o exercício da escuta e, sobretudo, da escuta sensível, na qualidade de técnica metodológica vocacionada ao escrutínio das subjetividades, devido a sua condição alerta à captação dos sentimentos e das reações emocionais de tudo aquilo que não é dito (Barbier, 1985), em especial, quando os sujeitos da pesquisa são estimulados a se posicionar frente a questões por vezes desconfortáveis, destinadas a provocar reflexões acerca de suas condições de vida e da realidade que vivenciam.

Desse modo, a escolha pela escuta sensível buscou minimizar o impacto da interferência provocada pela presença do pesquisador, pois, ainda que a condução do trabalho tenha sido maximamente cuidadosa com relação a essa questão, era indispensável adentrar ao convívio daquele grupo e, por algum tempo, partilhar seu cotidiano, interagindo com ele, acompanhando-o dentro do espaço escolar e experimentando, na medida do possível, as mesmas experiências sensíveis e a construção dos significados que lhes seriam atribuídos.

O conceito de implicação (Barbier, 1985) foi um elemento determinante na organização dessa bricolagem metodológica, isso porque sua mobilização produz um dimensão subjetiva, ética e política a ser perce-



bida como elemento indissociável da práxis científica, e o faz quando considera a relevância dos contextos, das experiências, da trajetória familiar, dos valores e dos lugares sociais que situam os sujeitos relacionados à pesquisa, inclusive o pesquisador, como elementos inafastáveis e profundamente significados, cujo contato pressupõe choques e estranhamentos, identificações e rejeições, que, em sua totalidade, não poderão se dissociar da produção epistemológica e, portanto, inevitavelmente se tornarão parte do conhecimento produzido.

O pesquisador implicado trabalha a partir de sua visão de mundo, consciente de suas crenças pessoais, de seus valores, das diferenças e similitudes que sua realidade apresenta frente à experiência daqueles a quem deseja observar e compreender. Ele se move ciente de que seu trabalho não está isento de contaminações e das marcas impressas pela diferença e por seu lugar de fala, por isso, trabalha *pari passu* com as experiências e as realidades alheias, interrelacionando-as e significando-as com empatia, frente à sua realidade e às suas próprias experiências.

[...] O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro, para compreender as atitudes, os comportamentos, os sistemas de ideias, de valores, de símbolos, de mitos. Na linguagem de Barbier (1994, 1998, 2002), significa compreender a existencialidade interna, procurar compreender por empatia. Essa noção reconhece a aceitação incondicional do outro, não julga, não mede, não compara, não interpreta (Cancherini; Franco; Pontes, 2012, n.p.).

Essa modelagem possibilitou a assunção de uma escrita demarcadamente política, disposta pela intencionalidade de endossar a legitimidade criativa de uma epistemologia descolonizadora, comprometida com o empoderamento da juventude negra marginalizada, compreendida enquanto representante de suas próprias demandas, autonomamente, como emissora de suas próprias vozes, de maneira não passiva, e consciente das relações que a significam no mundo.



Esse entendimento também se ampara no sistema cognitivo desenvolvido por Edgar Morin (2000), em que a pertinência do conhecimento se concretiza no momento em que ele se torna capaz de dar significado ao todo, de estabelecer relações, interligar elementos, criar relações de causa e efeito, tecer redes de eventos e de seus desdobramentos, na compreensão do conjunto complexo que contextualiza o fenômeno estudado. E, no caso específico desta pesquisa, evidenciando que sua pertinência é diretamente proporcional à sua capacidade de alcançar as múltiplas vivências que perpassavam a experiência juvenil no Colégio Polivalente de Muritiba, de apreender os sentidos construídos em seu cotidiano e de identificar as relações com ele estabelecidas, tanto aquelas que se apresentavam em seu interior quanto aquelas outras, que perpassavam os muros escolares. Para Morin (apud Lima, 2015, p. 26), “Devemos contextualizar cada acontecimento, pois as coisas não acontecem separadamente. Os átomos surgidos nos primeiros segundos do Universo têm relação com cada um de nós”.

A compreensão de ações emancipatórias invocada ao longo do trabalho é inspirada pela leitura das obras do professor Boaventura de Souza Santos (2010), cuja influência definitiva marca todo o esforço dedicado à compreensão do universo da pesquisa. Na composição da bricolagem conceitual que integra o trajeto metodológico deste trabalho, a noção de ação emancipatória foi utilizada para ampliar a abordagem histórica que situa o lugar social ocupado pelos estudantes do Colégio Polivalente, não limitando essa contextualização à identificação de marcadores históricos locais, nem a enumeração de eventos específicos da historiografia baiana que contribuíram para delinear as feições racistas do Recôncavo baiano.

O que se fez, portanto, foi usar essa noção para implicar o problema de pesquisa com uma problemática global, envolvendo a operacionalização do fenômeno racista no currículo e no espaço escolar, trazendo a realidade local como desdobramento de um fenômeno secular, cujas raízes remontam ao lucrativo comércio humano do Atlântico Negro.



Referenciaram o trabalho, os estudos sobre: Decolonialidade, Pós-Colonialismo e Subjetividade Moderna (Mignolo, 2008; Spivak, 2010; Fanon, 2005; Appadurai, 2004), Identidade Negra, Cultura do Atlântico Negro e Diáspora Africana (Gilroy, 2007), Identidade Cultural Híbrida (Canclini, 2001) e Identidade Cultural (Hall, 2003; Bhabha, 2010).

Destaca-se, também, a influência das lições do professor Aníbal Quijano (2005), em especial, aquelas que versam sobre os efeitos do império colonial na constituição das subjetividades dos povos colonizados. A visão do autor é trazida ao corpo do trabalho a partir desse eixo comum, relacionando a realidade baiana e a realidade brasileira dentro de um amplo e historicizado quadro de opressão colonial imposta sobre toda a América Latina, de modo a aclarar os elementos que particularizaram a problemática da questão racial brasileira, que determinam a longevidade do mito da democracia racial e, por conseguinte, que determinam a necessidade de efetivar materialmente os efeitos da Lei 10.639/03.

Na história conhecida anterior ao capitalismo mundial pode-se verificar que nas relações de poder, certos atributos da espécie tiveram um papel central na classificação social das pessoas: sexo, idade e força de trabalho são sem dúvida os mais antigos. Da América, acrescentou-se o fenótipo. O sexo e a idade são atributos biológicos diferenciais, ainda que o seu lugar nas relações de exploração/dominação/conflito esteja associado à elaboração desses atributos como categorias sociais. Por outro lado, a força de trabalho e o fenótipo não são atributos biológicos diferenciais. A cor da pele, a forma e a cor do cabelo, dos olhos, a forma e o tamanho do nariz, etc., não têm nenhuma consequência na estrutura biológica do indivíduo e certamente menos ainda nas suas capacidades históricas. [...] Enquanto a produção social da categoria 'gênero' a partir do sexo é, sem dúvida, a mais antiga na história social, a produção da categoria 'raça' a partir do fenótipo é relativamente recente e a sua plena incorporação na classificação dos indivíduos nas relações de poder tem apenas 500 anos,



começa com a América e a mundialização do padrão de poder capitalista (Quijano, 2010, p. 106).

De modo pontual, é o conceito de colonialidade do poder (Quijano, 2005), que invoca os escritos de Aníbal Quijano como elementos fortemente necessários para evidenciar a importância da Lei 10.639/03 na produção de ações emancipatórias e na constituição de referenciais positivos e afirmativos a serem pedagogicamente mobilizados na constituição das subjetividades juvenis. Esse conceito revela a lógica e as engrenagens sociais que fazem com que a dinâmica da diferenciação pelas estereotípias racial e sexual seja banalizada pelas textualidades de uma produção cultural massificada, que aprofunda a abordagem racista, a ausência de empatia e a criação do “outro” racial como figura irremediavelmente antagônica, hostil e incivilizada. Em síntese, o conceito de colonialidade pode ser definido como:

[...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2010, p. 73).

Esse enquadramento referenciou a pesquisa, bem como toda a discussão travada acerca dos efeitos de políticas antirracistas em escolas públicas do Recôncavo baiano, funcionando como esteio fundamental de todo esforço empreendido para compreender os marcadores identitários e alcançar as esperanças e desesperanças que delineavam as visões de mundo, os sonhos e os projetos de vida dos/as estudantes da Escola Polivalente de Muritiba.



Escola: campo de ideias e palco de conflitos

A pesquisa chegou à escola em um momento muito difícil, em meio ao tumultuado processo de municipalização, marcado por grande tensão e por um processo de hostilização que envolvia todos os membros da comunidade escolar. Por isso, a primeira percepção, a sensação inaugural do trabalho de campo, foi a de que se adentrava em um ambiente tomado por tensões emocionais.

A municipalização superlotara a Escola Polivalente, que naquele momento passava a responder pelo acolhimento do alunado das Escolas Reunidas Alcides de Almeida, dobrando, assim, o número de estudantes matriculados. De um dia para o outro, a escola passava de 600 para 1.200 estudantes, sob queixas e reclamações de funcionários e docentes, sob a desconfiança dos alunos da casa e descontentamento pronunciado de parte significativa da sociedade muritibana, que não aceitava a situação vivida pela escola, nem acreditava nas justificativas apresentada pelo prefeito, pela DIREC e pela Secretaria de Educação.

Diversas eram as justificativas para a situação estabelecida: ora porque o estado não podia arcar com os custos de manutenção da escola, ora porque era necessário descentralizar o processo de administração da rede escolar, ora porque era necessário trazer a prefeitura e, por conseguinte, a sociedade muritibana para mais perto da escola, entregando ao município uma proposta de gestão participativa, que incluía e horizontalizava as instâncias deliberativas. Afora isso, também se falava acerca da condição provisória dos novos alunos, para lá remanejados somente em função da necessidade de reparos de sua instituição de origem. Essa justificativa, em particular, soava com particular descrença aos ouvidos de funcionários e professores e dava vazão a uma série de reclamações e manifestações diversas de um grande descontentamento.

Além disso, a sensação de instabilidade era constantemente externada pelos/as professores, que temiam o remanejamento de unidade,



e a transferência para escolas localizadas em outras cidades. Gestos e semblantes também não escondiam a angústia e todo o desconforto causado pela chegada dos novos estudantes, dos sujeitos “provisórios” vindos de outra escola.

A presença desse novo grupo stressou ainda mais o ambiente escolar, que já há muitos anos sofria com problemas relacionados à indisciplina, à violência, ao consumo e à venda de drogas em seu interior. A potencialização desse somatório explosivo transbordava por entre as relações. Naquele momento, o universo de socialização se convertera em um “campo de conflitos”.

Figura 1 - O pátio da escola.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

De maneira muito precisa, a imagem acima captou toda a implicação de medo e agressividade da realidade vivida. A foto registrou a presença da Guarda Municipal como elemento primeiro que se apresentava a todas as pessoas que adentravam ao espaço da escola, recepcionado e ao mesmo tempo situando acerca de todas as implicações que determinaram aquela presença.



Evidente que a maior parte dos jovens transferidos no processo de municipalização não deu causa, nem teve qualquer participação na ebulição conflitiva que agitava o momento, trata-se apenas de uma parte, talvez, a menor delas, mas dotada de energia suficientemente intensa para mobilizar todo aquele efeito. Essa fração do grupo estudantil, de alguma maneira, canalizava e fazia reverberar dentro da escola, uma onda de agressividade que se estendia, de certa maneira, por toda a cidade. Nesse contexto, as brigas e os confrontos dentro da escola se multiplicavam rapidamente, por isso uma base permanente da Guarda Municipal foi requisitada pela direção para se estabelecer no interior da escola. Além disso, em seu entorno, eram constantes e diuturnas as incursões da Guarda Escolar da Polícia Militar.

Na prática, a chegada dos novos alunos impôs um convívio compulsório de grupos rivais, que passaram a se hostilizar dentro do mesmo território. A convivência forçada ameaçava uma demarcação territorial que incluía o espaço da escola, e que fora delineada a partir de conflitos outros, fortemente relacionados a problemas sociais, à pobreza e à falta de oportunidade que marcam as experiências cotidianas das juventudes contemporâneas em bairros pobres.

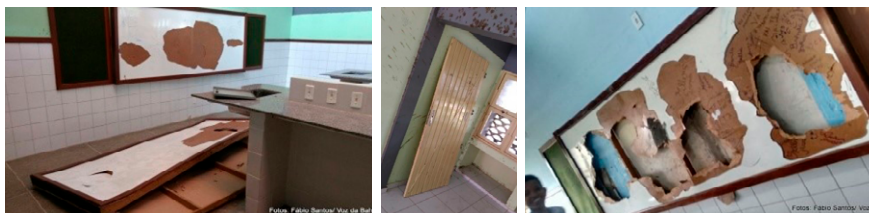
Assim, as contendas se davam, em grande medida, não apenas por conta das rixas entre bairros, mas por causa da disputa de pontos de tráfico de drogas estabelecidos ao redor da escola. Por isso, o espaço ficou dividido entre “nós e eles”, as pichações e as demarcações visuais sinalizavam o pertencimento e estabeleciam quem e onde se podia transitar.

Nesse processo de demarcação do território, as salas de aulas e os espaços de convivência comum estavam sendo recorrentemente vandalizados. Portas arrancadas, janelas, carteiras e quadros quebrados compunham o cenário. Ao longo do contato em campo com os estudantes, não era permitido acesso à biblioteca. A merenda era servida com copos e talheres descartáveis. Os livros didáticos, os pratos e os utensílios da cozinha haviam sido destruídos por estudantes que se confrontavam nos corredores.



Ao longo das primeiras semanas de campo, muitos desses objetos ainda estava sobre o telhado da escola, empilhados no pátio ou amontoados e aos pedaços, em vários cantos de sua grande área verde.

Figura 2 - Salas depredadas.



Fonte: http://www.vozdabahia.com.br/index/blog/id-246926/muritiba__alunos_se_rebelam_e__destroem__escola_e__professores_se_sentem_ameacado

Os estudantes, de um modo geral, adotavam uma postura quando não ofensiva, defensiva, se recusavam a falar ou participar de qualquer discussão que fossem chamados a falar sobre a situação da escola. Estava posta a “lei do silêncio”. Ninguém falava abertamente sobre o que estava acontecendo. Um site da região apresentava notícias de maneira “anônima”, e denunciava ameaças sofridas por professores e funcionários. A escola, naquele momento, era tratada como “caso de polícia”.

Figura 3 - Caixa de luz quebrada, armas brancas e simulacros de armas de fogo.



Fonte: http://www.vozdabahia.com.br/index/blog/id-246926/muritiba__alunos_se_rebelam_e__destroem__escola_e__professores_se_sentem_ameacado

Em meio a essa confusão, as aulas pouco aconteciam e, na maior do tempo em que estavam na escola, os estudantes estavam em “aula

vaga”. O trabalho com a temática racial e com o desenvolvimento de práticas pedagógicas para uma educação antirracista não encontrava muita audiência no contexto escolar, nem entre estudantes, nem entre funcionários, nem entre professores. Ninguém se mostrava interessado em falar sobre o assunto, existiam outras urgências, outras emergências. Cada um desses grupos tinha suas demandas para o momento, suas preocupações e suas próprias prioridades, e a aplicação da Lei 10.639/03, naquele momento de municipalização e conflito, não era uma delas.

Apesar de tudo isso, era possível sentir que existia, ainda que contraditoriamente, uma dimensão de “diversão” muito perceptível no interior da escola, manifesta pelo riso e pelas brincadeiras que surgiam em meio às rodas e os grupos de jovens que se agrupavam no espaço. Era comum vê-los cantar, dançar, gritar, fazer imitações uns dos outros, sempre de maneira muito chamativa, com muito barulho e muito som.

Essa percepção trouxe o *insight* que mudou os rumos do trabalho, e posicionou a questão do estilo e da musicalidade como pontos centrais da pesquisa, aventando a possibilidade de que naquele contexto tão complexo, quanto tumultuado, existia uma “dimensão implícita”, porém, onipresente, que indicava os significados e as chaves de entendimento acerca da subjetivação e da produção identitária daqueles jovens.

Aquela recorrência de gestos e corporeidades coreografadas projetava a importância, os modos e os usos de textualidades erótico-performáticas referenciadas na teatralidade do pagode baiano, algo que ali se apresentava não como mero ato de entretenimento, mas muito mais que isso, pois de alguma maneira fora convertido em ferramenta que participava ativamente dos processos de afirmação e de demarcação territorial. O pagode, naquele contexto, estava sendo utilizado para definir espaços de trânsito, exclusividade de acesso, relações de poder, mecanismo de provocação e de exibição, de construção identitária e de produção de si.



Todo esse mecanismo estava ordenado a partir de uma visualidade delineada pelos traços representativos impressos pela invocação de personagens que transitam no espaço do pagode baiano, a exemplo da “novinha”, do “vida loka”, do “patrão” e da “putiane”, personagens fortemente atrelados a um imaginário de estereótipos de gênero e de raça, bem como fortemente associados à realidade de pobreza e de desesperança vivida por grande parte da população que vive nas favelas e nos bairros pobres da cidade de Muritiba.

A recusa do diálogo por parte da comunidade escolar e a proeminência do estilo e dança como mecanismo de expressão mobilizados pelos estudantes fez perceber que, naquele momento, não seria possível construir nenhuma reflexão acerca dos efeitos de um projeto de educação étnico-racial, sem antes, e primeiramente, atentar para as referências do “estilo de vida”, da gestualidade e das textualidades por meio das quais os/as estudantes se identificavam. Ficou claro que toda a bricolagem cuidadosamente montada para acessar a escola e a comunidade escolar não proporcionaria qualquer êxito se não considerasse o imperativo dessa nova realidade, se não considerasse esses novos fatores como pontos centrais da investigação.

Sentidos, achados e resultados alcançados

Pontualmente, o achado da pesquisa foi compreender que, naquele contexto, a mobilização do pagode e o uso das corporeidades que o caracterizam guardavam as chaves para a compreensão dos termos que definiam a experiência da juventude negra dentro da Escola Polivalente. Até mais que isso, pois aquele conjunto de sons e movimentos guardava a percepção que esses jovens tinham sobre a sociedade, sobre o futuro e sobre sua própria condição, pois, lançando mão da teatralidade discursivo-gestual do pagode, eles estabeleciam uma posição política e existencial, articulada por meio de todos os sentidos relacionais que os unia às suas expectativas de



futuro ou, pelo menos, àquilo que desejavam em algum momento poder alcançar.

Para além de qualquer recurso pedagógico, ou além de qualquer outro tipo de ferramenta atrelada à estrutura formal ou informal do currículo escolar, o pagode, na qualidade de estilo musical juvenil, se revelou como o elemento-chave, delineando e ao mesmo tempo expondo as contradições e os conflitos que perpassavam as subjetividades daqueles/as jovens negros/as.

Na Escola Polivalente de Muritiba, o pagode funcionava como um texto capaz de revelar, de maneira muito singular e intensa, todas as implicações presentes na turbulência daquele momento de municipalização, na maneira como os estudantes interagem com o ambiente e como definiam a qualidade daquela experiência escolar.

Nesse contexto, a imagem da sala de aula destruída que segue impressa alguns parágrafos acima é, sem dúvida, uma das imagens mais emblemáticas colecionadas ao longo da pesquisa, pois sintetiza todo o desencanto, não somente dos jovens estudantes, mas de toda uma coletividade frente aos caminhos abertos pela educação formal. A precariedade dos elos que relacionavam aqueles jovens à Escola Polivalente, enquanto espaço institucionalmente destinado à formação educacional, provoca uma reflexão acerca da urgência de se desenvolver estratégias para promoção do autorreconhecimento e da valorização dos jovens negros/as pobres e que vivem em contexto de exclusão social e violência. A construção desses mecanismos de ressignificação da escola se mostrou imprescindível, não somente para efetiva implantação da Lei 10.639/03, como para implantação de qualquer projeto destinado à promoção da educação para as relações étnico-raciais.

Essa percepção se projetou na medida em que a pesquisa revelou que a escola era um lugar evocado com significados muito variados, todos, porém, igualmente esvaziados de sentidos que poderiam ser descritos como “escolares e formativos”. Nas falas dos jovens estudantes, a escola surgia, primeiramente, como um lugar de compulsoriedade,



onde deveriam estar para cumprir requisitos de acesso aos benefícios de programas sociais, a exemplo do “Bolsa Família”. Quando não isso, a escola era retratada apenas como espaço de recreação, de socialização entre amigos, como território destinado ao entretenimento, cujas narrativas mais empolgadas e que, por isso mesmo, guardavam descrições mais delongadas, em regra quase geral, sempre se restringiam ao valorizado, e extremamente disputado, espaço da quadra de esportes.

Nesses termos, a pesquisa revelou que, no olhar daqueles jovens estudantes, a escola não oferecia nada que eles não pudessem obter em outro lugar, não promovia nada que eles não pudessem fazer, também, em quaisquer outros espaços. Em certa perspectiva, no contexto desta pesquisa, a escola perdeu todo o sentido político que a relacionava à construção de valores implicados na experiência da cidadania, na dissolução das desigualdades sociais e na mobilização de conhecimentos destinados à formação de sujeitos críticos e politicamente participativos. Talvez, por essa razão, no olhar dos jovens estudantes, ela se equiparava aos parques e às praças da cidade, servindo como mero cenário para jogos, encontros entre amigos, disputas e divertimento.

Esse desfazimento da potência transformadora, das capacidades e das funções essenciais da escola revela a dimensão do impacto provocado pela ausência de políticas públicas destinadas a assistir essa parcela da juventude. Esse estado de coisas revela, também, os efeitos desastrosos decorrentes do sucateamento da rede pública de ensino, majoritariamente ocupada por jovens negros no Nordeste do país. O clima de hostilidade e a tônica dos conflitos que fizeram da Escola Polivalente um “caso de polícia”, replicam em microcosmo a realidade de abandono vivida por grande parte da população negra e pobre brasileira, em especial, os jovens, responsabilizados por serem ao mesmo tempo vítimas e perpetradoras da violência que os cerca.

A responsabilização desses jovens pela violência do contexto social era um elemento sempre presente nos momentos de desabafo e nas manifestações de sofrimento emocional dos membros da comunidade



escolar. A dor e a enunciação de “culpados” eram constantes nas narrativas, principalmente nas falas dos docentes, que identificavam e particularizam em alguns jovens estudantes aquilo que entendiam como as “marcas de seu fracasso profissional”, como reflexo do “fracasso da educação nacional”.

A tensão permanente entre professores e estudantes, bem como entre funcionários e estudantes, estava ligada à exacerbação de uma espécie de “poder juvenil” invocado pelos jovens estudantes, emblematicamente impressa na expressão “nóis é favela, tá ligado?”, repetida à exaustão por muitos estudantes, em momentos de confronto aberto e direto entre eles e os demais membros da comunidade escolar.

E se, ante o olhar daqueles estudantes, a escola não apresentava a possibilidade de oferecer uma expectativa de futuro a ser construído, se ela não os reconhecia como sujeitos potencialmente capazes de ter sucesso profissional, de alcançar por meio do estudo a prosperidade material, ecoava pelos corredores, em confronto direto e declarado, os refrões do pagode, que cantavam o entendimento de que a produção de um corpo torneado e sexualmente atraente representava um investimento seguro a ser realizado, um objetivo a ser perseguido.

Nesse mister se justificavam sacrifícios físicos, independentemente da dor ou do desconforto que esses viessem a acarretar. As mulheres precisavam fazer dietas rigorosas, depilações dolorosas, guardar jejuns intermitentes e fazer muitas horas de exercício físico, esses seriam os ingredientes potencialmente capazes de proporcionar a “gostosura” que necessitavam para obter reconhecimento social e todas as vantagens financeiras capazes de oferecer o desejado conforto material. A pesquisa mostrou que no vazio das políticas de inclusão e valorização racial, a lógica da colonialidade do poder continua impondo a redução do sujeito negro ao seu corpo, como fonte de potência e fim em si mesmo, destituído de qualquer sentido de elevação intelectual, negada pela condição inacessível do conhecimento emancipatório, secundarizado pela performance do sexo e pela imposição social da contextualização pela violência.



Nos refrões do “pagodão” ecoavam as inúmeras vantagens e os muitos benefícios a serem obtidos por meio da construção de um corpo sexualmente atraente. A crueza desses textos revelava que a escola era um espaço contestado, confrontado e amedrontado com os elementos que ambientavam a marginalidade da experiência existencial daqueles jovens.

Os termos dessa contestação mostravam que, ante o olhar desesperanço daquela juventude, os eventuais ganhos a serem obtidos a longo prazo e de maneira “incerta e maçante”, na longa e penosa trajetória de formação escolar, eram pouco convidativos. Talvez por isso, a percepção do “corpo potência” era muito mais atrativa, pois posicionava esse sujeito como protagonista de sua escalada a um “futuro garantido”, e tido como resultado de um processo autogerenciado e que “infalivelmente” iria conduzi-lo ao sucesso.

A pesquisa revelou que nas falas dos jovens estudantes a percepção do futuro e as aspirações a ele relacionadas surgiam precariamente, limitadas a um contexto de “sonho” ou condicionadas à ocorrência de um evento de sorte, de todo modo, a projeção de futuro para si não era apresentada como coisa derivada dos resultados obtidos por meio do estudo, do esforço e da disciplina. A escola não fazia parte do futuro, nem dos sonhos de futuro.

Noventa e três (93) estudantes participaram da pesquisa, sendo quarenta e um homens (41) e cinquenta e duas mulheres (52). De modo geral, não foi identificada a presença de metas, o estabelecimento de objetivos, nem a disposição de renunciar aos prazeres imediatos em prol da obtenção de benefícios futuros. Festas, “paredões”, encontros amorosos, “babas” de futebol ou reuniões entre amigos foram indicadas como as atividades de maior interesse, pelas quais os jovens estavam dispostos a “se esforçar”. A mesma disposição não foi percebida com relação à escola, com os estudos, ou com qualquer outra atividade implicada no processo de qualificação profissional e/ou acadêmica, ou realização espiritual ou religiosa.



Especificamente naquele momento, para os/as jovens estudantes participantes da pesquisa, a construção de metas profissionais ou a definição de projetos de vida “adulta” tinham pouca ou nenhuma importância, e não representavam um esforço necessário, que fizesse sentido ou que estivessem dispostos a realizar. Nesse sentido, não surgiu em suas falas qualquer indicativo que sinalizasse uma disposição de investir tempo ou esforços destinados à afirmação ou à positivação da identidade negra.

Todo esse panorama sinaliza a urgência de repensar a escola à luz de novas epistemologias e de reflexões acerca das juventudes e de suas particularidades, fazendo-a compreender a necessidade de incorporar, nos atos de produção de seus currículos e projetos político pedagógicos, técnicas como a escuta sensível (Barbier, 1985), ferramentas capazes de trazer à luz da análise os elementos que, muitas vezes, passam despercebidos quando da consideração daquilo que os sujeitos pensam, desejam e necessitam. Assim, quando o/a estudante negro/a diz não se interessar por saber ou investir na positivação da negritude, fica clara a ausência da escola naquilo que em poderia ter agido de forma propositiva, caso estivesse comprometida e efetivamente qualificada para trabalhar com a legislação que dispõe sobre a educação das relações étnico-raciais e antirracistas.

No caso da Escola Polivalente, aparentemente, não existia nenhum projeto pedagógico engajado em enfrentar a complexa problemática que envolve as juventudes, em especial, as juventudes pobres e negras, exatamente aquela que majoritariamente ocupava seu espaço e estava sob sua responsabilidade. Nesse contexto, a escola transbordava as dores de uma problemática que se consolidou ao longo de séculos de subjugação e abandono, e que hoje define os critérios da discriminação, da violência e da exclusão social que contextualiza a condição de vida da maior parte da população negra e pobre do Brasil.

Esse quadro de desencanto reflete mazelas de uma sociedade que ainda se estrutura com bases monopolistas e que sustentada no racismo



estrutural existente continua sinalizando para os/as jovens negros/as a impossibilidade de êxito escolar e a percepção de uma potência existencial que começa e termina no corpo, no sexo e na sexualidade, sem esperanças ou anseios de desenvolvimento profissional ou intelectual. Isso seguramente impacta no âmbito emocional ferido pela negação da afetividade, pela hiperssexualização, pela solidão, pela objetificação e pela desesperança que se aplacou sobre essa juventude negra, periférica, gerando de forma extremamente violenta uma desesperança que foi estetizada, espetacularizada e explorada, tanto em termos comerciais, nos circuitos da cultura de massa da Bahia, por exemplo, quanto em termos ideológicos.

Essa constatação reforça o reconhecimento da importância da Lei 10.639/03, e a certeza de que sua efetivação é uma necessidade inadiável como meio de promoção de equidade e justiça social, também presente nos pressupostos defendidos pela pedagogia libertária implicada no projeto de Educação para as relações étnico-raciais. As expectativas de êxito de uma educação antirracista estão intimamente relacionadas ao reposicionamento dos sujeitos frente à sua realidade histórica, implicadas no fortalecimento de uma simbologia afirmativa e na valorização de discursos culturais que tragam o empoderamento como uma manifestação de autorrespeito, essencialmente libertária, não reduzida ao efeito estético esvaziado do significado político que carrega a imagem negra.

Considerações finais

Observando as textualidades que transitavam no espaço escolar e que eram identitariamente reivindicadas pelos/as jovens estudantes como elementos de contestação e confronto à escola, e a tudo que ela (não) oferecia e apresentava, se evidenciou o quão importante é trabalhar pela construção de uma educação pela inclusão e pelo acolhimento. Ficou claro a urgência de investir em epistemologias que la-



pidem a pedagogia, a formação de docentes e o trato escolar à luz das demandas extraídas da realidade das juventudes marginalizadas, em especial, das juventudes negras e pobres, dada a condição de extrema violência e a vulnerabilidade que marca a experiência escolar desses sujeitos.

É preciso que a escola desenvolva a competência de uma resistência interpretativa frente a discursos culturais racistas, machistas, misóginos e objetificantes que atingem essas juventudes. A politização da educação precisa se dar em um contexto crítico e destinado à formação de uma consciência coletiva, solidária e empática, forjada ao calor daquilo que ameaça a vida e a dignidade da sua comunidade. No fundo, precisamos desenvolver uma educação pela sobrevivência, pela garantia de direitos e pela desconstrução dos símbolos da desigualdade, a começar pela desigualdade de raça e de gênero.

A realização desse projeto emancipador entre os/as jovens marginalizados somente será possível através da exposição, do questionamento e da problematização das tensões sociais e raciais que perpassam o currículo escolar e que estão presentes em todas as esferas da vida social, nos espaços comezinhos da vida cotidiana. Somente será possível quando a escola se dispuser a discutir a realidade e a cultura que envolvem a escassez de bens e esperanças que tenciona a produção das representações e dos discursos de pertencimento e diferenciação. É preciso valorizar iniciativas e epistemologias capazes de interferir na reconfiguração da escola enquanto espaço de formação e acolhimento, de modo a fazê-la instrumento capaz de educar, muito mais que escolarizar, pois, educando os jovens, é possível construir e ressignificar os arranjos fundantes de novos modelos de relações sociais, livres dos estereótipos, de reificações e de suas demarcações hierarquizantes de raça/gêneros/sexualidades/gerações.



Referências bibliográficas

Appadurai, A. **Dimensões culturais da globalização: A modernidade sem peias**. Lisboa: Teorema, 2004.

Barbier, R.A **Pesquisa-ação na instituição educativa**. Tradução por Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

Bhabha, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Bicudo, M. A. V. “Pesquisa em Educação Matemática”. **Proposições** (Campinas), v.4, n.1, 1993.

Canclini, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2001.

Cancherini, Ângela; Franco, M. A. S.; Pontes, Rosana Aparecida Ferreira. “A escola sensível como instrumento metodológico na formação inicial de docentes”. **Camine: Caminhos Da Educação**, v. 4, 2012.

Fanon, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

Fróes B, T. “Complexidade, Multirreferencialidade, Subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar”. In: Barbosa, Joaquim (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: EDUFSCAR, 1998.

Gilroy, Paul. **Entre campos: Nações, Culturas e o Fascínio da Raça**. São Paulo: Annablume, 2007.

Hall S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Lima, Ronald. **Ciência e Religião em relação dialógica através da Teoria da Complexidade de Edgar Morin**. Clube de Autores: 2015. Ebook.

Macedo, R. S. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

Mignolo, W. **Histórias locais, projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Morin, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

Quijano, Anibal. “Colonialidade do Poder e Classificação Social”. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez, 2010.



_____ “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Lander, E. (org.). **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

Spivak, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

Thiollent, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.



EXPERIÊNCIAS JUVENIS E POLÍTICAS DE DROGAS

 Anatil Maux¹

ESTE ESTUDO ABORDA as relações entre contextos e sentidos em torno das racionalidades e consequências no envolvimento de pessoas com drogas. O foco trata de pensar as situações adversas dessas relações no intuito de avançar o debate no âmbito de direitos humanos e estudo com substâncias ilícitas, apontando soluções na formação de embasamentos que tencionem estruturas de políticas de saúde e políticas de juventude. Diante do atual curso reflexivo do trabalho de campo em comunidade terapêutica, o movimento do texto compõe articulações de pesquisa e discussões teóricas de dois momentos. Primeiramente, a proposta de trabalhar com drogas se inicia em 2018 durante o curso de mestrado em Antropologia voltado para o estudo das relações entre festas *rave* e juventudes urbanas, refletindo sobre tais questões a partir dos sentidos construídos em torno da cultura *trance* como um todo, isto é, considerando contextos de lazer, de varejo de substâncias, os efeitos da musicalidade e os sujeitos em sua diversidade de classe, o trabalho de campo definiu seu foco nas relações em torno das possibilidades de

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (DCS/UFPB), possui mestrado em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal de Sergipe (PPGA/UFS) e atualmente está no doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAs/UFRN). Desenvolve pesquisas em saúde e ciência na Antropologia. E-mail: anatil_@hotmail.com



construção do *transe* enquanto estado catártico coletivo. Atualmente, procuro localizar as articulações em questões de saúde dentro das relações construídas pensando na abrangência das políticas de redução de danos como protagonistas em setores institucionais, mas que também aparecem tanto em gestões individuais de juventudes urbanas quanto nas narrativas em grupos de mútua ajuda de comunidade terapêutica para dependência química.

Desse modo, diante da recente aproximação empírica, a lógica flutuante da discussão se mantém análoga à disposição circular de cadeiras em roda. Bem como a construção dos argumentos. A proposta deste texto, como um todo elementar, apresenta brevemente como os estudos de família e redução de danos parecem articulações seguras que funcionam bem em funções de políticas públicas na garantia do funcionamento de direitos sobre drogas, saúde e juventude, a partir dessa exegese na Argentina. Em um segundo momento, a noção de droga aparece amarrada ao simbólico dos sistemas de parentesco para que nos momentos seguintes possa aparecer sem desvirtuar o problema. No terceiro tópico apresento o Grupo Esperança Viva teoricamente a partir de suas narrativas. No quarto, a discussão versa sobre como o debate público tem olhado para questões de drogas considerando as estruturas de crime, midiaticização da violência, criminalização da pobreza e da droga, até o momento em que políticas de drogas encontram o serviço de acolhimento da comunidade terapêutica dentro da lei. No quinto, penso algumas considerações finais explorando os muitos sentidos e os problemas se agravam em contradição.

Políticas públicas

A linguagem do parentesco surge para entendimento de processos sociais enquanto macroterminologia para sistemas sociais dentro da teoria antropológica. São metáforas para construir relações assistidas com pessoas que configuram família. Essas metáforas, bem como refe-



rências ou analogias a alguns termos da biomedicina percorrerão este texto. Na verdade, esses dois pilares epistemológicos estão bastante presentes muitas vezes em formulações de políticas públicas, como também constituem uma forma cíclica de perceber histórias em um modelo funcionalista cuja forma de engajamento se torna a experiência de vida e o valor social vira modelo político.

Quando olhamos para América Latina, podemos pensar os atravessamentos de nossa realidade sul-sul em que pese nossos modelos democráticos. Quem sabe algumas pistas para uma pensarmos na decolonialidade das políticas públicas seja, a princípio, concatenar atravessamentos de disputas de memórias nas nossas ditaduras, ou acerca de nossas violentas matrizes colonizadoras, o que também não exclui, e na verdade agrega, pensar como isto ocorre empiricamente no caso da relação entre drogas, juventudes e saúde. Esses três temas juntos são um problema, que apontam para soluções, como também mudanças, sendo o escopo deste trabalho. Desse modo, acredito que o propósito dessas mudanças sociais não tenha introduzido perspectivas novas no âmbito da saúde pública. Principalmente para questões de saúde e drogas, seja no tratamento para dependência química, seja para orientações de uso consciente, o esforço segue sendo a criminalização da pobreza.

O foco nas drogas é multidimensional e ocorre de enfrentamentos introduzidos pelas reformas das políticas. Nos anos 2000, vivemos uma reforma na política geral de drogas em países como Chile, Argentina e Brasil, como mostra Tania Pinc (2015). É aqui em que se institui legalmente o usuário como sujeito tutelado pelo Ministério da Saúde em seus trâmites de atividades relacionadas ao consumo de drogas, bem como a redução da punição por prisão para dar lugar à aplicação de penas alternativas. A perspectiva de saúde pública nos termos atuais existe como agravante de desigualdade de classe e raça na relação com o Estado, ao passo que para outras atividades relacionadas ao consumo de drogas vai se dar a relação com a segurança pública punitiva que muito mais enfatiza a tomada de decisão do policial no nível de rua, pois, aqui no Brasil,



é ele quem decide quem é usuário e quem é traficante. Entender as políticas públicas nesse caso é entender como a diversidade aciona a diferença ao considerar os modos próprios de lidar com territórios, que muito têm a ver com nossas diferentes experiências históricas.

O padrão normativo e marco analítico de políticas públicas se dá na maneira como são concebidos o problema e seu enfrentamento (Costa; Bronzo, 2012). Segundo Tania Pinc (2015), a Organização dos Estados Americanos (OEA) trata das drogas em separado com questões de segurança e de saúde pública, uma vez que não se tem articulações intersetoriais, nem enfrentamentos multidimensionais de setores ou cargos. É de se pensar em reflexos de uma crise neoliberal conservadora na América Latina que se acentua com a estagnação de políticas de saúde no âmbito Federal, no Brasil – sem falar que estamos em plena pandemia com quase 400 mil mortos –, dando vazão a ideologias totalitárias em forma de políticas reacionárias.

Liliana Sanjurjo (2012) aponta que a Argentina possui expressões legislativas que direcionam a atribuição de legitimidade na ordem pública a partir dos estudos de família. As narrativas pessoais do sofrimento ancoradas no parentesco constituem posição de poder em relação às disputas acerca do passado ditatorial que ocorrera no país. Acontece que essas políticas muito envolvem o processo de restituição da identidade, e, com isso, se articulam com a genética médica para embasamento de políticas públicas em identidades genéticas (*Abuelas de Plaza de Mayo*). Trata-se de um movimento reivindicatório em torno de um saber legitimado, mas que nesse quesito estrutura concessão de direitos e também organiza demanda de reivindicação social civil no que compete suas legitimações. É um caminho “dê ene ável”, conhecido como lei de ADN, que aponta para os domínios do parentesco e da política como articulações que constroem memórias sobre a ditadura naquele espaço nacional.

Elizabeth Jelin (2007) contextualiza que existe um movimento reivindicatório que surge a partir da oposição entre ditadura e direitos



humanos como articulações antagônicas de fato, mas que ambas se utilizaram da matriz familiar para interpretar seu lugar no confronto político no país. É interessante para pensar como as narrativas orais também exercem um lugar de poder em políticas públicas e também em políticas de saúde. No âmbito da juventude, drogas e saúde, a Argentina, novamente como exemplo nesse tema, apresenta alguns dispositivos legislativos. A discussão fomentada pela professora Iris Gomes no comparativo Brasil-Argentina² apresenta processos e desenhos de implementação de programas descentralizados de cuidado integrado em saúde mental e dependência química territorial na cidade de La Plata. Uma das ações previstas na Argentina é a implantação de equipamentos públicos em pontos de encontros comunitários; casa educacional terapêutica; e centro de prevenção local de dependência. Desse modo, o que ela apresenta é que a legislação entre 2007 e 2015 traz não apenas a questão das *drogas* efetivamente, mas uma série de jargões e palavras-chave que diversifica as experiências com substâncias psicoativas consideradas ilícitas. São elas: *salud, adicciones, prevención, asistencia*, dentre outras. No Brasil, de 1990 até os dias atuais, o que tivemos foi uma atualização do termo *entorpecente* para *droga* (os itálicos aqui utilizados representam termos próprios do campo, para dar ênfase ou estrangeirismos).

Desse modo, exigir do Estado uma estrutura de competências e habilidades está complicado, especialmente quando olhamos para as evidências que acumulamos ao longo da nossa história burocrática em sucessivos abusos de autoritarismo que reduzem a capacidade de estruturar laços de confiança e mutualidade. A pesquisa de Tânia Pinc (2015) nos mostra que nos três países (Brasil, Chile e Argentina) não foram identificados a existência de arranjos institucionais que articulem e coordenem as atividades de segurança e saúde pública voltadas para o usuário de drogas. Na prática, constata-se que a saúde atua de forma

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kla7zKirH2I>>. Acesso em 26/02/2021.



isolada e concentra seus esforços nos casos mais graves de dependência às drogas. Mas existem outras dependências também, como a econômica por exemplo. Enquanto a polícia tende a ter acesso aos casos de posse ou porte de ilícitos, acaba por desconsiderar quaisquer problemas de saúde com droga e reforçar sua midiaticização dos casos na espetacularização dos aspectos normativos da política.

A linguagem familiar como projeto político e as posições de poder de lugares de memória estão em constante disputa na criação de uma metáfora sobre a organização social. Condições genéticas e vulnerabilidades sociais coexistem em situações hierárquicas de poder não em disputas, mas em relação. Ou em relações. A depender do campo no qual se operam as formas de interação com setores governamentais.

Drogas

Janet Carsten (2014) traz a noção de *substância de parentesco* ao colocar uma conexão óbvia para pensar drogas ou dependência química. A flexibilidade das definições antropológicas destaca importância, segundo a autora, dos processos corporais nos entendimentos e práticas de formas associativas.

Apesar dela se referir à parentesco e substâncias corporais como sangue, leite ou até a fabricação do alimento em seus vínculos, indicar o ponto de partida do termo substância, agora, se torna necessário para entendê-lo não como oriundo corporal, mas como elemento constitutivo de práticas que criam famílias a partir de sua ausência ou presença, seja agregando, seja vulnerabilizando a relação. Corporalmente, podemos pensar também em um movimento inverso em que a substância droga fagocita o sujeito biopolíticossocial, pois, além da química da euforia, relaxamento ou alucinação, seus efeitos só existem mediante contextos (e) da própria substância efetivamente. Trata-se de autonomias individuais que se formam através de conhecimentos e convivências.



Desse modo, falar sobre drogas nesses termos introduz um não centramento das espetacularizações em torno de sua criminalização, uma vez que essas iludem a possibilidade de compreendermos mais intimamente as dimensões de lógicas de seus usos e seu mercado. A midiaticização das ações policiais em torno da ideia do narcotráfico provoca desconfiança no imaginário social, dificultando o trâmite de quem consome ao acesso à saúde e a centros de acolhimento. Pensar institucionalmente as diversas dinâmicas de crimes, ainda que venha a percorrer estudos do crime atualmente, não exclui considerarmos a sua produção enquanto fenômeno social. Me refiro ao alcance e à força de acontecimentos sociais na correspondência dos comportamentos dos indivíduos para observar os processos de criminalização de pessoas que se relacionam com drogas. E da própria substância efetivamente.

Logo, com esse movimento, a formulação de uma nova perspectiva para utilização de terminologias teóricas não necessariamente altera o sentido. Nesse caso, para Claudia Fonseca (2007), facilita o progresso do debate e evita armadilhas que fujam dos caminhos já demarcados sobre drogas e políticas de mutualidades. Não de ser, como coloca Sah-lins (2013), mas mutualidades. Apenas. Nesse caso, processos corporais transmitem a ideia da fabricação corporal como modulação do *self*, ao passo que também produzem representações corporais comunicáveis. Tal como nos mostra Correia (2013) ao tratar sobre o luto, a percepção da autoimagem de indivíduos se vincula a processualidades próprias desenvolvidas em suas histórias relacionadas às configurações sociais como referências de si e dos outros em interação e interdependência no jogo social. Isso revela que o parentesco está longe de constituir consanguinidade (de sangue) ou filiação (casamento), mas se torna formas imbricadas em associativismos familiares, de laços de solidariedade, como é o caso dos grupos de mútua ajuda para dependência química.



Apresentando o GEV teoricamente

As questões a seguir pontuadas tratam de reflexões recentes a partir do acompanhamento de atividades da comunidade terapêutica (CT) Fazenda da Esperança/SE. Semanalmente acontecem reuniões presenciais na forma de grupos de mútua ajuda e apoio familiar chamados de Grupo Esperança Viva (GEV). Os grupos de mútua ajuda e as comunidades terapêuticas se encontram na Fazenda da Esperança enquanto conceitos e metodologias de cuidado, pois essa dispõe tanto de serviços de internação quanto de assistência e apoio emocional. Contam com a ausência de consultórios médicos e de acompanhamento psicanalítico. Por serem instituições particulares que integram o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a Fazenda da Esperança passou a realizar o acolhimento (tanto nos centros de internação quanto nos GEVs) dos familiares de dependentes químicos ou *outras pessoas que busquem um sentido* (os termos próprios elaborados pelo campo manterei em itálico e suas falas virão entre aspas). A Fazenda da Esperança geralmente fica localizada em sítios ou zonas rurais em terrenos doados, *providências* onde existe o processo de internação voluntária do indivíduo. Atende jovens e adultos entre 15 e 45 anos, mulheres e homens separados em unidades. Em Sergipe fica localizada na cidade de Lagarto a 64km da capital Aracaju, sendo a Fazenda da Esperança Santa Francisca Romana, a feminina, e a Fazenda da Esperança São Miguel, a masculina. O processo caracteriza-se pelo método de acolhimento que contempla três aspectos: “trabalho como processo pedagógico; a convivência em família e a espiritualidade para encontrar o sentido da vida”. Por extensão, as reuniões com o grupo de acolhimento para famílias também se pautam nesses pilares, inclusive o trabalho como processo pedagógico.

Pensar democracia e Estado quando observamos as formas associativas de organização social ou associativismo parece modelo recorrente dentro de um contexto capitalista. Isso se dá de forma contradi-



tória uma vez que ela própria passa a se tornar um aparelho privado de hegemonia. Se rompe com aqueles modelos de relação social com o Estado para se construir sociabilidades populares ou dominantes.

Nas reuniões de mútua ajuda existe uma necessidade de o indivíduo dispor de uma retórica narrativa específica construída na convivência como a própria autorregulação da vida fora da comunidade para manter a relação com o grupo. Não se trata de uma profissionalização do parentesco, mas de uma construção de família com base em processos políticos. Processos esses que na verdade refletem um problema específico: a dependência química como problema social decorrente de relações abusivas em torno da complexidade das drogas na sociedade, muito atrelada às formas de tratamento em saúde mental nas abordagens de comunidades terapêuticas.

A positividade da ideia de família que agrega em Sahlins (2014) também só existe na medida que abandona. É a reivindicação da luta popular que precisa ser atualizada. Não necessariamente em sua dimensão funcional da distribuição de parentesco ou na divisão prática da manutenção de tarefas como trabalho. Mas a partir de um trabalho emocional que surge tanto para manter a vida social quanto para manter viva a chama da narrativa construída na convivência (comunicação). E isso existe como resultado da mais valia dentro das redes de mútua ajuda. Na internação, desconheço como isso se dá, uma vez que também lá se desenvolve atividade laborativa em artesanatos, livrarias, padaria, etc., e não apenas os vínculos de aliança como práxis laborativa. Mas a questão é que a solidariedade e a construção de afeto teoricamente vinculadas a um trabalho emocional se associam a um universo feminino de duas maneiras.

De acordo com Gayle Rubin (1986), a expansão de manufatura de bens para satisfação das necessidades humanas assegura a oferta do capital na construção emocional de subjetividades. O trabalho não contabilizado e nem materializado tem na sua reprodução a própria força de trabalho como bem aponta Silvia Federici em “Eles chamam amor, nós chamamos trabalho não remunerado” disponível no YouTube.



Além disso, Rubin (1986) nos apresenta uma outra lógica desse processo, que é a descrição da relação de sexualidade e da relação de produção (afetiva, emocional ou de solidariedade). E por isso o universo feminino surge como um grande guarda-chuva nesse sentido estético de manipulação de uma infinidade de linguagens, habilidades e técnicas oriundas de saberes construídos a partir da própria lógica que se retroalimenta. O foco analítico, portanto, não exclui a participação de indivíduos masculinos. Na verdade, nos GEVs trata-se de um público predominantemente masculino, oriundo de contextos precarizados, que passa pelo tratamento, sendo que muitos permanecem indo às reuniões, enquanto as mulheres estão muito mais associadas às famílias como *mães, irmãs, esposas* dos que estão ou passaram pela Fazenda.

Sem embargo, segue a lógica inscrita da herança do capitalismo que constitui suas bases na opressão sexual. Diferença não é desigualdade. E é nesse sentido que Rubin (1986) descreve, e por assim dizer desnaturaliza, a organização social da sexualidade e das convenções do sexo quando localiza o desenvolvimento do modo de produção. Abre espaço para a agência e para os modos de agir no que tange o desempenho de papéis de gênero. Eles agora se tornam cambiáveis porque o peso da estrutura social enquanto cultura passa a não existir mais por uma questão de perspectiva ontológica que extrapola o centramento no indivíduo e atinge as relações pura e simplesmente antes mesmo de se tornarem relações de produção ou produtos de relações.

Essas reflexões para a autora surgem a partir de uma crítica ao termo “circulação de mulheres” que não constitui, no estruturalismo, nem uma definição de cultura, nem o sistema em si. É um movimento essencial dissecar a circulação de mulheres para chegarmos na lógica do que Rubin vai tratar como “troca de presentes”. O sentido que se exprime é o que se afirma, e o que se cria como vínculo social são parcerias de troca. Compreender as lógicas do funcionamento social é passar por cima de toda a opressão e perversão do sistema patriarcal nesse sentido. A troca, a reciprocidade e a ajuda mútua numa relação amistosa são o que consti-



tuem a circulação de mulheres. E essa afirmação é atroz, porque “lá fora”, quando saímos do texto, vemos o resultado dessa “relação amistosa”; da circulação de mulheres que ocupam um lugar completamente desamparado nos desenvolvimentos dos modos de produção, para não falar na atravancada agenda de direitos sexuais e reprodutivos. Isso nos mostra, portanto, que existe um limite moral e ideológico do comportamento humano. São corolários nossos: relação amistosa para quem?

As barreiras do mundo urbano e o racismo que constituem o cenário da proibição de drogas no Brasil agrava desigualmente experiências e violências em dimensões diversas da vida. Lazer, trabalho, família e vida íntima influenciam padrões de consumo na medida em que também são influenciados por elas. O uso de droga aqui inscreve, dentre tantas possibilidades, o exercício de liberdade e autonomia que existe num conjunto de perseguidos, seja na sobrevivência ameaçada pelas condições precárias de vida, seja na dependência (moral, química, econômica) de atividades consideradas ilícitas pois, se a ilegalidade é considerada um “conflito moral” (Misse, 2010, p. 18) a respeito do que se deve fazer com aquela ação, nesse caso, comportamentos assertivos frente ao avanço dessas questões em termos de qualidade de vida e direitos humanos têm se mostrado uma saída relevante.

Acontece que as comunidades terapêuticas parecem promover um sentido de abstração analítico de noção de família com um funcionamento específico. Seja na forma dos grupos, seja na ideia em torno de famílias, na verdade, o empoderamento e o desenvolvimento de habilidades sociais são silêncios práticos na relação metodológica de pesquisa. O atual governo federal implementou uma lei e dois decretos no ano de 2019 que alteram, retrocedem e excluem uma série de avanços em saúde e segurança pública com relação às drogas, desfazendo compromissos com tratados internacionais que não apenas ferem os direitos humanos, mas também não deixam brecha para qualquer diálogo possível com fatos existentes na sociedade, pois são laços que precisam identificar uma forma de pensar os processos da vida.



De acordo com Costa & Noal (2017), falar de autonomia, protagonismo e empoderamento de usuários de serviços de saúde mental faz parte de uma nova perspectiva em saúde. Apesar de em seu texto as autoras tratarem de instituições públicas vinculadas a órgãos governamentais, a lógica do cuidado abordada atravessa essa separação entre público e privado quando olhamos para a aplicação da transversalidade (princípio da Política Nacional de Humanização (PNH), 2013) em dispositivos de atenção de saúde mental. Esse princípio justamente versa sobre a ampliação do trabalho a partir da comunicação. Schneider (2016) aponta para a relacionalidade como sendo provocativa à construção de alianças em ações positivas, mas existe, interpreto, um devir vínculo que nos coloca dentro do campo das emoções. Nesse sentido, Sahlins (2013) nos mostra que a transpessoalidade de ser se constitui como experiências, enquanto Carsten (2014) retoma a discussão do autor enfatizando seu argumento em defesa da magia, sendo ela, portanto, “coercitivamente introjetada” (Sahlins, 2013, p. 88).

A partir das narrativas construídas nas reuniões, percebe-se que, no que tange a dependência química enquanto uso abusivo de drogas, a comunidade terapêutica se torna um espaço de ressignificação do processo de perda de autonomia na tomada de decisão de consumir ou não um objeto de dependência. Além de cumprir com outras funções sociais como a reinserção social a partir do desenvolvimento de habilidades pessoais. Acontece que essas histórias do cotidiano, de suas experiências desde os momentos mais difíceis até a recuperação, reduzem o estigma (Marques, 2002) em relação às pessoas, não na contextualização do serviço e das atividades prestadas, mas nas relações construídas com esses outros. O contar e recontar dos acontecimentos nos remetem ao que Comerford (2003) fala sobre as variabilidades das versões e seus significados de parentesco, regionalidade ou reputação. Relatos de superação de dependência química com ênfase na droga ou com total omissão de sua existência; relatos de contextos políticos e injustiça social; experiências cotidianas em prática de boas ações; narrativas de



conquistas; a construção de uma rede familiar aparece associada a um certo modelo de libertação quando observamos, por exemplo, relatos de ex-presidiárias da ditadura na Torre das Donzelas no Rio Janeiro. Torre das Donzelas é como era chamada a penitenciária feminina e também dá nome a um filme dirigido por Susanna Lira em que Dilma Rousseff revisita sua história junto a um grupo de mulheres. “A Torre representava um grito pela liberdade”, ela diz. E assim também o é no processo de internação na Fazenda da Esperança, pois se remete a um período de libertação e não um fato isolado – apesar de existir um isolamento provocado pelo controle do tempo e do espaço definindo o que se faz e como se faz o cotidiano. A questão é o que está em jogo na convivência com pessoas. Além disso, o discurso religioso espiritualizado inscrito na interpretação das realidades territoriais estimula a criação de mecanismos de participação cidadã e cuidado em saúde e em saúde mental. Isso porque existe uma coerência interna com essas práticas em diferentes padrões. Falar em estratégias de sobrevivência, nesse caso, naturaliza a desigualdade porque também o é enquanto produto de processos históricos.

Drogas Parte II: o acolhimento

Não existe consenso quanto ao marco que inaugura a entrada das drogas na legislação do país. Isso porque a perseguição entra no Brasil muito antes delas. A história das drogas ilumina a história da humanidade com uma peculiaridade própria. Segundo Escotado (1997), filósofo e narrador da história das substâncias ilegais psicoativas (que agem no sistema nervoso central) ou não, supostamente se torna provável, segundo ele, a interpretação de muitas lendas sobre a relação entre “paraíso” e a ingestão de certos frutos. Essas seriam, no caso, reminiscências de antigos transe causados por essas plantas em um ambiente estável compartilhado entre espécies na diversidade imaginada da realidade na ordem social. Desse modo, se tornou comum pontuar a justificativa de que



o consumo de substâncias psicoativas ao longo da existência humana esteve sempre presente nas relações coletivas em momentos ritualísticos ou religiosos, em diferentes temporalidades. No entanto, não podemos deixar de olhar para os usos funcionais de substâncias como cânhamo ou cannabis, por exemplo, para fabricação de cordas para as grandes navegações ou para as disputas e confrontos econômicos em torno do monopólio do trajeto do ópio no século XIX (Magri, 2007). Desse modo, a perseguição política no Brasil segue sendo estabelecida antes mesmo dos processos formais de internacionalização da criminalização. O pito do pango, por exemplo, como era originalmente chamada a cannabis, era um hábito de consumo de escravizados. Repressão e racismo seguem até começo do século XX com a I Conferência de Xangai, em 1912, onde algumas substâncias passaram a ser consideradas drogas na qualidade de elemento indesejável. Com esse fim, fruto de pressões norte-americanas calcadas num protestantismo reacionário, foi a partir de tratados internacionais que os países signatários se inseriram mutuamente, no novo século, em um delírio autoritário que vem mostrando ser uma política de fracasso, lembremos, pelos próprios fins declarados.

No Brasil, quem trata das drogas formal e literalmente em 1986 é o Fundo de Prevenção e de Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB), muito motivado pelas gestões nas burocracias humanitárias, principalmente nas ações de prevenções na área de saúde relacionadas à epidemia da SIDA/ISTs, que acontecia na mesma década. Antes disso, o que se tinha eram convenções nas quais o Brasil era signatário e que previam discursos e posicionamentos em torno do combate a “entorpecentes” e “opioides”. Desse modo, com a criação da FUNCAB, o Brasil foi provocado a realizar o primeiro levantamento de uso drogas no país uma vez que não existiam dados estatísticos sobre tais questões. De fato, ainda vivemos uma realidade em que esses dados são incipientes e as estatísticas enfatizam o trabalho da polícia e não o cruzamento de marcadores sociais que possam ajudar compreender minimamente questões epidemiológicas associadas a problemas sociais.



Quanto ao uso religioso, no Brasil apenas a ayahuasca (bebida sacralizada feita com plantas psicoativas) está autorizada legalmente pelo projeto de lei 179/20. O restante é crime. Crime por tráfico de drogas, associação por tráfico de drogas, tráfico internacional ou associação por tráfico internacional são os tipos de condenação com a sentença de reclusão. A estupidez da subjetividade classificatória entre usuários e traficantes faz com que o Brasil seja o terceiro país com a maior população carcerária do mundo decorrente de uma política persecutória que inicia no pós-abolição e toma fôlego com a redemocratização diretamente ligada ao aumento do número de preso por drogas.

As mulheres encarceradas por tráfico possuem agravantes de precariedade ainda mais fortes e com menos responsabilidades na cadeia varejista do tráfico, em que são geralmente ocupantes de lugares substituíveis nas lógicas da distribuição ilícita, ao passo que também se tornam alvo despercebido para a mídia, o que pode estar associado ao aumento de casos de violências policiais que afetam mulheres.

Sem critérios, a diferença entre usuário e traficante é inconsistente e arbitrária pelo motivo de literalmente prever condutas iguais em suas definições, isto é, termos como “adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo” são critérios de definição tanto para um quanto para outro. A pena do usuário, definida pelo art. 28, é ser tutelado pela saúde mental podendo receber advertência, prestação de serviço ou medida educativa em programa. Já o traficante do art. 33 recebe pena de reclusão de cinco a 15 anos e pagamento de 500 a 1500 dias-multa. Esta é a lei 11.343/06 que prevê originalmente as normas de repressão ao tráfico ilícito de drogas e “outras providências”. Providências essas que parecem ter sido tomadas pela nova lei que implementa a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) / 13.840/19. Essa nova lei, no caso, reforça o sentido punitivista ao apontar diretrizes para a internação involuntária (art.23, §4), bem como ao excluir a participação da sociedade civil dos membros dos conselhos de políticas sobre drogas (art.8-F).



Com a PNAD de 2019, a lei antecedente de 2006, que implementa o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), experimenta também relevantes alterações financeiras. As comunidades terapêuticas, agora, passam a ser receptoras do maior aporte financeiro federal. O que permite uma expansão de R\$40 milhões direcionadas para as comunidades terapêuticas para R\$150 milhões por vias de editais. Esses editais públicos para financiamento de comunidades terapêuticas expressa uma mudança de foco na política nacional uma vez que os programas de saúde mental desenvolvidos pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS AD), até a criação da PNAD em 2019, haviam ampliado seus alcances nas políticas de redução de danos a contar com o aporte financeiro que recebiam do Estado, ainda que também vivessem uma situação paradoxal no financiamento dos programas.

As comunidades terapêuticas (CTs) em termos de políticas públicas atualmente aparecem como entidades não governamentais, sendo elas empresas privadas, sem fins lucrativos, que realizam acolhimento de pessoas com dependência química e seus familiares. Atualmente, como medida de ação preventiva frente à pandemia de Covid-19, se ampliaram também para o acolhimento da população em situação de rua. Foram mais de 3 mil moradores de rua acolhidos no Brasil – territorialmente acolhidos pelas unidades de internamento nos estados. A ampliação desse acesso é fator interessante para pensar contradições políticas uma vez que ele só existe por conta dos avanços das medidas neoliberais adotadas por parte do governo federal, até mesmo nos serviços de atenção em saúde mental³.

Desse modo, o que vem acontecendo é uma série de alterações nas políticas em saúde mental nos últimos anos que aponta para uma es-

³ Nesse caso, o panorama geral que ocorre é que de fato muitas delas são ligadas a instituições religiosas e isso tem relação direta com o que defendem muitos dos políticos que buscam por novos rebanhos, instituir maior controle sobre seus fiéis e fazer proselitismo, além de obter recursos econômicos diretos ou indiretos, através do Estado. O que coincide com o esvaziamento das atribuições de cuidado por parte do estado com a ascensão do novo governo.



tagnação dessas políticas quando vinculadas ao Sistema Único de Saúde. Pois, até então, as comunidades terapêuticas desenvolviam-se em paralelo em seus territórios e lugares pelos estados do Brasil através de centros de reabilitação, geralmente apoiados por organizações religiosas, eventos beneficentes e financiamento de prefeitura e governos estaduais, passando a se organizar em federações, sendo a mais importante a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT).

A questão colocada nos repasses financeiros dessas instituições para um ou outro lado (público ou privado – CAPS AD ou CTs) abre a seara para discussões em torno da legitimidade e da hegemonia nas metodologias de tratamento em saúde mental para casos de dependência química. Acontece que a discussão foi polarizada: de um lado temos a nova lei de drogas de 2019 no âmbito federal, que prevê uma série de repressões violentas ao crime de tráfico, mas amplia financiamento para comunidades terapêuticas que já há algum tempo vêm ocupando espaço importante dentro do grupo de dispositivos que atendem o acolhimento de pessoas em questão de sofrimento psíquico. E, de outro lado, temos o ativismo dos movimentos sociais de redução de danos que não constituem comunidades terapêuticas e atuam contra a lei de drogas pela sua violenta abjeção na forma de lidar com problemas sociais. Essa polarização demonstra que existe uma latência no debate em saúde que atravessa (a) uma reivindicação do acesso a serviços públicos de saúde dentro do debate sobre drogas e saúde mental a partir da defesa de práticas redução de danos; (b) não inclusão da produção científica que vem se desenvolvendo com afinco recentemente; (c) um claro posicionamento neoliberal no interesse público a partir do investimento em iniciativas privadas; (d) autonomia pouco compreendida no serviço de acolhimento prestado pelas comunidades terapêuticas.

Existe de fato um quinto elemento fantasma nesse pleito que seriam as estatísticas de um e outro serviço. No entanto, esses dados são escassos, confusos, desatualizados e que demandariam um tempo maior na maturação da discussão para este texto. De todo modo, é



uma forma de agir que vai em desencontro aos princípios de ampliação de oferta de serviço. Pois, esse conflito sobre quem tem razão é um desperdício de energia que deveria estar sendo direcionado para a formação e qualificação das práticas do serviço.

Em 2014, a SENAD solicitou ao IPEA a realização de uma pesquisa sobre comunidades terapêuticas tendo em vista reunir informações que permitam o aperfeiçoamento dos processos de monitoramento e avaliação dos financiamentos. No entanto, a maioria dos dados está concentrada nos estados do Sul e Sudeste, apesar de que o trabalho de Santos (2017) nos mostra um panorama interessante dos resultados dessa pesquisa quanto a métodos e práticas terapêuticas e distribuição de vagas.

No âmbito da juventude, essa categoria social possui relevância e protagonismo político no desenvolvimento socioeconômico e nos processos históricos do país. No entanto, em que pese o lugar do discurso do jovem como agente, frequentemente se associa a uma posição desautorizada pela experiência de vida e que acaba assumindo espaço reivindicatório e crítico deslegitimado, mas quando olhamos para o ativismo social e suas práticas, a abordagem se atravessa. Nota-se o crescimento do envolvimento de jovens em atividades de consumo e comércio de drogas, de fato, mas principalmente na criação de mecanismos de descentralização e participação em debates sobre prevenção e redução de danos. Em sua maioria formados por jovens universitários, majoritariamente por redes feministas e de mulheres, como também movimentos LGBTQI+, na forma de coletivos e movimentos que incidem na construção da cidadania juvenil como um contingente relevante em termos de impactos na promoção das mudanças sociais. Integram uma rede de circulação de saberes e debates sobre drogas sob perspectivas críticas trazendo à baila teorias sociais que reverberam em iniciativas particulares de profissionais de saúde e em práticas de redução de danos. Por outro lado, temos as iniciativas religiosas neopentecostais e católicas que vêm assumindo relevante posição no acolhimento em saúde para populações em abuso de drogas e em situação de rua na forma



de organizações não governamentais e de comunidades terapêuticas. O ativismo religioso, em especial, vem retomando seu protagonismo e radicalismo frente às causas humanitárias. Falo em retomada pensando em uma analogia temporal e adormecida com os anos de 1980 e as pastorais encabeçadas pela juventude católica que promoviam comícios de atividades de integração e acolhimento em saúde principalmente no Nordeste. Mas também no âmbito da esquerda progressista, nesta mesma década, vemos o surgimento das políticas de redução de danos em aliança ao movimento LGBTQI+ no combate à epidemia da SIDA/ISTs em usuários de crack em situação de rua.

A ideia do cuidado como tema ganhou força em muitas outras áreas nesta mesma década principalmente com o movimento teórico feminista. O direito do cuidado se torna uma ética universal de bem-estar no mundo. Inclusive sendo pauta de tratados internacionais em temas de saúde mental. Desse modo, quando olhamos hoje para o acolhimento em saúde nos casos de usos abusivos de drogas, esse universo social se confunde com pessoas em situação de rua que também passam a compor o leque de abrangência e a questão da redução de danos assume lugar estratégico dentro das tendências de risco (Neves, 2008; Neves; Jeolás, 2012). Nesse caso, o risco aqui compreendido segundo as autoras aponta como sendo um lugar da práxis social enquanto discurso normatizador. Isso ocorre quando distintas experiências cotidianas em distintos contextos sociais orbitam em torno de saberes científicos na forma de desenvolvimento tecnológico e passam a compor formas polissêmicas expressivas para pensar (e viver) eventos possíveis negativos. Nesse sentido, no que tange a produção desigual desses riscos, suas consequências também são heterogêneas. Não me refiro a possibilidades de predição como antecipações de futuros para melhores qualidade de vida – para isso já temos a biossegurança como um fenômeno global – mas o risco aqui aparece no que diz respeito às Ciências Sociais, a uma questão associada ao *modus operandi* que rememora tensões em que se percebe o indivíduo.



Comunidades terapêuticas, redução de danos, clínicas de internação, CAPS/AD são serviços de acolhimento e atenção afetados por um conflito muito mais moral do que pragmático na formação de programas terapêuticos. Isso implica em questões que delineiam pormenor os sujeitos que irão usufruir de um ou outro serviço. A questão é que esses atravessamentos entre saúde, juventude, drogas e políticas públicas, ainda que multifacetados em seus grupos, acionam materialidades que regem um direcionamento social e de cuidado.

Com a profusão de *lives*, *webinars*, perfis informativos em redes sociais, a redução de danos ganhou notoriedade mostrando sua importância e sua capacidade de flexibilização. Muito mais do que uma questão medicamentosa ou prescritiva, pensar a redução de danos como uma das estratégias dentro das tendências de risco nos permite situá-la enquanto um projeto de desenvolvimento em saúde. Integralizando diretrizes e estruturas em devires que formam também os serviços de acolhimento.

Que sentido

Drogas são complexas e alteram sentidos.

Os sentidos da dependência química são muitos. Pessoas em seus diferentes contextos e classes excedem consumos e abusam de substâncias ilícitas ou não. Sendo o álcool a principal delas apresentada como problema quando se procura assistência, seja pública, seja privada, a definição da droga pouco importa quando a dependência é química. Assim como ser dependente ou não pouco importa quando mediante flagrante delito se opta pela decisão de crime de tráfico.

Na primeira reunião com o grupo Esperança Viva, a senhora que estava sentada com o terço na mão se apresentou como *mãe*. Disse que enquanto estava “aqui”, o seu filho “estava lá na fazenda da esperança fazendo o tratamento”. Mas que agora a sentença judicial havia saído e foram “buscar ele lá”. “Ele tá preso agora.” – afirma. E continua: “Eu vim



pela dor, mas agora estou unida pelo amor”. Senti vontade de chorar, mas foi aí que entendi que o que eu sentia era pura hipocrisia.

Na sequência, quem falou em seguida foi um homem adulto sentado ao meu lado com seu filho criança, que brincava livremente pelo espaço. Ele se apresentou como *ES* (sigla para Esperança que se refere a como são chamados os concluintes do processo de internação). Havia passado pelo tratamento na Fazenda da Esperança em duas oportunidades. Na primeira, saiu voluntariamente “por achar ter forças” porque “na Fazenda você está blindado para voltar aqui pra fora”. Segundo ele “achei que ia ter condições de usar mais uma vez e aí foi horrível” e ele foi novamente para a Fazenda concluir o período sugerido por eles de um ano de tratamento. “Não tem química que combata a dependência química” e que agora afirma temer “não cair na droga, mas cair no pensamento”.

A militarização da segurança pública nas ações policiais para proteção civil resulta em maiores apreensões e perseguições que vêm tomando fôlego com o atual descompromisso social do governo que aí está. O aumento da violência de vulneráveis se vincula diretamente ao contexto de condições precárias de moradia, qualidade de vida, acesso à educação e saúde. Entre o público e o privado, a opressão em cadeia desgasta a mente e as relações sociais. Experimentações de novas substâncias, usos mais frequentes, *badtrips* (experiências ruins) e encarceramento se constituem não mais como apenas dependência química, mas como uso abusivo de droga. As drogas e a dependência química se constituem e se definem mutuamente. Mas falar sobre drogas nos leva a pensar sobre os fatos e os processos de sua existência enquanto que a dependência química está associada ao problema. Com drogas ou sem drogas, a violência se torna a própria constituição de articulações criminosas, de desconfianças sociais e de estigmas corporais com a espetacularização do punitivismo moral.

A retórica exaustiva da repetição dos fatos numa lógica positivada nas comunidades terapêuticas se torna um ato político de resistência por parte de pessoas que vivem situações extremas de desamparo eco-



nômico, político e educacional. O que temos é um lugar geracional de contextos e narrativas circulares que se transversalizam. Sua estrutura também é mantida e atualizada pelo grupo de whatsapp na utilização dessas plataformas para manutenção de relações em outros formatos como trocas de imagem, de *gifs*, fotografias ou símbolos de figurinha de mãos fechadas em punho representando uma latência de posicionamento e reinvidicação política, como também nos áudios de orações do terço.

As narrativas de superação são interpeladas por vários contextos: da união na dor pelo amor até a afirmação de que não existe remédio para dependência química, o que está em jogo entre a filosofia e a biossegurança são várias questões. A redução de danos pautada nas ações de prevenção ao amparo religioso da autonomia de sentido. No Brasil, existe atualmente uma ênfase na abstinência como forma de tratamento, sendo que a abordagem atual do SUS é medicamentosa. Abstém-se do que e se medica contra quem afinal de contas?

Políticas públicas, juventude e drogas caminham rumo a saúde pública como política de Estado. O tema redução de danos perpassado pontua um contexto específico de articulação de atores políticos de um e outro lado. Esse circuito de serviço de saúde em droga constitui um front conflitivo de disputas de saberes ou poderes. Enquanto que quando olhamos para os cruzamentos destas falas, percebemos uma rede de trocas e valores e formas de comunicar essas experiências com drogas. Também não existe em formação de profissionais no campo nem muito menos atende ao desenvolvimento dessas práticas em lógicas de serviço em saúde. Mas parte de uma modalidade paradoxal de compreender a dependência química/adicção que exige intervenção em saúde de fato e neste caso produz inovação no campo do saber e da prática ocupando espaço importante dentro do grupo de dispositivos que atendem a pessoas em uso abusivo de drogas.



Referências bibliográficas

Carsten, Janet. “A matéria do parentesco”. **R@U**, vol. 6, n.2, 2014, p. 103-118. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1862313/mod_resource/content/1/J_Carsten_Mat%C3%A9ria_do_parentesco.pdf>. Acesso em 03/042021.

Comerford, John Cunha. “Sociabilidade agonística, instituições formais, e narrativas: igreja, estado e sindicato em meio aos vizinhos e parentes”. **XXVI Encontro Anual da ANPOCS**, Apresentação oral no GT 20 – Rituais, representações e narrativas políticas, 2003.

Correia, Luiz Gustavo Pereira de Souza. “Memória, narrativas e emoções: breves considerações sobre o luto”. **Tomo**, n. 22, 2013, p. 81-103.

Costa, Bruno Lazzarotti Diniz; Bronzo, Carla. “Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão”. In: Faria, Carlos Aurélio Pimenta. **Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Ed: PUC Minas, 2012, p. 50-81.

Costa, Elisângela dos Santos; Noal, Martha Helena Oliveira. “O papel do projeto “comunidade de fala” no empoderamento e recovery de usuários dos serviços de saúde mental”. **Cad. Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v.9, n. 21, 2017, p. 199-211.

Escohotado, Antônio. **O livro das drogas**. São Paulo: Dynamis Editorial, 1997.

Fonseca, Claudia. “Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações”. **Cadernos Pagu**, vol. 29, 2007, p. 9-35.

Jelin, Elizabeth. “Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, 2007, p. 37-60.

Marques, Ana Claudia. “Política e questão de família”. **Revista Antropol.** v. 45, n. 2, 2002, p. 417-442.

Neves, Ednalva Maciel. **Antropologia e ciência: uma etnografia do fazer científico na era do risco**. São Luís: EDUFMA, 2008.

Neves, Ednalva Maciel; Jeolás, Leila Sollberger. “Para um debate sobre risco nas Ciências Sociais”. **Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, n.37, 2012.

Pinc, Tania. “Implementação da Política de Drogas pela Polícia: Brasil, Chile e Argentina em perspectiva comparada”. **39 Encontro Anual da ANPOCS**, GT 30 – Políticas Públicas, 2015.

Rubin, Gayle. “A circulação de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”. **Nueva Antropologia**, vol. VIII, n.30, 1986, p. 95-145.



Sahlins, Marshall. “What kinship is (part one)”. **Journal of the Royal Anthropological Institute** (N.S.), Royal Anthropological Institute, n.17, 2011 p. 2-19.

Schneider, David. “Parte 1: As características distintivas que definem a pessoa como um parente”. In: _____. **Parentesco americano, uma exposição cultural**. Vozes: Petrópolis, RJ, 2016, p. 31-66.


Sanjurjo, Liliana Lopes. “Sangue, identidade e verdade histórica: crianças desaparecidas e memórias sobre o passado ditatorial na Argentina”. **Revista Sociedade e Cultura**, v.15, n.2, 2012, p. 427-438.

Santos, Maria Paula Gomes dos. “Políticas de cuidado a pessoas com transtornos decorrentes do uso de drogas: controvérsias em torno das Comunidades Terapêuticas”. **SPG11 – Drogas, atores e sociedade – 41 Encontro Anual da ANPOCS**, 2017.



GERAÇÃO COMO PROBLEMA E ACHADO EMPÍRICO NOS ESTUDOS SOBRE JUVENTUDES

 Frank Marcon¹

 Mateus Antonio de Almeida Neto²

NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, a nova conjuntura política e econômica, associada à crise do Estado de Bem-Estar Social e do mundo do trabalho atual, tem desafiado as Ciências Sociais a romperem com a *doxa* dominante e a converter as visões até então correntes sobre o conceito de geração em um problema sociológico e antropológico plural quando o relacionamos ao tema das juventudes. O conceito de geração ocupou e ocupa um lugar significativo em tal debate, como um entrelugar (parafraseando Bhabha, 1998), pela sua ambivalência de significados, ora sinalizando um fenômeno que se refere à experiência histórica compartilhada por um mesmo grupo de idade, ora como definidor de processos relacionais identitários entre grupos sociais que se reconhecem e são reconhecidos por marcadores etários e epocais distintos. O objetivo deste texto é traçar um panorama reflexivo sobre o conceito de geração, buscando sua aplicabilidade empírica nos estudos sobre juventudes.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFS e coordenador do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas - GERTs. E-mail: frankniltonmarcon@gmail.com

² Mestre em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS e membro do GERTs. E-mail: telelneto@hotmail.com



Por um lado, na última década, a noção de geração tem sido uma preocupação de pesquisadores no sentido de refletir sobre as condições e as caracterizações horizontais globais do fenômeno geracional e sua condição histórico-processual de transformação social e cultural. Bem como, por outro lado, tal noção tem possibilitado análises sobre relações de poder verticais, quando percebidas e analisadas em termos de relações intergeracionais. No “entre” essas duas possibilidades, de horizontalidade e verticalidade, está a necessidade de uma perspectiva das relações de poder que leve criticamente em consideração os estereótipos substancialistas e classificatórios impositivos da definição dos grupos geracionais no último século, considerando as identidades geracionais como processuais, relacionais e contrastivas, bem como que contemple as perspectivas intrageracionais distintas das condições sociais e dos lugares de poder dos jovens que compartilham certas experiências de vida em uma dada época e um dado momento etário.

Ou seja, a delimitação de uma marca geracional pode nos ajudar a compreender certos fenômenos, mas também pode reforçar estigmas adultocêntricos e nos cegar para outros, principalmente aqueles que implicam questões de representações e desigualdades intragrupos etários. Com este texto, pretendemos lançar algumas provocações nesse sentido, fazendo uma breve revisão do conceito de geração, interpelados por reflexões que busquem também compreender os fenômenos identitários como processo, neste caso específico das juventudes e das gerações, e algumas considerações sobre suas possibilidades de análise a partir de universos empíricos.

O conceito de geração

O conceito de geração, que acabará por influenciar os estudos sobre juventudes, se desenvolveu, segundo Feixa (2014), em três momentos históricos que correspondem a três marcos sócio-políticos: **marco 1)** durante os anos 1920, no período Entre-Guerras, quando se formula-



ram as bases filosóficas em torno da “noção de ‘relevo geracional’ (Ortega e Gasset, 1923 e Mannheim, 1927)” (Feixa, 2014); **marco 2**) durante a década de 1970 do século vinte, nos tempos das intensas manifestações políticas quando se recolocaram também as concepções sobre as juventudes, passando a associá-las a idade do protesto, se “reformulando a teoria em torno da “noção de ‘brecha’ e ‘conflito geracional’ (Feuer, 1968 e Mendel, 1969)””; e **marco 3**) a partir da metade da década de 1990 do século passado, com a aparição de novos fenômenos provocados pela sociedade em rede, quando surge uma nova teoria que revoluciona a noção de ‘lapso ou volta geracional’, que corresponderia com a situação na qual os jovens seriam mais habilidosos no acesso à informação, à comunicação e ao conhecimento do que a geração anterior, por “estarem mais ambientados com as tecnologias digitais, (Tapscott, 1998 e Chisholm, 2003)” (Feixa, 2014).

Para Feixa (2014), o conceito de geração, a partir de Mannheim, é classicamente entendido como uma espécie de “colisão entre o tempo biográfico e o tempo histórico”. Em outras palavras, “o que configura uma geração não é compartilhar de uma data de nascimento, senão esta parte do processo histórico que os jovens de igual idade e classe compartilham (a geração em si)” (Feixa, 2014, p. 51). Citando Ortega y Gasset, complementa que “as pessoas nascidas na mesma época compartilham de uma ‘mesma sensibilidade vital’, oposta à geração prévia e a posterior, sensibilidade que define sua ‘missão histórica” (Feixa, 2014, p. 59). Em outro momento, em um sentido complementar, oriundo do pensamento de tradição italiana sobre a noção de geração, emerge a expressão “consciência geracional” (Feixa, 2014, p. 53). Ou seja, “a dimensão genealógica implica a consciência das mudanças biográficas dentro de uma pertença compartilhada determinada pela descendência. Ao mesmo tempo, inclui a necessidade de elaborar de forma subjetiva as diferenças que ocorrem” (Feixa, 2014, p. 58). Nesse sentido, o marco de alteridade entre as gerações estaria implicado pelas genealogias. Citando Bauman, Feixa (2014) aponta que a ideia central aí é a de



superposição e não de superação, ou seja, “nem todos os contemporâneos podem se considerar contemporâneos. Por esta razão, há tempos da idade adulta (acumulativos) e tempos da juventude (eliminativos ou polêmicos)” (Feixa, 2014, p. 60).

No período entreguerras, o sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947), radicado na Inglaterra a partir da ascensão do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), passou a investigar o processo de mudança social interligado à construção de uma visão de mundo, o que passou a definir como geração (Mannheim, 1968). Mannheim observou que as mudanças advindas com a industrialização e a áurea de uma vida urbana transformaram o processo de substituição da vida em termos de faixa etária atrelada à cultura parental, ao que denominou de “estilos de vida democráticos” dos jovens. Segundo o sociólogo húngaro, tal processo produziu múltiplos indivíduos em termos de idade, classe social e localização geográfica, dentre outras variáveis, que estabeleceram diferentes tempos e formas de experimentação da vida no pós-guerra. Ou seja, o convívio de diversas experiências humanas sobre um mesmo tempo cronológico, também intimamente associado ao condicionante etário, percebendo-se a questão das diferenças geracionais num mesmo espaço-tempo.

Como diria Mannheim (1968), a população jovem, por vivenciar os problemas de sua geração, mesmo que de forma intermediária, seja relativo a questões de classe, territoriais, seja de gênero e/ou étnico-raciais, inclinava-se a se identificar com movimentos mais dinâmicos e a evidenciar certa insatisfação com visões políticas e sociais vistas como conservadoras, associadas aos que lhes precederam, o que pode ser caracterizado como “revezamento geracional” (Feixa e Leccardi, 2010; Groppo, 2015). Dentro da perspectiva geracional de Mannheim (1968), os jovens podem ser vistos como que ligados a valores e ideias revolucionárias e reformistas. Em bandos ou em grupos, os jovens viveriam uma fase da vida demarcada por sociabilidades constituídas na escola, na rua, na família ou em outras agências sociais clássicas,



monitorados pelos adultos, mas caracterizados por interações próprias aos grupos (Pais, 2003; Feixa e Leccardi, 2010).

Na linguagem da sociologia de Mannheim, “[...] ser jovem significa, sobretudo, ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho ao grupo” (1968, p. 75). Em geral, na vertente geracional, para o autor, os jovens são tematizados não como integrados à tessitura psicológica, econômica e política da sociedade constituída, mas vivenciam as margens sociais e se portam politicamente de forma jocosa aos valores do universo visto como adulto.

[...] essa posição de estranho é um fator mais importante que a efervescência biológica para explicar a mutabilidade e receptividade, e tende a coincidir com as atitudes de alienígenas de outros grupos e indivíduos que, por outras razões, vivem à margem da sociedade, como classes oprimidas, os intelectuais independentes, os poetas, os artistas etc. Evidentemente essa situação de elemento estranho é somente uma potencialidade [...], depende em grande parte das influências orientadoras e diretoras vindas de fora saber se essa potencialidade será suprimida ou se será mobilizada e integrada num movimento (Mannheim, 1968, p. 75-76).

Nessa perspectiva, algumas pesquisas passaram a apontar que os jovens quando terminam o período dos estudos (seja o ensino básico, seja o universitário), ou quando são integrados a sociedade através das relações de trabalho (num emprego que garanta autonomia econômica e social), ou quando constituem família e filhos, de imediato passam para o outro lado da fronteira do debate e iniciam todo um enredo narrativo defensivo em favor do *status quo* constituído, ao adentrarem ao universo considerado adulto (Mannheim, 1968; Pais, 2003; Sousa, 2006; Groppo, 2015). Além disso, os estudos sobre identidades, que surgiram com grande potencial analítico no final dos anos sessenta, possibilitaram percebermos que determinados ritos de passagem de uma condição considerada juvenil para uma condição considerada adulta fundiam continuidades e discontinuidades combinadas entre processos



históricos e socioculturais associados à sociedade urbano-industrial (Abrams, 1970). Ou seja, os símbolos e os significados em disputa “entre” as “gerações” possibilitariam a formação de identidades sociais múltiplas em conflitos intergeracionais por poder. A questão das relações de poder entre as gerações se tornava uma questão de identidade coletiva.

Para Almeida e Pais (2013, p. 22), de tempos em tempos, as gerações aparecem em processos mais ou menos longos a partir das experiências sociais, neste caso, em muito provocados pelas mudanças radicais no sistema produtivo, nas relações de trabalho e de consumo e nas condições tecnológicas e políticas. Sendo assim, de certa forma, o olhar administrador das agências sociais clássicas reguladoras: a família, a religião, a escola e o Estado também desenvolve mecanismos sociais e políticos no sentido de regular os corpos jovens diante do mundo do trabalho no pós-guerra, incluindo-se aí o preparo técnico e educacional em termos de classe social, o que possivelmente privilegiou as juventudes da classe média alta, que passaram a contar com maior tempo para os estudos e para o preparo no ambiente educacional, contribuindo para constituição de uma ideia de geração, mesmo reconhecendo as diferenças entre os jovens.

Ao elaborar sua revisão teórica dos estudos sociológicos sobre juventudes, Pais (2003) destaca que “a juventude deve ser olhada não apenas na sua aparente **unidade**, mas também na sua **diversidade**. Não há, de fato, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados” (Pais, 2003, p. 47). E continua dizendo que entende que os estudos geracionais tomam como ponto de partida a noção de juventude enfatizada como **fase da vida**, que tem como objetivo a análise das continuidades e descontinuidades dos valores intergeracionais. (Pais, 2003, p. 48). Para aqueles teóricos que privilegiam essa perspectiva geracionalista, segundo Pais (2003), “as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por este fato, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares” (Pais, 2003, p. 51).



Os Estudos Culturais: jovens, classe e cultura

Tais questões foram intensamente debatidas pelos contributos do *Cultural Studies*, da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, que passaram a correlacionar a indústria cultural e do espetáculo à experiência e consumo dos jovens e à emergência do que veio a ser denominado de culturas juvenis. Destacamos que os autores elaboraram uma agenda de estudos interessados na análise do fenômeno de contestação juvenil, como contra-hegemônico, que entendiam estar ocorrendo na Inglaterra do pós-guerra.

A ‘Juventude’ surgiu como categoria na Inglaterra do pós-guerra como uma das mais assombrosas e visíveis manifestações de mudança social do período. A ‘Juventude’ se converteu em um foco para relatórios, legislações e intervenções oficiais. Os guardiões morais da sociedade a qualificaram como problema social, em feito sobre o que ‘deveríamos intervir’. (Clarke, Hall, Jefferson e Roberts, 2014, p. 61).

John Clarke, Stuart Hall, Tony Jefferson e Brian Roberts, no primeiro capítulo do livro “Rituais de Resistência”, denominado “Subculturas, culturas e classe”, trazem um longo texto teórico de apresentação do projeto do *Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) para o tema. Para os autores, nos anos 1950, a “juventude surge como metáfora da mudança social”, no sentido de que a ideia de “cultura juvenil foi a novidade do pós-guerra” (Clarke, Hall, Jefferson e Roberts, 2014). Como parte desse processo, afirmam que: em primeiro lugar, o período é marcado pela criação de uma verdadeira cultura de massas; segundo, que alguns aspectos da cultura juvenil pareciam ser o pior efeito dessa cultura; terceiro, que esse processo teria assinalado uma distinção em torno do hiato da experiência com a guerra, pois a juventude da época **não vivenciou** a guerra e era a responsável por um novo tipo de comportamento; quarto, que um dos maiores efeitos sobre uma cultura juvenil parte do processo de escolarização, que pas-



sou a ser cada vez mais amplo e formal; por último, que “a chegada de um leque completo de estilos distintivos na vestimenta e na música rock confirmou a qualquer um que tinha dúvidas que se estava diante de uma geração jovem única” (Clarke, Hall, Jefferson e Roberts, 2014, p. 76). Os autores consideraram que as pessoas mais velhas estavam a metade do caminho entre o velho e o novo mundo; embora a juventude estivesse completa e exclusivamente no novo mundo pós-guerra, revelando um abismo entre as classes do pré-guerra e pós-guerra, que se traduziu em “uma ‘brecha’ entre gerações” (Clarke, Hall, Jefferson e Roberts, 2014, p. 78).

A brecha entre gerações teria relação direta com um vácuo entre modos de ser e de compreender o mundo a partir de uma descontinuidade entre uma forma anterior e outra posterior de ser. Para Clarke, Hall, Jefferson e Roberts (2014), a ideia de classe se diluiu durante a guerra e ressurgiu nos anos 1950 com o crescimento da classe média, mas fora a juventude quem parecera representar a categoria mais forte de oposição aos poderes hegemônicos. Para os autores, os jovens como “os mods, parkers, skinheads e crombies representam, cada qual a sua maneira, um intento de recuperar alguns dos elementos de coesão social destruídos na cultura parental” (Clarke, Hall, Jefferson e Roberts, 2014, p. 93). Para além de uma consciência de classe, sugerem o surgimento de uma consciência de comunidade atravessada pelo caráter geracional, o que supõe a preexistência de uma consciência nas relações de força e poder, que advém de um estatuto de poder, mesmo que haja “problemas para entender de forma precisa como o impacto de certas forças em uma cultura parental se filtra e se experimenta de forma diferente pela juventude” (Clarke, Hall, Jefferson e Roberts, 2014, p. 93). Portanto, sobre o conceito de “cultura” como possibilidade de articulação com a noção de “geração”, os autores afirmam que a entendem como “o modo, as formas pelas quais os grupos ‘manejam’ a matéria prima de sua existência social e material” (Clarke, Hall, Jefferson e Roberts, 2014, p. 62). E continuam,



a ‘cultura’ de um grupo ou classe é seu modo de vida particular e distintivo, os significados, valores e ideias corporizadas nas instituições, nas relações sociais, nos sistemas de crenças, nos bons costumes, nos usos dos objetos e na vida material. (Clarke, Hall, Jefferson e Roberts, 2014, p. 63).

Com base nos autores, entendemos que mesmo que os jovens possam diferir em certos aspectos de sua cultura parental, eles compartilharão outros advindos dela e este jogo de referências simbólicas entre o tempo da juventude compartilhado com outros grupos sociais e o largo tempo da vida comunitária parental redimensionará seus modos de existência, suas experiências e suas percepções sobre o mundo para além das referências substancializadas da cultura ou da classe de origem, mesmo que às vezes se mantenham ligados a ela.

Outro autor do CCCS, Dick Hebdige (2014), em seu estudo sobre a cultura reggae e rastafari em Londres, nos anos 1970, afirma que o cenário da periferia londrina era visto como culturalmente complexo, chegando a ocorrer alguma proximidade entre as expressões rastafaris e skinheads, por conta das aproximações entre os territórios de moradia, os lugares de encontro, o gosto musical e a condição de marginalidade, embora a “africanização” do reggae também gerasse uma incompatibilidade entre jovens brancos e negros. Com base em Hebdige (2014), é necessário fazermos duas observações, 1) os jovens como contraponto ao hegemônico, em tal caso, aparecem associados como posição de classe e de geração, 2) embora em segundo plano a presença da tensão entre eles possibilite a análise do viés cultural das diferenças concretas e simbólicas atravessadas também pela etnicidade. Questões como essas foram intensas tanto em Londres quanto em muitas grandes cidades do mundo em meados do século vinte, o que potencializou a evidência de que outras questões de poder estavam relacionadas a outras diferenças sociais para além da classe, como são as diferenças étnico raciais, no trato dos estudos sobre juventudes.



Graham Murdock e Robin McGron (2014), no capítulo “Consciência de classe e geração”, no mesmo livro, são mais enfáticos sobre essa articulação e procuram identificar o seu caráter processual. Dizem que as imagens construídas naquele momento (anos 1970) sobre a adolescência e a juventude na Inglaterra eram fundamentalmente criações advindas também da classe média vitoriana (Murdock e McGron, 2014). Pois, segundo os autores, em 1918, a idade de escolaridade obrigatória chegou aos 14 anos na Inglaterra. Assim, as instituições tentavam organizar o ócio dos adolescentes da classe trabalhadora, tendo como foco a classe média em defesa da unidade nacional – eram tempos do *boom* do império. A juventude vai se constituindo como tipo social idealizado. A partir daí, “outros autores rapidamente construíram uma imagem da juventude como uma força de regeneração e renovação” (Murdock e McGron, 2014, p. 297). As duas principais referências dos autores são Ortega e Gasset, pela afirmação de que a “geração” passa a ser a concepção mais importante da história, pois a juventude substituiria a classe como motor vital da mudança. E Karl Mannheim, que em “O problema das gerações” também discute o tema, sugere que a consciência geracional tem sua origem nas atitudes e nas respostas desenvolvidas por grupos concretos ante uma situação social dada, como consciência compartilhada. Os autores correlacionam aqui a compreensão burguesa de juventude como ideal de renovação e progresso e a expectativa depositada sobre o conceito de geração como sinônimo de renovação e transformação social, também em certo sentido a contrapelo, como que assumindo o papel de classe.

A questão que gostaríamos de destacar é que se for tomada como um dado preexistente, a ideia de consciência geracional, destacada pelos autores, se torna uma falsa questão, pois ela não pode existir como extensão automática do conceito de geração, que entendemos que pode ser aplicado às análises processuais que considerem as continuidades e descontinuidades nas formas de percepção de mundo entre grupos etários. Embora a consciência geracional pressuponha que compreen-



damos como foi sendo construída socialmente a ideia de geração, o que passa pela teoria sobre o tema e pelas classificações socialmente impostas ou afirmadas, ela nos ajuda a entender como os grupos humanos passam a constituir suas próprias concepções de geração. Portanto, entendemos que quando os grupos sociais são apontados como geracionais, ou quando se pronunciam como tal, estamos diante da construção do processo de consciência geracional, que tem a ver com um entendimento de descontinuidade com relação ao entendimento de mundo entre diferentes grupos de idade e como eles significam tais diferenças. Obviamente que tais processos poderão atravessar outros segmentos sociais marcados pela parentalidade, para além da classe.

Com essa perspectiva crítica e complementar sob a abordagem CCCS, entendemos que a noção de geração é uma categoria social e política e a sua ideia de consciência tem implicações sobre essa condição como construção identitária. A geração pode servir como categoria de análise para pensarmos nos processos e não na categorização dos grupos humanos, assim como pode ser útil para pensarmos na provisoriedade da ideia de que uma “sensibilidade histórica” pode ser compartilhada como “experiência simbólica e material”, embora haja aí implicações de poder, caso substancializemos as gerações em nossas análises e interfiramos nos processos de identificação geracionais. Assim, geração e classe devem ser vistas em suas interconexões complexas nos estudos sobre juventudes, sendo importante destacarmos dessa perspectiva trazida pelo *Cultural Studies* como elas estiveram assentadas em perspectivas contestatórias ou normativas na relação com as culturas hegemônicas ou como reprodutoras ou descontinuidoras da cultura parental. Em outro sentido, como crítica, também servem de alerta contra formas estereotipadas que possam adquirir certas compreensões generacionalistas que também estigmatizam as juventudes.



Juventudes e as gerações globalizadas

Entendemos que as gerações não emergem da mera cadência temporal estabelecida pelos ritmos biológicos ou demográficos traduzidos pelas idades dos indivíduos. A perspectiva geracional, desde Mannheim (1968), vai além da delimitação de grupos etários. Permite uma leitura que se conecta no tempo longo das estruturas sociais, que dialoga com as variações atitudinais e com os portes corporais, que desvelam ao longo do percurso de vida, trajetórias e dinâmicas etárias enquanto ciclos experienciais. Como descreveu o sociólogo húngaro, os grupos etários correspondem a “gerações potenciais” que, quando abalados por um quadro de profunda desestabilização e transformação social, poderão vir a configurar “gerações efetivas”, ou seja, quando tocados por uma força disruptiva podem resultar em padrões comportamentais a contrapelo daqueles partilhados no pretérito (Ferreira, 2017, p. 20). Por outro lado, indo para além de tal análise conceitual advinda do marxismo-estrutural, acrescentamos que entendemos que as gerações ganham existência social de fato quando tais “gerações potenciais” avançam também por um processo de identificação geracional, o que analisaremos no tópico seguinte. Esses processos se tornaram mais universalizados à medida que foram também se globalizando certas expressões da cultura de massa, embora dificilmente as gerações possam ser consideradas por descrições totalizantes e homogêneas, sendo necessário circunscrevê-las na análise.

Por exemplo, as pessoas nascidas a partir dos idos de 1980 viveram múltiplas experiências em comum, sob as quais os estudiosos buscaram etiquetar diferentes cortes geracionais, denominando-as como geração “X”, “Y” ou “Z”, entre outras. Em grande medida, essas discussões concentraram-se em diferentes vivências e experiências ancoradas no campo do lazer, do trabalho, dos estudos, do consumo cultural, da indústria do espetáculo, da estetização dos estilos de vida e, mais fortemente, pelo envolvimento com o mundo digital e seu alcan-



ce global. Portanto, independente da denominação, principalmente as juventudes nascidas a partir da última década do século vinte têm sido descritas como nativas do mundo em rede e digital (Castells, 1999), o que potencializaria sua condição diferenciada de outras gerações no trato com as inovações tecnológicas e com as situações de crise social, política e econômica do presente. Essas condicionantes geracionais, herdeiras de um mundo em transformação social e cultural das relações de trabalho e do comportamento político diante das diferenças, poderiam ser traduzidas por experiências socioculturais, por relações socioafetivas e por relações de produção e consumo de bens simbólicos, tanto no espaço social da rua quanto no contato mediado pela tecnologia da informação e da comunicação digital, o ciberespaço. Mais enfático ainda é o argumento que estaríamos diante de “nativos digitais”. Portanto, os estudiosos as definiram como aqueles caracterizados por toda uma conjuntura global de percepção sobre as identidades, a cultura, o consumo, o trabalho e as formas de se estar-juntos mediados pelas tecnologias digitais, passando a descrevê-los como aqueles que foram educados e socializados no mundo digital e que possuem maior destreza no uso das ferramentas da comunicação e da informação em rede.

Para além da noção de geração digital, há outras definições de geração utilizadas para a análise social do presente que igualmente nos incitam a reflexões sobre certas experiências globalizadas. Em boa parte delas, em suas bases, estaria o fundamento da emergência de uma sociedade movida pela tecnologia digital, por equipamentos móveis e pela comunicação em rede ligada à internet, e por consequência disso a ideia de que certa geração aí socializada seria mais bem experimentada (Ferreira, 2017). Talvez essa ênfase no digital, se retomamos a noção de brecha geracional, seja a definição mais abrangente para esta juventude do presente, desde as transformações analisadas pelos CCCS, quando se referiam à geração pós-guerra. Pese que, ainda assim, possamos refutar, mesmo que parcialmente, pelo menos a ideia de generalização das práticas culturais juvenis como globais e homogeneizadas, seguidas



servilmente a nível local. Ou seja, se, por um lado, facilmente reconhecermos as características de um mundo em que a maioria dos jovens está envolta de algum modo por uma sociedade conectada; por outro lado, observamos que estamos diante de diferentes condições e possibilidades reais nas formas de acesso às tecnologias e suas múltiplas possibilidades e limitações de uso, causando assim múltiplas disparidades no que seria o seu caráter global. Além disso, alguns estudiosos têm salientado certa sobreposição geracional quando grupos etários já não correspondem diametralmente ao que se imaginaria como sendo seu acondicionamento geracional.

Para complementar, a existência de distintas experiências geracionais, quando atravessadas por questões de gênero, questões migratórias, religiosas, étnico-raciais, entre outras, revela fatores diferenciados de acesso aos bens simbólicos e materiais correlacionados à educação, ao trabalho, à renda e ao ócio, que têm evidenciado fronteiras, contrastes e desigualdades persistentes. Ou seja, as gerações do presente podem ser pensadas em uma perspectiva globalizada em certos aspectos, embora a noção de geração não se aplique de forma totalizante a uma franja etária universal. As sensibilidades vitais não se acomodam a uma interação e compreensão única de mundo, entre outras coisas, por estarem segmentadas por questões de desigualdades e de identidades que devem também ser consideradas por outras transversalidades globais. Parafraseando Appadurai (2004) e seu entendimento de “paisagens” (*scapes*) culturais globais, denominamos essas paisagens geracionais, *generationscapes*, como paisagens globais, translocalizadas, por abrangerem diferentes entendimentos identitários sobre processos geracionais de distintos segmentos sociais globalizados e interconectados. Por exemplo, as consideradas sucessivas gerações feministas não necessariamente correspondem historicamente às chamadas sucessivas gerações rappers, o que se aplicaria a outros segmentos sociais políticos e culturais com experiências distintas de identificação. Ou seja, a dinâmica dos trânsitos de pessoas, de mercadorias, de capitais e de



símbolos e as comunicações e relações translocais, pós-queda do Muro de Berlim, também aproximaram as concepções e valores distintos de mundos plurais e híbridos, embora possibilitando a emergência de processos de “sobreposição geracional”, quando diferentes segmentos sociais experimentam suas próprias questões geracionais (Feixa; Leccardi, 2010; Groppo, 2015).

Desse modo, como critica Ferreira (2017), a perspectiva geracional vem, assim, localizar os indivíduos dentro de configurações estruturais específicas, de característica econômica, social, cultural e/ou política, considerando os processos de mudanças que permitem inaugurar condições de socialização suficientemente amplas e diferentes do passado para proporcionar novas experiências e moldar novas subjetividades entre as camadas mais jovens da população. Tais subjetividades, que emergem a partir das novas condições materiais de existência dos jovens, não assumem uma realidade meramente “transicional” (ou seja, como resultado de um efeito de idade), mas têm a capacidade de serem transportadas ao longo da vida, resultando num “potencial” efeito de geração (Ferreira, 2017, p. 20), pois em alguma medida necessitam também ser entendidas como expressão de identificação e diferença social com relação a outras experiências igualmente geracionais. Nesse sentido, Ferreira (2018) demonstra como certos discursos, que denomina de geracionalistas, estigmatizaram certos grupos de idade, com consequências bastante negativas para eles, ou se tornaram significantes de discursos políticos de identidade e diferença entre crianças, jovens, adultos e velhos.

Concordamos com Feixa (2014) que “a juventude foi dos primeiros grupos sociais a globalizar-se, desde os anos sessenta, através dos elementos estilísticos”, deixando de responder a referências locais ou nacionais e passando a expressar linguagens universais, “que graças aos meios massivos de comunicação chegaram a todos os rincões do planeta” (Feixa, 2014, p. 123). Embora tenhamos visto que essas questões não devam ser consideradas totalizantes, no sentido de terem contem-



plado a todos os jovens em termos de classe, faixa etária, gênero, território e outras intersecções, mesmo agora, quando estamos diante de um fenômeno global ainda mais potente em termos de conexões, como a disseminação da internet e do digital e tudo que se dispersa a partir deles. O que queremos dizer é que o processo de globalização sugere alcançar, mas não atinge todas as populações e espaços geográficos de forma homogênea e são inúmeras as possibilidades e profundas desigualdades no acesso ao consumo material e simbólico, por exemplo, incluindo aí especialmente o acesso às diferentes tecnologias e possibilidades do mundo digital, tido como globalizado, sem contarmos a exposição a suas formas de controle (Duarte, 2018; Marcon, 2018b). O que significa que pode não haver necessariamente um reconhecimento identitário dessas formas de se compreender como geração, embora os conceitos nos permitam desenhar tais paisagens geracionais para compreendermos certos comportamentos e experiências comuns, que atravessam fronteiras territoriais e podem contribuir com a percepção de como se constituem tais “sensos vitais comuns” e de como e quando eles são mobilizados em termos de identificação geracionais.

Dito isso, destacamos que certas paisagens geracionais podem ser interessantes para compreendermos fenômenos globalizados envolvendo as juventudes em termos de representações e comportamentos, práticas sociais e relações de poder.

Gerações e processos de identificação: achado empírico?

Para Feixa (2014), é só durante o século vinte que certas manifestações de consciência geracional passam a se constituir. Por um lado, em virtude dos próprios estudos sobre adolescência e transição da infância para a vida adulta, que difundiram a ideia da condição juvenil, e, por outro, por conta das formas de socialização que se constituíram na vida ocidental moderna, com o serviço militar obrigatório, com a escolarização compulsória, com as associações juvenis e o consumo cultural



global, mesmo que segmentado. Tais fenômenos, gradativamente, parecem ter contribuído para o surgimento de consciências geracionais. De certo modo, dos diagnósticos da adolescência como problema, passando pela institucionalização de soluções morais e educativas, foram emergindo formas de consciências políticas sobre a condição juvenil, bem como sobre certas experiências geracionais associadas ao tempo vivido da juventude, embora, como vimos, em alguma medida elas também sejam atravessadas por outras questões como classe, etnicidade, gênero e religiosidade.

Nesse sentido, poderíamos ponderar em que medida a marca temporal da experiência juvenil estaria articulada ao que entendemos por processos identitários (Ennes e Marcon, 2014), especialmente quando são movidos pela concepção de geração. Isso nos aproxima necessariamente do campo das teorias das identidades. Ou seja, como pensarmos a geração na relação com o tema das juventudes como processos de identificação? Seria necessário distinguirmos aquelas concepções de geração que, de um lado, advêm da teoria explicativa baseada em argumentos deterministas que associam os grupos etários a uma condição orgânica e marcada por certas experiências temporais, definidas como sucessão de etapas da vida, análogas a sucessão de cronologias históricas; daquelas que, por outro lado, estão amparadas nas percepções de identidades constituídas processualmente pela compreensão social da diacronicidade das experiências vividas por jovens e adultos, principalmente a partir do reconhecimento dessas diferenças produzidas desde a relação entre eles.

No livro “A Geração Hip Hop”, Kitwana (2002) explora o que chama de novas atitudes e crenças dos jovens negros norte-americanos, analisando como o termo “geração hip hop” é utilizado como sinônimo de cultura jovem negra. Para o autor nenhum outro termo define melhor os jovens negros no espaço/tempo do que a cadência do hip-hop. Diz, que quando foi editor da revista “The Source: the magazine of hip-hop music culture and politics”, começou a utilizar a expressão “geração



hip-hop” para definir a “nossa geração”. Essa ideia diferenciaria tal geração de outras, como a definição mais globalizada de “Geração X”. “Eu tenho estabelecido os nascidos entre 1965-1984 como o grupo de idade para definir a geração hip-hop” (Kitwana, 2002, p. xiii), como sendo a geração daqueles que nasceram depois da revolução pelos direitos civis. O autor observa que pode haver diferenças entre os mais novos e os mais velhos no hip-hop, por questões de entendimento político e de gosto, mas que todos compreendem a experiência de ser jovem negro no pós-segregação e na era da economia global (Kitwana, 2002, p. xiv).

Essas reflexões são interessantes porque permitem pensarmos a relação entre o hip-hop como cultura de expressão afro-americana, em um contexto em que não se está apenas diante da afirmação de poder dos negros na busca de espaço político, de visibilidade, de oportunidades e de afirmação por direitos civis plenos, mas também permite percebermos que isso se dá em um momento de desejo por empoderamentos outros, como aqueles da relação entre indivíduo, direitos humanos e economia na era global, bem como que Kitwana fala em nome dessa geração. Além do mais, estamos diante de dois fatores destacados pelo autor, 1) das tensões e dos cruzamentos entre os projetos mais politizados do hip-hop *versus* as expressões mais comerciais e individualistas da cultura *hopper*; e 2) do movimento de globalização dos modos de fazer e de estar a partir do estilo hip-hop ou de suas influências expressivas, tanto na forma de produção quanto nos modos de fazer, de expressar e de consumir música, dança e comportamento entre os jovens, a partir de expressões estéticas, de contestação e de busca por visibilidade. Ambos os fatores demarcam cortes horizontais e verticais do fenômeno geracional, em tal caso, na perspectiva de entendimento sobre o caráter inovador do hip-hop como cultura, a partir da distinção etária no que diz respeito às experiências de continuidade e descontinuidade com relação às de seus predecessores em termos familiares, de amizade ou de localidade. O que implica estar sob efeito constitutivo de memórias,



rituais e práticas sociais estabelecidas, ao mesmo tempo em que sob os efeitos da interação com as transformações culturais, políticas e sociais provocadas pela dinâmica da sociedade industrial e do sistema produtivo. Como diria John Clarke (2014), as diferenças entre gerações não aparecem do nada, mas, sim, da transformação e da reacomodação do que estava dado a partir de certo padrão de experiências e que se atualiza a partir de novas situações e relações, especialmente por serem também vivenciadas por novos sujeitos e a partir da cultura material e imaterial à disposição. Kitwana (2002) não apenas identifica esse processo com relação ao hip-hop, como identifica-se com ele.

Se por um lado, a geração é caracterizadora de certo fenômeno contemplado pelo modo de vida, por certas práticas e por certa sensibilidade vital compartilhada por um certo grupo etário aproximado, em um dado contexto social, como no caso do hip-hop, o aspecto de compreensão da identidade e da consciência que emerge das implicações relacionais, situacionais e contrastivas entre os grupos sociais que aderem e se entendem como sua expressão da geração, na distinção com outros, inclui aqueles marcadores entre o nós/eles geracional. Nesse sentido, a geração pode abranger uma larga paisagem translocal de modos de sociabilidades, de comportamentos, de rituais e de símbolos vivenciados pelas facetas da vida econômica, política, social e cultural que são acionados como marcadores de identificação em escalas mais ou menos globais; ou abranger situações mais singulares de percepções geracionais, acionadas por segmentos sociais específicos, inclusive quando territorialmente mais delimitados. Portanto, as narrativas e os símbolos acionados para marcar as continuidades e descontinuidades das referências culturais em termos geracionais estariam de forma ambivalente dimensionando tais identidades, que podem aparecer e ser salientadas com maior ou menor ênfase, a depender do que estiver em jogo nos arranjos das relações de poder emergentes de um dado momento, destacando mais ou menos as referências simbólicas de sua universalidade ou localidade.



Alguns princípios éticos e estéticos do punk, como o “faça você mesmo”, se tornaram prática comum entre outros grupos de estilo e jovens de outras gerações, assim como o uso do corpo/imagem que comunica, que reivindica um ser político/expressivo, também se tornou uma estratégia que se repetirá em diferentes contextos e que, mais ainda, fez surgir um fenômeno que reinventou a forma de ser e estar no mundo como juventude empoderada, embora mais simbólica do que materialmente (Feixa, 1998). Táticas que surgiram com o punk fizeram também parte de outros repertórios de contestação, que por isso podem ser entendidos como geracionais ao atravessarem diferentes estilos. O punk pode ser visto como um estilo que rompeu com um modo de ser consumidor e de ser político na cultura de massas do pós-guerra, propondo outro modo de ser jovem como agente socialmente contestador, criativo e participativo, que não coaduna necessariamente com o mundo dos pais. Tais experiências ultrapassaram o território das diferenças entre os estilos, para um plano mais transversal do comportamento geracional, sendo apropriado também por outros estilos de vida juvenis. Referimo-nos aos estilos que buscaram modos de produção autônomos (no que diz respeito à informação e ao consumo cultural), que passaram a reivindicar agências de visibilidade e participação na esfera pública através do comportamento e da linguagem estética, como através do uso de tatuagens, piercings, roupas e indumentárias em geral, além de modos de estar e responder ativamente em termos morais, políticos e econômicos de forma contra-hegemônica.

A questão do estilo, que ocupou certa centralidade nos estudos do CCCS, tem muito a dizer sobre como estamos entendendo a possibilidade de pensarmos o tema das identidades geracionais, acionadas por demarcadores simbólicos. Para Clarke (2014, p. 117), “o que cria um estilo é a atividade de estilização” ou a composição dos objetos e linguagens entre si, como, por exemplo, “a vestimenta, a música, o ritual e o jargão”. Ou seja, os objetos e os signos “significam apenas porque têm sido tratado, de acordo com o uso social, dentro de códigos culturais de sig-

nificado que os dão sentido” (Clarke, 2014, p. 118). Queremos dizer que nos parece mais facilmente perceptível nos processos de identificação geracional a correlação entre o somatório do parental, do vicinal e do segmento social de consumo – não necessariamente a cultura de classe como na ênfase do CCCS – em que os símbolos são significados e ressignificados a partir do modo com o qual são utilizados nas relações, o que pode nos levar a referências mais ou menos globais ou locais, a depender do que está em jogo. Ou seja, linguagens, denominações, objetos, rituais, territórios e temporalidades podem ser acionados para demarcar identidades e diferenças geracionais a partir de interesses localizados ou globalizados.

Por exemplo, para Ricardo Campos (2010), o grafitti se proliferou nas cidades como prática cultural que se globalizou e pode ser considerado

uma linguagem aparentemente universal, presente nos locais mais insuspeitos, funcionando como uma espécie de código translocal dominado por jovens habitando longínquas geografias. Enquanto acto e formato de comunicação simbolizou um idioma novo, na intersecção de desiguais circuitos, códigos e linguagens. O grafitti é, seguramente, o produto de uma geração que cresceu ao lado da televisão e do cinema, leu banda desenhada, domina a lógica publicitária e circula por uma cidade visualmente explosiva (Campos, 2010, p. 127).

O autor enfatiza o grafitti como linguagem reconhecida globalmente, difundida entre jovens, embora pluralizada em termos estilísticos e implicadas por múltiplas intencionalidades e, nesse sentido, pode ser acionado como signo de identidade geracional, enquanto uma prática, embora estejamos diante de uma pluralidade de condições, de modos e motivações de suas expressões.

Há pelos menos meio século, as formas de identificação geracional têm sido marcadas pela expressividade estética, como demonstraram os estudos do CCCS. Quando pensamos nas práticas sociais e nos ativismos contemporâneos, por exemplo, observamos como as diferentes formas de



expressividade contemporâneas das juventudes têm relação com o modo com que elas constroem suas marcas geracionais, a partir de suas agências estetizadas (Marcon, 2018b). O que torna tal fenômeno interessante para pensarmos sobre as solidariedades e os processos de identificação na contemporaneidade a partir do uso das imagens, das sonoridades, das linguagens, dos signos em geral, imersos em processos de intensa e constante criatividade, o que pode ser traduzido pela noção de hiperestetização da vida social (Lipovetsky e Serroy, 2015), que para as juventudes tem sido uma marca vital da possibilidade de visibilidade e existência coletiva e reivindicativa. Como disse Stuart Hall (1997), o importante dos signos (sons, palavras, gestos, expressões, roupas) não é o que eles dizem, mas o que eles fazem, pois eles significam como processo um devir e, nesse sentido, revelam que a linguagem é um potente “significante prático” (Hall, 1997, p. 5).

No Brasil, na área das Ciências Sociais, as juventudes foram pouco estudadas antes do final dos anos 1970 do século passado. Ainda menos quando se pensa na ênfase dada ao que são considerados os recortes socioantropológicos clássicos, como classe, populações indígenas, negras e imigrantes, os sistemas políticos, os processos econômicos, os estudos de comunidade ou estudos rurais e urbanos. Assim como, também no Brasil, qualquer consciência geracional nos parece que dificilmente tenha se constituído antes da institucionalização da obrigatoriedade do serviço militar, da escolarização universal, da formação das primeiras associações e agremiações de estudantes e da amplificação da cultura de massa através do cinema, do rádio, da imprensa e da TV (embora esta afirmação mereça ser validada por estudos historiográficos dedicados a primeira metade do século vinte). Em termos práticos, a noção de geração parece ser um bom caminho para análises que nos ajudem a entender historicamente como se construíram as noções de juventude no país (assim como a de geração), através de pesquisas documentais; bem como carece entendermos de forma mais densa, a partir de pesquisas baseadas em trabalho de campo e na observação direta, como se constituem as percepções identitárias de caráter geracional.



Considerações finais

Nesse sentido, precisamos pensar em epistemologias que levem em consideração o tempo/espaço, as questões de continuidade e descontinuidade, as relações interetárias e as questões de representação nos estudos sobre geração. O que significa pensarmos também a partir dos entendimentos dos jovens sobre si, já que em outros tempos históricos as epistemologias juvenis foram muito mais disciplinadas pelas epistemologias hegemônicas e adultocêntricas, que tiveram relação com os modos de pensar da norma adulta sobre a sociedade, sobre as definições de geração e principalmente sobre os sentidos de ser jovem. Suas principais características foram a classificação objetiva do corte etário associado a parâmetros do desenvolvimento biológico e psicológico das pessoas, bem como a ideia de sujeitos imaturos, inexperientes e incompletos.

Nos dias de hoje, algumas formas hegemônicas de entender o mundo estão competindo de modo mais tenso com as próprias formas de pensar dos jovens do presente, visibilizando diferenças e desigualdades geracionais na produção de conhecimento. Entre tais modos de pensar, de fazer e de classificar, emergem os valores e as linguagens antiuniversalistas e anti-hierárquicas de poder, além de práticas colaborativas, principalmente através da manipulação criativa das tecnologias e das agências estetizadas (Marcon, 2018b), que contestam as perspectivas unicamente adultas. São confrontos entre os valores criados sobre o que são os “jovens” e a “transição” para os adultos de hoje e o que são os “jovens” e a “transição” para aqueles jovens que vivenciam suas experiências em diferentes circunstâncias e diferentes momentos e lugares do mundo.

Se as categorizações ou rótulos a respeito das gerações pós-queda do Muro de Berlim, de algum modo, ainda são formas tematizadas e etiquetadas, ou mesmo estratégias metodológicas para acionar particularidades e diferenças associadas às juventudes, é necessário irmos



além e compartilharmos as perspectivas e as vozes das alteridades juvenis e suas narrativas experienciais, traduzindo, quando necessário, suas inscrições dentro do contexto em que elas se expressam. Para isso, é preciso reconhecermos que a acumulação, mediada por relações de poder, ainda perpassa as questões de classe social, de gênero, de etnicidade e território, entre outras, e que falar de uma juventude global ou globalizada implica, igualmente, na necessidade de considerarmos tais aspectos problematizando as desigualdades latentes entre jovens e adultos, mas também entre jovens e jovens.

Enfim, como já dissemos, a emergência da sociedade em rede e da conectividade global nos colocou diante do dilema da “sobreposição geracional”. Neste contexto, os jovens são vistos como mais habilidosos do que as gerações anteriores no manejo da informação e da comunicação digitais, pois são nativos da revolução tecnológica do tempo presente. Portanto, as fronteiras que separam as gerações, como a concepção de ser e estar jovem no tempo/espaço, são consideradas como ambíguas e implicadas por relações imaginadas, bem como por sociabilidades e processos de identificações atravessados por denominações, gostos e formas de ser movediços e inconclusos. A grande pergunta retórica que atravessou este texto foi sobre como a juventude é socialmente construída – ou como ela se constrói e é construída – implicada pelo conceito de geração. Essa questão serviu como guia para pensarmos como a noção de geração pode nos ajudar a entender as interações etárias, suas conexões e rupturas, suas proximidades e distanciamentos, a partir de estudos empíricos que envolvam os jovens e suas relações e que estejam atentos a como se constituem os processos de identificação em termos geracionais.

Referências bibliográficas

Abrams, P. “Rites de Passage: the conflicts of generations in industrial society”. *Journal of Contemporary History*, 5(1), 175-190, 1970.



Almeida, Maria Isabel Mendes de e Pais, José Machado (org.) **Criatividade e Profissionalização**: jovens, subjetividades e horizontes profissionais. Lisboa: ICS, 2013.

Almeida Neto, Mateus Antonio de. **Juventudes e estilos de vida**: os usos dos lugares de lazer e sociabilidades. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013.

Almeida Neto, Mateus Antonio de. Expressões Culturais Juvenis no Bairro Siqueira Campos, Aracaju (SE). In: Marcon, Frank Nilton; Noronha, Danielle Parfentieff de. (Org.). **Juventudes e Movimentos**. 1ª ed. Aracaju: Criação, v., p. 153-182, 2018.

Appadurai, Arjun. **As Dimensões Culturais da Globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

Bhabha, Hommi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

Campos, Ricardo. “Juventude e visualidade no mundo contemporâneo. Uma reflexão em torno da imagem nas culturas juvenis”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 63, 2010, p. 113-137.

Castells, Manuel. **A Sociedade em Rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1)**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Clarke, John. “Estilo”. In: Hall, Stuart e Jefferson, Tony (eds.). **Rituales de Resistencia: subculturas juveniles em la Gran Bretaña de postguerra**. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

Clarke, John; Hall, Stuart; Jefferson, Tony e Roberts, Brian. “Subculturas, cultura e classe”. In: Hall, Stuart e Jefferson, Tony (eds.). **Rituales de Resistencia: subculturas juveniles em la Gran Bretaña de postguerra**. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

Duarte Quapper, Klaudio. Investigación social chilena en juventudes. El caso de la revista Última Década. **Última década**, [online], vol. 26, n. 50, 124-154, 2018. ISSN 0718-2236. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362018000300124>

Ennes, Marcelo e Marcon, Frank. “Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder”. **Sociologias**, 16(35), 2014, p. 274-305. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100010>

Feixa, Carles. **Bandas, De Jóvenes, bandas y tribus. Antropología de la juventud**. Ariel: Barcelona, 1998.

Feixa, Carles. **De la generación @ a la # generación: la juventud en la era digital**. Barcelona, NED, 2014.

Feixa, Carles e Leccardi, Carmem. “O conceito de geração nas teorias sobre juventude”. **Revista Sociedade e Estado**, volume 25, número 2 Maio / Agosto, 2010.



Feixa; Carles; Nilan, Pam. Uma Juventude Global? Identidades híbridas, mundos plurais. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, n. 31, p. 13-28, Setembro de 2009.

Ferreira, Vitor Sérgio. “Milénio, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional”. In: Ferreira, Vitor Sérgio; Lobo, Marina Costa; Rowland, Jussara; Sanches, Edalina Rodrigues (org.). **Geração Milénio? Um Retrato Social e Político**. Lisboa, Portugal: ISCT. Imprensa de Ciências Sociais, 2017, p. 17-35.

Ferreira, Vitor Sérgio. “Youth and generations in times of crisis: Portugal in the global situation”. In: Marina Costa Lobo, Filipe Carreira da Silva, José Pedro Zúquete. **Changing societies: legacies and challenges**. Vol. ii. Citizenship in crisis. [electronic resource], Lisboa, ICS, 2018, p. 135-160.

Groppo, Luís Antônio. “Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis”. **Em Tese**. Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015. ISSN: 1806-5023. <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2015v12n1p4>.

Hall, Stuart. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage and The Open University, 1997.

Hebdige, Dick. “Reggae, rastas y rudies”. In: Hall, Stuart e Jefferson, Tony (eds.). **Rituales de Resistencia: subculturas juveniles em la Gran Bretaña de post-guerra**. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

Kitwana, Bakari. **The Hip Hop Generation: young blacks and the crisis in african-american culture**. Basic Civita Books, New York, 2002. (www.basiccivitas.com)

Lipovetsky, Gilles; Serroy, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Mannheim, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna”. In: Brito, Sulumita de (org.). **Sociologia da Juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968.

Marcon, Frank Nilton. Juventudes, Precariedades e Estetização: Mobilidades, Formas de Trabalho e Estilos de Vida. In: Marcon, F.; Noronha, D. P. (Org.). **Juventudes e Movimentos**. 1. ed. Aracaju (SE): Criação, v. 1, p. 335-353, 2018a.

Marcon, Frank Nilton. Agências Estetizadas, Geração Digital, Ativismos e Protestos no Brasil. **Ponto Urbe**, v. 23, p. 1-19, 2018b.

Marcon, Frank Nilton. Música Digital, Juventudes e Formas de socialização através do Kuduro. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, p. 45-56, 2015.



Murdock, Graham e McGron, Robin. “Consciencia de classe y consciencia de generación”. In: Hall, Stuart e Jefferson, Tony (eds.). **Rituales de Resistencia: subculturas juveniles em la Gran Bretaña de postguerra**. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

Pais, José Machado. **Culturas Juvenis**. Edição: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.



A Coleção Sociologias Necessárias é formada por sete livros, organizados por diferentes docentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe. Os volumes abordam algumas das principais discussões realizadas durante o III Seminário Nacional de Sociologia, promovido pela mesma instituição, realizado no ano de 2020. Cada livro conta com a colaboração especial de pesquisadores nacionais ou internacionais, que participaram do seminário. Vivemos tempos difíceis com os novos desafios gerados pela crise sanitária mundial, pelas radicalizações no campo da posição de ideias na política e pela ampliação das desigualdades sociais. Os entendimentos se tornaram mais difíceis e as animosidades mais exaltadas, incluindo aí certa crise na produção científica e na análise sociológica. A reflexão proposta pela organização e pelos volumes desta coleção atravessam tais desafios, com temas como política, juventudes, trabalho, cidade, migrações, economia e africanidades.

